



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Alice Batista Guimarães

“À mulher brava, corda larga”: a violência contra a mulher no discurso jornalístico do Correio de Aracaju (1906–1914)

Campina Grande – PB
2025

Alice Batista Guimarães

“À mulher brava, corda larga”: a violência contra a mulher no discurso jornalístico do Correio de Aracaju (1906–1914)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza

Campina Grande – PB

2025

G963m

Guimarães, Alice Batista.

“À mulher brava, corda larga”: a violência contra a mulher no discurso jornalístico do Correio de Aracaju (1906–1914) / Alice Batista Guimarães – Campina Grande, 2025.

196 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação: Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza."

Referências.

1. História de Violência Contra a Mulher. 2. História das Mulheres. 3. Violência de Gênero. 4. Belle Époque. 5. Primeira República. 6. Correio de Aracaju (1906–1914). I. Souza, Antonio Clarindo Barbosa de. II. Título.

CDU 94:664.632-055.2(043)

Alice Batista Guimarães

“À mulher brava, corda larga”: a violência contra a mulher no discurso jornalístico do Correio de Aracaju (1906–1914)

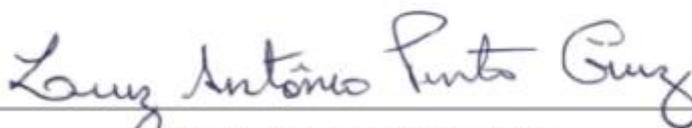
O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 26 de março de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Documento assinado digitalmente
gov.br ANTONIO CLARINDO BARBOSA DE SOUZA
Data: 28/03/2025 16:16:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Orientador(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br KEILA QUEIROZ E SILVA
Data: 02/04/2025 13:14:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Keila Queiroz e Silva
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)



Prof. Dr. Luiz Antônio Pinto Cruz

Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEDUC/SE)

Campina Grande – PB

2025.

DEDICATÓRIA

Para Aurora Corso Guimarães, cujas orações seguem me abençoando e protegendo, e a quem eu tive o privilégio de chamar de vovó.

AGRADECIMENTOS

Quando fui morar em Campina Grande, não sabia o que me esperava. Sempre fui uma criança muito criativa e cheia de imaginação — e ainda sou —, mas nunca tinha pensado que um dia iria morar a mais de 500km de distância da minha família, muito menos em um local em que as pessoas falassem “visse” e chamassem campainha de “cigarra”, enquanto eu uso termos como “ximar”, “empanzinado” e “tabaroa”. Mas as diferenças me fizeram apaixonar pela cidade e pelas pessoas, e eu sou grata a Deus por ter me dado a coragem para viver a experiência louca que é fazer um Mestrado em outra cidade e por ter me presenteado dia após dia com muito aprendizado. As aulas não se deram somente nas salas da universidade: aprendi muito da forma que é, ao mesmo tempo, mais fácil e mais difícil. Ou seja, aprendi vivendo.

Tenho, claro, que agradecer a meus pais, Acelino e Aparecida, que acreditaram nas minhas capacidades e em nenhum momento me desencorajaram. Apoiaram sentindo saudade, estando longe e, assim como eu, sem saber como as coisas seriam. Mas apoiaram durante todo o caminho e são duas das pessoas a quem eu sempre me esforço para orgulhar. Obrigada pela minha educação, por sempre me ensinarem o valor que o estudo e o caráter têm, e por sempre festejarem cada conquista. Pai, obrigada por dizer “bom dia, menininha. Hoje vai ser melhor, você vai ver”, quando o baque da nova vida parecia muita coisa para que eu aguentasse. Aquele dia foi realmente melhor e os outros que se seguiram também. Mãe, obrigada por sorrir, por se interessar e por festejar, mas principalmente por ser uma mulher em que eu posso me inspirar para ser maior do que eu mesma. A senhora certamente o é.

A Gabriel Brasileiro, que me arrastou para Campina Grande por conta da aprovação no mestrado e de um bendito anel de noivado, obrigada por simplesmente tudo. Você tinha cheiro e jeito de casa quando eu estava ainda me adaptando à nova morada e à nova rotina. E sempre terá. Se eu expandi meus horizontes e vivi tanto nesses dois anos, foi porque você me fez entender que nada é tão assustador ou maluco se estamos juntos. Confiança e bom-humor, meu amor, são tesouros para poucos. A gente tem de sobra.

Aos meus dez irmãos — Lícia, Lila, Lucas, Mariana, Marcel, Davi, Leo, Pedro, Paulo e Artur —, que tenho que citar nominalmente para não sofrer terríveis consequências, eu agradeço por terem me preparado para socializar com os mais variados tipos de pessoas e por terem ouvido meus desabafos e histórias de Campina. Vocês são algumas das pessoas que mais amo nesse mundo e senti falta de vocês todos os dias, mas especialmente no Dia das Mães, Dia dos Pais e nos muitos aniversários que tive que celebrar de longe. Sem vocês, eu não seria metade do que sou hoje. E certamente não seria tão feliz.

Aliás, agradeço a vocês também pelos meus sobrinhos, que agora já são tantos que não posso abraçar todos de uma vez. Só Marina, que teve a audácia de ficar maior que eu, ocupa um abraço inteiro, que eu ofereço de bom grado. A melhor primeira sobrinha que eu poderia ter, e que com certeza já é um grande exemplo para os primos mais novos.

Minha avó Angela também merece um agradecimento especial. Ela logo identificou que eu e Gabriel estávamos na Paraíba, mas o coração permanecia em Sergipe. Mal sabe ela que uma parte da culpa por isso era do abraço, da risada, da comida, da casa e da pessoa dela. Voinha, obrigada por acreditar que ia dar tudo certo, mas obrigada também por sempre deixar claro que tínhamos para onde voltar. Tio Rogério, tio Rivaldo, tia Severa, tia Luciana, tia Renata e a legião de primos que tenho também sempre deixaram isso mais do que claro, e mesmo que a família não seja dada a sentimentalismos, não posso deixar de dizer que amo todos vocês,. Mas tenho que agradecer de modo mais específico à tia Paula, que é uma exímia professora, trabalhadora dedicada, e que nesse tempo certamente viu que eu tinha crescido, mas nunca deixou de me chamar de “Licinha”, porque a ternura nunca esmoreceu. Nilda é outra nesse meio, que me ofereceu cuscuz antes de eu ir embora, mas que sempre presenteia carinho.

Tenho certeza de que vovó Aurora, que agora está no céu, mesmo em vida me acompanhou durante todo esse tempo, auxiliada por vovô Acelino, vovô Dedéu e tio Clóvis, que a receberam recentemente no mundo para onde vão as pessoas amadas. Obrigada, vovó, pela sua força. Sei que só foi embora quando se certificou, sem dizer nada a ninguém, que estava tudo bem-encaminhado e que estávamos felizes. Sinto saudade do seu cabelo, do seu cheiro, do seu carinho. Sinto saudade de tudo.

Tia Leonor, a senhora é uma inspiração de historiadora e eu tive mesmo a quem puxar. Se não puxei no talento, ao menos sei que no campo da curiosidade eu tirei uma raspinha. Obrigada por compartilhar comigo o gosto pela História: é um amor que não se cria, ele nasce com a gente. Tia Eliana, agora eu sei por que a senhora gosta tanto de mudança. O gene cigano não é tão forte em mim quanto é na senhora, mas é potente o suficiente para que eu entenda a emoção da novidade, da casa nova, da vida nova e de tudo que está por vir. Obrigada por demonstrar na prática que é preciso se virar na vida e que mudar, além de emocionante, é bom.

E falando de mudança, agradeço aos meus amigos, que compreenderam que eu precisava dessa esticada para outros cantos. Alana, Cardoso, Karla, Lorrane, Delfino, Bruno, Lhais, Thalya, tia Leila, Keila, Karol, Bia, Rayan, Enzo, Yuri, Cleide, Cainã, Nena, Jairton, Diego, Chico e os membros do famigerado grupo Tranças do Rei Careca — que atendem pelos codinomes Urso, Beija-flor, Raposa, Gato Preto, Leoa: obrigada por sorrirem na ida e acolherem na volta. A torcida de vocês sempre foi fundamental.

Aos amigos que fiz em Campina, eu tenho que agradecer por terem me ajudado a não colapsar de vez. É muito difícil ser novata em uma universidade. Pior ainda em uma outra cidade. Obrigada, Andréa, Renally, Hava, Danilo, Janderson, Livia, Anderson, Nayhara, Juliana e Talita. Vocês foram o tempero essencial desse prato cheio que foi o Mestrado. De Sergipe até a Paraíba, é um amor que não liga para limites, muito menos para distâncias.

A Kico, Flávia, Marcela, tio Lu, tia Lita e tia Gisela, que não só apoiaram, como também me acolheram no interior da família, obrigada. Vocês são grandes presentes que ganhei quando caí no papinho de Gabriel. Não há como não amar vocês. Vovô Jorge, obrigada por me acolher em sua casa e por compartilhar suas histórias. Nunca vou deixar de querer escutá-las — e muito menos vou deixar de fazer perguntas. Nessa convivência, o senhor foi meu vovô também.

Nalva e Sanny merecem agradecimentos especiais. Obrigada por cuidarem de mim e, principalmente, por me fazerem rir em momentos em que o caldo engrossava. Vocês são fantásticas e é na força de vocês que eu me inspiro.

Pipoca, Mel e Pequena, vocês aliviavam e alegravam meus dias. Nada era mais valioso do que chegar em casa e ser recebida entre latidos e carinhos. Bruce, o gato preto que foi a fonte da minha sorte, e Jackie, que segue me acompanhando e alegrando, vocês representam um amor único, que só quem tem gatos sabe como é.

Professora Michelly, sou grata pelas aulas inspiradoras e um tanto inquietantes de metodologia. Sempre sentia que meu cérebro ia ficar cozido até o final da aula, mas felizmente isso não aconteceu e pude realizar minhas obrigações do mestrado sem maiores atropelos. A senhora é uma força da natureza e, se antes eu me sentia um pouco intimidada (verdade), aprendi a respeitar e a tirar ensinamentos importantes a partir da convivência. Obrigada, também, por ser exemplo de humanidade: sua compreensão e carinho foram essenciais.

Também tenho que agradecer a meu orientador, professor Clarindo, que aguentou minhas perguntas e leu tudo que eu escrevi, provavelmente arriscando até ficar vesgo. Obrigada pelas orientações, pelo incentivo e, principalmente, pela compreensão direcionada a uma aluna que durante algum tempo ainda esteve com as configurações arcaicas. Aos professores Luiz Antônio Pinto Cruz (Luizão) e Keila Queiroz e Silva, que compuseram minhas bancas de qualificação e defesa, agradeço pelas recomendações, provocações e puxões de orelha, que foram essenciais para que esse trabalho pudesse ficar ainda melhor do que eu imaginava.

Não fui sucinta nesses agradecimentos. E nem queria ser. Cada pessoa aqui, mencionada direta ou indiretamente, é peça importante na minha vida. Sem elas, seria tudo diferente. Já que estou contente com tudo o que aconteceu, nada mais justo que agradecer aos responsáveis. Obrigada, obrigada e obrigada!

Se Adão tivesse pegado a maçã
haveria um desfile,
uma celebração,
um feriado para comemorar
o dia em que ele buscou conhecimento.

[...]

Mas foi Eva quem ficou entediada,
cansada de seu cativeiro no Éden.

E o desejo feminino
por liberdade raramente é uma causa
para celebração.

(Danielle Coffyn)

Na mulher se cruzam a história de todas as mulheres, sua história pessoal, a história nacional e internacional. Enquanto combatente, é com todas as libertações que a mulher forma um só corpo. Ela deve enxergar longe.

(Cixous, 2010, p. 31)

RESUMO

Esta dissertação analisa as publicações do periódico Correio de Aracaju entre os anos de 1906 e 1914, visando verificar como o discurso jornalístico aborda a questão da violência contra a mulher e suas manifestações — violência física, sexual, psicológica, verbal e simbólica. Para tanto, o caminho delineado visa entender como tais discursos se associavam com o período histórico focado e os ideais nele divulgados. Por conseguinte, espera identificar as finalidades das publicações do jornal em relação às mulheres e de que modos tais interesses eram reflexo da sociedade brasileira que vivenciava a Primeira República e, simultaneamente, a Belle Époque. A bibliografia básica para empreender a análise passa pelos conceitos de violência (Chauí, 1985; Misse, 2016; Michaud, 1989; Bourdieu, 1989; 2012), representações (Chartier, 1990; Pesavento, 2007) e gênero (Scott, 1992; Soihet, 2007). A partir da pesquisa, foi possível compreender que a violência não se encontrava somente nas notícias, mas também em anedotas, artigos, textos ficcionais e, ainda, no cerne do discurso jornalístico, que a exercia por vezes. Identificou-se que todas as mulheres poderiam ser alvo das violências, mas elas eram mais frequentemente direcionadas àquelas que se colocassem como desviantes das normas sociais vigentes. Além disso, percebeu-se que os escritos do jornal eram carregados de intencionalidades: visavam diminuir, disciplinar ou punir as mulheres, justificar as agressões cometidas pelos homens ou, em certos casos, rechaçar a própria violência. Enfim, entende-se também que a base de tais discursos se associava ao ímpeto modernizador e aos ideais da Primeira República.

Palavras-chave: História das Mulheres; Violência Contra a Mulher; Violência de Gênero; Belle Époque; Primeira República.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the publications from the *Correio de Aracaju* journal from 1906 to 1914, aiming to understand how journalistic discourse deals with the issue of violence against women and its manifestations – physical, sexual, psychological, verbal and symbolic violences. To accomplish this, we aim to comprehend how such discourses were associated to its historical period and promoted ideals. Therefore, we hope to identify the goals of the publications regarding women and in what ways its interests were a reflex of the Brazilian society of the First Republic, and, simultaneously, the Belle Époque. Basic bibliography to perform the analysis involves the concepts of violence (Chauí, 1985; Misse, 2016; Michaud, 1989; Bourdieu, 1989; 2012), representation (Chartier, 1990; Pesavento, 2007), and gender (Scott, 1992; Soihet, 2007). From the research, it was possible to comprehend that violence was not only found in the news, but also in anecdotes, articles, fiction, and also at the heart of the journalistic discourse, which practiced it sometimes. It was identified that though all women could be targets of violence, it was more frequently directed to those who would put themselves as deviants of the social norms of the time. Moreover, we realized that the writings of newspapers were loaded with intentions: they sought to diminish, discipline or punish women; justify aggressions perpetrated by men; or, in some cases, condemn violence altogether. Finally, we also understand that the basis for such discourses was associated to the modernizing impulse and to the ideals of the First Republic.

Keywords: Women's History; Violence Against Women; Gender-based Violence; Belle Époque; First Republic.

LISTA DE FIGURAS/IMAGENS

Figura 1 – Paz e Concórdia (Pedro Américo, 1895).....	40
Figura 2 – Mapa da cidade de Aracaju.	55
Figura 3 – Ilustrações de Jeannette Bonnet e Jorge Deleschenaux.	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As mulheres da rua do Siriri e suas histórias.....	78
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – COMBATENDO NAS “JUSTAS JORNALÍSTICAS”: UMA ANÁLISE DA REPÚBLICA, DO MODERNO E DAS REPRESENTAÇÕES A PARTIR DO CORREIO DE ARACAJU	31
1.1. Explorando o contexto: um passeio durante a Belle Époque na República recém-nascida	32
1.2. Aracaju aos ventos da modernidade: da fundação à Belle Époque	54
1.3. Duas mulheres sem rosto: a ideal e a desviante.....	68
CAPÍTULO II – O TERMO NO PLURAL: ENTENDENDO AS VIOLÊNCIAS DIRECIONADAS ÀS MULHERES A PARTIR DOS RECORTES DO CORREIO DE ARACAJU	85
2.1. O entendimento sobre a violência	86
2.2. As violências sem marcas: simbólica, verbal e psicológica	93
2.3. Entre mortas, feridas e abusadas: violências física e sexual.....	126
CAPÍTULO III – PARA ENSINAR, HUMILHAR, PUNIR OU RECHAÇAR: OS DISCURSOS JORNALÍSTICOS E SEUS USOS PERANTE A VIOLÊNCIA.....	142
3.1. O uso para a diminuição	146
3.2. O uso para disciplinar/normatizar.....	158
3.3. O uso para punir ou justificar	165
3.4. O uso para rechaçar	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS.....	187
FONTES CONSULTADAS.....	194

INTRODUÇÃO

Eu fiz meu pelo-sinal,
me curvei... disse que sim.

(**O Caso do Vestido**, Carlos Drummond de Andrade).

À primeira vista, *O caso do vestido*, publicado originalmente no livro *A rosa do povo* (1945), é um poema sobre uma traição perdoada em nome da manutenção da estabilidade financeira e do casamento. Com uma narrativa musicada e cuidadosamente construída, a dona do vestido narra de forma breve sua vida, respondendo aos questionamentos de suas filhas e, ao mesmo tempo, expressando em palavras o que aconteceu durante sua trajetória de mulher, esposa traída e mãe abandonada. Apesar de não nos atermos na abordagem minuciosa do poema de Carlos Drummond de Andrade, queremos apontar, inclusive para efeito da composição deste trabalho, que este escrito desnuda uma violência que não é imperceptível em seus versos, mas ainda assim é pouco notada em sua agressividade e intensidade.

A protagonista, conversando com suas filhas, é perguntada sobre um vestido pregado na parede, que nunca é usado. Hesitante, temendo a aproximação de seu esposo, ela conta que, certa vez, seu marido ficou enamorado de uma “dona de longe”, fato que o transtornou enormemente, sem que ele se esforçasse para esconder seus sentimentos da esposa. Chegou, inclusive, a agredi-la e a abandonar suas filhas no berço, indo para junto da outra mulher. Como ela não o quisesse, o homem utilizou-se de outro artifício para convencê-la: “Então vosso pai, irado, me pediu que lhe pedisse, a essa dona tão perversa, que tivesse paciência e fosse dormir com ele...” (Andrade, 2000, p. 98). Embora sofresse, a protagonista diz que sim, e o que para seu marido significou a vitória da conquista realizada, para ela foi um momento de abandono, tristeza e, evidentemente, violência(s). Vejamos:

Saí pensando na morte,
mas a morte não chegava.

Andei pelas cinco ruas,
passei ponte, passei rio,

visitei vossos parentes,
não comia, não falava,

tive uma febre terçã,
mas a morte não chegava.

Fiquei fora de perigo,
fiquei de cabeça branca,

perdi meus dentes, meus olhos,

costurei, lavei, fiz doce,
 minhas mãos se escalavraram,
 meus anéis se dispersaram,

 minha corrente de ouro
 pagou conta de farmácia.
 (Andrade, 2000, p. 100)

Pensar na morte seria um alerta suficiente para demonstrar o impacto da atitude do homem, visto que não foi meramente uma traição: houve, inclusive, a humilhação da própria esposa perante a outra mulher, a fim de que ele conseguisse o que desejava. No entanto, a atitude do marido não tem apenas consequências imediatas ou que apenas atingem a narradora, como se vê ao longo dos demais versos. Entre a doença, a depressão e as dificuldades financeiras, vê-se o esforço de uma mulher que, como muitas vezes se vê na atualidade, não tinha que cuidar somente de si própria, mas também de suas filhas, pequenas demais para se recordarem do malfeito do pai. O envelhecimento da protagonista, provavelmente acelerado pelo *stress* e pelos desafios da maternidade solitária, une-se às mãos esfoladas pelo trabalho incessante e que, como vemos, não era suficiente para manter as meninas, visto que os anéis e a corrente de ouro também foram utilizados para pagar contas.

A mãe segue a narrativa contando que a “dona perversa” um dia apareceu em sua porta, relatando-lhe que, ao ter se apaixonado pelo homem que tanto lhe perseguira antes, foi logo rejeitada por ele, não importava o que fizesse. É mais uma violência colocada em perspectiva: mais uma mulher que se humilha perante um homem que não mais lhe quer, e que por isso perde tudo que um dia já teve, como se vê em “Um dia a dona soberba me aparece já sem nada, pobre, desfeita, mofina, com sua trouxa na mão” (Andrade, 2000, p. 100). Ao relatar sua sorte para a protagonista, ela pede perdão em troca do vestido que usava no dia em que aceitou ficar com o marido da outra. Vai embora e então o vestido é pregado na parede, provavelmente como concessão do perdão (Buhler; Melo, 2015).

Logo, porém, o homem retorna, em uma atitude tranquila de quem apenas retoma algo de onde havia parado. Sem reparar no vestido, ele senta-se e come, enquanto a mulher dizia sentir “uma grande paz, um sentimento esquisito de que tudo foi um sonho, vestido não há... nem nada” (Andrade, 2000, p. 103). Embora teoricamente vitoriosa no jogo amoroso que se desenrolou (Buhler, Melo, 2015), a mulher opta por esquecer a humilhação e o sofrimento vividos, e inclusive, ao longo do poema, demonstra relutância em fazer a história conhecida para suas filhas, seja por não querer explicitar a má conduta do pai, seja por intimidação ativa

realizada pelo marido, a partir de valores sociais vigentes ou mesmo por receio de violências mais incisivas, como sugerem Dias e Rocha (2020).

Justamente porque o poema retrata a realidade é que podemos identificar, em documentos históricos mais antigos, histórias semelhantes. O periódico utilizado nesta análise fornece alguns exemplos, sendo um deles o trecho denominado *Contos Ligeiros — Sova Bem Merecida* (Correio de Aracaju, 21 jun. 1908, p. 1). Dessa vez, a personagem tem nome: D. Eulália. Ela, que passava por viúva, tinha marido vivo, o qual a tinha deixado, no meio de uma gravidez, por uma atriz. O que acontece em seguida guarda muitas semelhanças com o poema de Carlos Drummond de Andrade. Os filhos crescem, arrumam trabalho e cuidam da mãe, enquanto o pai, embora volta e meia mandasse algum dinheiro, seguia sem paradeiro conhecido e já havia desprezado a atriz, arrumando outras mulheres pelo caminho.

Depois de ser deixado pela mais recente amante, lembra-se da esposa e dos filhos que abandonara há vinte anos e retorna à casa. Apesar de ter sido confundido com um ladrão e ter apanhado por conta disso, foi reconhecido por D. Eulália, que o acolheu junto dos filhos. O texto finaliza dizendo que ele tinha voltado definitivamente e que, apesar da ausência de duas décadas, foi perdoado e ficou por lá.

Mesmo que o poema de Drummond seja dos anos quarenta e que a história trazida no periódico date de 1908, são inegáveis as semelhanças entre as narrativas. Não era, de fato, uma realidade estranha às brasileiras. Mary Del Priore, em *Ao Sul do Corpo* (1990), discutia a frequência e as consequências da infidelidade praticada pelos homens já no período colonial. Quando saíam de casa, faziam com que suas mulheres assumissem o posto de “chefes de família”, muitas vezes tendo que se aliar a comadres ou mesmo aos próprios filhos para se manterem. Em outros casos, ainda segundo Priore, os homens deixavam aos cuidados de suas esposas legítimas os filhos que tiveram em relações extraconjugais.

Era, evidentemente, um problema maior entre as classes menos abastadas, a quem muitas vezes a norma delimitada pelas elites não atingia. Mas queremos argumentar que os textos citados expõem muito mais do que abandonos facilmente perdoáveis: mesmo não ilustrando sempre agressões físicas, essas histórias apontam a existência de outros tipos de violência, os quais se baseavam nas noções sobre o “ser homem” e o “ser mulher”. O perdão das histórias só precisa existir porque houve, de fato, um erro — ou vários. E em muitos casos, esses erros eram na verdade atitudes comuns de homens, muitas vezes naturalizadas ou, no mínimo, justificadas pelo discurso da época. Subalternizava-se as mulheres, restringindo-as a um lugar específico e, para além disso, fazendo-as perdoar as faltas cometidas, mesmo que os indivíduos não fossem dignos de benevolência.

Em suas naturezas poética e ficcional, o poema e a historieta expressam uma realidade de violências perceptíveis — a agressão física, por exemplo — e também das que são muitas vezes ignoradas, como é o caso do abandono, da humilhação, da subserviência compulsória e dos silenciamentos. Estas últimas, inclusive, podem não ser entendidas propriamente como violências, na medida em que não deixam marcas verificáveis pelo olhar e que estão, em muitos casos, restritas ao domínio do privado, do particular. A mulher, ligada a este ambiente, é também silenciada por ele, visto que o que acontece em sua casa não deve ser, de acordo com o interesse patriarcal, de conhecimento público.

Neste trabalho, enfocaremos as múltiplas violências, entendendo ser isso necessário para uma história das mulheres que é, simultaneamente, um complemento e um deslocamento em relação à história tradicional (Scott, 1992). Ao longo do tempo, a história embrenhou-se nas minúcias das vidas e vivências dos homens, fazendo com que seja necessário, agora, dar atenção também para as minúcias das vidas e vivências das mulheres. Assim, para trabalharmos esta temática, recorreremos ao periódico sergipano denominado *Correio de Aracaju*, que inicia seus trabalhos no ano de 1906, em um momento histórico em que a República ainda era recém-nascida e necessitava de uma sólida base para se impor como modelo legítimo e duradouro de governo. No cenário internacional, por sua vez, a *Belle Époque*, envolta pelas expectativas do moderno e da inovação, provocava mudanças a toque de caixa, que influenciaram também o Brasil e essa mesma Primeira República que ansiava por se provar diferente do Império atrasado e derrotado. É nesse contexto que veremos, a partir do periódico selecionado, uma série de representações sendo elaboradas ou reelaboradas sobre o sujeito feminino, e que eram disseminadas em variados formatos, visando diferentes objetivos. Compreender como o discurso jornalístico do *Correio de Aracaju* ajuda a exercer uma violência direcionada às mulheres e como essa violência se associa às representações tidas a respeito da mulher no período estudado é o objetivo que norteia este trabalho.

Para entender como a relação entre violência e representações ocorre, importa fazer algumas perguntas: o jornal somente se utiliza de uma violência já bem conhecida em seus discursos? Ou também atua como um produtor dela? Quando relata situações de violência, a fala do periódico a justifica ou a rechaça? E o próprio jornal compreendia isto que estamos chamando, agora, de violências como tal, ou desconsiderava seus impactos e sua própria característica de violência? Esta última pergunta é importante justamente porque, como já discutido, na atualidade, a concepção tida sobre atos, discursos e ideais violentos é diferente, em várias medidas, do que se tinha como violento no início do século XX, que é o período analisado nesta pesquisa e que tinha valores, perspectivas e problemas diversos dos de hoje.

Além de tudo, importa prestar atenção nos formatos em que o discurso jornalístico se manifesta. O Correio de Aracaju fornece uma variada série de gêneros textuais, visto que é um jornal de cunho noticioso e informativo, mas que também tinha seções voltadas para o lazer. Assim, em um mesmo número encontramos notícias, artigos de opinião, propagandas e anedotas, sendo que cada um de tais gêneros adota um tom, uma forma de escrita e uma maneira específica de dialogar com o leitor. Portanto, há aqueles em que a violência é, como visto em *O caso do vestido*, muitíssimo sutil, podendo estar mascarada pelo humor que a rodeia, pela beleza das palavras ou mesmo pela intenção daquele que escreveu o texto. É preciso, assim, compreender o periódico não como “mero receptáculo de informações” (Luca, 2008, p. 116), mas sim como fonte influenciada por quem a escreve e, principalmente, pelo contexto em que foi elaborada.

O Correio de Aracaju foi selecionado por dois motivos: o primeiro é o fato de ser um periódico republicano, fundado no início do século XX e que, justamente por isso, pode permitir uma compreensão da mentalidade republicana e em prol do Brasil moderno que ainda se formava, com leves nuances das permanências do século XIX. O segundo motivo, por sua vez, é a quantidade de números disponíveis para análise: entre 1906 e 1914, que corresponde ao período analisado neste trabalho, foram cerca de 1247 edições¹ utilizadas para a pesquisa, todas elas disponíveis no acervo digital do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.² É evidente que nem todas elas tinham trechos que interessassem ao objeto e aos objetivos da pesquisa, mas o grande *corpus* documental certamente tornou possível um trabalho mais denso e com mais fontes para comparação e análise. Vale também destacar que os jornais não foram utilizados na íntegra. Foram priorizadas algumas seções de forma fixa, sendo elas Gabinete de Riso e Recreio das Moças, voltadas para anedotas; Pensamentos, que trazia aforismos de pensadores conhecidos ou anônimos; além de notícias, poemas, artigos de opinião, contos e, em casos mais raros, propagandas. Dispostas nas quatro páginas das edições do Correio de Aracaju, essas seções permitem um olhar plural sobre as representações e as formas de violência que se almeja estudar neste trabalho.

Para além de ser a fonte principal, o Correio serve também como objeto de pesquisa. Isso porque ele nos concede, em sua postura de jornal de posição política abertamente declarada, uma maneira de compreender como o ideal da República se manifestava em suas páginas e como ele influenciava seus discursos. Assim, o Correio é usado não somente como

¹ É possível que o número seja menor, talvez em uma dezena, devido à existência de alguns arquivos repetidos.

² Site do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe. Página do Correio de Aracaju: <https://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/52>

fornecedor das fontes que serão analisadas, mas é ao mesmo tempo estudado em sua própria postura, sua maneira de se comunicar e sua relação e obediência aos princípios da federação.

Selecionados os trechos do jornal, todos eles foram devidamente separados e classificados de acordo com seu propósito na pesquisa. Para tanto, delimitamos aqueles que serão utilizados para compreender a violência direcionada às mulheres, e aqueles que ajudarão no entendimento do contexto histórico no Brasil e na cidade de Aracaju, bem como a respeito dos posicionamentos do Correio em relação à República e ao mundo moderno que se delineava. Tudo isso foi feito com o auxílio de tabelas, que permitiram inicialmente a separação, mas que auxiliaram no processo de classificar ou, nas palavras do historiador Francisco José Alves (2022), agrupar os tópicos levantados a partir de seu “parentesco”, ou seja, as similaridades que um tem com outros. Assim, o “parentesco” selecionado para agrupá-los foi, em primeiro lugar, os tipos de violência e, em seguida, com que finalidade o jornal utiliza tais discursos. A partir dessa seleção, o que se precisou fazer foi tecer comentários sobre o que foi dito e sobre o que identificamos nas entrelinhas, visando compreender o recorte comentado e prepará-lo para uma análise mais detalhada, com as devidas consultas à bibliografia e a comparação e cotejo com outros documentos históricos (Alves, 2022).

Há que se considerar algumas dificuldades da pesquisa. A primeira delas é que nem sempre o jornal digitalizado estava em boas condições. Alguns tinham pedaços faltando, o que dificultava a leitura em alguns pontos. Outros, por vezes, tinham sido digitalizados de forma indevida, com partes dobradas, impedindo que tivéssemos como ler o arquivo na íntegra. Todos esses, felizmente, foram poucos e não prejudicaram demasiadamente a pesquisa. Em vários momentos, porém, sentimos falta de esclarecimentos do próprio jornal quanto a quem escrevia os artigos ou editoriais, o que fez com que não pudéssemos investigar mais sobre aqueles que trabalhavam por trás da confecção do periódico. O único nome disponível, na maior parte do tempo, era o do Diretor, João Menezes, sobre quem não foi possível encontrar outras informações que elucidassem a respeito de seus pensamentos, sua vida ou dessem mais detalhes sobre seu trabalho.

A imposição do privado à mulher também teve impacto. Primeiro porque é mais uma dificuldade da pesquisa. E em segundo lugar, porque também se apresenta como uma das justificativas desse trabalho, já que, em muitos casos, não temos acesso a fontes que nos permitam conhecer como cada mulher era afetada pela realidade e pelas micro e macro agressões que vivenciavam dia a dia. “Quantas crônicas da vida conjugal não estarão sepultadas em sótãos, sob a forma de cartas, de diários íntimos?”, questiona Laure Adler (1983, p. 9). E quantas, da vida conjugal e da vida em sociedade, jamais teriam sido escritas, por motivos

vários? Se já temos poucos escritos femininos que falem de suas alegrias, temos menos ainda aqueles que denunciem como os comportamentos naturalizados eram, na verdade, agressivos, degradantes, entristecedores, prejudiciais para as mulheres. Em muitos momentos, a história das mulheres, de suas vidas, de suas conquistas e também de suas dores é vista a partir das entrelinhas. Na ausência de fontes produzidas por mãos femininas e publicadas nos jornais, trabalhamos com as reticências, com os silêncios, olhando os detalhes e nos apoiando, mais do que nunca, na interpretação embasada.

Falando de outros documentos, trabalharemos, também, com uma fonte secundária. Trata-se do livro *Rua do Siriri*, do escritor Amando Fontes (1899–1967), que viveu em Sergipe durante o século XX. Tanto em *Rua do Siriri* quanto em *Os Corumbas*, o autor trabalhou múltiplas questões ligadas à classe trabalhadora e suas vivências em um período de modernização e industrialização. Embora *Os Corumbas* seja sua obra mais célebre, o romance que resolvemos analisar trabalha com mais vagar elementos relacionados às mulheres; entre eles, a violência. Isso porque *Rua do Siriri* trata das vidas e do cotidiano de prostitutas de uma Aracaju que precisaria se adaptar às exigências da República e da *belle époque*. Sendo mulheres desviantes — conceito que trabalharemos ao longo desta dissertação —, as prostitutas do romance em questão experienciam as consequências de uma política que as enxerga como meros vetores de doenças físicas e morais, e de uma sociedade que as rechaça e agride diariamente. São elas, como mostrado ao longo do livro, uma série de mulheres que foram e continuaram sendo vítimas de violências de várias ordens, sutis ou não. E embora seja uma obra literária, acreditamos que *Rua do Siriri* expressa muitíssimo o pensamento de um período e de uma classe específicos, além de ser o livro menos trabalhado e analisado de Amando Fontes, apesar de sua relevância.

Traçando o caminho para a análise dessas fontes e para buscar respostas para as perguntas que sustentam esse trabalho, é possível elencar três objetivos específicos. O primeiro deles é identificar as representações femininas que se associam com o arquétipo da mulher ideal e da mulher desviante, e como elas se associam com o contexto do Brasil República e da Belle Époque. Explicando em termos simples, por enquanto, a mulher ideal era o modelo a ser seguido e almejado por todas as mulheres, enquanto que a mulher desviante era toda aquela que saía, por deslize ou por vontade, dos contornos que delimitavam, naquela sociedade, o sujeito feminino. Ambas são imagens tidas sobre essas personagens, e não necessariamente correspondiam à realidade, mas acabavam por influir na visão que se tinha sobre as mulheres, assim como os valores, as normas, a etiqueta, os mecanismos de repressão e diversos outros elementos que influenciavam de fato suas vidas. O jornal deixa isso muito claro ao aplaudir e

elogiar as moças que se mantivessem no arquétipo ideal, enquanto condenava, criticava ou mesmo ria daquelas que eram consideradas desviadas.

O segundo objetivo é investigar como a violência contra a mulher é retratada e/ou exercida no discurso jornalístico do Correio de Aracaju, no período estudado. Como já dissemos antes, não abordaremos somente violência física ou as notícias que se referem a ela. Buscaremos, além dela, os momentos em que o discurso jornalístico atuou no sentido de transformar uma relação de diferença em uma relação hierárquica de desigualdade, a qual muitas vezes culmina em dominação, exploração ou opressão, e que age no sentido de classificar e tratar um indivíduo como uma coisa (Chauí, 1985) ou como o Outro, o oposto do Sujeito (Beauvoir, 2019a). No jornal, isso ocorre de variadas formas, desde a piada inocente sobre a mulher fútil que só pensa em chapéus, até a notícia da jovem morta pelo pretendente rejeitado — ambas encontradas ao longo das edições do Correio de Aracaju. E isso nos remete novamente ao poema apresentado no início desta introdução: por mais que o choque maior esteja no verso “bebeu, gritou, me bateu”, a violência se estende ao longo de todo o relato da mulher. Estamos tratando, portanto, de uma violência que é sobretudo simbólica, no sentido de que é sutil e até mesmo invisível a suas próprias vítimas, além de ser exercida através da comunicação e do conhecimento, ambos conhecidos e reconhecidos tanto por quem domina quanto por quem é dominado (Bourdieu, 2021).

Inclusive, uma vez que a violência é um conceito central no problema de pesquisa, é importante dizer que, de certa maneira, ela ajudou a moldar a justificativa deste trabalho. Isso porque o sentido de violência se modificou ao longo do tempo, e a construção de seu significado, na atualidade, é muito mais complexa do que somente a ideia da agressão física. Michel Misse (2016) argumenta, inclusive, que o significado desta palavra se encontra ainda em processo formativo, e está ligado a uma expansão da sensibilidade moral que lhe confere sentido. Em outras palavras, o que é hoje visto como violência, por uma série de motivos e justificativas sociais, morais ou mesmo científicas, antigamente não o era. Isso não quer dizer que o ser humano da atualidade é mais ou menos resistente aos problemas e acontecimentos infelizes de uma vida, mas sim que houve uma mudança de perspectiva e de abordagem em relação ao que é ou não violento. Nisso podemos destacar a questão da violência contra a mulher, aliás. Porque, há poucas décadas, o discurso de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” não era enxergado como um problema, visto que as discussões conjugais estavam circunscritas ao domínio do privado — e, portanto, lá deveriam permanecer. Do mesmo modo, não se considerava uma violência que meninas fossem direcionadas quase que obrigatoriamente ao casamento, e em muitos casos tivessem que desposar homens muito

mais velhos e pelos quais elas não tinham interesse. Assim, tendo essa perspectiva em vista, esse trabalho tem como justificativa um entendimento adequado às visões atuais sobre a violência contra a mulher, compreendendo suas formas de execução, maneiras de perpetuação e intencionalidades.

Essa discussão é extensa, e justamente por isso será apresentada com mais vagar ao longo da pesquisa. Mas é interessante deixar claro que a compreensão, neste trabalho, é de que toda violência tem um pano de fundo simbólico, mas pode se manifestar com uma classificação para além dele. É por isso que, além de simbólica, optamos por classificar as violências em outros tipos. Tais como física, sexual, verbal e psicológica. Embora todas elas tenham uma mesma base, manifestam-se de maneiras diferentes, e mesmo aparecem ao longo dos números do jornal em seções diversas. É difícil, por exemplo, vermos a violência sexual em outro momento que não o da notícia — que geralmente repudia o crime praticado contra a mulher. No entanto, as fontes surpreendem, e a análise deve, certamente, levar em conta o posicionamento do trecho destacado.

Por fim, o terceiro objetivo visa entender em que sentidos os discursos sobre a violência eram operacionalizados. Isso quer dizer que queremos analisar as finalidades dos discursos encontrados no Correio de Aracaju. Quais deles visavam reprimir as mulheres e como faziam isso? Quais eram empregados a fim de corrigir comportamentos femininos indesejados ou considerados como problemáticos *na e para* aquela sociedade? Haveria aqueles voltados para moldar os comportamentos das mulheres e incentivar práticas e ideais ligados a uma “natureza feminina”? E por último, mas não menos importante: o jornal, ao longo de suas edições, já chegou a legitimar a violência direcionada às mulheres, em suas múltiplas formas? Imaginamos que haja ainda mais formas de operar os discursos além dessas que listamos; de fato, encontramos trechos em que a violência foi veementemente repudiada pelo Correio de Aracaju. Cabe, na análise, associarmos o que foi dito a suas intenções, sempre tendo como ponto de partida o contexto histórico, que auxiliará no processo de compreender melhor as bases dessas ideias.

São esses três objetivos que norteiam a ordenação dos capítulos aqui dispostos. No primeiro, *Combatendo nas “justas jornalísticas”*: uma análise da República, do moderno e das representações a partir do Correio de Aracaju, será delineado o contexto histórico do período analisado, a partir da situação política do Brasil e de seus reflexos na capital sergipana. Abordaremos, portanto, a influência da Belle Époque e do pensamento voltado para o moderno, como isso se uniu aos ideais do regime republicano e como o Correio de Aracaju soube se utilizar de tais elementos e se posicionar como divulgador da palavra salvadora contra o atraso.

Do mesmo modo, este capítulo contextualizará a Aracaju daquele início de século, que tentava a todo custo acompanhar o ritmo das mudanças que pareciam ter tomado todo o mundo. Pintar esse plano de fundo nos ajudará a chegar ao objetivo final desse capítulo, que é de apresentar a mulher ideal e a mulher desviante, e analisar como elas se associavam com o período estudado.

O segundo capítulo — *O termo no plural: entendendo as violências direcionadas às mulheres a partir dos recortes do Correio de Aracaju* — tratará de elaborar melhor o conceito de violência e suas classificações, apresentadas rapidamente nesta introdução. A partir dos trechos colhidos do jornal e levando sempre em conta o contexto, a tentativa aqui será treinar o olhar do leitor para, principalmente, identificar aquelas violências mais sutis e entender o motivo de serem, de fato, violências. Esse capítulo é de extrema importância, tanto porque a centralidade do debate empreendido está nele, quanto porque ele ajuda a justificar este trabalho. Com isso, queremos dizer que espera-se que ele ajude a exercitar a leitura crítica do discurso jornalístico, que é relevante para analisar a fonte histórica, sim, mas também para analisar os jornais *da atualidade*, que seguem cometendo repetidas violências contra a mulher diariamente. Afinal de contas, a história vai além de ser mero estudo do passado: sendo a ciência dos seres humanos ao longo do tempo, para parafrasear Marc Bloch (2002), nada se perde em entender como os nossos comportamentos ao longo desse tempo permanecem os mesmos e, simultaneamente, mudam.

O terceiro e último capítulo — denominado *Para ensinar, humilhar, punir ou rechaçar: os discursos jornalísticos e seus usos perante a violência* — vai se aprofundar ainda mais no entendimento de que a violência, quando vista no discurso jornalístico, tem diversos usos para além de mera repreensão de comportamentos vistos como negativos. Do mesmo modo, é um capítulo importante porque permite investigar se haveria algum tipo específico de mulher que seria alvo de violência. As Marias — mães, esposas, donas de casa — estariam livres dos discursos que atacariam outras mulheres? O direcionamento de tais discursos levaria em conta os bons hábitos dessas personagens? Ou toda mulher teria algum elemento comportamental que justificaria ou mesmo recomendaria um ataque, uma reprimenda, uma anedota ácida a seu respeito? Afinal de contas, mesmo no poema de Drummond citado acima, a protagonista, que obedece às delimitações da mulher ideal, foi traída, agredida e humilhada. É possível, portanto, que o jornal traga situações semelhantes para análise.

Vale dizer, também, que nesse capítulo também trabalharemos com classificações, embora elas não sejam tão fechadas quanto as do segundo capítulo. Há, entretanto, aquelas que são mais frequentes, e assim poderemos classificar o discurso como (a) diminuidor, visando solidificar a suposta superioridade masculina, seja por meio da ofensa pura e simples ou do

humor; (b) disciplinador, pedagógico, cujo intuito é reforçar as expectativas e o cumprimento das normas sociais; (c) punitivo, voltado para as mulheres que seriam “pontos fora da curva”, desviantes, ou justificador, almejando dar razão ao homem que pratica a violência, sem que a mulher necessariamente tenha feito algo considerado “errado” à época; ou ainda (d) rechaçador, quando o jornal repudia a violência cometida. Há, além disso, achados do jornal nos quais a mulher é posta na posição de vilã, ou é nitidamente descrita como um ser ridículo, ou também aqueles em que a violência cometida conta com a conivência do periódico. Estes serão devidamente sinalizados. Mas importa ter em mente, logo de início, que muitas vezes essas classificações se misturam entre si, e um mesmo discurso, que é utilizado de maneira punitiva, ao mesmo tempo diminui e ridiculariza a mulher, por exemplo. A partir disso, nota-se como essas violências compõem uma rede intrincada, às vezes agressiva e às vezes sutil, mas sempre forte, o que explica sua adesão e manutenção ao longo dos anos, e a dificuldade que ainda hoje se tem em quebrá-la.

Evidentemente, para seguir em frente com este estudo, foram necessárias algumas categorias analíticas centrais, além da violência, as quais terão a função de orientar, entre os caminhos da História Cultural, a abordagem que aqui será realizada. O primeiro conceito é o de representações, tidas por Roger Chartier (1990) como a relação entre um objeto ausente, chamado *signo*, e seus significados, ou seja, aquilo que se pensa sobre o signo. Aplicando essa ideia a este trabalho, entendemos que, havendo o conceito de uma mulher ideal, que obedece a determinados padrões e normas, não se está necessariamente falando de mulheres *reais*, visto que é impossível comportar em uma única imagem, uma única mulher, as individualidades e as múltiplas vivências femininas, atravessadas por culturas, classes, raças, religiões e outras várias diferenças. No entanto, as representações, já que são classificações, divisões e delimitações que organizam como o mundo social pode ser compreendido, são estabelecidas por determinados grupos sociais (Chartier, 1990), que atuam com mentalidades, ideais e interesses específicos. Exercem, como argumentou Bourdieu (1989), um poder simbólico que lhes permite definir o mundo social. A mulher ideal, portanto, não é só uma imagem da mulher desejada, mas é também um destino, um “norte” para as mulheres seguirem e que, a cada época, tem características diferentes, que vão mudando a depender de como muda a mentalidade e os objetivos do grupo que detém o poder.

É importante dizer, contudo, que a representação não tem aderência social por ser uma verdade, mas sim porque se assemelha a ela, tem credibilidade (Pesavento, 2007), e a partir disso tem poder de mobilizar o meio social. É Chartier (1990) que aponta como essa relação ocorre de maneira sistemática e intrincada, a partir de três modalidades: *classificações e*

delimitações, que produzem certas configurações intelectuais, como ideais, preconceitos, noções de moralidade etc.; as *práticas* — rituais, formas de falar, vestimentas etc. —, que permitem que uma identidade social seja reconhecida; e *formas institucionalizadas e objetivadas* a partir das quais são marcadas as existências de grupos, classes e comunidades, como é o caso da política, da religião, das classes sociais, da raça e, também, do gênero. A complexidade das representações reside nessa camada tripla de elementos que as mantêm fortes e asseguram sua permanência no meio social através dos anos. É por isso que importa, nesse estudo, a análise do contexto: ele nos fornecerá os detalhes necessários para entender como essas modalidades se articulam na Aracaju do início do século XX, por quais motivos e, não menos importante, a serviço de quem.

Outra categoria analítica de grande peso neste trabalho é a de gênero. Utilizado inicialmente para permitir um distanciamento de perspectivas deterministas, as quais se utilizavam dos termos “sexo” ou “sexo biológico” (Soihet, 2007), o conceito de gênero é comumente compreendido como as construções sociais criadas para definir o que é — ou deveria ser — feminino, de um lado, e masculino, de outro, muitas vezes partindo de noções apoiadas na biologia. Seria, portanto, uma categoria social baseada em e imposta sobre um corpo sexuado, ao mesmo tempo que uma forma de significar relações de poder (Scott, 1992). Joan Scott é uma das teóricas mais citadas a esse respeito, e ao pensar gênero como uma categoria para análise histórica, entende que existem quatro elementos que compõem a compreensão desse conceito. Temos, assim, que o gênero se baseia em (a) símbolos que evocam múltiplas e contraditórias representações sobre as mulheres, delimitados por (b) conceitos normativos expressos em doutrinas religiosas, políticas, científicas, jurídicas etc., e que (c) não se restringem aos domínios do privado e do parentesco, mas se estendem para o público, atingindo diversas instâncias sociais. Por fim, Scott fala, também, da (d) identidade subjetiva, apontando que as diferenças entre os corpos sexuados são constantemente evocadas para testemunhar e legitimar relações e fenômenos sociais que, na verdade, não se relacionam com a sexualidade. É o caso, por exemplo, de dizer que a mulher deve obrigatoriamente ser mãe porque seu corpo tem o poder de gerar uma vida. Ou mesmo quando, no poema de Drummond e no texto literário veiculado pelo jornal, o homem volta como se nada tivesse acontecido, porque tinha certeza de que sua esposa, *sua mulher*, o receberia de volta, sem reclamar, porque esse era seu papel marcado.

Relacionando tais conceitos entre si e com a ideia da violência é que desenvolveremos esta pesquisa. Isso porque entendemos, já de antemão, que as relações de violência aqui estudadas não se desenvolvem sem o marcador de gênero e sem as representações criadas e

difundidas sobre as mulheres. Além disso, os dois conceitos se associam na medida em que consideram a força e o impacto das construções sociais nos modos de pensar, agir e mesmo sentir: as construções de gênero *são* representações, delimitam aquilo que é esperado por um grupo — no caso, a sociedade patriarcal —, e produzem relações de verossimilhança. Estas, tratando especificamente de gênero, colocam o corpo como molde e justificativa de comportamentos e modos de estar no mundo, no que Bourdieu (2021) se refere como uma biologização do social e socialização do biológico. O que queremos entender é em que medida essas representações de gênero se associam às violências praticadas contra as mulheres.

Quanto à metodologia, trabalharemos com a análise do discurso. Foucault (2008) define o discurso como um conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva. Em outras palavras, quer dizer que é um conjunto de funções que delimitam o que é possível de ser dito e sobre as quais se pode verificar alguma regularidade. Sua produção seria “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2014, p. 8-9). A partir daí, entende-se que o discurso está intimamente ligado ao poder e que, para compreendê-lo, é necessário entender sua singularidade, verificar suas condições de existência e determinar sua ligação com outros enunciados (Foucault, 2008).

O discurso está, ainda, muito vinculado à linguagem. De acordo com Brandão (2012), ele é o ponto em que se articulam os processos ideológicos e os fenômenos linguísticos, enquanto Orlandi (2015) o concebe como um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto. Assim, estudar a linguagem e o discurso requer, também, o estudo da sociedade e da história, visto que aquilo que se diz “é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social” (Brandão, 2012, p. 59), sempre permeados pelas ideologias existentes. Os sujeitos, também influenciados por esses contextos e ideologias, são ao mesmo tempo capazes de se apropriar dos discursos. Vemos, aliás, esse trabalho de apropriação ao longo das edições do Correio de Aracaju e temos como intuito identificar a ingerência do contexto e da sociedade no discurso jornalístico.

Compreendemos que a análise deriva muitíssimo do próprio analista, que é quem define a questão de pesquisa e, portanto, constrói um dispositivo analítico específico, o qual se baseia nos conceitos, fontes e finalidades já mencionados. Assim, no posto de analista, nos colocamos em uma posição deslocada, na qual se espera atingir uma melhor compreensão sobre como se produzem os sentidos dos discursos (Orlandi, 2015). A partir daí, realizamos uma análise prévia, na qual separamos as fontes e delimitamos o que se diz, como se diz, quem diz e em que

circunstâncias. Em seguida, resta a análise em si, na qual retomamos a teoria e o corpo documental (Orlandi, 2015), buscando os vestígios, compreendendo o contexto e empregando os conceitos. Mas não queremos entender o que o texto diz a partir das referências externas que carrega; queremos, como bem traduz Orlandi (2015), compreender *como* o texto significa, buscando ver a língua no mundo e todo o processo de produção de sentidos.

No caso específico do discurso jornalístico, é preciso considerar também a intertextualidade, que se caracteriza por ser a realização de referência a outros discursos, como o médico, o científico e saberes de outros campos, a fim de criar um efeito de evidência (Brandão, 2012). No caso de um período em que as mulheres eram reguladas a partir de múltiplas perspectivas, verificamos que a pluralidade desses saberes se deixa ver a partir dos escritos dos jornais e, por vezes, são publicados e utilizados de modo a atender fins específicos. Cabe a nós explorar os discursos e entender o que dizem, como dizem, para quê/quem dizem.

Aliás, temas como a loucura e a sexualidade constantemente foram abordados na análise do discurso, em especial por Foucault. São temáticas sobre as quais o discurso exerce seu poder com mais afinco, muitas vezes utilizando-se de procedimentos que buscam limitar o que se fala ou como se fala. A sexualidade, aliás, é entendida por Foucault (2021) como referencial do discurso; ou seja, é ela que norteia as temáticas sobre as quais se fala, como o casamento, as chamadas perversões, a libido, entre outros. Aqui, neste trabalho, também falamos sobre a sexualidade, visto que abordaremos as temáticas do casamento, das performances de gênero, das representações tidas a respeito das mulheres e dos homens, além da ideia a respeito da mulher ideal e da desviante. A sexualidade se constitui como referente dos discursos que norteiam essas temáticas, inclusive porque, ainda segundo Foucault (2021), é um campo de saber. Assim, compreendemos que a sexualidade se manifesta de modo a orientar o que pode ou não ser dito e, mesmo que não tenha validade científica, tem grande impacto na sociedade.

É preciso deixar claro que entendemos que os discursos não falavam da mulher sergipana, mas sim da mulher em um contexto geral. Era difícil que o jornal delimitasse geograficamente as mulheres sobre ou para quem falava, então era raro encontrarmos, no corpo documental pesquisado, excertos que apontassem em específico a mulher natural de Sergipe. Aline Rabelo, em *Gracejando as filhas de Eva: a mulher burguesa em anedotas oitocentistas* (2015), comenta sobre essa mesma questão e revela que por isso optou por não trabalhar com a mulher aracajuana, colocando em seu lugar a alternativa mais geral: a mulher brasileira. Entretanto, o Correio de Aracaju tinha um escopo geográfico que abrangia diversas cidades de Sergipe e, portanto, era publicado para aqueles que vivessem no estado. Assim, mesmo que normalmente não falasse *sobre* a mulher sergipana, seus escritos ao menos as tinham como

alvo. Visavam transmitir às sergipanas aquilo que se referia ou era ouvido pelo restante das brasileiras. As representações tidas sobre as mulheres, embora pudessem variar — e frequentemente o fizessem — não tinham, afinal, limite geográfico.

Enfim, antes de prosseguirmos para o estudo em si, vale discutirmos rapidamente o título deste trabalho. “À mulher brava, corda larga” é um dizer popular que aparece em uma das edições do Correio, na seção Pensamentos, a qual trazia aforismos de autoria conhecida ou anônima. Este excerto determinava sem rodeios como a mulher não deveria se comportar e como o homem deveria agir caso ela, teimosamente, persistisse com as atitudes repudiáveis. O escolhemos como título, entretanto, não por concordarmos com o que diz, mas sim por traduzir de forma sucinta o pensamento corrente entre a sociedade brasileira do início do século XX, que direcionava às mulheres uma violência também a partir dos dizeres e escritos que autorizavam ou incentivavam agressões. É ainda um excerto que permite o entendimento de que havia intenções por trás dos discursos, tópico que, como já dito, será abordado ao longo do terceiro capítulo. Entendemos que selecionar para o título um trecho tão impactante e direto é deixar claro, desde o início, o fato de que a realidade do contexto em questão era, de fato, bastante rígida e, em muitos casos, cruel para com as mulheres. Assim, optamos por deixar de lado a sutileza ou a poesia: se falamos sobre violência, é necessário expor sua crueza.

Com essas considerações iniciais, seguimos. O primeiro passo é, como dissemos, entender o contexto em que essas relações se desenvolviam e os escritos de jornal eram produzidos. Entender as vírgulas e pontos finais que, assim como fizeram no poema de Carlos Drummond de Andrade, pontuaram aquele meio social, naquele período, naquele Brasil República que se constituía.

CAPÍTULO I

COMBATENDO NAS “JUSTAS JORNALÍSTICAS”: UMA ANÁLISE DA REPÚBLICA, DO MODERNO E DAS REPRESENTAÇÕES A PARTIR DO CORREIO DE ARACAJU

Antes de começarmos de fato este trabalho, é preciso traduzir um primeiro conceito. O primeiro deles é aquele de caráter mais global - não no sentido de ser geral ou de abranger todas as nações do mundo, mas sim de ter grande abrangência entre diversos países. Trata-se da *belle époque*, termo francês que designaria uma “bela época” ou “belos tempos”, temporalmente circunscritos entre os 1890 — alguns autores falam em 1870, com o fim da Guerra Franco-Prussiana e a Primeira Grande Guerra, em 1914 (Hobsbawm, 1988). Balizada pela Revolução Científico-Tecnológica do século XIX, que trouxe uma série de inovações aplicadas aos processos produtivos e alterou os hábitos cotidianos de milhares de pessoas (Sevcenko, 2021), a *belle époque* representou tanto um *boom* econômico - com uma ordem capitalista que já se consolidava —, quanto um período de otimismo econômico e de paz para os países ocidentais, que seria olhado com nostalgia a partir dos conflitos que tiveram seu início em 1914 (Hobsbawm, 1988). E, além disso, caracterizou-se pela euforia nos âmbitos sociais e culturais, em que as noções de modernidade, mudança, aceleração e inovação provocaram eventos de destaque, tais quais as grandes reformas urbanas realizadas em Paris — a cidade-farol da *belle époque* — no Rio de Janeiro e outras localidades.

O Brasil, como se pode deduzir, não ficou para trás. A *Belle Époque* brasileira foi especialmente inteligente em se utilizar da República, ainda uma novidade no país, como uma espécie de paladina tanto da modernidade, como também da ordem e do progresso, como inclusive salientam os dizeres na bandeira nacional. Como aponta Sevcenko (2021), foi um período delimitado entre 1900 e 1920, no qual a ordem do dia era “regenerar” este país, que havia ficado durante muito tempo sob as barbas brancas do letárgico Império. Para tanto, as novas elites econômicas do país deveriam atender ao chamado a fim de movimentar não apenas a economia, mas as mudanças consideradas necessárias para uma boa consolidação do novo regime e a movimentação da máquina do progresso.

Tanto a *Belle Époque* quanto os esforços em prol da República foram sentidos em Aracaju e, não menos importante, divulgados em seus jornais. No ano delimitado como limite para esta pesquisa, 1914, a capital de Sergipe já passara por diversas reformas urbanas, tinha alguns cinemas em operação, além de serviço de bonde da empresa Carris Urbanos. O Correio

de Aracaju³, periódico aqui estudado, cumpria seu papel em anunciar e promover as aquisições e iniciativas modernas da capital, fazendo questão também de apresentar as opiniões de sua equipe quanto a elas e quanto às melhorias que ainda eram necessárias à cidade. Jornal de cunho político, noticioso e também humorístico, levava a sério seu dever para com a República, e se utilizava de múltiplas estratégias e gêneros textuais para divulgar sua visão e seus valores.

Os textos que se referiam às mulheres também obedeciam a essa orientação. Considerada como indivíduo importantíssimo para o bom desenvolvimento da nação, mas ainda vista como influenciável, de “cabeça fraca” e necessitada de direcionamento, a mulher era constantemente alvo e/ou motivo de comentário do jornal, que, segundo era dito em suas páginas, tinha o dever de educar e orientar os sujeitos. Era sua tarefa deixar claro que ações e condutas aprovava e quais repudiava, salientando sempre o fato de que esta não era mera opinião do periódico, mas da sociedade que o ajudava a produzir e divulgar. A partir desse entendimento, vamos compreender “de fora para dentro” como a *Belle Époque*, a República e seus ideais têm responsabilidade na divulgação de ideais e representações sobre os sujeitos femininos, como o Correio os abordava e publicava, e em que consistia ser uma mulher ideal ou uma mulher desviante.

1.1. Explorando o contexto: um passeio durante a Belle Époque na República recém-nascida

No período que nos propomos a analisar (1906–1914), a República ainda tinha algo de novidade. Havia sido proclamada em 1889, a partir de um golpe militar que tirou a monarquia do poder e colocou um marechal como primeiro presidente. Foi o resultado de um paulatino enfraquecimento da legitimidade da monarquia em vários setores, ao mesmo tempo em que outras camadas sociais ganharam mais importância e, conseqüentemente, mais poder. A Guerra do Paraguai, o fim da escravidão e mesmo a decadência de popularidade do Imperador foram aspectos importantes desse complexo processo político.

Tratando brevemente de cada uma dessas questões, temos em primeiro lugar o conflito na região do Rio da Prata. As tensões se davam, principalmente, por questões fronteiriças entre Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, que aspiravam, por diferentes motivos, à hegemonia sobre a região e o acesso à navegação (Schwarcz; Starling, 2018). O conflito acabou por se associar também a questões internas e disputas econômicas dos Estados, sendo fatores para

³ Originalmente, nas páginas do jornal o título se escreve “Correio de Aracajú”. Contudo, optaremos por respeitar as normas gramaticais mais recentes e escreveremos “Aracaju”, sem acento, apenas nesta situação. Em relação aos demais escritos do periódico, escreveremos todos como se encontram na fonte original, inclusive mantendo os eventuais erros de redação.

acirramento dos conflitos. A guerra em si teve início em 1864, quando uma reivindicação brasileira ao Uruguai foi ignorada, levando à invasão dos territórios desse país.

A persistência do conflito, que só acabou em 1870, foi essencial para a desmoralização da monarquia e para criar descontentamentos vários. Em primeiro lugar, há os enormes gastos com o conflito, que chegaram a 614 mil contos de réis, levando a um déficit considerável nas contas públicas até 1889 (Schwarcz, 1998). Além disso, há o alistamento de escravizados, enviados aos campos de batalha para livrar seus senhores da guerra. Porém, a escravidão era incompatível com a ideia de um exército moderno, que compreendia a universalidade do recrutamento e a hierarquia meritória; para garantir a existência de um exército capaz de se envolver em uma guerra com a magnitude que teve a Guerra do Paraguai, foi necessário fazer modificações viscerais e adequar a sociedade à força armada moderna (Novais, 1995).

Evidentemente, nada muda de uma hora para outra, e mesmo que tivessem combatido ao lado de homens brancos e livres, ao retornarem ao Brasil, muitos escravizados eram reconduzidos ao cativeiro — e quando não, ainda tinham que lidar com as dificuldades de serem negros no Brasil do século XIX (Schwarcz; Starling, 2018). Muitos militares brancos, contudo, recusavam-se a perseguir negros fugidos, visto que tinham combatido a seu lado na guerra. Nas palavras de Novais (1995), a guerra expôs as contradições na sociedade e na política brasileira, abrindo um pouco o caminho para os ideais republicanos.

É significativo, aliás, que o primeiro partido republicano do Brasil tenha nascido no mesmo ano do fim da guerra, advogando pelo federalismo, pela democracia, ao mesmo tempo em que defendia a necessidade de que o Brasil seguisse o mesmo caminho dos outros países da América, que haviam se tornado repúblicas. O mote era “somos América e queremos ser americanos” (Nunes, 2006), e a argumentação também envolvia a questão bélica, considerando que a monarquia seria a origem da hostilidade em relação às outras nações e manteria o Brasil isolado perante as repúblicas que os rodeavam.

Ao mesmo tempo, o exército ganhou prestígio com o conflito, e agora era visto como forma de ascensão social. Os membros de alta patente, porém, estavam descontentes com sua posição hierárquica e com a situação política brasileira (Schwarcz; Starling, 2018). Tidos agora como os heróis da pátria, almejavam ter maior poder político — no império, era proibido que os militares se manifestassem sobre questões políticas — e, a partir da ideologia positivista de Auguste Comte, opunham-se à monarquia em favor da ordem e do progresso que esperavam encontrar na república.

Não vamos nos estender no tópico do positivismo, mas importa saber que seus ideais serviram, em alguma medida, para a tomada de ação que levou à proclamação da República e

também para nortear, ao menos nos momentos iniciais do regime, o caminho do Brasil rumo à modernidade. Comte acreditava na possibilidade de criação de um novo sistema de ideias que fosse capaz de gerar uma revolução política e moral a partir da razão (Rosenfield, 2021). Isso, para ele, seria o ápice da evolução do pensamento humano, visto que, partindo dos moldes das ciências naturais, considerava que haveria uma progressão em relação aos níveis de pensamento alcançados pela coletividade humana: do menos complexo, o estado teológico; para o intermediário denominado metafísico; e por fim para o estado positivo, em que a razão imperaria (Souza, 2020). O governo positivo deveria, portanto, seguir a marcha da civilização e se guiar pelo racionalismo e pela defesa do interesse geral (Rosenfield, 2021).

No Brasil, a ideologia teve aderência entre os militares, que tinham acabado de conhecer a glória de serem heróis e que agora estavam desejosos de poder político, uma vez que no positivismo havia “o destaque ao conceito de hierarquia a partir do estamento militar, considerado por Comte exemplo privilegiado de modelo ético” (Rosenfield, 2021, p. 40). Este grupo, que de fato foi o responsável pelo golpe que derrubou a monarquia, colocou em seu lugar não um regime qualquer, mas sim aquele que consideravam o mais evoluído em relação à ideia dos três estados: a República. O modelo presidencialista, por sua vez, foi escolhido porque o parlamentarismo ainda era muito associado à monarquia constitucional (Rosenfield, 2021). E embora inicialmente o positivismo tenha tido uma leitura difusa em terras brasileiras (Souza, 2020), na Primeira República seus conceitos e princípios acabaram sendo muito utilizados em discursos políticos (Rosenfield, 2021), mas também na ideologia que era apresentada e aplicada em sociedade, como inclusive tentaremos demonstrar neste trabalho.

A abolição da escravidão, em 1888, foi a manobra que acabou por minar de vez as forças da monarquia, muito embora tenha sido muito comemorada por abolicionistas e por ex-cativos. Achando necessária uma indenização pela força de trabalho perdida, o patronato escravocrata, tendo seus desejos ignorados — e inclusive combatidos pela ação de Rui Barbosa, ao mandar queimar os registros de escravos (Nunes, 2006), desiluiu-se da monarquia que havia concedido a liberdade aos cativos a partir de uma canetada. E o incômodo em relação à Princesa Isabel, que assinou a abolição, também era palpável. De um lado, era uma figura ligada a um regime político que, para os republicanos, impedia que o país tocasse em frente, rumo ao progresso. De outro, era vista como extremamente religiosa, de parca popularidade e pouco habilidosa para lidar com as questões políticas, além de submissa ao marido, um estrangeiro; um reinado seu era motivo de receio mesmo entre os monarquistas (Cruz, 2020. Schwarcz; Starling, 2018).

Além de tudo, a saúde de Dom Pedro II demonstrava um considerável desgaste e já era associada à decadência do próprio regime monárquico. Sua imagem já tinha sido muito abalada

por ocasião da Guerra do Paraguai, em que passou de “voluntário número um” a senhor da guerra — e pior ainda, de uma guerra sanguinolenta, que vitimara milhares de ambos os lados. E sua imagem de “senhor envelhecido, enfadado com o poder” e pouco ligado às tradições e à elegância da monarquia (Schwarcz, 1998, p. 607) contribuía para o entendimento de que a monarquia já tivera dias melhores. Assim, com um monarca que abandonada a majestade e uma regente impopular e que se distanciara ainda mais das elites econômicas e políticas ao abolir a escravidão, a monarquia não tinha mais uma base sólida para se manter em voga. Assim, com o enfraquecimento do regime e o crescimento das tensões, foi dado o golpe que instaurou a República, de modo bastante repentino e ainda com considerável hesitação do Marechal Deodoro, antes fiel à monarquia.

Em Sergipe, o republicanismo não vingou de imediato. À parte o caso de um laranjeirense que se declarou adepto porque um parente seu tinha assinado o Manifesto Republicano, em 1870, a província não aderiria a esse ideário apenas para fazer coro aos homens que os assinaram (Nunes, 2006). Tendo uma elite majoritariamente rural e ligada à produção açucareira, Sergipe era local de políticos Liberais e Conservadores, adeptos à prática da escravidão nas lavouras açucareiras. O republicanismo teve aderência, porém, entre os setores menos abastados de ex-alunos da Faculdade de Direito do Recife, oficiais da Marinha e do Exército e egressos das faculdades de Medicina e Farmácia da Bahia, entre os quais estava Felisbello Freire, que viria a ser o primeiro governador do estado. Além deles, diversos intelectuais sem diploma se uniram à causa, inclusive escrevendo a favor dela em jornais (Nunes, 2006).

Chegou a haver a criação de clubes republicanos em cinco cidades (Dantas, 2022) - Laranjeiras, Vila Nova, Estância, Itaporanga e também na capital, Aracaju -, e a propaganda em prol da república chegou a movimentar mais de um periódico, mas o partido em si só passaria a existir a partir de 1888. Maria Thetis Nunes (2006) salienta que, embora tivesse havido apoio dos bacharéis de Direito e Medicina anteriormente, nenhum deles chegou de fato a assinar o Manifesto Republicano que daria origem ao partido sergipano, tendo em vista a pressão exercida pelas oligarquias, que representavam boa parte - se não a totalidade - da clientela desses profissionais. Assim, o Manifesto foi assinado, em Laranjeiras, por “lavradores, negociantes, artistas, cidadãos dos mais respeitáveis do município, um médico” (Nunes, 2006, p. 261), mesmo que entre outros houvesse a identificação com o ideário republicano.

Foi Felisbello Freire quem, no entanto, soube se aproveitar das circunstâncias. Identificando o desgosto dos potentados rurais ressentidos com a abolição da escravatura e, mais ainda, com a falta de indenização pela mão de obra perdida (Dantas, 2022; Nunes, 2006),

Freire esforçou-se por atrair esses indivíduos para o Clube Republicano, retirando com sucesso alguns deles de seus antigos partidos Liberal e Conservador. Apelando para o ideal da rebelião contra o passado representado pela Monarquia, e fiando-se na desconfiança e na decepção desses cidadãos em relação às práticas do Império, o Partido Republicano de Sergipe ganhou aliados importantes, e assim tornou-se possível o enfrentamento dos partidos mais tradicionais.

Assim, quando ocorreu o golpe que derrubou a monarquia e pôs em seu lugar a República, a notícia foi bem recebida por Sergipe, que viu crescerem as adesões ao novo regime. E embora tenha havido resistência de alguns indivíduos, estabeleceu-se o Triunvirado que governaria provisoriamente o agora estado, sendo composto, por fim, pelo Capitão da Arma de Engenharia José de Siqueira Menezes, o proprietário rural Coronel Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro e o Professor Baltazar Goes — tendo estes dois últimos aceitado o cargo após a recusa de Antônio de Siqueira Horta e Antônio Dantas Melo, ambos também proprietários rurais (Nunes, 2006). Nota-se que, apesar da mudança de regime, os donos de terras ainda eram peça importante no cenário político de Sergipe e do Brasil. Não é à toa que haverá, nesse período, considerável resistência das oligarquias em ceder o poder a outros setores da sociedade, muito embora a burguesia capitalista já estivesse conquistando, aos poucos, seu espaço.

Nesse sentido, pegamos aqui emprestado o conceito de *Belle Époque* caipira. Embora tenha sido originalmente utilizado em referência à produção cafeeira do país — especialmente se tratando de São Paulo —, é interessante porque põe em foco “uma elite desejosa de modernizar-se” e que, utilizando-se da necessidade de modernização como justificativa, agia com violência a fim de impor seus ideais, perspectivas e interesses (Doin et. al., 2007, p. 95). Vale destacar que essa elite era composta por homens letrados, os quais acabaram por assumir cargos públicos e, a partir disso, tinham mais possibilidades de influenciar na administração do estado e de suas cidades. No entanto, para este estudo, partimos da ideia de que é preciso entender a modernidade levando em conta sua plasticidade, as mudanças que ocorrem de acordo com o lugar e suas configurações (Doin et. al., 2007), já que as particularidades regionais muito influem nos modos como um mesmo período é vivenciado, lido, apropriado e modificado. Assim, muito embora Sergipe de fato tivesse uma elite letrada, politicamente ativa na política estadual e nacional, e ávida pela beleza da modernidade, é preciso considerar alguns pontos, sendo o primeiro deles bastante óbvio: (a) a produção agrícola sergipana era voltada para o açúcar e não para o café; (b) Aracaju era uma capital nova; (c) as mudanças e inovações muitas vezes demoravam a chegar em locais distantes dos grandes centros brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo — no caso de Aracaju, isso afetava inclusive em termos de desenvolvimento físico da cidade. Ter em mente essas e outras condições importa para que possamos analisar

com mais cuidado — se é que não podemos dizer “precisão” — a realidade dessa localidade, naquele período. Aliás, é precisamente por isso que optamos por chamar esse período vivenciado em Sergipe e em Aracaju de Belle Époque Açucareira, considerando suas diferenças em relação à denominada Caipira e suas particularidades. Esclarecidas as condições, voltemos ao ponto em que paramos.

Um dos reflexos da adesão dos sergipanos ao novo regime é sua manifestação nos jornais, tanto antes quanto depois da manobra que instaurou a República. Aqui, já podemos falar do Correio de Aracaju, a ser estudado neste trabalho. Era um periódico que declaradamente combatia em prol da República, tendo como fundador Oliveira Valadão, chefe do Partido Republicano Sergipense e deputado federal por Sergipe (Correio de Aracaju, 24 out. 1906, p. 1). Tinha como Diretor João Menezes e sua sede localizava-se na Rua Japarutuba, n. 25 — passando para o n. 28-A a partir de 1907 —, no centro da cidade. Era comercializado em todo estado, mas não conseguimos encontrar a informação de seu preço no ano de sua fundação. No ano de 1908, no entanto, sabemos que, em Aracaju, cobrava-se pela assinatura o valor de 1\$000 (um mil réis) por mês, e no interior os valores trimestral, semestral e anual eram 4\$000 (quatro mil réis), 7\$000 (sete mil réis) e 15\$000 (quinze mil réis), respectivamente. E na edição de 1910 é possível descobrir o valor unitário, comprado sem necessidade de assinatura: o número do dia custava 100R\$ (cem réis) e o atrasado, 200R\$ (duzentos réis).

No que se refere à sua periodicidade, esta mudou ao longo do tempo: em 1906, era publicado semanalmente, e logo no primeiro ano anunciou-se que a publicação se tornaria diária em 1907, o que não aconteceu — nesse ano, chegou-se a duas edições por semana. Aos poucos, porém, o periódico aumentou para três a quantidade de números que veiculava semanalmente, e não demorou para que, a partir de 29 de janeiro de 1913, finalmente cumprisse a promessa feita aos leitores e passasse a ser publicado com frequência diária, depois de passar por diversas reformas (Correio de Aracaju, 6 dez. 1912, p. 1). Antes desta data, todas as edições informavam que a impressão era realizada em “machina rotativa de ‘Marinoni’”, mas com a mudança de periodicidade o texto foi substituído pelos simples dizeres “Publicação Diária”.

Finalizando as características técnicas do periódico, importa dizer que era composto, na maior parte das vezes, de quatro páginas, as quais seguiam uma mesma disposição de seus componentes na maior parte do tempo, com alterações eventuais. Na primeira, comumente eram dispostos os artigos e notícias relativos à vida política de Aracaju, de Sergipe e do Brasil, os quais, com certa frequência, dividiram espaço com textos literários, poemas e/ou as seções *Recreio das Moças* ou *Gabinete de Riso*, dedicadas a anedotas — a primeira durou apenas até 1907. A página era pontuada por uma ou outra propaganda — geralmente de medicamentos —

e era frequente, também, a sessão “O Tempo”, em que, de modo poético, anunciava-se as condições climáticas da capital. A primeira página costumava, durante os primeiros anos de publicação, ter também um calendário, que vinha acompanhado da enumeração cronológica das fases da Lua e dos feriados para aquele mês, além de um informe sobre os Santos do dia. Gradualmente, essa prática foi perdendo espaço, e em 1909 já não era mais realizada.

A segunda página, por sua vez, era voltada para os acontecimentos sociais, sendo noticiados eventos importantes, opções de lazer, e mesmo datas de aniversário de membros considerados distintos na sociedade aracajuana. A terceira era onde se lia os *Telegrammas*, que informavam sobre a vida política e social na capital do país e nos demais estados, enquanto que a seção *Necrologia* dedicava-se a abordar as mortes de indivíduos proeminentes da sociedade sergipana e também de seus parentes. Constavam, também, informes da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Sergipe, avisos marítimos da Companhia Nacional de Navegação Costeira, além de informes, solicitações e propagandas veiculadas na Seção Paga, que imaginamos ser voltada para uso dos populares. Havia, ainda, a seção denominada *Carnet*, que funcionava como um quadro de avisos a respeito das viagens feitas por personagens ilustres, tanto saindo quanto chegando de Sergipe. A quarta página, por sua vez, era onde normalmente estavam localizados os anúncios de produtos e estabelecimentos comerciais, muito embora estes estivessem espalhados por toda a extensão do periódico. Era ela também a única página em que os folhetins jamais eram publicados — não havia local fixo para eles, tendo aparecido em qualquer uma das três primeiras.

Sobre a autoria de suas publicações, infelizmente não se pode dizer muito. Boa parte dos textos era composta por gêneros textuais que não demandavam indicação de autoria ou mesmo não tinham um autor definido, como é o caso das propagandas, das anedotas e dos aforismos. E mesmo naqueles excertos em que se espera saber quem escreveu, frequentemente o Correio falhava em inserir a indicação do autor. João Menezes, o diretor, assinava os textos em que o intuito era esclarecer alguma informação sobre o jornal e sua produção. No caso de poemas a indicação de autoria era mais frequente: boa parte deles eram de poetas já falecidos e conhecidos em todo o Brasil, mas havia aqueles que assinavam apenas com as iniciais. O problema real está em não saber quem escreveu determinados artigos ou editoriais, principalmente, e quem compunha o restante do corpo editorial do jornal além de João Menezes. Interpretamos que talvez a anonimidade dos autores e dos demais produtores do jornal tenha um interesse velado: formar a concepção de que, ao menos no jornal, haveria homogeneidade de pensamento, de ideologia. Em uma perspectiva semelhante, mais alinhada com o foco dado aqui às mulheres, também poderia ser indicativo de que o que era falado no periódico era algo

de comum acordo perante toda a sociedade e, portanto, não precisava de autoria indicada. Se era senso comum na época, não era uma questão de opinião, mas de mera externalização, por escrito, de valores já correntes.

A data de sua fundação era emblemática: 24 de outubro⁴ é o dia que marca a emancipação de Sergipe em relação à Bahia, e a atitude do Correio ao escolhê-la é justamente no sentido de reconhecer e motivar “o levantamento moral e material” do estado. Mas é a República que ganha destaque nas publicações iniciais, destinadas a apontar o caminho a ser percorrido pelo jornal e a perspectiva a ser adotada. Logo no primeiro número, elogia-se não apenas o regime, mas também a Constituição de 24 de fevereiro e seus “bellissimos e edificantes preceitos”. Mais do que mero elogio a uma configuração política específica, o Correio de Aracaju deixava claro a mentalidade pela qual advogaria nos anos seguintes e que nortearia todo o material publicado em suas páginas.

O mote “Paz e Concórdia” aparece algumas vezes, tendo destaque o editorial homônimo publicado após o assassinato do Monsenhor Olímpio Campos, motivado por rivalidades políticas. Apesar da ocasião, o texto não deixa de apontar os valores da República que deveriam ser cultivados pelos cidadãos sergipanos a todo momento. Evoca-se, portanto, a “ordem como Lei, como pacificadora e como progresso”, a “democracia das instituições cultas”, além da “Paz augusta, a Paz como a soberania dos dogmas” e a “Concordia triumphante” (Correio de Aracaju, 18 nov. 1906, p. 1). Em outra publicação, o mote é retomado: “sob a bandeira da PAZ e da CONCORDIA, temos militado ao lado do jornalismo irrequieto e mutavel, mantendo a mesma attitude do primeiro dia, ha 5 annos” (Correio de Aracaju, 1 jan. 1911, p. 1). E seguia dizendo que o trabalho era desinteressado, visando a verdade das administrações e a “defeza dos sãos princípios da federação”. Era mais uma forma de representar a honradez e solidez, características importantíssimas para um jornal que se pretendia formador de opinião e portavoz dos valores da República, entre os quais se encontravam os dois termos bradados pelo jornal. Algo que importa perceber, no entanto, é que *Paz e Concórdia* é o título de uma pintura de autoria de Pedro Américo, executada a pedidos do presidente Prudente de Moraes e finalizada em 1895. Vejamos:

⁴ É importante deixar claro que o período compreendido como o ano — ou “anno” — do jornal parte da data de sua primeira publicação, e não do dia 1 de janeiro. Assim, o *anno* no Correio de Aracaju sempre muda na data de 24 de outubro. No entanto, em 1912, o registro da mudança para o *Anno VII* não ocorreu, comprometendo, conseqüentemente, as edições seguintes.

Figura 1 – Paz e Concórdia (Pedro Américo, 1895)



Fonte: Museu de Arte de São Paulo. Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/paz-e-concordia>
Acesso em: 8 mai. 2024.

A pintura tinha o intuito de representar a ascensão triunfante da República, representada pela mulher com um manto verde e amarelo recebendo coroas de louros, no lado inferior direito. A mulher alada representa a Paz, acompanhada por anjos que carregam a cruz, logo acima. A República anda em direção à Concórdia, que também lhe saúda com uma coroa de louros, acompanhada por diversas musas aladas que chamam a atenção pela beleza e pelas habilidades que demonstram, especialmente no campo artístico. É a representação do progresso alcançado pela mudança de regime e pelo adeus ao atraso e à violência do passado, simbolizado pelo demônio alado que jaz no chão, derrotado. Esse passado que estava encerrado na monarquia, a qual havia permitido a barbaridade da escravidão e sustentado por tanto tempo o tenebroso conflito que foi a Guerra do Paraguai. A bandeira do Brasil aparece, tocada pelo vento, ladeando a República, enquanto os populares festejam a chegada do novo regime e de suas companheiras Paz e Concórdia.

Nota-se, portanto, que o lema utilizado pelo jornal como título do editorial não se referia apenas a um clamor pela manutenção da boa convivência após o acontecimento traumático representado pela morte de Olímpio Campos. Era, na realidade, uma noção já presente na cena

política, apoiada pelos dotes artísticos do paraibano Pedro Américo, que repetiria a mensagem na pintura intitulada *A libertação dos escravos* (1889). Aliás, a mensagem contra o passado da Monarquia aparece em outra ocasião no Correio: no dia 15 de novembro, aniversário da Proclamação da República, foi publicado um editorial em que se lê:

Vem bater palmas ruidosas á aurora do dia commemorativo da instituição triumphal da Republica de Washington na grande patria brazileira, que, ainda depois de ter extirpado o cancro da escravidão, trazia como nodoa de lama, no victorioso pendão auri-verde, o certificado de sua servidão ao regimen da tyrania. [...] E, para que sejam satisfeitos os seus grandes anhelos, traz sobraçados profusos ramalhetes e gloriosas corôas civicas que deporá no altar da Patria, porque, no paiz, todos são cidadãos, não ha mais escravos politicos, do mesmo modo que não ha mais negros de engenho (Correio de Aracaju, 15 nov. 1906, p. 1).

O texto não se configura somente como propaganda republicana, mas também como uma ferrenha crítica ao Império. Os parágrafos estabelecem clara noção de comparação. No primeiro, deixam claro através de palavras como “cancro” — ou “câncer” —, “nodoa” e “tyrania” a ideia de que a monarquia, seus feitos e suas características eram doença vencida pelo progresso, representado pela República. Esta é exaltada no parágrafo seguinte, no qual evoca-se a civilidade e a cidadania. A possibilidade de escolher o líder da nação, juntamente com a liberdade concedida aos estados pelo sistema federativo (Bignotto, 2020), representava o fim da escravidão política e, nas palavras do próprio jornal, que o poder, a partir da proclamação, passava a ser “de todo o mundo” (Correio de Aracaju, 15 nov. 1906, p. 1). Denota-se, a partir daí, outro fator que tinha contribuído para a queda do Império: o desgaste da imagem do Imperador, que parecia ter se convertido, durante a Guerra do Paraguai, em um tirano senhor da guerra (Schwarcz; Starling, 2015). A idade avançada e frágil estado de saúde de D. Pedro II também eram identificadas com a perda de forças do regime monárquico: era um modelo político velho, em vias de extinção no Brasil.

Nota-se, também, a referência à abolição da escravidão. Sendo uma medida do Império, decretada pela Princesa Isabel em 1888 e muito festejada inclusive pouco antes da proclamação, a extinção da escravatura concedera aos regentes grande popularidade, e inclusive motivou a criação da Guarda Negra, organizada por José do Patrocínio e composta por “capoeiras” admiradores da monarquia (Carvalho, 1987). No entanto, o Correio de Aracaju coloca nas mãos da República a responsabilidade pela abolição, possivelmente valendo-se do fato de que tinha sido uma conquista amparada, em alguma medida, por membros do movimento republicano. No que se refere a Sergipe, apesar da manobra calculista de Felisbello Freire em angariar o apoio dos senhores de terras, periódicos como *O Horizonte*, *O Laranjeirense* e *O Republicano*,

reconhecidos por sua oposição à monarquia, foram os grandes expoentes do pensamento abolicionista (Nunes, 2006).

Inclusive, na ocasião do aniversário de vinte e cinco anos da abolição, o Correio se presta a uma pequena alfinetada na monarquia, no editorial *A festa dos libertos*, ao dizer que a Lei Áurea “foi assignada pela mão fidalga e redemptora de uma mulher, que sentimos tenha a vida ensombrada pelo escuro de um berço regio” (Correio de Aracaju, 13 mai. 1913, p. 1). No entanto, a referência à Princesa Isabel é feita apenas ao fim do texto, e sem que seu nome seja de fato citado. Não sendo suficiente, ao longo do escrito a monarquia praticamente não leva o crédito do feito: “a grande e reparadora benção do céu, levantando o interdito da selvageria humana, desceu, como uma chuva santa de luz e dôce manná sobre a cabeça de uma raça inteira”. Descrito como macabro e obsoleto, o regime monárquico na realidade é culpabilizado diretamente pela escravidão e, conseqüentemente, pelo atraso econômico do Brasil. É pura propaganda republicana, desqualificando o antigo, através das palavras e do que se lê nas entrelinhas, em prol do novo.

Como temos visto, o Correio mantém a ideologia dos periódicos que o precederam, declarando que entrava “nas justas jornalísticas para combater pela verdade do regimen republicano federativo” (24 out. 1906, p. 1). E já que se falava em combate, era preciso construir e alimentar o imaginário do jornal como um guerreiro forte, justo e imprescindível para a nação, mas ao mesmo tempo como um querido amigo, um membro da família e mesmo um professor:

O homem que sabe ler e não tem um jornal em casa, é como a pessoa que pode comer, apresentando-se-lhe o pão, e morre de fome. [...] Acostuma-te a ver em tua casa algum jornal e, por via de regra, paga pontualmente a assignatura. [...] Um jornal é um amigo que nos entra de porta a dentro e nos vai dar noticia de toda a parte. O jornal é o advogado dos interesses do povo, ao qual dedica suas forças. É o propagandista que mais se empenha pelo desenvolvimento da lavoura, da industria e do commercio. Finalmente, o jornal instrue [...] (Correio de Aracaju, 6 mar. 1912, p. 1).

O que se identifica nesse trecho vai além do desejo pelo aumento de assinaturas, por mais importante que esse quesito seja. O intuito principal é, na realidade, a legitimação do jornal como recurso necessário a toda a sociedade. Para além de mero veículo de notícias, o periódico, segundo a leitura do Correio de Aracaju, era também aquele que lutava pelo bem do povo, da economia, além de promover e mesmo participar do processo educacional. Visava-se, a partir de tal discurso, garantir a força social e mesmo política do jornal — e principalmente de um jornal republicano, que se somava aos esforços de fortalecimento da imagem do governo. Nas palavras do Correio (13 mai. 1913, p. 1), a imprensa era “o orgam respiratorio de todas as sociedades. [...] o ar de todas as atmosferas. [...] a industria de todas as industrias. É a sciencia

de todas as ciencias.” Estes não eram meros elogios, mas sim propaganda veiculada na primeira página, delineada pela modernidade, representada aqui pela ciência e pela indústria. É a ideia do jornal indispensável à sociedade, justamente por ser polivalente: conduz a sociedade para o progresso ao mesmo tempo em que advoga pelos que precisam, luta contra os vícios e se comunica de maneira igualitária com todos.

Em outra passagem, aliás, salienta-se mais um aspecto importante ao dizer que “o jornal é o livro do povo e onde o povo não lê, não se instrue; a ignorancia alimenta as paixões, avulta a estatística do crime” (Correio de Aracaju, 7 jul. 1912, p. 1). Sem o jornal, argumenta o Correio, a sociedade está a mercê da violência que acompanha as nações não civilizadas. Nota-se, inclusive, a colocação do jornal em posição sacerdotal, que se associa perfeitamente com a religiosidade cristã, maioria no Brasil da Primeira República: “como um verdadeiro apóstolo do Bem, doutrina as multidões, e evangeliza aos povos”. Assim, caberia ao jornal, em sua abnegada — e quase santa — tarefa, censurar, afastar e purgar os maus costumes e os defeitos presentes na nação, ao mesmo tempo em que enaltecia e incentivava a moral, a justiça e tantas outras qualidades necessárias ao progresso brasileiro.

As justificativas ligadas ao regime se seguem ao longo dos anos. Ao anunciar que o periódico finalmente passaria a ser uma publicação diária, o Correio assevera que essa antiga espição se manteve “pelo interesse superior de melhor servir á República, á Sergipe e ao publico” (Correio de Aracaju, 29 jan. 1913, p. 1). No mesmo editorial, refere-se a erros que a República tenha cometido, mas sem condenar o regime por eles. Nesse sentido, compara-o a um pai indigno, cujos erros não justificam a condenação de toda a família. E, novamente, evoca a “grandeza das (sic) seus ideaes”, a qual permaneceria intacta na consciência nacional, e que se uniria à harmonia, à liberdade do voto, à unificação e à difusão do ensino, a fim de levar o país às tão desejadas Paz e Concórdia, “como do cahos brotou o Universo, onde movem-se milhões de sóes e brilham intensamente sem choques e sem invejas de ascendencias e de cathogorias”.

O trabalho do jornal também envolvia a divulgação de um imaginário sobre a República. Importava respeitá-la como regime político, sim, juntamente com suas instituições, mas também era extremamente necessário provocar orgulho, admiração e mesmo afeição, a fim de garantir sua prosperidade. Isso porque, como aponta José Murilo de Carvalho (1998), inexistia o sentimento moderno de comunidade ou de identidade coletiva, que seria o cimento necessário para a coesão nacional. Assim, era preciso estabelecer um imaginário aglutinador das diversas camadas sociais, colocando o Brasil em posição nobre, heróica ou mesmo familiar e afetuosa, e a República como seu projeto mais bem-sucedido.

De início, tivemos a representação da República como uma mulher. Esta foi realizada inclusive pelo próprio Auguste Comte, pensador responsável pela ideologia positivista, que impulsionara o republicanismo brasileiro. Sua ideia apoiava-se na mulher altruísta e na virgem-mãe, a fim de representar uma sociedade capaz de prosperar independentemente (Carvalho, 1998). O *Correio de Aracaju* (17 nov. 1912, p. 2), entretanto, vai um pouco além. No início do texto, desejando descrever o que é a Pátria a partir do olhar inocente de uma criança, diz que ela é "o conceito rudimentar de quem só vê se desdobrarem, ante si, as imagens de uma querida mãe, de um pai estremecido e dos irmãosinhos que compartilham dos inocentes folguedos". Segue comparando a Pátria a avós amorosos, a fenômenos naturais considerados bons ou regeneradores — a luz do sol, por exemplo —, à casa em que se vive ou mesmo ao trabalho dignificador. E os exemplos não param por aí: todos eles significam a adesão sem escapatória ao sentimento patriótico que deveria ser cultivado e divulgado perante todos os brasileiros.

Podemos ver, nesse mesmo texto, o entendimento repaginado a respeito da bandeira: “e a flammula ‘auri verde que a brisa beija e balança’⁵, é um pedaço de seda bicolor onde lampeja o ouro das nossas minas e se espelha a esmeralda da nossa vegetação, a cor de esperança de nossas florestas” (*Correio de Aracaju*, 17 nov. 1912, p. 2). As cores, originalmente representando as casas da família real, ganharam significado menos monárquico a fim de serem devidamente apropriadas pela república. O interesse não se resumia em valorizar as riquezas naturais das terras brasileiras e a partir disso elevar o apreço pelo Brasil: também consistia em afastar o imaginário do império e em definir que a nobreza do país não se encontrava na família real, mas sim em seu solo, em seus tesouros inatos.

Por fim, o sentimento patriótico reverberava, ainda, no estudo e no trabalho digno. Dizia o *Correio*, neste mesmo artigo, que a Pátria era o laboratório da ciência e a academia onde o espírito aprende, tanto os conhecimentos escolares quanto os morais. Além disso, era o movimento ritmado e ruidoso das máquinas nas fábricas, e o operário que trabalha para alimentar a família. Arremata dizendo que a Pátria era também a honra, que não deixava a mente sucumbir ao crime e à violência. Difícil dizer que essas ideias não reforçam uma imagem que se quer construir da instrução como caminho e do trabalho como fim. Era, como já expusemos, uma tentativa de deixar para trás a mácula do trabalho forçado e indesejado, colocando-o como elevador da honradez e da moral, ao mesmo tempo em que colocava-se em perspectiva a modernidade trazida e representada pelo maquinário fabril. Atribuir a toda uma nação qualidades que deveriam ser adotadas por todos os indivíduos era mais que utopia: consistia em

⁵ Em referência ao trecho do poema *O Navio Negreiro* (1868), de cunho abolicionista, escrito por Castro Alves (1847-1871).

estratégia para direcionar o foco, impulsionar o desejado, sempre através do desejo de pertencimento e de identidade. Afinal, se a desonra, a preguiça, o crime não cabiam à pátria, também não deveriam caber a seus cidadãos.

A elevação das qualidades do Brasil também atingia o imaginário sobre seu passado, evocando a imagem de um povo batalhador e capaz de guiar o país no caminho do futuro. Com uma história tão fecunda e tão cheia de ensinamentos, fazia-se necessário o estudo das “tradições de heroísmo e de coragem, de dedicação e de pertinácia, de abnegação e de patriotismo” (Correio de Aracaju, 6 nov. 1911, p. 1) a fim de garantir a solidez e a perseverança do Brasil novo, que surgira com a República. Importava muitíssimo falar do povo como uma entidade soberana e acima de tudo sábia, visto que o novo regime necessitava do apoio popular para se manter. Assim, no mesmo artigo, o Correio anunciava: “uma ardente juventude, robusta e confiante, soergue neste momento as forças dispersas do paiz e o aparelha às maiores conquistas na virgindade forte de uma raça nova, que se caldeia impetuosa e viril.” Cabia aos jovens manterem vivos os ideais republicanos, assim como fazerem conhecer a potência da “raça nova” — oposta às “raças históricas”, mais antigas —, a “originalidade da nossa sciencia” e, por conseguinte, a força da nossa literatura e da nossa indústria. Essa “raça nova” evidentemente fazia par com a modernidade da *belle époque*: em um período em que as mudanças aconteciam a toque de caixa, era preciso que a novidade também se estendesse ao povo.

É bastante possível que falar em uma nova raça fosse recurso levantador da moral de uma população que tinha boa parte de pardos e negros, muitos com as feridas da escravidão ainda por cicatrizar. Em um artigo denominado *O problema do clima e da raça no Brasil* (Correio de Aracaju, 20 dez. 1912, p. 1), assinado com as iniciais V. V., o articulista questiona a noção — já divulgada no período até em livros didáticos, pelo que se diz no texto — de que o clima seria hostil ao branco europeu e de que o cruzamento de raças seria nocivo e condenaria os brasileiros à decadência. Demonstrando-se bastante incomodado com este posicionamento, o autor do texto temia pela educação dos jovens brasileiros, que eram levados a pensar o pior de sua pátria, e criticava os escritores que defendiam tais ideias, descrevendo-os como repetidores do pensamento preconceituoso de autores europeus. Cita longamente o trabalho de James Bryce, descrito como publicista inglês⁶, dizendo que contém verdades, mas é bastante

⁶ O Visconde Bryce foi um político, diplomata e historiador britânico, reconhecido por seu trabalho como embaixador nos Estados Unidos e pela obra *The American Commonwealth* (1888). O livro referido pelo articulista do Correio é, provavelmente, *South America*, publicado em 1912. Para mais detalhes do livro, é possível consultar sua versão digitalizada, no *site* Internet Archive. Basta acessar o seguinte endereço: <https://archive.org/details/southamericaobse00bryciala/page/n7/mode/1up?view=theater>

superficial, não o considerando como ensinamento de fato, mas sim como produção pautada por diversos preconceitos de um europeu.

O articulista segue em seus protestos, dizendo que “as raças só valem pelo momento histórico e os climas são bons ou maus conforme coincidem com o esplendor de uma civilização” (Correio de Aracaju, 20 dez. 1912, p. 2). Tratando do clima, pontua como errada a ideia de Bryce de que haveria apenas três climas “aproveitáveis” na América do Sul, e ainda mais o pensamento de que “as regiões tropicais cobertas de matas” seriam mais apropriadas a negros e indígenas, enquanto “as regiões temperadas de sul do tropico de Capricornio, ricas em pastagens e florestas” seriam melhor combinação para receber os europeus. A terceira região, a planície central do Rio Amazonas, é descrita por Bryce, segundo o autor do artigo, como um local de clima adaptável, que receberia os homens quando fosse necessário.

No que se refere à “questão das raças”, o articulista se preocupa em apontar as contradições de Bryce. Segundo o autor estrangeiro, a raça branca estaria aumentando na América, infiltrando-se nas outras: “o mestiço é branco pela intelligencia, pelas maneiras e porque se julga branco e é tratado como branco” (Correio de Aracaju, 20 dez. 1912, p. 2). Todos os países sulamericanos seriam, portanto, brancos, mesmo que em várias regiões houvesse uma considerável parcela da população composta de negros e indígenas, e o movimento de imigração ajudaria ainda mais a transformar essa realidade. Ora, se o mestiço já pode ser considerado branco, qual seria a necessidade da imigração? Apontando esta contradição, o articulista segue em sua crítica, que passa longe de menosprezar o movimento de imigração, mas o coloca em outra perspectiva. Diz que o imigrante não viria com o mesmo ímpeto criador encontrado no colonizador, mas sim para aproveitar as benesses e posteriormente para melhorá-las e acelerar a prosperidade do país. De um modo ou de outro, há aqui a valorização do branco como sendo condutor do progresso. Mas uma vez que era necessário valorizar o povo brasileiro, composto por mestiços, era preciso exaltar o colonizador, que tinha deixado seu sangue em nossas terras, em vez do imigrante, que era nova peça nos jogos e dinâmicas do trabalho.

Também era necessário valorizar a potência do sangue negro. Justamente por isso, em *Lendas pátrias*, entre vários acontecimentos e personalidades citadas, o Correio de Aracaju (14 abr. 1907, p. 1) exalta “a Troia negra, a Republica de Palmares”, Henrique Dias, André Rebouças, Luiz Gama⁷, além da figura lendária de Chico Rei, que tinha sido rei na África, mas

⁷ Todos são personalidades negras e/ou descendentes de escravizados. Henrique Dias foi um militar reconhecido por sua atuação na Batalha dos Guararapes, ocorrida durante a Insurreição Pernambucana. André Rebouças foi engenheiro, inventor e abolicionista. Luiz Gama era advogado e escritor, e é considerado o Patrono da Abolição da Escravidão no Brasil. O Correio cita, ainda, Marcílio dias, marinheiro e herói da Batalha de Riachuelo, e José Mauricio, um padre considerado o mais importante compositor brasileiro entre os séculos XVIII e XIX.

acabara escravizado junto de toda sua comunidade. Na travessia para o Brasil, morreram sua mulher e filhos, sobrando apenas um. Com seu trabalho, conseguiu dinheiro suficiente para alforriar a si e ao filho, e em seguida todos os sobreviventes de sua antiga comunidade. Uma vez que já era reconhecido como Rei, formou um Estado e uma corte, em que a prosperidade era a norma. Provavelmente, a descrição detalhada da história de Chico Rei tenha sido feita para realçar uma suposta nobreza presente no sangue brasileiro⁸. Como já dissemos, era importante colocar o povo em posição soberana, e nada mais eficaz para isso do que traçar, na árvore genealógica brasileira, uma ascendência composta de heróis, intelectuais e reis, todos os quais eram, acima de tudo, trabalhadores hábeis e prósperos.

Como bom expoente da modernidade, o Correio também se dedicava em divulgar as novidades científicas que seriam úteis à população. Frequentemente essas novidades eram medicamentos, e também frequentemente seus anúncios eram baseados em relatos de pacientes e/ou médicos que se ocupavam em descrever seus bons efeitos. Era muito comum, também, que o paciente deixasse claro que já tinha se utilizado de vários outros medicamentos que em nada ajudaram, mas as pílulas, os elixires, as beberagens ou os pós anunciados tinham se provado santos remédios contra moléstias duradouras. Vejamos o anúncio intitulado *Útero, bexiga e vista*:

Attesto que achando-mo, ha mais de seis annos, padecendo de um grave soffrimento do utero, que não só me trouxe immediatamente uma grande inflammação, da bexiga, difficultando-me assim as suas funções como tambem essa inflammação, estendendo-se á vista fiquei della infelizmente privada por muito tempo, devido á grande quantidade do pús que se juntava dentro dos olhos; felizmente, porém, tendo feito uso do *Elixir de Nogueira, Salsa Caroba e Guayaco*, do pharmaceutico Sr. João de Silva Silveira, fiquei completamente restabelecida, tanto do que soffria do utero, como da bexiga e assim como recuperei a vista. [...]

Pelotas, 30 de janeiro de 1888⁹ — A rogo da Sra. Maria Baptista [...] (Correio de Aracaju, 31 mai. 1908, p. 3).

Podemos ler o anúncio considerando-o como uma propaganda que ia além do produto que anunciava, buscando também vender uma ideia: a de que a ciência moderna era benéfica, eficiente e, principalmente, eficaz. "Chefes de familia fazei vossos filhos usar o grande

⁸ Isso não quer dizer que o preconceito havia cessado. No mesmo texto, o autor aponta a suposta feiura das mulheres da corte de Chico Rei, mas diz que a atitude de doarem o ouro que lavavam de seus cabelos "as aureolava celestialmente" (Correio de Aracaju, 14 abr. 1907, p. 1). Além disso, antes de tratar das personalidades negras, menciona "os perigos das explorações iniciais" em uma terra dominada por "selvagens" e "antropofagos". É notável a ausência de personagens indígenas entre as magníficas lendas pátrias, provavelmente por conta de um pensamento que colocaria o indígena na posição de ignorante, de ser que precisa ser tutorado, a qual continuaria em voga por muitos anos, manifestando-se inclusive na obra *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, publicada em 1933.

⁹ Não conseguimos identificar se a data do relato é fiel à realidade ou se houve erro na digitação. De todo modo, ainda se enquadra no momento de valorização gradativa da medicina dita científica.

depurativo do sangue Elixir de Nogueira do pharmaceutico chimico SILVEIRA”, dizia o Correio em outra ocasião (27 mai. 1909, p. 2) Destaca-se aqui a menção, em ambos os trechos destacados do jornal, de que o elixir em questão era feito por um farmacêutico químico aparentemente reconhecido, e não um curandeiro conhecedor de ervas. Além disso, além de ser uma doença duradoura, o problema apresentado por Maria Baptista se estendia a várias partes de seu corpo, mas todas foram curadas a partir do uso de um único remédio. Prometia-se inclusive, em outro anúncio, que o elixir em questão era capaz até de curar a sífilis¹⁰, sendo recomendado a pais e mães para que dessem a seus filhos (Correio de Aracaju, 22 abr. 1909, p. 3).

Era mais um efeito da modernidade e da *Belle Époque*, ambos trazendo uma gama de novidades. A medicina buscava solidificar sua legitimidade como ciência, como saber necessário e como recurso indispensável para a promoção e conquista da saúde. E como, no contexto estudado, saúde representava progresso social e desenvolvimento econômico, a figura do médico tornava-se ainda mais valorizada, uma vez que era ele o detentor dos conhecimentos capazes de curar os corpos, sanear as cidades e redimir o povo brasileiro, não mais condenado pela mistura das raças ou pelo clima indolente, mas sim pela pouca salubridade de suas condições de vida (Santos, 2015). Além do mais, a condição de economia capitalista em desenvolvimento fazia com que o país se preocupasse com a saúde de toda a população, que comporia a força de trabalho agora entendida como riqueza nacional (Morales, 2023).

Por isso, em *O médico e o mestre*, o Correio de Aracaju (23 jun. 1911, p. 1) cuida em elevar o *status* do médico, juntamente com o do professor. Descreve, então, que o profissional da medicina “atravez da materia organica, vae, coração movido pela piedade, coração vulcanizado pelo amor, olhar apercebido da sciencia, em busca da ferida, da pressão que causa o gemido”. O médico atuaria, assim, de maneira abnegada, científica e, não menos importante, investigativa, a fim de descobrir o que pudesse sobre a doença e, a partir disso, curá-la. O Correio chega a comparar estes trabalhadores a Cristo, dizendo que bradariam ao paralítico para que andasse. Do mesmo modo, ao fluidificarem o sangue, ordenariam a ele que circulasse. De

¹⁰ A sífilis era uma doença muitíssimo mencionada ao longo dos números do Correio, e chama a atenção o fato de que não era estranho recomendar para crianças remédios para combatê-la. Sendo uma infecção sexualmente transmissível, é passada aos bebês através das mães infectadas. No entanto, na época em questão, a vida sexual das mulheres era bastante normatizada e vigiada, enquanto o mesmo não acontecia para os homens. Assim, muitos deles, sob a justificativa de serem “mais sexuais”, tinham múltiplos casos extraconjugais, inclusive com prostitutas — muitas infectadas com a doença mencionada. É muito possível que os maridos trouxessem a sífilis para suas casas, infectando suas mulheres e conseqüentemente seus filhos. O Correio de Aracaju (10 mai. 1911, p. 1) fala, aliás, do cancro sífilítico, um dos primeiros sinais de contágio pela sífilis, como sendo uma “moléstia terrível que ataca a mocidade”, e recomenda o uso do Elixir de Nogueira para tratá-lo. Nas palavras de Del Priore, “Médicos orientavam as mães. Só esqueciam de precaver esposas contra as doenças venéreas de seus maridos mulherengos” (2017, p. 407).

certa maneira, tais ideias refletem o pensamento de que o médico agora se convertera, a partir de seus conhecimentos científicos, em verdadeiro *expert* da saúde, da cura e do conhecimento sobre o corpo humano.

Os curandeiros, por sua vez, agora tinham o seu saber questionado ou até mesmo nomeado como charlatanismo (Santos, 2015) pelos próprios médicos e em coro com parte da sociedade. Era a *Belle Époque* e o progresso científico modificando as dinâmicas sociais. Em *Aos Domingos* (Correio de Aracaju, 3 mar. 1912, p. 1), o articulista que assina como Severo assinala que os médicos de São Paulo tinham protestado contra o curandeirismo, e descreve seus praticantes como “esculapios de meia tigella, que na falta do (sic) titulos, invocam os espiritos, movem as paixões, inventam curas e que na hora fatal lavam tão facilmente as mãos”. Mais do que mera superstição ou crença, o curandeirismo era apontado como irresponsável e perigoso, quando não era visto como cômico — o Correio chega a dar exemplos de atestados, a título de crítica e de deslegitimação pela ridicularização, caso fossem feitos por uma “feiticeira pelas artes do demo” ou por um “sapateiro” que diagnosticou “espinhela cahida”. Os médicos, por outro lado, seriam uma classe de homens inteligentes e comprometidos com o estudo e a aplicação da ciência em prol da saúde e da higiene. Eram, ao contrário dos curandeiros, portadores da legitimidade científica e social.

A especialização médica também é marca importante do início do século XX. De acordo com Santos (2015, p. 86), suas principais características eram “a divisão do trabalho médico em especialidades, a busca pela máxima precisão no diagnóstico e no tratamento das doenças, e a aproximação da medicina com a ciência e a tecnologia.” Entre os anúncios do Correio (7 fev. 1912, p. 4), encontramos o Dr. Helvecio de Andrade, que tinha clínica na Rua de São Cristóvão, n. 7, e era especializado em “molestias de senhoras e crianças”, enquanto o Dr. Augusto Leite residia na Rua de Japaratuba, n. 36, e atuava nas áreas de clínica médica e cirurgia.

As mulheres eram grandes alvos do discurso médico, e o Correio deixa isso muito claro a partir dos anúncios de medicamentos. As Pílulas Antidyspepticas, por exemplo, prometiam combater cólicas, irregularidades menstruais, corrimento e inclusive candidíase — que no jornal é denominada “flores brancas” (Correio de Aracaju, 25 abr. 1913, p. 2). O Iodolino de Orh, feito à base de óleo de fígado de bacalhau, era divulgado a partir dos casos de mulheres que tiveram de utilizá-lo. Uma delas, citada nominalmente como Ernestina de Oliveira, filha do Sr. Fabião Alves de Oliveira, era “profundamente anêmica” e passou por uma menopausa — ou “idade crítica” — permeada por dores nas costas, “flores brancas” e ataques nervosos (Correio de Aracaju, 30 ago. 1912, p. 2). Outro caso, relatado pelo marido da paciente, Tenente-

coronel Anselmo F. Lima, era de uma mulher já de saúde debilitada que, ao engravidar, sofreu tantos enjoos e ficou tão desnutrida que, ao quarto mês de gestação, sofreu um aborto. Perdeu, ainda, boa parte dos cabelos e dos dentes, “apezar dos medicamentos que usava” (Correio de Aracaju, 27 out. 1912, p. 2). Ambas foram, pelo que consta na propaganda, beneficiadas pelo uso do medicamento citado, que não era específico para mulheres, mas sim utilizado para tratar “limphatismo, rachitismo, anemia, escrophulose, diarrhéas infecciosas, affeições pulmonares etc.” Todas são patologias que afetam o vigor dos pacientes e que poderiam agravar os quadros de outras doenças que as acompanhassem.

Dizia-se que o preparado A Saúde da Mulher, por sua vez, era um remédio para uso interno que dispensava “irrigadores e outros aparelhos” (Correio de Aracaju, 5 abr. 1913, p. 3), e agia como “regulador do útero: facilita as regras, atenúa as cólicas, combate as hemorragias, alivia as dores rheumáticas e os incommodos da idade crítica” (Correio de Aracaju, 2 out. 1912, p. 3). Em termos de frequência, sua propaganda aparecia tanto quanto o Elixir de Nogueira, ou talvez até mais, e em muitos casos vinha acompanhado de algum testemunho de profissional da medicina, atestando seus efeitos benéficos para os problemas antes citados. O testemunho do Dr. Berillo Vieira Leite, de Estância, foi um dos encontrados: relatava o sucesso do remédio em casos de leucorréia — corrimento — e desordens menstruais (Correio de Aracaju, 29 abr. 1909, p. 3); o Dr. Candido Costapinto, cujo nome já aparecera em outras seções do jornal, dizia que o preparado tinha sido muito eficaz no trato de dismenorréias (Correio de Aracaju, 25 abr. 1909, p. 3).

A razão para tantas propagandas voltadas às mulheres não era somente por preocupação com seu bem-estar ou por entendimento de que as “desordens menstruais” lhes causavam sofrimento. Toda a questão revolvía em torno de promover um útero saudável e facilitar a concepção. Abordaremos este assunto com mais detalhamento em seguida, neste mesmo capítulo, mas importa deixarmos claro que a medicina também se ajustava aos interesses da República. E, nesse caso, o interesse era em criar herdeiros saudáveis e preparados para assumir o regime, a economia e ditar os rumos da sociedade. Para isso, as ideias e inovações voltadas à higiene e à saúde também tinham de se aplicar às mães. Em alguns casos, encontramos medicamentos propagandeados como benéficos para os homens, como é o caso do Dynamogenol (Correio de Aracaju, 19 fev. 1913, p. 3), que tem como um de seus atributos a “cura de impotencia” e outros sintomas menos específicos, como “palpitações, anemia, falta de apetite, fraqueza do peito, [...] fraqueza geral”. Mas mesmo ele se aplica para casos de histeria — doença tradicionalmente atribuída às mulheres — e “flores brancas”.

Mas as mulheres não eram somente alvo dos anúncios voltados à sua própria saúde. Também lhes eram direcionadas as propagandas de remédios para crianças, seus filhos, já que, como foi dito, era delas a responsabilidade de criar indivíduos saudáveis, fortes e capazes de gerir o país no futuro. O medicamento denominado Matricaria¹¹ assegurava especificamente às mães que a dentição das crianças que o tomassem aconteceria sem o menor incidente (Correio de Aracaju, 7 abr. 1907, p. 3). Os Pós Calcareos Naturaes (Correio de Aracaju, 5 mai. 1907, p. 4) prometiam o mesmo. E o Elixir de Nogueira, já mencionado, era propagandeado da seguinte maneira: “Mães, use o ‘Elixir de Nogueira’ do pharmaceutico chimico SILVEIRA, para prevenir o futuro de seus filhos” (Correio de Aracaju, 20 fev. 1908, p. 3).

As recomendações médicas iam além dos remédios. O Correio também se ocupava em publicar matérias que falavam sobre os cuidados infantis, que iam desde a higiene até a alimentação dos pequenos. Ao falar que o único alimento dado ao recém nascido deveria ser o leite materno, diz: “não é assim que procedem todos os mamíferos? [...] vamos de acordo com as leis naturaes, que são sempre as verdadeiras” (Correio de Aracaju, 4 jan. 1911, p. 2). Recomendava que não se desse alimentos sólidos antes dos dois meses, e que era preciso que “a natureza” indicasse a melhor época para começar a dar outros alimentos além do leite materno. Ar fresco, diretamente na cabeça, tempo ao ar livre, roupas sempre limpas, liberdade de movimentos e pés descalços sempre que possível eram também veementemente indicados na matéria. E ao final, o clamor era direcionado à mulher: “Mães! educae os vossos filhos hygienicamente: é o melhor patrimonio que lhes podeis legar.” Não foi possível descobrir se Fausto Lyra, que assina o texto, exercia a medicina ou tinha conhecimentos para fazer tais recomendações, mas o trecho em questão sinaliza o crescimento da importância do médico na vida cotidiana. Em tempos anteriores, a mulher parida confiaria na sabedoria da parteira ou mesmo de outras mulheres que conhecesse, mas agora as mães deveriam se beneficiar dos conhecimentos científicos e se aliar aos médicos na busca por uma sociedade saudável (Priore, 2017).

Ainda tratando da importância da alimentação, o Correio chegou a publicar um artigo defendendo a alimentação vegetariana como a melhor para as crianças. Descrevia uma conferência realizada por uma mulher, Mademoiselle Ioteyko¹², apresentada como uma doutora

¹¹ Pesquisando sobre o nome do remédio, que pareceu muito peculiar, foi possível descobrir que ele é um medicamento à base de camomila, vendido e utilizado até os dias de hoje para, entre outros efeitos, amenizar os incômodos da dentição do bebê. Teria ainda propriedades ansiolíticas, antifúngicas, antimicrobianas, antioxidantes e anti-inflamatórias (Santos *et. al.*, 2020).

¹² Mademoiselle Ioteyko, pelo que descobrimos através da obra *Paidología y Paidotecnia*, de Dom Rufino Blanco y Sánchez, publicada em 1920, foi “chefe do Laboratório de Psicofisiologia da Universidade Livre de Bruxelas e

que estudava a educação da primeira infância, mas também destacava que as crianças sob seus cuidados seriam sortudas por conta de “seu bondoso coração de mulher” (Correio de Aracaju, 22 fev. 1911, p. 1). Na conferência, Ioteyko advogava pelo vegetarianismo, apontando não apenas os benefícios desta dieta para a saúde da criança, mas também para seu desenvolvimento moral. “As faculdades de seu cérebro desenvolvem-se mais activamente, a saúde é perfeitíssima, e é alegre e afoita. Os máus instintos que por ventura existem são de prompto corrigidos, eliminados pelo vegetarianismo”, relatava o Correio, referenciando a palestra da doutora.

Novamente, o clamor era direcionado às mães: “é a alimentação ideal e única que as mães de família devem ministrar a seus filhos”. A carne de todo tipo deveria ser considerada como perigosa, porque facilitaria a ocorrência de doenças como a coqueluche, a escarlatina, a diarreia e mesmo a varíola, enquanto as farinhas, legumes e verduras contribuiriam para robustecer o corpo e o caráter da criança. “O futuro da raça, concluiu a illustre conferente — depende da alimentação infantil”. Ioteyko chegou, inclusive, a apresentar 20 crianças que realizavam a alimentação vegetariana, todas descritas pelo periódico como robustas, coradas e saudáveis. Eram exemplares do que se desejava para a pátria: boa índole e força, demonstradas pelo corpo saudável, necessário para a continuidade da sociedade.

O Correio de Aracaju também se debruçava sobre outras questões de maneira pontual. A higiene bucal aparecia no jornal a partir de propagandas, como a do dentifício Odol, que se dizia que penetrava em todas as partes da boca, combatendo a cárie mesmo nos pontos mais inacessíveis. O intuito era “conservar uma dentadura perfeita e sã” (Correio de Aracaju, 7 fev. 1913, p. 2), apelando para a busca da higiene, mas também da beleza. Em outra propaganda, a profissional Laura Amazonas (Correio de Aracaju, 3 set. 1913, p. 3), formada em Odontologia pela Faculdade de Pharmácia de S. Paulo (Santana; Santana, 2013) divulgava os serviços realizados em sua “Clínica Cirurgica Dentaria”. Dizia realizar seu trabalho “com perícia e esthetica”, colocando próteses de vários tipos, e as múltiplas possibilidades descritas no anúncio acenam tanto para seu conhecimento e competência, quanto para a evolução dos tratamentos odontológicos do período. Parece-nos que o detalhamento do anúncio não era meramente

diretora dos minúsculos laboratórios de Pedologia das Escolas Normais de Hainaut” (tradução livre). Pedologia é a ciência que estuda o comportamento e o desenvolvimento das crianças. Ioteyko aparenta ter sido uma profissional de referência, visto que, além de ter seus estudos trazidos no Correio e na obra acima, também é citada nas *Actas y Trabajos* do Quinto Congresso Médico Latino Americano, publicadas em 1914 e que se encontram disponíveis no *Google Books*. O Tomo IV abordava os temas de Clínica Cirúrgica, Ortopedia, Cirurgia Infantil, Obstetrícia e Ginecologia, e Ioteyko é mencionada no capítulo *La supresión o atenuación del dolor en el parto*; era inclusive considerada “alta autoridade na matéria”.

Links para as obras citadas: https://archive.org/stream/paidologiaypaido00blan/paidologiaypaido00blan_djvu.txt (*Paidología e Paidotecnía*). <https://bit.ly/actasytrabajosgooglebooks> (*Actas y Trabajos*) Acessos em: 15 jun. 2024.

comercial, mas também visava alçar a farmacêutica a um ponto de prestígio e confiança perante a sociedade aracajuana.

Já nos adiantando ligeiramente em relação à segunda parte deste capítulo, a indicação de onde ficava o consultório de Laura Amazonas — Rua Maruim, 93, na zona projetada da cidade —, juntamente com a informação sobre onde ela havia se formado, aponta que ela vinha de uma família com boas condições. Ela tivera todo suporte necessário para estudar e fazer um curso superior em uma época em que eram muito poucas as mulheres que chegavam a esse ponto — Maria Thetis Nunes (2006) diz que somente a partir de 1911 as sergipanas começam a diplomar-se, mas estava errada: Laura Amazonas formou-se em 1905, sendo a primeira sergipana a ter um curso superior, e retornou a Aracaju em 1910 (Menezes, 2017). Além disso, tinha condições financeiras para estabelecer sua clínica em um dos locais mais prestigiados da cidade, mesmo sendo uma mulher solteira (Santana; Santana, 2013). Pode ser um indício da burguesia já mais consolidada, influenciando nos espaços que podia e conseguia, formando o mercado e adaptando-se à sociedade moderna.

A modernidade também aparecia quando o Correio noticiava técnicas utilizadas pela medicina, como é o caso da transfusão de sangue, prática que não era recente, mas que, segundo o Correio de Aracaju (15 nov. 1912, p. 1), ficara abandonada por 50 anos. Outro trecho que chama a atenção é *Quem é vacinado não tem variola* (Correio de Aracaju, 21 jul. 1911, p. 1). O argumento do jornal era simples, mas não conseguimos dizer se era eficaz: a vacina era gratuita, bastava ir ao posto e pedir, e livrava o indivíduo do perigo da varíola. O único apelo era que o povo buscasse a imunização, coisa que, pelo modo como fala o periódico, parecia ser algo difícil de acontecer. Com efeito, a Revolta da Vacina ocorrera apenas 7 anos antes desse anúncio, e é plausível deduzir que, por mais que a medicina cavasse mais e mais o seu espaço de prestígio no Brasil Moderno, algumas técnicas ainda eram vistas com desconfiança.

Também a etiqueta era importante. Em várias edições ao longo do período analisado identificamos manuais ou mesmo textos que visavam normatizar quais hábitos e práticas eram apropriados na vida em sociedade. Consideramos que era um recurso tido pela burguesia para se destacar das camadas mais pobres, colocando-se como mais civilizada, educada e sofisticada. Colocada como algo que precisaria de um Manual (Correio de Aracaju, 11 abr. 1913, p. 1; 17 abr. 1913, p. 2) ou como sendo realizada e recomendada por alguém da estirpe da condessa de Gence (Correio de Aracaju, 29 set. 1912, p. 2), a etiqueta tornava-se uma necessidade burguesa para alçá-la a uma posição social de prestígio. Não bastava ter fábricas e dinheiro: era preciso ter, também, *status*. Era isso que assegurava que a burguesia pudesse ditar mais e mais uma

noção de realidade e de modernidade — não apenas o *status* advindo de lições de etiqueta, mas tudo que contribuísse para elevá-la acima do restante da sociedade.

Realizando essa longa exposição sobre a *belle époque* e suas características — sem, no entanto, esgotar o assunto —, é importante compreender como todas essas questões se aplicavam na cidade de Aracaju. Ela, à época, era uma capital criança, que ainda tentava se desenvolver. Para entender a influência da modernidade na cidade, vamos à segunda parte do capítulo.

1.2. Aracaju aos ventos da modernidade: da fundação à Belle Époque

Aracaju nem sempre foi cidade, e muito menos capital. Era, originalmente, um pequeno povoado, denominado Santo Antônio do Aracaju, habitado majoritariamente por pescadores na localidade que hoje conhecemos justamente como Bairro Santo Antônio. Boa parte de seu território era rodeada por mangues, e o Rio Sergipe era ponto importantíssimo para a vida no povoado, visto que, além de fornecer alimento e água necessários à população e de ser utilizado para a navegação e comércio (Jesus, 2021), foi também ele um dos grandes motivos para a mudança de capital, que se realizaria em 1855.

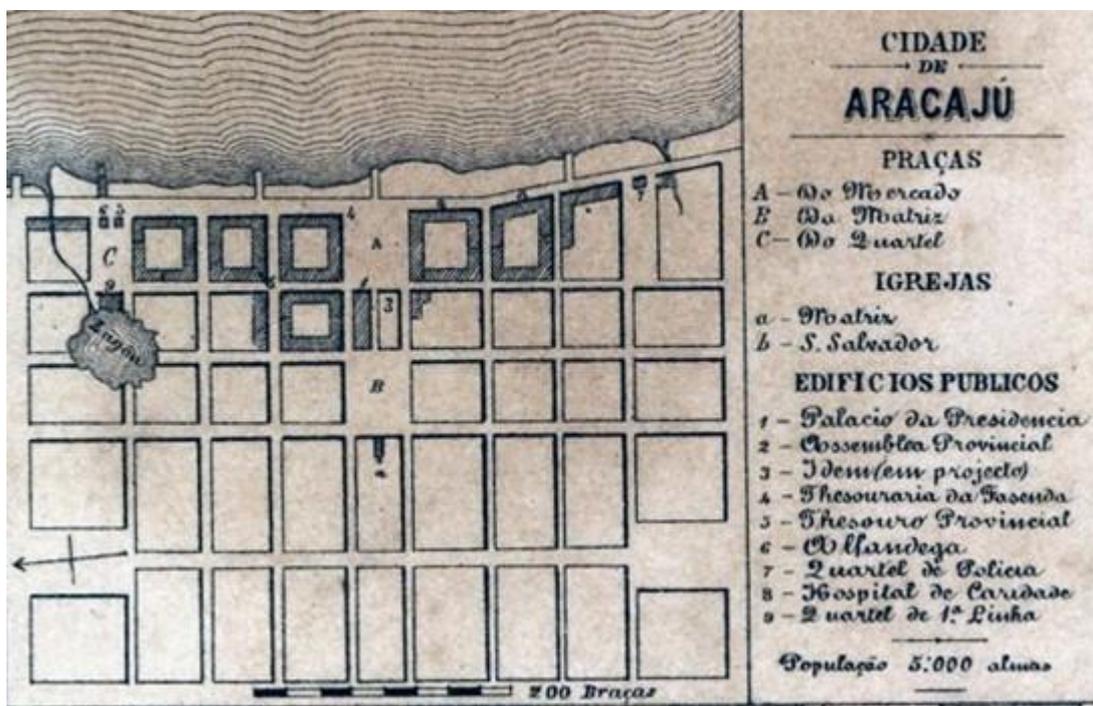
São Cristóvão era a cidade que ocupava esse posto inicialmente. Tinha sido fundada em 1590 como cidade-forte, na época da União Ibérica, por Cristóvão de Barros, e desde então mudara duas vezes de localização, a primeira sendo entre 1594 e 1595, e a segunda em 1607, fincando-se de vez às margens do Rio Paramopama e do Vaza-Barris (Nunes, 2006). Cidade já antiga, de ruas estreitas, e sem saída para o mar — visto que ambos os rios que a rodeavam não ofereciam condições para a navegação com vistas ao comércio fora de Sergipe — São Cristóvão tinha pouca relevância comercial, o que definitivamente não era interessante para a economia local, principalmente considerando contexto do Brasil, em que o capitalismo estava em ascensão e a economia das indústrias só aumentava em importância.

Pela necessidade de dinamizar a economia da província, escolheu-se a pequena localidade do Santo Antônio de Aracaju. Sua localização à margem do Rio Sergipe lhe garantiria a condição de entreposto comercial no momento em que a economia sergipana muito necessitava, uma vez que a produção açucareira chegou a representar 90% das exportações de Sergipe em 1850 (Nunes, 2006). A necessidade de diminuir a dependência dos Trapicheiros da Bahia para o escoamento da produção também era fator atrativo (Santos, 2007). Além disso, entendia-se que o desenvolvimento econômico da província seria o catalisador de desenvolvimento físico e social, obedecendo ao ímpeto de modernização que já se manifestava

no século XIX. Waldefranklin Santos (2007) defende, ainda, que a fundação de Aracaju também foi motivada por uma nova concepção de cidade, muito influenciada pelo ideal francês, na qual era necessário que a cidade moderna e desenvolvida fosse, também, capital.

Aracaju é fundada, assim, em 17 de março de 1855, em Resolução que também lhe concede o título de capital, em detrimento de São Cristóvão. Mas o Presidente da Província, Inácio Barbosa, já havia, desde o ano anterior, começado a transferência de algumas repartições ligadas às atividades econômicas, entre elas a Alfândega (Nunes, 2006), e já se ventilava a construção de um porto. Assim, apesar de haver discordância de vários políticos do período, Aracaju tornou-se capital, e sua construção foi iniciada de imediato, a partir da execução do traçado do Tabuleiro de Xadrez, ou Tabuleiro de Pirro, em referência ao Capitão de Engenharia Sebastião José Basílio Pirro, responsável por seu planejamento. A zona central de Aracaju, escolhida em detrimento do setor já ocupado da colina de Santo Antônio, foi transformada em um grande quadrado, dividido por quarteirões iguais, com ruas que tinham uma só largura. Era uma cidade construída a partir de um ideal pautado na racionalidade e na precisão (Santos, 2007), mas que enfrentou as adversidades do próprio terreno para poder ser de fato erguida.

Figura 2 – Mapa da cidade de Aracaju.



Fonte: Atlas do Império do Brasil (Almeida, 1868, p. XII).

Silva (2009) salienta que o traçado ortogonal foi a configuração mais fácil e rápida de ser implantada, visto que era urgente construir a moderna capital, além de que prescindia de mão de obra especializada. Além de tudo, de acordo com o mesmo autor, o traçado reto deixava

para trás a irregularidade das cidades coloniais, pautando-se desde já pela noção de progresso, estabilidade e, tão importante quanto, racionalidade.

Felisbello Freire (1891, p. 318), entretanto, ao falar sobre a mudança da capital, ressalta os aspectos físicos de Aracaju e deixa claro o seu descontentamento com a retirada do título de São Cristóvão. Alegando que a falta de patriotismo e de civismo eram aparentes na sociedade sergipana, aterrorizada pela corrupção, pelo crime e por complicações de ordem econômica, Freire condena a empreitada:

Adimira-se realmente a coragem do Dr. Ignacio Joaquim Barbosa, que veio consignado para realizar esse atentado. E é para admirar-se que a deliberação da administração não recuasse perante a grande somma de interesses particulares que o acto da mudança ia prejudicar, retirando a vida official de uma cidade secular, situada em excellente local [...] para ir atiral-a ás praias do Aracaju, onde intenta edificar, de uma noute para o dia, nova cidade, sobre um solo arenoso, que em recentes períodos geológicos servio de leito do Continguiba, e que por isso não pode offerecer base sufficiente para grandes e largas edifficações. A falta de habilitações era absoluta.

A partir desses escritos, vemos que Freire na realidade pensava o contrário de seus conterrâneos em relação à mudança de capital. Enquanto eles entendiam que a transferência para Aracaju era uma manobra pautada na racionalidade e no ideal moderno, e que traria benefícios sociais e econômicos para toda a província, o autor que acabamos de ler considerava a manobra, em primeiro lugar, um exemplo da degradação moral da sociedade sergipana; em segundo, um atentado; e, por fim, uma ação descompensada, realizada sem reflexão ou análise das condições do momento e da localização pretendida. Relata, inclusive, que as repartições tiveram que funcionar em casebres, os cofres foram armazenados em albergues, e inclusive o presidente Ignacio Barbosa teve de habitar uma simples casa de palha (Freire, 1891), fatos indignos para uma cidade que se pretendia capital.

Os mangues, as dunas e o terreno pantanoso eram obstáculos para a ideia de cidade moderna na qual se fundava Aracaju. No entanto, vencer a natureza representava, segundo a mentalidade da época, abrir espaço para o progresso (Santos, 2007), e a construção dos primeiros edifícios, logo depois da drenagem e aterramento do terreno, serviu como mais uma confirmação do ideal modernizador. Assim, a região que hoje compreende a Praça Fausto Cardoso e General Valadão recebeu o palacete provisório da presidência, o quartel e também a Casa de Oração, que seria construção também provisória enquanto a Igreja Matriz não estivesse pronta (Nunes, 2006). Contudo, apesar da ordem e do planejamento propostos pelo Tabuleiro de Pirro, Aracaju também cresceu com ruelas e bairros marginais, elaborados pelos populares. Atraídos à cidade em formação, nela se instalavam em casas de barro e de palha, sem ter

condições de manterem suas moradias nos padrões delimitados pelos Códigos de Posturas Municipais, os quais eram normas que delimitavam como o espaço urbano deveria ser gerenciado (Lima, 2002; Santos, 2007).

Essas normas eram elaboradas pelas Câmaras Municipais desde que a Constituição de 1824 lhes atribuiu esse dever, mas o poder público, ainda mal estruturado no Sergipe do início do século XIX, não realizou ação imediata neste sentido. Em Aracaju, evidentemente, é apenas depois de sua fundação que o primeiro Código de Posturas é aprovado, em 1856, sendo também um ótimo exemplar do ideal moderno do período. A perspectiva higienista de então se manifesta, principalmente nos Códigos de Posturas posteriores, na quantidade de artigos, que não apenas deliberavam sobre o espaço físico da cidade e seus usos, mas davam foco às questões de higiene, relativa tanto aos indivíduos quanto ao espaço público. Uma vez que Aracaju nasceu como capital e, portanto, deveria ser expoente do progresso, era preciso higienizar, ao mesmo tempo, o corpo de seus moradores e o espaço físico da própria cidade (Lima, 2002). Antonio Samarone de Santana (2005, p. 34) aponta, no primeiro Código de Aracaju, a proibição da contaminação de cacimbas de água, bem como um artigo que proibia a instalação, em área urbana, de quaisquer elementos que pudessem comprometer a atmosfera, como “trapiches, alambiques, curtumes, fábricas de sabão”, mas ressalta o constante descumprimento das normas e a falta de atuação da Câmara Municipal.

A perspectiva de que a higiene deveria ser uma prioridade do poder público se manteve ao longo dos anos, visto que muito ainda permanecia semelhante aos primeiros dias da cidade. Em 1890, já no período da República, as ruas ainda não tinham calçamento, não havia energia, água encanada ou esgoto, e o escoamento das águas era problemático em tempos de chuva (Dantas, 2022). As epidemias, infelizmente, eram uma constante, como já havia denunciado Felisbelo Freire (1891, p. 319), alegando que a nova capital era “um meio paludoso, excessivamente epidêmico, pela grande quantidade de pantanos existentes”, e que muitos pereceriam pelas doenças até que o progresso fizesse seu suposto trabalho e melhorasse as condições da cidade. Já em 1855, Sergipe enfrentava a epidemia de cólera, que vitimou mais de 30 mil pessoas em questão de três meses, e anos depois a varíola apresentou-se por sucessivas vezes como um grande problema — e Aracaju não escapou de nenhuma das epidemias (Santana, 2005). Experimentou, ainda, febre amarela, malária — ou “impaludismo”, como se chamava na época —, peste bubônica e febres intestinais, além de outras doenças endêmicas.

Portanto, ao analisarmos os escritos do Correio de Aracaju, não é surpresa que encontremos, ainda no início do século XX, referências às condições em que se encontrava a capital. Em um de seus números, perguntou-se aos leitores “quaes os melhoramentos de que

precisa Aracajú?” para que de fato se tornasse uma cidade moderna (Correio de Aracaju, 5 jul. 1912, p. 2), inaugurando-se a partir daí uma nova seção para o jornal. Na edição seguinte, foi publicada a primeira resposta, do “leitor e amigo” que se identificou como A. L. F., uma lista de doze pontos:

- 1°. Desaparecimento dos temíveis pantanos, conseqüentemente do serviço de esgoto.
 - 2°. Idem das trevas, por tanto de luz.
 - 3°. De calçamento.
 - 4°. De asseio e hygiene.
- (Correio de Aracaju, 7 jul. 1912, p. 2).

Na edição seguinte, as sugestões seguem, dessa vez por parte de dois assinantes. O primeiro, que assina como Joaquim Barbosa de Moura, repete algumas já apontadas no número anterior, como esgoto, calçamento e iluminação — embora sobre esta última seja ressaltado que o que se precisa é de uma iluminação superior à que já se tinha no momento. O segundo, porém, é mais incisivo. Responde que, na realidade, a capital carecia de todos os melhoramentos disponíveis, e que a pergunta, na realidade, deveria ser “quaes os mais urgentes melhoramentos de que Aracajú precisa?” (Correio de Aracaju, 10 jul. 1912, p. 2). Argumenta, assim, que todos eles apareceriam se a barra da capital fosse melhorada e fosse possível receber transatlânticos mensalmente, além da frota nacional. Também esse leitor, que se autodenomina *Countryman*, aponta a necessidade de melhoramentos no calçamento, luz, esgoto, água, entre outros pontos. Era a herança persistente do século anterior, que não desapareceria de uma hora para outra, mas seria constantemente lembrada pela população e também nos documentos oficiais, tais quais os Códigos de Posturas, que representaram o esforço da administração pública em modernizar, padronizar e higienizar a cidade.

Nesse sentido, Cruz (2016) aponta a chegada de famílias burguesas à cidade como ponto importante para o desenvolvimento urbano de Aracaju, uma vez que era necessário dar à capital o aspecto que se esperava de um centro urbano. A indústria e o comércio já se desenvolviam, e a cidade requeria o aspecto moderno que se demandava durante a *belle époque*. Porém, fora do tabuleiro de Pirro, principalmente ao redor das fábricas de tecido, as moradias eram predominantemente de palha (Dantas, 2022), demonstrando as feições excludentes de uma cidade que se guiava pela modernidade.

Nesse período, várias inovações chegaram à capital sergipana. O cinema, embora inicialmente não tenha tido grande adesão entre os aracajuanos, sendo inclusive chamado jocosamente de “presepe de sombras” (Maynard, 2014), ganhou maior prestígio ao longo dos anos 1910. O Correio noticiava regularmente as exibições dos filmes, e a partir dele é possível

ver como essa forma de lazer ganhou público ao longo dos anos, justamente porque o número de estabelecimentos aumentou significativamente. Theatro Carlos Gomes, Kinema Ideal, Elite Cinema, Cinema Rio Branco eram alguns dos locais dedicados à exibição das películas, que chegavam através de navios a vapor (Maynard, 2014) e tinham seus enredos noticiados brevemente nas páginas dos periódicos, a fim de “chamar” o público às salas.

Mas o caráter moderno não poderia se manter somente ligado às tecnologias usadas para o lazer. A partir da empresa Carris Urbanos, muito divulgada pelo Correio de Aracaju, o serviço de bondes chegou à capital. Também a ferrovia começou a ser construída, começando no governo de Guilherme de Campos (1905–1908) e seguindo durante o de Rodrigues Dória (1908–1911), seu sucessor (Dantas, 2022). O segundo trecho da linha férrea, que ligava Aracaju a Propriá, foi inaugurado durante o governo do General Valadão (1911–1914), o fundador do Partido Republicano e do Correio de Aracaju. Além disso, no que se refere ao combate em prol da higiene, foram realizadas significativas reformas, que compreenderam desde o calçamento das ruas até mesmo a implantação da rede de esgoto e água encanada, além dos serviços de aterro sanitário (Dantas, 2022).

Conseguimos perceber a questão urbana como importante ponto da obra *Rua do Siriri* (1937), do escritor Amando Fontes, que era paulista, mas viveu boa parte de sua vida em Sergipe, tornando-se inclusive deputado pelo estado. Já que neste trabalho focalizamos em grande medida a atuação da imprensa como condutora de informações, mas também de ideais, valores e representações, é relevante dizer que o jornal tem importante papel logo no início da narrativa: é a partir dele que as protagonistas, as prostitutas, ficam sabendo que deverão se deslocar da Rua Estância para a Rua do Siriri:

LOCALIZAÇÃO DO MERETRÍCIO

De ordem do Ex.mo. Sr. Chefe de Polícia do Estado, ficam intimadas todas as mulheres de vida fácil que residem nas ruas de Arauá, Estância, Propriá e Santa Luzia a se mudarem, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias, para a Rua do Siriri, no trecho compreendido entre as ruas de Laranjeiras e Maroim.

Abordaremos a obra com mais detalhamento na próxima seção deste trabalho. No entanto, a questão da mudança de localização do meretrício já tem importância agora, principalmente se aliarmos isto aos conhecimentos geográficos da cidade de Aracaju e seu o contexto em questão. A capital ainda tinha muito o que crescer, e fora da área central, coordenada pelos Códigos de Posturas, o cenário não era o traçado retilíneo e racional. Fontes deixa isso claro ao descrever a Rua do Siriri, para onde Mariana, Esmeralda e uma série de outras prostitutas se encaminham. Era “comprida, tortuosa. Ora larga, ora estreita”, com

calçadas desniveladas e curtas, e de terreno “arenoso e extemamente irregular. [...] A areia era fofa, esbranquiçada, pontilhada de pequenos detritos pardos, negros” (Fontes, 1989, pp. 11–12). Para completar, era uma região já mais distante do centro da cidade, que era local animado, frequentado como ponto de lazer dos aracajuanos. Uma das personagens, Marcelina, dá destaque para isso ao dizer que se preocupava com a frequência de um cliente, agora que se mudaria: “Se aqui, na Rua da Estância, com bonde passando perto, ele está vindo uma vez por outra, lá naquele lonjão ele não vai mesmo de uma vez” (Fontes, 1989, p. 10).

Embora a Rua do Siriri já não tivesse casas de palha como predominantes entre suas construções — que eram de taipa ou tijolo, cobertas de telhas (Fontes, 1989) —, abrigava moradias pequenas, que muitas vezes eram ladeadas pela terra alagadiça que antes fizera parte da maior parte da paisagem da capital. Não é difícil compreender que era um trecho da cidade para onde, como vemos na obra, eram direcionados os indesejados, a população sobre quem se queria ter um maior controle, uma maior fiscalização. As prostitutas, “mulheres de vida fácil”, tornaram-se vítimas do ideal modernizador e higienizante, colocado à frente pela polícia, que nessa situação assumia o “papel civilizador” (Antão et. al., 2023). Isso porque, por um lado, eram vistas como vetores de doenças do pior tipo; por outro, não se pensava que sua condição de vida era provocada por questão de necessidade, mas sim como uma escolha deliberada de prostituta. Era vista como uma “lepra”, como diz Esmeralda, sarcasticamente (Fontes, 1989, p. 13); mesmo que não “pegasse” de longe, era alvo da preocupação das autoridades políticas, sanitárias e mesmo policiais. Nota-se, nesse contexto, a aplicação do modelo sanitário conhecido como campanhista-policial, exercido para promover o controle da “classe perigosa” (Morales, 2023), na qual, entre outros indivíduos, também se encontravam as prostitutas.

Essa pequena parte do livro nos ajuda a entender rapidamente o intuito higienizador, mas também as condições físicas da cidade de Aracaju. Por enquanto, nos manteremos somente nesse trecho, e mais à frente analisaremos as outras implicações do pensamento moderno e higienista para a vida das mulheres da Rua do Siriri.

A mendicância também não passava despercebida na capital que se pretendia moderna. No número que citamos acima, o 11º ponto elencado pelo leitor fala que era necessário, para melhorar Aracaju, a “extincção, ou modificação do abuso da enorme malta de esmoleres, que aos dias de sabbado e segunda feira, empresta á nossa capital o aspecto d’um vasto hospital” (Correio de Aracaju, 7 jul. 1912, p. 2). A referência ao hospital não era em vão. Em um período no qual os médicos não eram somente profissionais que curavam o corpo, mas também carregavam a responsabilidade de serem reformadores sociais (Santos, 2015), a mendicância era encarada como uma doença da sociedade, expondo-se como uma ferida indesejada e que

precisava ser tratada e devidamente curada. para além de combater as doenças, era necessário prevenir as pessoas de seu contágio.

Foi o momento em que se desenvolveu no Brasil a chamada Medicina Social, em que a meta era produzir saúde. Para tanto, a medicina criou parâmetros normativos para estabelecer o que era saúde e o que era doença, fossem elas do corpo físico, orgânico, ou do corpo social (Morales, 2023). A medicina social é inclusive mencionada nas páginas do Correio de Aracaju (9 jul. 1911, p. 1), que apresenta a propaganda de um livro de mesmo nome. A obra referenciada pelo Correio estudava “o grandioso problema da Hygiene Publica, como característica moderna da Medicina em suas relações com a sociedade.” Recomenda-se, inclusive, que a “campanha pela hygiene” deveria ser realizada nas mais variadas instâncias — propaganda, escola, família etc. —, a fim de que fosse possível extinguir as doenças que vitimavam tantos.

A visão do pobre como degenerado resulta, portanto, de uma sensibilidade já muito influenciada pelo discurso médico (Santos, 2015), em que já estavam em voga a bacteriologia e as teorias de contágio, que colocavam em perspectiva o fato, novo para a sociedade do período, de que o indivíduo poderia se contaminar a partir do contato com outros ou em ambientes insalubres. Acontece que, como aponta Leonardo Santos (2015), a burguesia passa a associar e a atribuir a culpa das doenças aos pobres, vistos primeiramente como sujos e em segundo lugar como ignorantes — e, sendo assim, sem terem noção das doenças que tem, de como curá-las e/ou de como não transmiti-las, os pobres seriam perigosos vetores. José Murilo de Carvalho (1987), ao abordar a Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro em 1904, expressa que, embora o movimento tenha tido adesão de diversas camadas populares, foi descrito por muitos e também no relatório do chefe de polícia como tendo exclusiva atuação dos desgraçados da sociedade — e isso incluía mendigos, ladrões, bêbados, jogadores e meretrizes. Era um modo de apontar que a ignorância da população pobre era danosa para toda a sociedade, inclusive transformando-se em violência e devendo ser contida pelo modelo campanhista-policial, mencionado anteriormente.

Certamente tal visão tem ainda a influência do racismo, uma vez que uma boa parcela da população pobre era negra, composta por ex-escravizados e seus descendentes. O primeiro grupo somava, em Sergipe, na data da abolição, mais de 15 mil pessoas (Nunes, 2006). Entregue a si mesma, essa camada social não tinha terras, casas ou qualquer outra coisa que não fosse sua força de trabalho, a ser utilizada agora para garantir o assalariamento. No entanto, a condição de liberdade não garantia ao liberto, perante os olhos da sociedade republicana e burguesa, o expurgo dos vícios que teriam sido cultivados durante o cativeiro, como a preguiça, a inclinação para o crime e a falta de civilidade (Chalhoub, 2012). Era necessário, portanto,

educar o liberto para o trabalho, a fim de afastá-lo do ócio e, conseqüentemente, do crime. Assim, não é de se estranhar que o Correio de Aracaju (8 fev. 1914, p. 2) diga que “o trabalho — a honra do homem e a salvação social — e que se origina da necessidade que temos para a nossa manutenção, é o elemento da concordia, é quem derrama as luzes universaes, é a base fundamental do progresso em geral.” O labor era ao mesmo tempo a norma, a direção a ser seguida e a cura, e aquele que a ele resistia era certamente um degenerado e um doente moral, capaz inclusive de contaminar a sociedade com o terrível “vírus” da vadiagem.

Na seção *De Soslaio*, consta que para completar o saneamento moral de Aracaju era preciso “extinguir a malta viciosa de vagabundos que infesta as ruas, soltando palavras grosseiras, escrevendo pornographias pelas calçadas, jogando dinheiro, interrompendo assim o transito e o socego publicos” (Correio de Aracaju, 21 jun. 1911, p. 2). A justificativa para uma posição tão radical estava no mesmo texto: a capital progredia “desembaraçosamente”, mas o atraso dos ditos vadios a atrasava. Esses não eram degenerados somente do corpo, mas também da moral, porque, segundo o jornal, eram indivíduos sem interesse por trabalho ou estudos, e que enganavam a população com sua falsa mendicância e constrangiam-na com seus maus modos. Em outra edição, a mesma seção volta a falar nos mendigos: Vê-se aqui o trabalho como um princípio regulador da sociedade republicana, e aquilo que separaria a preguiça oriunda da colônia do progresso trazido pela civilização (Chalhoub, 2012). O estudo, por sua vez, era o caminho tomado pelo brasileiro devidamente impulsionado pelo progresso, ávido por cumprir seu papel perante a República — muito embora saibamos, devido aos altos índices de analfabetismo daquele período, que esse não era o caminho da maioria da população.

As mulheres, embora nem sempre mencionadas especificamente, também apareciam quando o Correio resolvia apontar a mendicidade. No entanto, não eram vistas com desgosto ou com repúdio, mas sim com pena. Vejamos o apelo feito em *Pelas mulheres! Pelas crianças!* (Correio de Aracaju, 5 abr. 1908, p. 1):

As ruas da capital estão cheias d'essas infelizes, esqualidades, esfarrapadas, famintas, que andão a morrer em si e nos filhos — uns anjinhos que nunca offenderão a Deos. Uma palavra de amor por ellas — por ellas, por essas desgraçadas andrajosas! São mães. Devem atrair a compaixão.

No sacrario do corpo das que gerarão vidas, Jesus Christo colocou a eucharistia da imagem de sua Mãe, para que a esmola que lhes déssem a ellas, parecesse como distribuida á Virgem Immaculada. [...]

Uma palavra de amor pelas creancinhas innanidas, que ellas trazem nos braços emmagrecidos e tremulos! [...]

Elles são a innocencia.

O que primeiro chama a atenção no discurso é o fato de se referir especificamente às mães, e é justamente isto que motiva a comoção. São elas as desventuradas que, de acordo com o que diz o artigo, vieram do sertão fugidas da seca, trazendo os filhos pequenos que “padecem fome (sic) e mingao”. Enquanto nos textos anteriores a mendicância é vista a partir das noções de higiene e saúde, neste as mães são enxergadas sob a ótica da caridade e dos valores e condutas cristãs. Apesar de parecer estranho que um mesmo jornal apresente opiniões dissonantes, é preciso compreender primeiramente que existem dois polos a serem considerados: o polo editor, que classifica quem produz o texto, e o polo receptor, ou seja, os leitores ocasionais ou habituais (Barros, 2023). Entre eles se desenrola uma interação que deve ser considerada no momento de produção de uma edição, principalmente porque o leitor representa o fim último do jornal, é para ele que os textos são escritos. Além disso, o que se diz ou se defende em um periódico está muito atrelado com o período em que as publicações são produzidas, e isso envolve falar, também, em cenário político, econômico e cultural.

Dito isso, o que se identifica no trecho destacado é a visão cristã que se tem da figura da mãe, associada à Virgem Maria. Isto é estratégico, já que Maria é exemplo de pureza, fé e retidão moral. E embora as mães citadas pelo Correio evidentemente não sejam virgens, elas se associam à Mãe de Deus nessas características citadas e também no fato de que tiveram de sair de sua terra natal para garantir a sobrevivência de seus filhos. Seu corpo é sacrário da eucaristia, e sua atitude é nobre. Tal paralelo visaria garantir a compaixão dos sergipanos, diferenciando-as da ideia de mendicância doente e repulsiva, colocando-as como infelizes sem sorte e sem recursos.

É evidente que não há mães sem filhos. E a preocupação do jornal se justifica porque as crianças, além de se encontrarem em situação de rua, aparentam estar famintas e doentes. Elas, que “nunca offenderão a Deos”, e portanto não tinham pecado de que precisassem se arrepender, seriam ainda mais dignas de pena e de caridade. Além de tudo, o clamor do Correio se associa com as representações que se construía sobre as crianças durante a República: a de que eles seriam os futuros gestores da nação e elas, as educadoras das gerações vindouras. Era preciso garantir o futuro desses indivíduos, assim como era preciso garantir o futuro do país. Por esses motivos, as mães, embora mendigas como os outros, eram “perdoadas” por se encontrarem nesta situação — bem diferente de outras mulheres também marginalizadas, como é o caso das prostitutas, que abordaremos na próxima seção.

Havia, inclusive, a instituição Amparo das Famílias, mencionada nesse mesmo artigo. Organizações como essa eram muitas vezes geridas por mulheres de classe média e alta (Priore, 2017), voltando-se para a assistência de famílias que passavam por dificuldades ou mesmo se

encontravam em situação de rua. E aqui nos perguntamos: quantos *pais* haveria entre estes núcleos familiares atendidos pela Instituição? Quantas destas famílias seriam compostas apenas por mães e filhos, provavelmente abandonados pelos pais? Quantos desses filhos seriam produto de uniões extraconjugais tidas pelos homens? E em que medida seria o abandono o fio condutor da situação de vulnerabilidade em que se encontravam essas mulheres e seus filhos? Ou, se o motivador foi a morte do homem, em que medida a expectativa de que o homem fosse único o provedor acabou por prejudicar essas famílias? Tais perguntas podem motivar novas pesquisas neste sentido, possivelmente a partir do uso de outras fontes. Mas, já nos adiantando no tema central deste trabalho, caso se comprove que a principal causa da situação de rua destas famílias foi, de fato, o abandono parental, importa considerá-lo em alguma medida como uma violência, visto que compromete a vida material e prática, a saúde física e mental, bem como o presente e o futuro das mulheres e crianças vitimizadas.

Seguindo na apresentação da cidade de Aracaju a partir do jornal, temos agora a educação como ponto focal. No período em questão, a educação formal já não era mais exclusividade masculina, mas havia diferenças sensíveis entre a educação de meninos e de meninas. Utilizando-se de Mensagens Presidenciais do início do século XX, Freitas (2002) apresenta principalmente a evolução dos números de escolas, matrículas, divisão por sexos e direção, apontando a massiva presença feminina entre 1899 e 1903, tanto no alunado quanto na direção das instituições de ensino — pelo que aponta a autora, as Mensagens dos anos seguintes não apresentam estatísticas. Havia escolas mistas: a primeira, uma Escola Normal, foi criada em 1881, escandalizando a sociedade sergipana, e foi fechada já no ano seguinte (Nunes, 2006). No entanto, em 1889, o número já chegava a 105, sendo elas presididas majoritariamente por mulheres (Freitas, 2002), o que demonstra o crescimento da presença das mulheres na vida social, longe das clausura das alcovas, e de sua participação no mundo do trabalho educacional. Isso se dava, principalmente, porque era mais apropriado para a época que mulheres pudessem ensinar meninos, enquanto que homens ensinando meninas não era algo visto com bons olhos (Hahner, 2011). Apesar disso, a educação feminina ainda revolvía em torno do pilar família-casa e dos bons modos, e mesmo a formação das normalistas se dava no sentido de exercerem uma espécie de maternidade, com filhos “emprestados”, a fim de participarem na formação dos futuros sustentadores da nação.

O Correio frequentemente publicava, ao início de cada ano, anúncios elogiosos e informativos a respeito dos colégios existentes em Aracaju e em outras cidades: Colégio Nossa

Senhora Sant'Anna¹³, Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Colégio Zizi Goes, Colégio Bôa Esperança¹⁴, entre outros, quase todas instituições de ensino femininas ou, quando muito, mistas. Fornecia muitas vezes uma descrição detalhada de suas atividades, abordando disciplinas e habilidades que seriam aprendidas pelos alunos e alunas, juntamente com as datas do início das aulas, nome de seus dirigentes e preço das mensalidades. Ao final do ano, era certa a matéria sobre as festas escolares e os exames públicos, que às vezes se estendia por mais de uma edição, abordando as apresentações das alunas e sua proficiência nas habilidades.

Os exames eram coordenados por uma banca examinadora, composta de intelectuais, educadores e autoridades governamentais (Freitas, 2002), que avaliavam as alunas em seu aproveitamento nas mais variadas disciplinas e saberes. As disciplinas variavam de acordo com a instituição de ensino — o Colégio N. S. de Lourdes, conduzido pelas Freiras Sacramentinas, incluía o catecismo, por exemplo (Correio de Aracaju, 2 dez. 1906, p. 2) —, mas revolviam em torno dos conhecimentos de português, francês, história, aritmética, geografia, juntamente com habilidades manuais e musicais. O Colégio Sant'Anna aplicava, inclusive, às alunas do 5º ano, noções de pedagogia e de “*sciencias phisicas e naturaes*” (Correio de Aracaju, 1 dez. 1907, p. 2), formando os alunos com os conceitos mais atualizados de saúde e higiene, bem como conhecimentos importantes para elas que viriam a ser professoras e/ou mães. Os conhecimentos artísticos, por sua vez, desenvolviam a criatividade da mulher, mas também a preparavam para fazer seu próprio enxoval, ser capaz de realizar os trabalhos de mãe e esposa (Berger, 2004) e futuramente entreter convidados em sua casa.

Chama a atenção justamente o foco que se dá, nos relatos do Correio, à parte de trabalhos musicais e manuais, com rasgados elogios às criações das jovens. É sinal de um momento em que se queria, via de regra, incentivar os valores e saberes de uma boa e competente dona de casa. O bordado ou o piano não eram elementos que normalmente promoviam uma visão crítica da vida, e seu ensino se unia às práticas pedagógicas que estimulavam a passividade e a submissão (Berger, 2004) — fosse à/ao mestra/e, aos pais ou ao marido. Também é relevante

¹³ Era um colégio misto, sob direção de D. Quintina Diniz e Alice Diniz Gonçalves (Correio de Aracaju, 5 dez. 1907, p. 2).

¹⁴ Anamaria Freitas (2002, p. 5), em um pequeno ensaio, apresenta com detalhes aspectos desses e de outros colégios, também partindo dos anúncios e artigos encontrados no Correio de Aracaju. Diz ela: “[...] figuram nas páginas do periódico, entre outros estabelecimentos: ‘Collegio Bôa Esperança’ (instituição de ensino feminino, dirigido por Mariana Braga); o ‘Collegio Santa Cruz – internato e externato’ (ensino primário misto, dirigido por Maria Madalena de Santa Cruz e Santos); ‘Escola Primária de Sergipe’ (ensino primário misto – dirigido por Alexandre José Teixeira e sua esposa); ‘Externato Zizi Góes’ (ensino primário e secundário feminino - dirigido por Balthazarina Góes, com o auxílio de seu pai o Prof. Catedrático Balthazar Góes) todos estes localizados em Aracaju; e o ‘Internato Santa Cecília’ (internato feminino, dirigido por Cecília Curvello) em Laranjeiras. No início de setembro de 1906, há uma nota que informa a transferência do Externato Zizi Góes para a cidade de São Cristóvão.”

mencionar que enquanto as meninas eram expostas em uma vitrine de talentos (Aragão; Freitas, 2015), os meninos não recebiam a mesma atenção, provavelmente porque o produto do mercado casamenteiro era a boa e prendada esposa, e não o marido habilidoso. Nesse sentido, é sensível que os nomes das boas moças fossem apresentados nas páginas dos jornais, apontando sua origem a partir dos sobrenomes conhecidos (Freitas, 2002), e que elas acabassem casando com filhos de famílias tradicionais de Sergipe, “reforçando laços de prestígio social e poder” (Berger, 2004, p. 152). Muitas também acabavam se tornando professoras, às vezes nas mesmas instituições em que estudaram.

Contudo, a mãe/esposa prendada não era o único objetivo da formação escolar das meninas durante a República, e o Correio de Aracaju deixa isso muito claro. A missão era “preparar o espírito da mulher sergipana” (Correio de Aracaju, 5 dez. 1907, p. 2), e não apenas dá-las uma educação formal. Isso passava, evidentemente, pelos valores pátrios, transmitidos tanto a partir das aulas de História do Brasil, quanto com práticas cívicas, como a cantoria, realizada pelas alunas do Colégio N. S. Sant’Anna, de um hino em saudação ao trabalho e à pátria (Correio de Aracaju, 1 dez. 1907, p. 2). Mas talvez a maior prática cívica fosse a instrução nos moldes que mandava a República, colocando a mulher como importante condutora da modernidade, dos princípios da higiene e da construção da cidadania dos futuros dirigentes do Brasil (Louro, 2004).

Neste trecho sobre o Colégio N. S. de Lourdes, o Correio aponta os interesses que sustentavam a ideia da educação feminina: a infância era descrita como coluna da sociedade no futuro, enquanto a educação era condição para a grandeza e o progresso, tendo “como pedra basilar a idéia de Deus, que tranca em si os ramalhetes da esperança e os raios luminosos da felicidade” (Correio de Aracaju, 3 dez. 1908, p. 3). Destaca-se aí a moral religiosa como fio condutor da educação, juntamente com a busca pelo progresso, unindo os valores republicanos ao pensamento cristão. Em outro trecho, em que foi transcrito o discurso de D. Anita Gomes na mesma instituição de ensino, lê-se: “A sociedade está gravemente enferma. A doença que a atrophia e mata é a sciencia desligada da fé, a sciencia pura.” (Correio de Aracaju, 10 dez. 1908, p. 2) É a rejeição de uma educação apenas científica em prol de uma que fosse também moral. E mesmo que fosse esperado um discurso com este teor em uma escola declaradamente religiosa, fundada e gerida por freiras, esta ideia não deixa de dialogar com os demais setores da conservadora, patriarcal e cristã sociedade sergipana. A educação não era mero recurso formativo, de acordo com o que defendia D. Anita Gomes: era também meio de salvação. “Aqui nos ensinam as disciplinas litterarias ao alcance da intelligencia da mulher, a quem Deus confiou a missão de conductriz do homem pela estrada do futuro”, ela diz. Era a educação

formativa, que compreendia as supostas limitações femininas, mas também instruía a mulher para o seu dever sagrado, para o qual ela devia estar muito bem preparada.

Sobre as mulheres que se formavam visando o magistério, lê-se no Correio (6 dez. 1912, p. 2): “a normalista é a mulher que se educa a fim de ocupar no lar o papel de mãe exemplar de esposa amiga e carinhosa, compartilhando com o companheiro de destino as doçuras e os travores da existência”. A imagem da professora não era desassociada da imagem da mãe ou do ideal de mulher, e o magistério era visto como uma extensão da maternidade (Louro, 2000) ou mesmo como a possibilidade dela para aquelas que não tinham filhos próprios. Mas esse trecho permite que se veja que nem sempre a formação das normalistas resultava em empregos nas escolas. Talvez seja até possível dizer que este não era seu principal intuito. O foco era, na verdade, na formação dos futuros filhos, na educação para a coesão das famílias, para a harmonia do lar e para o usufruto, também, do marido. Para muitas, era formação básica, sem o intuito empregatício. O que importava, de acordo com os valores da República, era a formação cidadã, moderna e higiênica, que aconteceria a partir dos esforços e da vocação quase sacerdotal de uma mãe que verdadeiramente tivesse em si a base patriótica, moral e científica necessária para tal.

Acreditamos ter sido possível, a partir do que foi trabalhado nesta seção, compreender ao menos um pouco sobre como a cidade de Aracaju foi influenciada pelos ideais higienistas e modernizadores tidos e defendidos durante a *belle époque*. O Correio de Aracaju é uma fonte abundante de informações sobre o período e a cidade, e temos certeza de que muitas páginas seriam necessárias para trabalhar com vagar todos os aspectos apresentados pelo periódico em suas páginas. No entanto, como já temos sinalizado ao sempre mencionarmos as figuras das mulheres ao longo destas seções, o verdadeiro sujeito deste trabalho não é o Brasil ou Aracaju, mas sim as personagens femininas. A próxima seção não abandona o contexto histórico estudado; na verdade, tenta se aproximar dele ao colocar sob a objetiva as representações femininas tidas pela sociedade do período e que, ao fim e ao cabo, apareciam no Correio de Aracaju. Além dos jornais, utilizaremos o livro *Rua do Siriri*, anteriormente mencionado, a fim de nos aprofundarmos no pensamento a respeito de algumas das mulheres desviantes: as prostitutas. A partir disso, o intuito é conhecer as representações sobre as mulheres e o que poderia estar por trás desses discursos: suas intenções, preconceitos, entendimentos médicos ou mesmo normas sociais. Assim, vamos à terceira parte do capítulo.

1.3. Duas mulheres sem rosto: a ideal e a desviante

Antes de começarmos esta seção, é preciso esclarecer um ponto importante. As representações criadas sobre as mulheres eram — e ainda hoje são — um mecanismo para que se exerça a opressão. Ao estabelecer um modelo ideal, a partir de uma visão de mundo específica e partindo de noções a-históricas e vinculadas à biologia, cria-se deliberadamente um sistema que, além de excluir, vitimizar e ostracizar aquelas que nele não se encaixam, comprime as possibilidades da individualidade, da liberdade e da equidade. Assim, mesmo as mulheres que teoricamente se encaixavam nos moldes da mulher ideal o faziam no mais das vezes por não terem escolha, e não porque a biologia ou a vontade divina a faziam ser desse modo.

Além disso, a mulher ideal não permite deslizes, sob a pena de se considerar menos mulher aquela que, por acaso, tropece para fora da linha. Contudo, veremos que a mulher que durante toda a vida seguiu as normas sociais e recomendações, ainda assim poderia, em algum momento ou por algum motivo, cair no lado desviante. Envelhecer e tornar-se sogra eram ritos de passagem comuns para transmutar a mulher ideal em uma bruxa. Mas havia ainda outros, menos e mais radicais: maquiarse, trair o marido ou o amante — que muitas vezes era quem traía primeiro —, ser vítima de abuso sexual, envolver-se com um homem esperando casamento, engordar ou simplesmente “ser” feia. Essas possibilidades — que, percebam, eram mais numerosas do que a lei “mãe-esposa-dona-de-casa” — deixavam pouca margem para erro e/ou colocavam a culpa quase que por completo nas mulheres. É nesse sentido que achamos necessário deixar claro que o estabelecimento desses modelos de ideal e desviante são, também, uma violência em si. Contudo, uma vez que a proposta deste trabalho é ir um pouco além das representações e entender como elas se associam com o discurso jornalístico através da violência, reservamos este espaço para apresentar as ideias de mulher que foram identificadas nas páginas do Correio. A questão da violência será abordada com mais detalhamento nos dois próximos capítulos.

Todas as representações aqui descritas, sejam positivas ou negativas, são construídas por uma camada social que almejava, a partir da diferenciação e da construção de um imaginário, consolidar o seu poder em relação aos demais¹⁵. A partir de tais sistemas de pensamentos, homens brancos e burgueses assumiam o papel de Sujeitos, enquanto as mulheres eram, a um só tempo, relegadas ao posto de Outro (Beauvoir, 2019a) e colocadas em uma

¹⁵ Para uma análise mais detalhada a respeito das representações citadas e outras, ver *Mulher em papel: as representações femininas no Correio de Aracaju no início do século XX (1906–1910)* (Guimarães, 2022).

classificação restrita, que desconsiderava suas histórias e individualidades. Assim, a categoria unitária “mulher” opunha-se à categoria unitária “homem”, em termos de biologia, natureza, qualidades, defeitos, habilidades e demais características, partindo sempre do princípio de que seria o sexo biológico a origem de tais diferenças.

A primeira categoria que é necessário mencionar é a da virgem. É certo que a pureza feminina era requisito demandado em qualquer idade. Mas era na mocidade que ela tinha um peso extra, porque era a moeda utilizada no mercado casamenteiro, como vemos nas palavras de um pai que acusa o sedutor de sua filha: “Infame! Roubou-me o capital da minha filha: a honra!” (Correio de Aracaju, 27 nov. 1910, p. 1). A virgindade, mais do que a inexperiência sexual, correspondia à honra, à respeitabilidade da mulher e também da família que a tinha criado. Qualquer deslize era sinal de uma educação falha ou de uma saúde prejudicada — e que, de acordo com o senso comum, poderia ser hereditária (Pereira, 2016), e ambos sinalizavam a incompatibilidade da moça com os arquétipos de esposa e mãe. Por isso, os alertas eram frequentes: “Ó raparicas, ó moças, / Olhae lá por onde andaes: / A honra é como o vidro, / Se quebra, não solda mais” (Correio de Aracaju, 9 abr. 1908, p. 1). Além de tudo, a honra feminina era importante para o país que queria se considerar civilizado: “a força de uma nação está no pudor de suas mulheres” (Correio de Aracaju, 29 set. 1912, p. 1).

Mas a virgindade não se mostrava importante apenas para a perspectiva do casamento. Em uma perspectiva religiosa, associava-se à figura de Maria, devota a Deus e à família, modelo de virtude a ser seguido, ao contrário da traidora Eva. Além disso, sua relevância existia porque era, principalmente, um mecanismo de controle da sexualidade feminina. Uma vez que se pregava que a mulher era naturalmente frágil, submissa e mentalmente inferior (Morales, 2020; Rabelo, 2015) — daí necessitando a tutela de pais, irmãos e futuramente do marido —, fazia-se necessário impedir que sedutores se aproveitassem de seu bom caráter e de sua inocência. No entanto, controlar essa sexualidade era garantir que qualquer gravidez acontecesse dentro do laço matrimonial, visando a reprodução saudável e higiênica da sociedade e atando a sexualidade feminina definitivamente aos limites do privado. A honra da mulher — ou a falta dela — tinha implicações sociais.

Porém, para além desse motivo altruísta, entendemos que o sexo era também uma relação de dominação. Enquanto o desejo masculino ligava-se à vontade de possuir, o desejo feminino estava associado à vontade de ser dominada, como “reconhecimento erotizado da dominação” (Bourdieu, 2021, p. 42). Induzir as mulheres a pensarem que o honrado e correto era restringir o sexo ao âmbito matrimonial fazia com que se resguardassem para um único homem durante toda sua vida e reforçava a noção de possuidor e posse. E nessa equação

também entrava o fator do amor romântico, que aconteceria entre as pessoas certas e enfatizava a suposta beleza do relacionamento monogâmico, o qual culminaria em um casamento de sucesso. Enquanto isso, para o sexo masculino as relações sexuais eram encorajadas antes, durante e mesmo fora do casamento — inclusive com prostitutas.

Quando o divórcio começou a ser discutido como possibilidade para os casais infelizes, já em meados de 1912, o custo mais alto novamente recaiu sobre a mulher. "A mulher divorciada é uma mulher desmoralizada; é uma mercadoria mofada, que não terá saída", dizia o Correio de Aracaju (15 jan. 1913, p. 1). Atacava-se ao mesmo tempo a experiência sexual da mulher que já havia sido casada: ela já tinha sido de outro homem, já fora usada. O trecho apresentado dá a entender que, se houve o divórcio, a culpa reside na mulher. Se foi por não ser boa mãe, boa dona de casa ou cumprir com os deveres conjugais, não importa. Pior ainda se o acontecido se deu por traição da esposa — muito temida, segundo se vê no Correio. O que importa, ao fim e ao cabo, é que aquela é uma mulher divorciada, fora da curva estabelecida pela sociedade patriarcal e burguesa. Se o destino das moças envolvia o mercado casamenteiro e a vida como respeitável senhora casada, uma vez que se separava ela deixava de ser um e não poderia voltar ao estágio anterior. Estava relegada ao ostracismo.

Podemos agora passar para o próximo arquétipo, muitíssimo relacionado com o ideal da mulher virgem. O Correio não se reprimia em ressaltar a importância da atuação da mulher dentro de casa, tanto como esposa quanto como mãe. Esse primeiro espectro, dizia o jornal, era mais difícil que o segundo. Como demonstração, utilizava o exemplo da esposa do ex-chanceler alemão Otto Von Bismark, para quem ele teria dito: "devo-lhe tudo que sou". Para merecer estas palavras, "é preciso que ela tenha desenvolvido na organização e no arranjo da casa conjugal, um poder de virtude não certamente inferior ao poder do espírito despendido por seu amado para evitar a fauce da politica da Europa" (Correio de Aracaju, 16 set. 1914, p. 2). Não se fala em amor ou companheirismo. O valor da mulher que sabe ser esposa está em quão bem ela administra a sua casa — não para si, mas para seu marido.

Tornar-se esposa, no Brasil da *belle époque*, não era meramente se casar, ganhar um "título" e, portanto, tornar-se mulher. Era, também, adquirir responsabilidades para com o cuidado do lar, do marido e da pátria. E, para tanto, ela deveria ter uma série de qualidades e habilidades:

É preciso que ella tenha sido na longa extensão da palavra, uma completa mulher de casa; que tenha a seriedade e a paciência postas até a ultima prova; que tenha a suprema bondade e que reúna a cultura de espirito precisa para ser a confidente de um homem de genio; que saiba todos os segredos da hygiene e da chimica culinaria; que tenha a compreensão e gosto das artes decorativas; que seja, em fim, superiormente

instruída, que não seja medica, philosopha nem literata e que empregue todo o seu coração, em ser unicamente uma esposa e uma mãe (Correio de Aracaju, 16 set. 1914, p. 2).

Nota-se como a imagem da boa esposa passava por dois aspectos iniciais: o primeiro eram as qualidades necessárias para assumir o papel. Paciência, seriedade, bondade, cultura de espírito eram atributos importantes para aquelas que se dedicassem ao matrimônio. O gosto pelas “artes decorativas” sinalizava o espaço doméstico como vitrine dos cuidados empreendidos pela mulher (Pinsky, 2020). E a *belle époque* certamente não deixou de ter influência nos pré-requisitos: a habilidade com a “química culinária”, juntamente com o conhecimento sobre a higiene, eram necessárias para a mulher moderna, que desejasse formar uma família saudável e próspera. Mesmo que houvesse empregadas auxiliando, era tarefa da dona da casa orientar e fiscalizar o trabalho feito, para garantir que estivesse nos padrões almejados (Pinsky, 2020).

O segundo aspecto era, certamente, a instrução. Entre as classes mais altas, o estudo nas escolas normais era comum, como vimos anteriormente. No entanto, nem todas as jovens seguiam a carreira do magistério: várias iam diretamente para o casamento e a maternidade (Borelli; Matos, 2020). Mesmo assim, a instrução adquirida na escola normal não era deixada de lado, visto que os conhecimentos lá aprendidos serviam como recursos para a formação moral feminina, para transformá-la em uma mulher admirável para o marido e o restante da sociedade, além de contribuírem para sua missão de educadora das gerações futuras (Louro, 2004). Não deveria, via de regra, ser uma instrução que impedisse seu trabalho como dona de casa ou que se distanciasse muito da restrita “natureza feminina” — e muito menos deveria elevá-la acima do homem, o verdadeiro trabalhador, provedor e intelectual.

Em *Collação de grão* (Correio de Aracaju, 26 mai. 1912, p. 1), Sylvia de Oliveira Ribeiro, recém-formada em Ciências e Letras no Atheneu Sergipense, discursava em honra da obtenção de seu grau de bacharela. Por mais que fale em seu gosto pelo estudo, a formanda reafirma a educação da mulher como condição importante para sua missão de “sustentáculo de futuras famílias, e a gloria de nossa Patria também”. Bricio Cardoso, que Sylvia escolheu como paraninfo, corrobora as palavras da aluna: “a questão é velar pela menina de hoje, para que a mulher de amanhã não se abaixe até á lama, e não arraste o homem ao tremedal do pantano”. A educação da mulher, portanto, era sempre para o benefício do Sujeito, o homem, e de seus filhos. Ela própria não necessariamente usufruiria de seus estudos. De acordo com Bricio Cardoso, ela é o anjo da humanidade na medida em que sabe fazer a alegria e a felicidade de sua casa.

É a imagem do Anjo do Lar de que fala Virginia Woolf (2020). Encantadora, extremamente dedicada ao convívio familiar, pura e imensamente abnegada, a mulher que se encaixa no arquétipo do Anjo do Lar refreia a si mesma em prol do agrado que deve provocar. O que fazia era para os outros, nunca para si. É também nesse sentido que a mulher, para Michelet (1995, p. 84), era uma religião. Em *A Mulher*, o historiador francês permite que conheçamos as representações que existiam já no século XIX e que influenciaram também o pensamento do século XX. Assim, diz Michelet que a missão da personagem feminina era elevar marido e filhos: “ela está destinada *a outro*. Viverá *para os outros*, não para ti e não para ela. É esse caráter relativo que a põe acima do homem e faz dela uma religião”. Tanto o Anjo quanto a religião atuam sob as ordens e para a adoração de um Deus. Nesse caso, o Deus é o homem (Guimarães, 2022). Quando muito, era a família nuclear, centrada na figura do pai e marido.

E nessa mesma linha estava a figura da mãe, reverenciada nos poemas e narrativas veiculadas pelo Correio. Uma vez que o sexo biológico bastava para definir uma suposta “natureza feminina”, a existência do útero como local de criação da vida seria fato suficiente para supor que a mulher teria desde sempre o chamado “instinto maternal”. Em verdade, a inexistência do desejo de ser mãe gerava desconfianças, a ponto de ser considerado indício de patologias do corpo e/ou da mente (Pereira, 2016). O Correio de Aracaju (6 mar. 1910, p. 1) coaduna com a opinião de que o desejo de procriar era inerente à mulher, e o faz de maneira bastante delicada: conta a história de Cleonice, uma menininha que, tendo ganhado uma boneca, passa a tratá-la como filha e inclusive sonha que está sendo chamada de mamãe. Ou seja, a maternidade, por ser o destino biológico, se manifestaria desde tenra idade, não sendo necessário nem mesmo que a moça estivesse apta a gerar um filho ou mesmo pensasse em ter um relacionamento e casar-se com um homem.

Mas para além de ser um destino biológico e, assim, praticamente incontornável, a maternidade também era pintada como missão, vocação e mesmo meio para elevação da mulher. A transformação em Santa Mãezinha, muitas vezes com claras alusões a Maria de Nazaré, servia tanto para que a mulher se contentasse com o lugar social que ocupava, quanto para estabelecer um propósito a ser perseguido e alcançado (Guimarães, 2022). A mãe atingia o ápice do que se esperava para uma mulher do período, mesmo que ela própria não se sentisse desse modo. Assim, enquanto um homem poderia almejar ser político, comerciante, médico, pai ou advogado, por exemplo, a mulher quase sempre tinha um único caminho a seguir.

Além de tudo, a ideia da Santa Mãezinha era recurso importantíssimo para regular a sexualidade feminina. Esta deveria estar circunscrita ao interior do casamento, visando no mais

das vezes a reprodução. Por mais que a frigidez, ou seja, a falta de desejo sexual, fosse frequente e considerada até mesmo normal, o seu oposto, o desejo exacerbado, era sinal de uma saúde fragilizada pelos efeitos da histeria feminina (Pereira, 2016). E uma vez que era necessário que os herdeiros da pátria fossem sadios nos aspectos físico e mental, importava que aquela responsável por gerar e cuidar das novas gerações fosse também saudável (Jacó-Vilela; Oliveira, 2017).

Assim, visando reforçar a santidade da mãe, ligando-a aos arquétipos do Anjo do Lar e da “mulher como religião”, o *Correio* (28 jan. 1909, p. 1) declarava: "Para pae e mãe, para esposo e filho, para irmão e amigo, como para a humanidade e a patria, como para o que soffre e Deus, a delicada creaturinha, que chora e geme por todos, é a piedade viva, a affeição profunda, a misericordia eterna." Embora delicada, a mãe sentiria por todos, inclusive por toda a pátria, de modo abnegado, misericordioso, sem esperar nada em troca. Adoraria sobretudo os filhos, para quem dedicaria até o último suspiro.

A mulher, em seu papel de esposa, mãe e dona de casa, que não se dedicasse aos filhos, ao marido ou aos cuidados do lar dava sinais de uma moral corrompida. O periódico, em *O salão ou a família* (*Correio de Aracaju*, 11 ago. 1912, p. 1), repudia as sociedades europeias modernas em que a mulher, de acordo com o texto, representava competição para o homem no trabalho e nas questões intelectuais. A escolha da mulher pelo salão e pela competição com o homem seria a origem da ruína da família: “Quando a família é simplesmente salão, a mulher está perdida porque é inutil. Quando é simplesmente família — todo o respeito que devemos ter por ella é pouco, porque immenso é o seu coração”. A inutilidade alegada é própria da mulher que trabalha fora, estuda e/ou escreve, visto que tais práticas não são utilizadas no fazer doméstico que compreende a limpeza higiênica, a feitura dos alimentos, a lavagem de roupas, o cuidado dos filhos ou mesmo a satisfação dos desejos do marido. O trabalho ou o estudo da mulher beneficiariam somente ela mesma, e esse “egoísmo” ia de encontro ao molde da mãe abnegada e submissa. O orgulho era um pecado feminino.

Em seguida, há o arquétipo da mulher infiel. Ela é evidentemente um contraponto à idealização da esposa, visto que saía da curva do amor romântico e monogâmico para uma vida com vários interesses amorosos e, claro, vários parceiros sexuais. As críticas do *Correio* chegam ao exagero, como é o caso da história em que a mulher é amaldiçoada e, toda vez que trai o marido, uma estrela se apaga no céu e uma flor do campo morre. O resultado é um céu sem estrelas e um campo onde só há grama (*Correio de Aracaju*, 19 set. 1909, p. 1). Poderia ser uma maneira de convencer que a infidelidade destrói o que há de bom no relacionamento e também na própria mulher. Mas é principalmente um recurso discursivo para impedir as traições, muito

embora o mesmo não fosse requerido aos homens: “um homem, para ser fiel, deve ter conhecido todas as mulheres ou não conhecer senão a sua” (Correio de Aracaju, p. 7 nov. 1907, p. 3).

A sexualidade da mulher, constantemente vigiada, era nesse caso colocada sob o olhar do microscópio. A infidelidade feminina não é vista meramente como desviante por demonstrar uma moral deslocada da monogamia — até porque, como já foi dito, a infidelidade masculina não era mencionada e, às vezes, chegava a ser justificada ou defendida. O problema estava, também, na biologia. A histeria feminina era tópico frequente entre os médicos, e um de seus sintomas mais marcantes era justamente o desejo sexual sujeito a desgovernos. Além disso, os estudos do período também colocavam a mulher como um ser mais emocional do que racional (Rohden, 2001). Pela fraqueza de seu julgamento moral, ela seria alvo fácil para sedutores, mas também podemos considerar que, segundo o pensamento patriarcal da *belle époque*, essa mesma moralidade claudicante a levaria a se importar pouco com os sentimentos do namorado, noivo ou marido, buscando sempre a excitação do flerte e da conquista em detrimento de uma relação sólida.

A questão da infidelidade tem um ponto sensível: a paternidade. Carole Pateman, em *O contrato sexual* (1993), discute que a maternidade é dada como certa, visto que a mulher gera e dá à luz, sabendo que o filho é seu. Mas no caso da paternidade, principalmente em um tempo em que testes de DNA não existiam, a única confirmação sobre os laços genéticos com a criança viria da mãe, sendo mais uma questão de confiança do que de fato. O problema da mulher infiel estava no receio tido pelos homens da burguesia de terem como herdeiro ou herdeira uma criança que não era sua (Rabelo, 2015). O apelo às anedotas, aos aforismos e até às narrativas com apelo ao fantástico ou ao sobrenatural não era à toa: se a traição era um segredo, esperava-se convencer as mulheres de que a verdade apareceria a qualquer custo, mesmo que fosse através de uma maldição.

A sogra, por sua vez, era o tipo de mulher que era rechaçada por ter sobrevivido ao tempo e por, segundo as narrativas, se intrometer demais na vida dos casais mais jovens, geralmente compostos por sua filha e o marido. Frequentemente, sua figura não era alvo de ofensas diretas, mas de anedotas ou mesmo de versinhos que a comparavam a tudo que havia de mais peçonhento, desagradável, maldoso e inconveniente. No Theatro Carlos Gomes, chegou-se inclusive a exibir o filme de comédia *Guerra às sogras* (Correio de Aracaju, 17 mai. 1911, p. 2); e o Kinema Ideal anunciou *A sogra do vaqueiro a cavallo*, “sucesso cômico de

Essenay”¹⁶ (Correio de Aracaju, 19 jun. 1912, p. 2). Nos casos mais agressivos, os genros que narravam ou eram personagens das piadas ou historietas inclusive aludiam ao desejo de que a sogra morresse. E podia ser pior: em vários trechos encontrados, expressa-se a vontade de matar a mãe da esposa.

Entendemos que essa rejeição à figura da sogra é, em primeiro lugar, um efeito da modernidade. Na *belle époque*, o costume de ter a casa cheia de agregados já não tinha o apelo de antes. A norma, agora, era a família nuclear, composta por esposo, esposa e filhos (Pedro, 1997). Acontece que a sogra não era a única agregada que outrora habitou a casa da família nuclear, mas era ela a única a ser vitimizada. E aqui estamos falando da mãe da esposa, não da mãe do marido: o Correio de Aracaju, escrito por homens, apresentava a sua visão de mundo, e frequentemente vemos poetas e escritores exaltando a quase santidade de suas mães, e às vezes na mesma página encontrávamos anedotas sobre sogras. No entanto, quando as mulheres participavam na escrita, o faziam em ocasiões pontuais, dificilmente figurando na seção de humor. Além disso, imaginamos que as normas sociais tinham papel importante em coibir a manifestação feminina sobre as mães de seus maridos, ou impedindo por completo a sua manifestação ou simplesmente evitando o tom condenatório e negativo. Se a mulher deveria ser agradabilíssima a todo tempo, deveria sê-lo também para com sua sogra.

Além de tudo, interpretamos que a rejeição à figura da mãe da esposa se devia, também, a uma disputa de poder. Ela, acostumada a ter a tutela da filha, sentia-se, por um lado, ameaçada na relação de confiança e dependência que havia estabelecido (Rabelo, 2015). Por outro, a mãe poderia se ver preocupada com o futuro da moça nas mãos de um marido, que poderia ser violento, afeito à bebida ou simplesmente distante emocionalmente. E em um período em que os casamentos muitas vezes tinham uma diferença de idades considerável, a precaução da mãe poderia não se mostrar exagerada. No mais, sabemos que a violência marital no período estudado era, em alguns casos, até recomendada — como veremos nos próximos capítulos —, e a sogra, talvez tendo vivido um cotidiano de agressões em seu próprio casamento, poderia se utilizar do zelo pela filha como forma de protegê-la de um mesmo destino. Elizabeth Batista (2002), trabalhando esta personagem a partir de *Livro de uma sogra*, de Aluísio Azevedo, identifica justamente isso: a tentativa de uma mãe de proteger sua querida filha, mesmo que para isso tivesse que minar a autoridade do genro ou ser conhecida como uma megera. A quantidade de trechos sobre a sogra encontrados no jornal e o teor das críticas faz crer que,

¹⁶ A Essenay Studios foi uma companhia cinematográfica estadunidense fundada em 1907 por George K. Spoor e Gilbert M. Anderson. Ficou famosa pelos filmes do célebre Charles Chaplin. Para saber mais: <https://www.atlasobscura.com/places/essenay-studios> Acesso em 15 jun. 2024.

fosse por enfrentamento direto do genro ou por resistências sutis e cotidianas, a mãe da esposa estabeleceria frente combativa contra o homem da casa. Em um momento histórico em que a autoridade masculina na casa familiar deveria ser incontestável, tais atitudes eram motivo de vergonha para o homem (Rabelo, 2015; Guimarães, 2022).

Entendemos, ainda, que o repúdio à sogra pode derivar de sua condição de mulher considerada velha. O Correio demonstra em várias de suas publicações a crença de que o envelhecimento era não apenas desagradável às mulheres, mas também degradante: “Que necessidade há de vingarmo-nos de uma mulher? A natureza incube-se disso: é só esperar” (Correio de Aracaju, 10 mai. 1911, p. 1).¹⁷ Era como se o pensamento do período colocasse a transformação da mulher em vilã como um destino biológico, a ser atingido com o avanço do tempo (Guimarães, 2022).

Com mais idade, talvez até viúva, a sogra era alguém que já tinha cumprido o seu papel de mãe e de esposa, os únicos considerados próprios e dignos para as personagens femininas. Fora deles, sua condição de mulher era posta em dúvida, e seu destino biológico envolveria, além da infertilidade, os incômodos da menopausa — chamada, no período estudado, de “idade crítica” e entendida inclusive como condição que poderia levar a um estado patológico (Rohden, 2001). É possível que, vendo-se sozinha, com os filhos saindo de casa e agora sem propósito, a sogra passasse a demonstrar uma insatisfação que o genro consideraria como incômoda à paz de sua casa. Não queremos dizer, entretanto, que são corretas as representações da sogra ou tampouco damos razão aos genros. Buscamos somente compreender as questões que norteavam a vida destes homens e mulheres do passado.

Já nos encaminhando para as últimas representações, temos também a imagem da mulher feia. Sua classificação como desviante não se dá apenas por sua aparência, justamente porque tanto a feiura como a beleza eram consideradas atributos definidores do caráter. Não raro o Correio de Aracaju associa os belos traços físicos — que envolviam o aspecto do rosto, mas também dos pés, mãos e em alguns casos de outras partes do corpo — como concessão ou bênção divina (Sant’Anna, 2020), além de serem sinais de uma boa índole. A mulher feia, por sua vez, constantemente era classificada como ruim, maldosa e até invejosa da beleza alheia: “em geral as mulheres invejosas e falladeiras são feias de corpos, têm as pernas tortas e finas e são quasi sempre enjoadas” (Correio de Aracaju, 30 abr. 1908, p. 1). Não é à toa que a fealdade era quase sempre atribuída às bruxas.

¹⁷ Enquanto isso, pouco se diz sobre o envelhecimento dos homens, e a única referência que encontramos era taxativa: para eles a velhice seria respeitável; para elas, desagradável (Correio de Aracaju, 23 set. 1910, p. 1).

Também não podemos esquecer da influência do higienismo e do discurso médico. Beleza era, além de sinal de bom caráter, prova de um corpo cuidado, sadio, e de uma mulher que se preocupava com a aparência — tomando o cuidado de não ser vaidosa, pecado que muitas vezes era atribuído às prostitutas. A mulher burguesa deveria cuidar para que não estivesse magra demais, aparentando morrer de fome ou ter o corpo destruído por alguma doença, ou gorda demais, denunciando um apetite exagerado e pouco saudável. As mãos cuidadas e limpas eram atributos de senhoras respeitáveis, enquanto aquelas mais bronzeadas e calejadas eram as mãos das trabalhadoras. O mesmo se dava com relação aos pés (Priore, 2006). E em um momento em que a sífilis era doença conhecida e muito falada, também a pele deveria ser íntegra, sem manchas que dessem vazão a comentários sobre um possível contágio. No folhetim *Innocencia*, de Taunay, logo se deixava claro: “as moças quando não são bonitas, é que estão doentes...” (Correio de Aracaju, 13 out. 1911, p. 3).

Mesmo a maquiagem não era muito bem vista. Só faziam uso desse recurso as prostitutas ou alguma mulher muito feia, como é o caso da anedota em que um padre, vendo o quão terríveis eram as feições da moça que se confessava, contraria os postulados da Igreja e diz a ela que siga se maquiando, visto que ainda faltava muito para que ela atingisse a beleza (Correio de Aracaju, 4 dez. 1910, p. 1). A beleza deveria ser natural, de preferência herança passada de mães para as filhas, seja por via genética, seja pela educação. Em verdade, é Michelet (1995, p. 85) que recomendava às mães que fizessem a seguinte prece: “Meu Deus, fazei-me muito bela!... E que minha filha, para sê-lo, deva apenas olhar-me.” E o Correio corrobora com esse clamor quando, em um artigo, recomenda às mães de meninas feias que se empenhem na educação de suas filhas, visto que elas, apesar do infortúnio da natureza, ainda poderiam vir a servir à pátria. A beleza viria em igual medida de suas atitudes (Correio de Aracaju, 29 set. 1912, p. 1).

Agora, há outras mulheres que se encaixam na definição de desviantes. São as prostitutas, que serão abordadas aqui a partir do já citado romance *Rua do Siriri*, do escritor Amando Fontes. Também o Correio de Aracaju tem algo a dizer sobre estas mulheres — ou sobre os caminhos que as levaram a essa condição. Mas primeiramente precisamos delinear melhor os contornos da obra. Por isso, os dizeres do jornal ficarão reservados para os capítulos seguintes.

Rua do Siriri trata das histórias ficcionais das prostitutas que, como já apresentado, foram obrigadas a sair da região mais próxima do centro de Aracaju, e conseqüentemente mais movimentada, para o ponto mais distante, menos movimentado e com infraestrutura a desejar. Logo de primeira, é um retrato falado da Aracaju das primeiras décadas do século XX,

apresentado por um autor que conheceu a cidade no período que se propôs a retratar. Mas a obra também descreve muito bem os contornos históricos e sociais que tinha a capital, inserida em um contexto que nos esforçamos para analisar na seção anterior. Apresentando as múltiplas personagens, as razões pelas quais elas acabaram por “cair” na prostituição, seus pensamentos sobre a prática e mesmo os “finais” de suas histórias, Fontes concede acesso a um universo de representações e de entendimentos sobre a realidade brasileira e aracajuana.

Já mencionamos aqui a questão geográfica presente em *Rua do Siriri*. Afastar as prostitutas era questão necessária, na perspectiva higienista, porque afastava também a degeneração social, potencialmente danosa para as famílias que comumente frequentavam o centro planejado, moderno, higiênico e belo da cidade de Aracaju. Mas a obra de Amando Fontes vai além: trás, primeiramente, a visão de um homem branco, de família tradicional, a respeito da vida e vivências de mulheres pobres e, em muitos casos, negras (Antão *et. al.*, 2023). Não é uma visão a ser descartada; muito pelo contrário. É justamente ela que nos permite compreender o texto para além do que está escrito, buscando os significados presentes no enredo geral e nas histórias das personagens. Também a visão de Fontes permite o entendimento das representações construídas a respeito das meretrizes e, com a dose certa de interpretação historiográfica, de todas as mulheres. É claro que não iremos trazer aqui as histórias de todas as personagens, já que Amando Fontes foi bastante criativo e se deu ao trabalho de criar várias, com histórias complexas e importantes a seu modo. O que propomos é uma análise pontual¹⁸, focalizando os aspectos mais relevantes, a fim de que possamos trabalhar a prostituta como sendo uma entre as várias mulheres que são postas de lado e marcadas como “desviantes”. Para facilitar este processo, nos valem do quadro a seguir:

Quadro 1 – As mulheres da rua do Siriri e suas histórias

Nome	O meretrício	Fim de sua história
<i>Mariana</i>	Perde marido e filho, envolve-se com o ex-patrão e, quando ele a deixa, cai na prostituição (Capítulo 5).	Morre depois de sofrer por anos com uma doença respiratória (Capítulo 48).
<i>Esmeralda</i>	É assediada pelo cunhado e depois é largada por ele (Capítulo 11).	Fica com os pertences e a casa de Mariana. Pensa em trabalhar na indústria têxtil (Capítulo 48).

¹⁸ Para uma análise mais detida do livro, consultar o artigo Mulheres da vida, sujeitas históricas: representações literárias e vivências históricas da prostituição em Aracaju nas primeiras décadas do século XX (Antão *et. al.*, 2023).

<i>Tita</i>	Não se sabe exatamente como se tornou prostituta. Sempre se apaixonava pelos homens e acreditava em suas promessas.	Desprezada pelo amante, toma permanganato de potássio e morre (Capítulo 44).
<i>Nenen</i>	Iludida pelo noivo, perde a virgindade e é expulsa de casa. Vai morar com Sá Inácia, que encaminhava jovens para a prostituição (Capítulo 16).	Nunca se conformou em ser prostituta. Por fim, casa-se com um dos clientes (Capítulo 42).
<i>Djanira</i>	Perde a virgindade antes dos 15 anos, com o noivo, que depois a “joga no mundo” (Capítulo 9).	Morre de cancro (Capítulo 21).
<i>Branca</i>	Era casada, mas, ao ser estuprada por um vizinho, larga o marido e acaba na prostituição (Capítulo 43).	Se muda para tentar conseguir mais “clientes” (Capítulo 45).
<i>Belisana</i>	Se envolveu com o filho do patrão, ficou conhecida e foi morar com a “mulher da rua do Assovio” (Capítulo 23).	No RJ, adoece e vai parar no Mangue, onde sofre vários abusos (Capítulo 40).
<i>Rosa</i>	Foi seduzida por um namorado, que depois a abandonou (Capítulo 32).	Morre depois de ver, em delírios, a família que deixara (Capítulo 39).
<i>Almerinda</i>	Trabalhou na indústria de tecidos, mas foi seduzida por um homem que a abandonou (Capítulo 34).	Foi trabalhar na fábrica têxtil, quando viu que, já velha, não atraía clientes (Capítulo 36).
<i>Calu</i>	Calu é “famosa” na Aracaju do livro, mas há muitas versões de sua história. Ninguém sabe exatamente como “caiu no mundo” (Capítulo 17).	Enlouquece e passa a pedir esmola, cantando uma mesma música sobre um anel perdido (Capítulo 17).

Fonte: elaborada pela autora, 2024.¹⁹

Nesta tabela, apenas não adicionamos a história de Tita, visto que o livro não apresenta o relato de como ela acabou se tornando prostituta. Contudo, ela também é uma personagem importante para o argumento, e por isso também será mencionada, mesmo que de modo diverso das outras.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é a variedade de caminhos que levaram as mulheres de *Rua do Siriri* à prostituição. É óbvio que, sendo personagens distintas, teriam histórias

¹⁹ Um quadro semelhante está presente no trabalho *Mulheres e sofrimentos que “não valem nada”: a violência contra a mulher na obra “Rua do Siriri”* (Guimarães, 2024). Este, embora seja maior, possui apenas menções às personagens que permaneceram mais tempo ao longo do romance.

distintas. Mas Fontes faz questão de apontar que, fosse por causa de um deslize premeditado ou não, de necessidade, da vergonha, da ilusão, de uma tragédia ou mesmo de uma violência cometida contra elas, todas essas mulheres tiveram apenas um destino: a vida no meretrício. A prática sexual que compreendesse a perda da virgindade fora do casamento ou a entrega do corpo para outro que não fosse seu marido era suficiente para que a mulher, depois da ofensa cometida contra a moral e os bons costumes, agora só pudesse se utilizar de seu corpo para a própria sobrevivência. Tornava-se escrava do corpo. Era também reflexo de uma sociedade que entendia que a sexualidade feminina deveria ser regulada: sem um pai para vigiar e sem um marido para direcionar a sexualidade, a mulher que praticava sexo era vista como “perdida” — termo que inclusive aparece muito no romance.

A culpabilização da mulher, em especial daquela que vai para a prostituição, também se mostra em uma modinha, tida no livro como a mais pedida entre as moradoras da rua do Siriri. Vejamos:

“Se a mulher compreendesse o seu valor,
olhava sempre para o homem com desdém
pois ele é falso, é ingrato e é traidor,
é refalsado e é perjuro qual ninguém.

[..]

Amei pra nunca mais
amar na minha vida,
abandonei meus pais
e vivo aqui... PERDIDA!...”
(Fontes, 1989, p. 93)

Logo no primeiro verso, percebe-se que, muito embora o homem seja falso, ingrato e traidor, parte — ou mesmo a totalidade — da culpa pelo desvio da mulher é dela própria, uma vez que não compreende o seu valor e se deixou iludir por seu sedutor. O fim da história do eu-lírico é taxativo: a mulher desonrada e vítima da traição, notadamente magoada e agora desiludida, abandona a família e se converte em uma “perdida”. O peso da modinha é ainda maior quando se considera que, no período em questão, a palavra “perdida” era utilizada para se referir às moças que perderam a virgindade antes do casamento, no mesmo sentido que “desviada”. Além dessa passagem do livro, há outra em que se questiona se a má índole e más ações dos homens não teriam nenhuma punição — terrena ou divina —, pontuando também o sofrimento feminino: “Pelos modos, parece que não pagam nem aqui na terra, nem depois... [...] Mulher é que tem o inferno aqui e é bem capaz de ainda ter outro por lá...” (Fontes, 1989, p. 89). Em outras palavras, provavelmente nem na morte a mulher encontraria liberdade.

Outra questão que chama a atenção é o fim trágico que quase todas, à exceção de Angelina e Nenen, alcançam. É, contudo, relevante falar de Nenen, justamente pela diferenciação de seu destino. Ela, na história, é a única prostituta que de fato se arrepende do “caminho que tomou”. Mesmo morando com Sá Inácia, senhora conhecida e repudiada por trazer jovens para a prostituição, pensa em ir trabalhar na fábrica têxtil — símbolo importante da industrialização de Sergipe — ou mesmo em casa de família, mas é dissuadida pela outra mulher, que lhe diz que trabalhar em tais locais é ser escrava (Fontes, 1989). Chega, inclusive, a negar o pedido de se deitar com um homem negro, conhecido de seu pai, e é defendida por Mariana. Ela, junto com as outras prostitutas da casa, concordavam que Nenen era “a pessoa mais encabulada e sem dom para aquele modo de vida”, e sabia-se que ela sequer tirava a camisa para os clientes, mesmo os frequentes (Fontes, 1989, p. 59). Por fim, a solidez de sua moral e de seus princípios a conduzem a um final mais feliz do que o das outras: Nenen se casa com um rapaz chamado Marcelino, que inicialmente foi seu cliente. Assim, ela escapa da prostituição e, conseqüentemente, da morte desagradável e lenta, da penúria da falta de dinheiro e, claro, da loucura.

Angelina, por sua vez, retorna a Aracaju depois de anos na capital federal, onde tornou-se prostituta de luxo, acompanhante de vários homens ricos e importantes. Apesar de esbanjar luxo e conforto, logo é colocada no lugar por Mariana e Esmeralda, as quais lhe dizem que ela não é diferente delas: “seu corpo é tão vendido como o nosso!” (Fontes, 1989, p. 104). Angelina vai embora duas semanas depois, deixando um rastro de admiradores atrás de si, mas nunca tomando-os como clientes por já ter um “amigo” que a sustenta e ampara. Conta, ainda, que dá boa parte do dinheiro que recebe para sua mãe e suas irmãs, e por isso se converteu na filha favorita. Entendemos que o fim de Angelina se distancia do trágico comum às outras prostitutas somente porque, de certo modo, ela se redime: é fiel a um único homem e não usa o dinheiro para seu próprio usufruto, mas sim de sua família. Pode até ser uma prostituta, mas não é uma “mulher da vida”, de certo modo.

Sua aparição repentina e rápida na história serve para que um aviso seja dado. É ela que conta às amigas o fim trágico que teve Belisana, no Rio de Janeiro: antes requisitada, fica gravemente doente e precisa vender tudo que tinha — joias, vestidos, peles e até uma vitrola — para se sustentar. Depois, quando já não tinha mais nada, vai parar no Mangue, onde “toda mulher é uma escrava: faz tudo quanto é porcaria que dá na veneta dos homens” (Fontes, 1989, p. 107).

A doença — seja física ou mental — é ponto para onde convergem boa parte das prostitutas. Calu, a louca, era figura quase folclórica da Aracaju ficcional de Fontes: não se

sabia exatamente sua história, mas Mariana conta que teve marido e filhos, só que ninguém sabia como ela havia “se perdido”. A maior parte das histórias diziam que tinha fugido com um amante que depois a largou. Depois de uma vida como meretriz requisitada, agora andando pelas ruas e já louca, Calu canta uma modinha: “Meu anel de ouro / que papai me deu; / quem achou, ganhou / quem perdeu, fui eu” (Fontes, 1989, p. 55). Talvez a modinha fosse uma alusão à sua vida pregressa, em que teve tudo — dinheiro, família, saúde — e mesmo assim, por descuido, perdeu. Para Mariana, o motivo de Calu vir até os locais em que as prostitutas estão não seria por mera saudade de seu tempo ou para purgar os pecados. “Pra mim, ela vem é dar mesmo aviso à gente... Pra que o arrependimento, como se deu no caso dela, não vá chegar tarde demais...” (Fontes, 1989, p. 55).

Ainda falando da doença como destino trágico, temos o caso de Rosa, que adoece e morre em questão de três dias, depois de muito delirar e sonhar com a família que perdera (Fontes, 1989). Junto com a doença, ver o que perdeu foi a sua punição. Djanira, por sua vez, era uma prostituta muito jovem, de recém-completados 15 anos, e que acabara na prostituição por ter cedido às investidas do namorado e perdido a virgindade. Depois de ser “jogada no mundo” por ele, Djanira abraça de vez o meretrício, demonstrando até gostar da vida que levava. Seu fim é um dos mais trágicos: contrai cancro sifilítico (Antão *et. al.*, 2023), doença já mencionada neste trabalho, e mesmo com feridas na parte íntima, consegue dinheiro a partir da venda de seu corpo. Morre pouco tempo depois, pobre, isolada e sem direito a um funeral digno (Fontes, 1989).

Por fim, Mariana tem uma morte menos trágica, mas com muito significado. Ela era a figura maternal do grupo e também a única que já tinha sido mãe. Depois da morte de seu marido e filho, trabalhou algum tempo na fábrica de tecidos, mas logo se envolveu com um homem casado, seu ex-patrão, de quando trabalhara em casa de família. Depois, outros se seguiram, e então “passou a ser mulher de todo mundo” (Fontes, 1989, p. 21). A história de Mariana é a primeira a ser contada, e sua morte, em uma cama de hospital e depois de sofrer por anos de uma doença respiratória, finda o romance e também motiva Esmeralda a procurar um outro modo de vida, que não o do meretrício.

Nesse sentido, podemos ver como a prostituta era vista: alguém doente, perigosa para a saúde e a higiene do povo — ou ao menos da burguesia, que enxergava as classes empobrecidas como perigo social (Morales, 2021). E o perigo estava mesmo nelas, segundo a narrativa de Fontes: em nenhum momento os homens com quem elas se relacionavam são descritos como doentes, e tampouco se fala em algum que tenha adoecido ou morrido. Quando as doenças são mencionadas, fala-se em “moléstia do mundo” (Fontes, 1989), não em “moléstia do homem”.

Apesar do discurso científico, é como se a enfermidade fosse enviada por Deus, para punir a pecadora que vivia do próprio corpo. E no caso da histeria, doença comumente associada às mulheres e a um comportamento sexual que se desviava da castidade e do intuito de reprodução, a diferença em relação aos homens é ainda mais visível. Calu é exemplo de que, para o período, a mulher que se prostituía assumia o risco de perder a sanidade.

Do mesmo modo, o termo “moléstia do mundo” faz perceber a dualidade existente entre o público e o privado. A mulher teoricamente deveria ser “o exemplo moral da família e honrar seu papel de mãe e esposa, cuidadora da família e do lar” (Morales, p. 86), estando circunscrita ao meio privado. A “mulher da vida”, contudo, era “coisa pública” ou “mulher de todo mundo”, para citar o próprio Fontes (1989), e como tal certamente seria paga em igual medida. Aquelas que tinham “caído no mundo” receberiam as “moléstias do mundo”.

Além de tudo, a história de todas essas mulheres se dá em termos do decréscimo de sua dignidade. Antes jovens de respeito, ao se prostituírem perdem o vínculo com a moralidade e com a pureza. No entanto, não é a prostituição pura e simples que, de acordo com o argumento do livro, condena a mulher à decadência. O que sela seu destino é a maneira como ela própria encara a prostituição e usufrui de seus lucros. Calu e Mariana tinham conhecido uma vida honrada, com marido, filhos e até mesmo trabalho “honesto”, mas abandonaram “por escolha”. Rosa, por mais que demonstrasse arrependimento, traíra a confiança da mãe — descrita como uma mulher muito direita —, e não era como Nenen ou Angelina, que optaram por ficar com um único homem. Djanira e Belisana, por outro lado, são aquelas que desde o início demonstram “inclinação” para a prostituição: a primeira por não ter se arrependido de perder a virgindade com o noivo, e a outra porque foi morar em um bordel acreditando nas promessas de dinheiro. Todas essas, se não usufruíam e ostentavam os lucros da prostituição, não desistiam de praticá-la ou tentavam sair desse caminho. Na lógica burguesa do período, estavam lá porque queriam. Desse modo, além de terem o corpo doente que ao fim as levou à ruína e à morte, eram também enfermas da moral e da honra.

A partir do que foi trabalhado compreendemos que tanto a mulher ideal quanto a mulher desviante são representações que partem de um mesmo cerne, com objetivos que, se não são iguais, ao menos se complementam. Inicialmente, estudando *Rua do Siriri*, pensamos em argumentar que a mulher desviante era vista como nada: quando muito, um inconveniente a ser varrido para baixo do tapete. No entanto, a partir das demais fontes, compreendemos que isso não é verídico. Ela representava um exemplo do que não fazer, de como não se portar, de que caminhos não seguir, mas também falava sobre a realidade difícil que era relegada para as mulheres que, por escolha ou por ação do sistema excludente em várias frentes, acabavam como

“pontos fora da curva”. Como já mencionamos, estabelecer a dicotomia ideal-desviante por si só já pode ser considerado uma violência. No entanto, buscaremos analisar essa questão mais a fundo, tentando entender as várias manifestações dessa violência apresentada através do discurso jornalístico. Queremos classificar esses discursos e entender como e para quê eles atuam, identificando suas prováveis associações com as representações citadas e com outras que pontualmente identificamos ao longo das edições do Correio e que não mencionamos neste capítulo para evitar alongar o que já estava muito comprido. Portanto, já que o trabalho é grande e o percurso é longo, sigamos.

CAPÍTULO II

O TERMO NO PLURAL: ENTENDENDO AS VIOLÊNCIAS DIRECIONADAS ÀS MULHERES A PARTIR DOS RECORTES DO CORREIO DE ARACAJU

Como já dissemos anteriormente, este segundo capítulo se debruçará de fato no entendimento de como o discurso jornalístico do Correio de Aracaju apresenta a violência contra a mulher. Para tanto, optamos por, primeiramente, analisar o que viria a ser a violência, a partir de alguns autores que se dedicaram a analisar o assunto, e a partir daí apresentaremos a(s) perspectiva(s) que consideramos relevantes para este trabalho em razão de como encaramos o conceito e como ele se associa com o corpo documental analisado. A apresentação do conceito é importante para que deixemos clara sua complexidade, além do fato de que, tendo selecionado esta categoria analítica, também a trabalhamos visando extrair seus sentidos e compreendê-la em conjunto com o que foi coletado a partir das fontes.

Além de tudo, no caso de um conceito como este, é preciso considerar a interferência do historiador em sua compreensão e em sua aplicação, visto que, como já foi comentado na introdução deste trabalho, o que antes não era considerado como violência, hoje em dia é — e o mesmo pode acontecer no futuro. Porém, além disso, é preciso considerar a posição de quem escreve. Assim como os historiadores enxergam uma mesma fonte de maneiras diferentes, os significados também são atribuídos de maneira diversa. Isso quer dizer que este trabalho é analisado desta forma, a partir de tal perspectiva, e que determinadas passagens são consideradas como violentas porque a pessoa que pesquisou, analisou, estudou e escreveu é, de fato, uma mulher cis, branca, brasileira, com outros elementos que determinam sua formação particular. Outra pessoa, é evidente, possivelmente daria atenção a outros trechos ou mesmo elaboraria análises completamente diferentes, com base nas leituras que tem — tanto acadêmicas quanto aquelas relacionadas a sua trajetória pessoal. Em alguma medida, talvez esse trabalho tenha algo de uma “escrita de si”.

Também importa deixar claro, logo de início, que na verdade entendemos que a violência é um termo que, na verdade, é melhor entendido neste estudo como um elemento plural. Isto se dá porque (a) nas páginas do jornal, elas aparecem de formas múltiplas, podendo ser sutis ou agressivas, diretas ou indiretas, alusões a episódios violentos ou violências praticadas pelo próprio jornal — ou ainda uma mistura dos dois; (b) podem se manifestar como violência verbal, psicológica, física, sexual ou simplesmente simbólica — mas, como já foi dito e será reforçado também neste capítulo, consideramos que toda violência, independentemente de como se manifeste, tem um plano de fundo simbólico que a sustenta e orienta.

Após a discussão sobre as violências, apresentaremos, em duas partes distintas, como elas se manifestavam através do Correio de Aracaju. No segundo ponto, trabalharemos aquelas que entendemos como “violências sem marcas”, a saber, a verbal, a psicológica e a simbólica, apresentando os trechos colhidos e classificados desses modos. No terceiro, analisaremos as violências física e sexual, que têm consequências físicas imediatas para a mulher. Vale reforçar que analisaremos todo e qualquer trecho que faça alusão à violência, por menor que seja, e não nos ateremos somente a matérias de cunho noticioso. Além disso, tentaremos estabelecer se haveria uma noção comum a essas violências, como a ideia de que só as mulheres desviantes seriam alvos elegíveis. Nesse sentido, esperamos que os 351 trechos destacados sejam material suficiente para esta análise — embora saibamos que será impossível abordar todos neste trabalho.

Vejamos, portanto, como o conceito de violência pode ser entendido, e de que forma ele nos pode ser útil.

2.1. O entendimento sobre a violência

Quando se fala em violência, e em especial sobre violência contra a mulher, é quase automático que o pensamento logo se direcione para a violência como agressão física ou sexual. Nada mais justo, visto que são os tipos que atualmente provocam imediatamente choque e revolta, além de terem consequências verificáveis sem muito esforço — dor, sequelas físicas ou psicológicas, ou mesmo a morte da vítima. Porém, neste trabalho, a fonte utilizada é um jornal do início do século XX, proveniente de uma Aracaju que, apesar de ser capital, ainda passaria por muitas mudanças ao longo dos anos. O filtro da burguesia passava pelos periódicos e, além disso, a ideia que se tinha de violência era diferente da que se tem hoje. É possível que casos em que ocorreu de fato violência física ou sexual tenham acontecido, mas tenham ficado retidos pelo crivo dos redatores e editores, ou o modo de pensar do período tenha ignorado o acontecido por simplesmente não considerá-lo como uma violência. De fato, é mais comum encontrarmos no Correio de Aracaju notícias que abordam a agressão física tendo como agressor o marido e a esposa como vítima, mas eram mais comuns quando (a) os personagens eram desconhecidos da opinião pública e/ou (b) quando o caso acabava em tragédia.

No entanto, esta pesquisa parte justamente do pressuposto de que é preciso considerar outras formas de violência para a análise. O Correio de Aracaju oferece poucos trechos que abordam a violência física e/ou sexual, e se formos considerar o formato *notícia*, a quantidade de recortes que podem ser úteis para análise é ainda menor. Enxergando a violência a partir de

outra ótica, encontramos não apenas mais formatos a partir dos quais ela se apresenta no jornal, mas também conseguimos visualizá-la para além do componente da agressão física.

Nesse sentido, temos em mente o que aponta Michel Misse (2016), quando concorda que os sentidos da palavra violência se modificaram ao longo do tempo e que, inclusive, o termo ainda está em construção, uma vez que esses mesmos sentidos são elaborados e construídos justamente para apontar a violência e estabelecer oposição a ela. Antes, a noção de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” era condição para possibilitar a não-interferência em relações conjugais que podiam vir a ser, além de pouco saudáveis, violentas. Porém, com a insurgência dos movimentos feministas, que inclusive muito estudaram a questão da violência contra a mulher, os entendimentos sobre esse fenômeno mudaram e hoje em dia os olhares estão modificados. O autor também argumenta que a difusão do que se considera como violência é uma expansão da sensibilidade moral que lhe concede sentido: é um passo além do senso comum, o qual atribui esse significado à força física em qualquer uma de suas formas — guerras, exércitos, armas etc. E esse passo além também permite considerar que mesmo crimes não violentos podem ser “representados socialmente como violências” (Misse, 2016, p. 53).

Contudo, é também necessário considerar que, junto a essa expansão da sensibilidade, outro catalisador para uma visão mais abrangente sobre a violência seriam as possibilidades de contestação que, ao longo do tempo, surgiram para as vítimas. No caso das mulheres, há um longo passado de dominação que, durante muito tempo — além de convencer a seus participantes de que era algo justo (Misse, 2016) —, desconsiderou as perspectivas das mulheres e retirou-lhes o posto de vítimas. Se não se vê a agressão, não se vê a agredida e vice-versa. Além disso, ter voz é um direito apenas recentemente conquistado: sob a tutela de pais, maridos ou mesmo irmãos, em sociedades em que a palavra do homem era a única levada em consideração, não havia espaço para “expandir as sensibilidades”. As perspectivas só começaram a mudar quando as mulheres puderam falar e foram, em alguma medida, ouvidas — e isso muitas vezes era privilégio de mulheres brancas e ricas.

Sendo uma palavra com capacidade para se referir a tantos elementos e questões, Misse (2016) argumenta que tal polissemia impede que essa categoria seja definida a partir de um enunciado constativo (“a violência é *isso* ou *aquilo*”). Porém, enxerga que seu sentido nuclear é o de um ataque à integridade física ou à dignidade de um ser — noção que é bastante abrangente. Yves Michaud (1989), por outro lado, tenta definir o que seria a violência sem, entretanto, se distanciar da ideia de que é um conceito difícil de delimitar. Diz que há violência quando, durante uma interação, um ou vários atores causam danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis — integridade física ou moral, posses, participações simbólicas e culturais. A

atuação pode ainda ser de modo direto ou indireto, aos poucos ou de uma só vez. Michaud usa essa definição para dar conta de que (a) as interações as quais se pode atribuir o sentido de violência têm caráter complexo e, em vários casos, múltiplos atores; (b) há diversas modalidades de produção da violência; (c) a distribuição temporal da violência pode variar, sendo ela executada de uma vez, aos poucos ou mesmo de forma a não ser percebida; e (d) os danos possíveis também são variados.

A delimitação de Michaud ainda compreende a ideia de atos e estados de violência: os últimos se referem aos danos causados à integridade moral e simbólica da vítima e geralmente têm maior distribuição temporal, enquanto os primeiros estão vinculados aos aspectos físicos e estão inseridos em uma periodização menor (Michaud, 1989. Silva, 2012). No caso do discurso jornalístico, é possível encontrar ambas, mas geralmente os atos de violência estão referidos no jornal — normalmente, embora não exclusivamente, nas notícias —, enquanto os estados não são referidos, mas sim construídos ou reproduzidos por ele (Silva, 2012). E no caso de um jornal do século XX, em que as concepções sobre violência também eram diferentes, há uma dupla camada que encobre o que é dito e, por vezes, os coloca como normais, verdadeiros/naturais ou até mesmo engraçados. Essa dupla camada se constitui na visão restrita da violência e no caráter muitas vezes imperceptível dos estados de violência.

A despeito dos autores citados elaborarem um bom ponto de partida para entender essa categoria, precisamos entender como ela se aplica às mulheres — e com isso importa deixar claro que consideramos que a violência direcionada às mulheres é, em alguma medida, diferente. Marilena Chauí (1985), ao abordar a questão, estabelece que o que há é uma conversão da diferença em desigualdade e, depois, da desigualdade em uma relação hierárquica. A partir daí, a ação violenta passa a tratar um ser humano como uma coisa em vez de um sujeito. Isso, para a autora, se daria porque o corpo feminino foi elemento importante para a elaboração das ideologias da feminilidade, as quais se baseiam na maternidade para estabelecer uma suposta “natureza feminina”, que seria hierarquicamente inferior à masculina. A perspectiva de gênero, portanto, identifica a alteridade como ponto de emergência da violência contra as mulheres, e de acordo com Bandeira (2019) isso é um fato que não se replica quando analisamos outras violências.

É nesse sentido que se pode dizer que as mulheres são colocadas na posição de Outro, ou seja, aquele que é o oposto do Sujeito (Beauvoir, 2019a). Esta é a condição primordial para que se possa construir representações sobre as mulheres e atuar a partir delas, tendo-as em consideração. Porém, não é só a imagem do Outro que provoca a violência: é preciso construir esse oposto como coisa, como inferior. Para Bourdieu (2012; 2020), essa transformação de um

ser humano em coisa se dá a partir da dominação masculina, a qual converte a mulher em objeto simbólico. A partir daí, as representações construídas pelas mulheres não são aquelas provenientes de um discurso das mulheres sobre si próprias, mas dos *homens* sobre as mulheres — em outras palavras, é uma fala que tem como condição de possibilidade o silenciamento de quem se fala (Chauí, 1985). É nesse sentido que as representações que diminuem a mulher ou que a relegam a um só campo, a um só contexto e a um só destino também são violências: dar uma sentença eterna é impedi-las de dizerem o que desejam e o que são.

Mas a violência não se resume às representações. Por trás da ideia de dominação masculina de que fala Bourdieu, há também a questão da violência em seu caráter simbólico. Esta ocorreria a partir do poder simbólico, um poder praticamente invisível para dominados na medida em que a ideologia dominante é naturalizada (Souza, 2014) e que só é exercido com a cumplicidade de ambos (Bourdieu, 1989). Tal cumplicidade não ocorreria de modo ativo, mas seria possibilitada através do *habitus*, o qual pode ser descrito como as leis sociais incorporadas (Bourdieu, 2020) tanto por dominantes quanto por dominados. Sendo leis sociais elaboradas para viabilizar a dominação, entende-se que o *habitus* varia de acordo com a classe social e o campo — um microcosmo autônomo, com suas próprias normas e lógica — em que o indivíduo está inserido, fazendo com que suas opiniões, gostos, noções, preconceitos etc. estejam sempre associados com essas origens. Com todos esses elementos contribuindo para a solidificação de uma diferença e de uma hierarquia, atuando como instrumentos de imposição ou legitimação da dominação, tem-se a violência simbólica.

Bourdieu também pode ser utilizado para apontar a imprensa como importante no processo de estruturação da sociedade e, por conseguinte, de manutenção da violência simbólica. Esse pensamento parte da ideia de que os sistemas simbólicos só podem exercer o papel de estruturas estruturantes porque são, também, estruturados, ou seja, partem de um viés e trabalham para a reprodução da ordem social (Bourdieu, 1989). Nesse sentido, a mídia — que neste trabalho é representada pela imprensa — é estruturada de acordo com a ideologia dominante e, quando divulga, noticia, vende ou chama a atenção para algo, está também estruturando a sociedade de acordo com os valores da classe social que detém o poder (Souza, 2014).

É relevante ter em mente, também, que o discurso jornalístico tem o domínio das informações que veicula e, portanto, pode selecionar o que quer divulgar a depender de sua intencionalidade (Silva, 2012). E além de selecionar, outras manipulações — no sentido de manuseio — podem ser realizadas pelo jornal, modificando os sentidos do que se diz e como o público poderá recepcionar o que é divulgado. Recortes, distorções e descrições são

mecanismos utilizados para isso, mas nem sempre as técnicas são tão sofisticadas assim: no caso do Correio de Aracaju, temas violentos eram mascarados em sua seriedade quando eram apresentados no formato de poemas ou piadas. Do mesmo modo, um aforismo poderia ser um recurso para fixar uma ideia — de preferência se fosse uma que já estivesse em circulação em outros âmbitos da sociedade — sem precisar dizer ou argumentar muito. O título desta pesquisa é um exemplo claro do uso de uma frase de efeito para esse fim. É a atuação do jornal no sentido de banalizar a violência (Michaud, 1989).

A pesquisa para identificar a violência simbólica a partir do uso dos jornais como fontes é extremamente frutífera. A depender do recorte, pode-se inclusive identificar as próprias dominadas atuando como cúmplices involuntárias, como aliás já foi apresentado quando abordamos as representações. No entanto, para além da categoria já apresentada, devemos ter em mente que “a violência contra a mulher constitui-se em fenômeno social persistente, multiforme e articulado por facetas psicológica, moral e física” (Bandeira, 2019, p. 304). Além disso, é preciso lembrar que muitos — mas não todos — casos de violência citados têm como palco o domínio do privado, principalmente se estivermos falando de agressões perpetradas por maridos contra esposas. Isso porque “a dominação masculina fez do espaço do lar um *locus* privilegiado para a violência contra a mulher, tida como necessária para a manutenção da família e bom funcionamento da sociedade” (Lima; Nader, 2020). Há, porém, um volume significativo de violências que ocorrem fora de casa, assim como há aquelas que ganham eco nas páginas do jornal e são exercidas por ele. Além de multiforme, a violência contra a mulher tinha, assim como na atualidade, caráter estrutural.

Na introdução, citamos os demais tipos de violência que buscamos identificar e analisar a partir dos trechos retirados do Correio. Agora é preciso especificá-los, dizer como os enxergamos e, assim, deixar claro como se deu a classificação das fontes, qual foi a perspectiva que norteou a análise.

A violência verbal é uma das que, depois da simbólica, mais aparece. Classificamos desse modo todo recorte em que as mulheres eram indiscutivelmente ofendidas ou humilhadas, seja a partir de termos grosseiros, de expressões insultuosas, de declarações que tenham o fim de intimidar ou que expressem o ímpeto agressivo dirigido a elas. Colocando a violência verbal como mais facilmente identificável, conseguimos diferenciá-la da violência simbólica em alguma medida.

O tipo que menos se repetiu nas classificações foi a violência psicológica. Também é a mais desafiadora para ser atribuída aos trechos, e é justamente isso que justifica a sua aparição pontual: é preciso ter cuidado no momento de atribuí-la. Nesse sentido, entendemos a violência

psicológica como aquela em que a mulher foi coagida, humilhada ou manipulada, de modo que suas decisões, seus comportamentos ou mesmo sua autoestima sejam tolhidos ou diminuídos. Há, portanto, certo nível de desgaste mental por parte da vítima (Perela Larrosa, 2010). É importante deixar claro que a violência psicológica não afeta somente o emocional da mulher; em alguns casos, também tem efeitos físicos que não são diretamente provocados pelo homem, mas têm como origem o sofrimento psicológico causado à mulher.

Há também a violência física, que não engloba, aqui, somente o aspecto corpóreo, do contato entre agressor e vítima. Colocamos nessa classificação todo recorte em que o jornal noticiava agressões físicas cometidas contra mulheres, mas também qualquer outro trecho em que esse arquétipo da violência fosse aludido. Isso quer dizer que também classificamos dessa forma as piadas, os poemas, os aforismos ou mesmo as narrativas literárias — no formato de contos ou folhetins — que faziam referência a agressões, fossem elas consideradas ameaças, “brincadeiras” ou “corretivos” aplicados às mulheres. Evidentemente, essa classificação independe das motivações dos homens: o que buscamos são os trechos em que a integridade física das mulheres foi violada ou ameaçada justamente pelo fato das vítimas serem mulheres.

Por fim, temos a violência sexual. Em relação a essa, não nos ateremos somente às notícias que apontam o fato consumado da relação sexual sem consentimento. Consideramos como violência sexual toda aquela que provoque constrangimento da vítima — a partir do uso da força, de comentários indesejados, de um desequilíbrio de poder ou hierárquico, ou de outros meios — em que o agressor tem como finalidade obter vantagem sexual. Esta vantagem pode ser desde a interação física forçada, como um beijo ou mesmo o ato sexual em si, até o assédio. Por mais que haja uma série de fatores que acabam diferenciando os crimes sexuais dos demais (Viana; Souza, 2014) — parentesco, conjugalidade, culpabilização da mulher ou mesmo o menosprezo do assédio como “elogio” ou “brincadeira” —, é preciso ter em mente que eles de fato se constituem como atos violentos. Parte da aplicação do aspecto simbólico por trás dessa classificação também está nesse processo de pôr em dúvida o caráter cruel da violência sexual. Também pudemos identificá-la em vários gêneros textuais encontrados no Correio, mas nesse caso a notícia se sobressaiu numericamente.

Mesmo com as classificações definidas, é preciso ter em mente que “a depender dos processos de interação e dos contextos sociais, as diversas modalidades [de violência] exibidas podem se cruzar e se revelar como parte integrante de outra categoria” (Viana; Souza, 2014). É isso que queremos dizer quando alegamos que a violência simbólica é base para as demais violências. Mas também é o que justifica que comumente a violência psicológica pode se entrelaçar com a verbal, ou que a violência sexual muitas vezes também tenha componentes da

física. A partir dessas considerações, podemos nos perguntar, por exemplo: em que medida uma agressão sexual ou física provoca consequências psicológicas? Qual é o grau de segurança que uma mulher ofendida sente em relação a seu agressor?

É preciso ter em vista, também, a perspectiva interseccional de Heleieth Safiotti (2019), que considera a existência de um “nó” entre as três identidades sociais básicas, a saber, a de gênero, a de raça e a de classe social. Portanto, mesmo que falemos em violência contra a *mulher*, devemos considerar que esse fenômeno não ocorre da mesma forma, com o mesmo grau ou partindo dos mesmos preconceitos para todas as mulheres. Seguindo a linha das perguntas feitas no parágrafo anterior, questionamos: como uma mulher que não se encaixa nos padrões delimitados se sente em relação a si própria, às outras mulheres, aos homens que a rodeiam e a uma sociedade que lhe quer regular? E em que grau as mulheres que obedecem às normativas sociais o fazem por medo de serem rechaçadas ou agredidas de múltiplas formas? Não nos proporemos a responder todas essas perguntas neste trabalho, visto que, devido à natureza das fontes²⁰, sequer seria possível. No entanto, achamos importante levantar tais questionamentos a fim de reforçar o fato de que as violências se entrecruzam e, partindo do compromisso da História para com a sociedade, para que a realidade contemporânea possa ser vista, questionada e analisada.

Por fim, ainda nos valem dos parênteses trazidos por Yves Michaud (1989) para nos mantermos ancorados às possibilidades e recursos reais desta pesquisa. O primeiro deles é que é necessário ter consciência de que as definições objetivas sobre a violência não são isentas de pressupostos e não apreendem completamente os fenômenos. Caso isso acontecesse, não haveria tantas perspectivas diferentes sobre esse mesmo conceito. Daí deriva o segundo ponto trazido por Michaud: a apreensão da violência compreende um componente subjetivo e que depende dos critérios utilizados — quando, onde, quais normas, porquê etc. E é por isso que o autor aponta que não há discurso ou saber universal sobre o que seria a violência. Os critérios são variados e levam a vários caminhos possíveis e válidos.

As divisões aqui propostas não foram delimitadas com o intuito de findar uma discussão ou serem perspectivas incontestáveis. Foram estabelecidas e definidas da forma que estão numa tentativa de organizar e analisar as fontes encontradas a partir de leituras e conceitos específicos, impreterivelmente associando-as ao contexto histórico. Não queremos banalizar o que se

²⁰ O Correio de Aracaju é um jornal produzido majoritariamente por homens. Poucas são as vezes em que vemos as declarações de mulheres nas páginas do jornal. Menos ainda são os momentos em que encontramos trechos *escritos* por mulheres. Por isso, é difícil tentar responder todas as perguntas acima — ou pelo menos é assim na periodização escolhida para esta pesquisa.

entende como violência. O que se quer é, na realidade, mostrar como as representações, os preconceitos, os termos e as intenções do que era falado eram, em muitos casos, nocivos às mulheres. E isso se dava pelo incentivo indubitável e claro à violência, mas não só. Também o humor, o romance, a norma ou mesmo o conselho poderiam atuar de forma violenta. Esperamos expor estas violências e treinar o olhar para reconhecê-las em suas variadas formas e intenções.

2.2. As violências sem marcas: simbólica, verbal e psicológica

Uma vez que a violência simbólica é basilar para este estudo, é prudente começarmos por ela. Falamos no capítulo anterior de como o Correio de Aracaju trabalhou para construir e firmar a ideia de sua própria legitimidade enquanto mecanismo transmissor de informação e comunicador dos interesses sociais. Isto era necessário porque, para que o poder simbólico seja exercido e que, a partir daí, o que se diz tenha o poder de manter ou subverter a ordem, é necessária a crença na legitimidade das palavras e de quem as pronuncia (Bourdieu, 1989). Partindo disso, é possível estruturar o mundo como se almeja. Essa utilização do poder simbólico, visando a dominação, é o que conduz a violência simbólica.

Direcionando-a às mulheres, esse processo não muda. Tendo conquistado a própria legitimidade falando sobre si próprio, o jornal agora se utiliza desse recurso para se colocar como detentor de informações, da verdade ou mesmo daquilo que é considerado correto. E tendo em vista que, no período e na fonte em questão, o tópico “mulheres” era muito mais associado às pautas morais, sentimentais ou até mesmo culturais, era passível de ser abordado por toda a sociedade — de fato, a mais interessada na regulação dos comportamentos femininos. De médicos a redatores, de intelectuais a políticos, todos tinham em mente que poderiam opinar sobre a mulher: seus gostos, seus modos, seu destino, sua saúde, sua vida em geral.

Ainda há o fato de que construir a própria imagem como a de um transmissor dos pensamentos do regime republicano também é importante para a legitimidade do Correio. Colocar-se como mais do que um apoiador, como um emissário dos ideais da República, era carimbar as publicações com o selo do regime, que era descrito, como já vimos, com os melhores e mais elogiosos adjetivos possíveis. E uma vez que a República era comumente associada com o que havia de mais moderno, científico, civilizado e benéfico para uma sociedade, é possível que as instruções daí derivadas impusessem respeito e tivessem mais sucesso na hora de serem aplicadas ou seguidas.

Por tais motivos, optamos por iniciar a abordagem sobre a violência simbólica no jornal a partir de dizeres que generalizam as personagens femininas, colocam-nas em uma mesma

classificação e para todas direcionam os dizeres, os poemas, as piadas e os demais recortes coletados. Tal generalização advém da divisão entre os sexos de modo relacional — um é aquilo que o outro *não é* —, a qual ocorre com a biologização do social e socialização do biológico que transforma o gênero em *habitus* sexuais (Bourdieu, 2021). Assim, tem-se a dominação masculina, que de tão naturalizada, dispensa justificativas e tem a própria ordem social como mecanismo ratificador. Está, portanto, no trabalho, nas escolas, na estrutura espacial, nos dizeres, nos lares e, claro, também aparece na imprensa. Referindo-se *à mulher* — no singular, de fato — ela incorre na generalização de todas as mulheres em um mesmo molde e, ao mesmo tempo, oferece informações sobre o que a comunidade masculina pensava sobre elas. E, já adiantamos, normalmente eram as piores coisas possíveis.

Um exemplo perfeito do caráter relacional que existe na violência simbólica exercida pela dominação masculina está em uma curta anedota na qual o menino Carlos é questionado pelo avô sobre quem criou o homem. Demonstrando a religiosidade do período, o garoto responde que foi Deus. Mas ao ser perguntado o mesmo a respeito da mulher, diz que “parece que foi o Diabo...” (Correio de Aracaju, 14 jul. 1907, p. 1). Em outra edição, um aforismo assevera: “a mulher é um manjar digno dos deuses, quando não o cozinha o diabo” (Correio de Aracaju, 30 jul. 1908, p. 2). E as associações com o vilão da Bíblia não param por aí: em um conto denominado Geração do Diabo, ele se casa com a Piedade e com ela constrói uma grande família demoníaca. Contudo, todas as suas crianças são mulheres.

Ao retornar ao Inferno, o Diabo cuida para que todas elas estejam bem estabelecidas:

D. Ambição, a filha mais velha, casou-se com um rico fidalgo.
 D. Avareza, com um usurario.
 D. Inveja, com um cortezão.
 D. Hypocrisia, com um beato.
 D. Loucura, com um poeta.
 D. Pobreza, com um mestre-escola.
 D. Justiça, com um juiz.
 (Esta enviuvou dias depois e nunca mais achou marido).
 D. Prodigalidade²¹, com um joven herdeiro de uma grande fortuna.
 D. Crueldade com todo o gênero humano.
 Finalmente, d. Maldade e d. Vingança, por não terem encontrado maridos, ficaram solteironas e deu-as o diabo ao bello sexo para que dellas usasse e abusasse (Correio de Aracaju, 22 ago. 1913, p. 2).

²¹ No mesmo sentido utilizado na parábola do filho pródigo (Lucas 15:11-32), de um gasto excessivo, esbanjamento ou desperdício. Isto é possibilitado, na história trazida pelo Correio, pelo casamento com um homem rico e jovem, ou seja, possuidor de muito dinheiro, mas não da maturidade para saber como gastá-lo com parcimônia.

Não iremos analisar casamento a casamento, mas importa saber que todas as uniões apresentadas na história são críticas à sociedade e seus maus hábitos, sua hipocrisia e seus defeitos em geral. No entanto, é sensível que na maioria dos casos²² são as filhas do Diabo as responsáveis pela corrupção ou desventura de seus maridos. De certo modo, é semelhante ao caso de Eva, a primeira mulher, que levou Adão a comer o fruto proibido e, por conseguinte, ser expulso do paraíso. Poderíamos até falar em uma suposta dicotomia entre Marias e Evas, não fosse o fato de que a história não abre espaço para discussão: todas as personagens femininas representadas são culpadas pela derrocada da humanidade, seja diretamente, seja por omissão — que é o caso de d. Justiça.

No fim do texto, há ainda o arremate: d. Maldade e d. Vingança foram dadas às mulheres. Tornam-se, ao mesmo tempo, suas companheiras e instrumentos utilizados para atormentar a humanidade. Novamente, não há delimitação entre mulheres boas, que negariam o presente do senhor do Inferno, e das mulheres ruins. Todas são predispostas à maldade e à vingança, e pelo que diz a história, ao falar em “uso e abuso”, todas se utilizam desses atributos com regularidade.

A ligação com o Diabo, seja direta como os dois outros trechos apresentados, seja indireta, aparecia com certa frequência nas páginas do Correio. Talvez, seguindo tanto a ideia do gênero como relacional, quanto o pensamento exposto pelo menino Carlos da anedota, o ponto focal dessa associação seja a ideia de que, segundo a Bíblia Sagrada, o homem foi criado por Deus. Assim, teoricamente estaria mais próximo d’Ele, em oposição à mulher, que não só teria sido criada a partir do homem, mas também seria a responsável por sua expulsão do paraíso. O problema, portanto, não está nos eventuais erros cometidos pela mulher, mas sim na mulher em si.

A temática religiosa aparece também de outras formas. Um filho, ao perguntar ao pai por que chamavam de “paraíso” o lugar onde nasceram os primeiros homens, recebe a seguinte resposta: “É porque existia alli uma só mulher!!!” (Correio de Aracaju, 30 dez. 1913, p. 2). Vê-se que as personagens femininas são problema maior quando em coletivo, embora apenas uma delas já demonstre ser incômodo suficiente. Em outro recorte, isso também fica claro: Marcelino, que “levava uma vida de cão com a esposa e ainda pior com a serpente da sogra”, não poupa energia ao declarar ruidosamente que a mulher seria a pior criação divina, inclusive

²² As exceções são o casamento de D. Avareza com o usurário, porque ele já era pecador desde o começo; e o casamento de D. Justiça com o juiz. A morte do marido e a recusa da esposa em casar-se de novo é o que justifica a ideia de que não haveria juízes verdadeiramente justos.

se comparada aos sete pecados capitais reunidos. Porém, ao falar da sogra, diz que ela se compara ao dobro dos pecados (Correio de Aracaju, p. 12 jun. 1914, p. 1).

Os recortes relativos às esposas e às sogras são um caso à parte e que será abordado mais adiante. O foco, no momento, está em perceber que o problema da vida dos homens, segundo os trechos, é a simples existência da mulher. Naturaliza-se, assim, que todas agiriam de modo a prejudicar a vida do homem. Ele, muitas vezes o único a se manifestar, sempre o faz de modo a acusar a mulher, mas nunca perde tempo classificando a si próprio. Ele não precisa. Como dissemos antes, a dominação masculina não carece de justificativas, uma vez que tem toda uma estrutura a seu favor para se manter de pé. O resultado desse fato é que os homens podem falar o que quiserem sobre as mulheres, sem sequer explicarem seus motivos — como podemos ver nitidamente na passagem de Marcelino, que apenas aponta as mulheres como antagonistas. Para o pensamento já adaptado às ideias da sociedade patriarcal, desde que um homem falasse, faria completo sentido.

Mesmo quando são associadas características às mulheres, é possível que todas elas sejam defeitos e não qualidades. É o que se vê em *A mulher e a musica* (Correio de Aracaju, 12 jul. 1911, p. 2): “Se a mulher manifesta uma predileção notável por Strauss, ella é frívola; por Beethoven, é impertinente; por Listz, é ambiciosa; por Verdi, é em extremo sentimental; por Mozart, é estouvada; por Vagner, é maluca.” Mesmo ser sentimental, que é uma característica comum, é transformada em falha quando se aponta o seu excesso. Além disso, ao longo das classificações, é possível identificar múltiplas representações tidas a respeito das mulheres. A instável emocional e mentalmente, com os termos “estouvada”, “frívola” e “maluca”, além da questão do sentimentalismo. Ou aquela com comportamento incompatível com as normas sociais e religiosas, a partir dos termos “impertinente” e “ambiciosa” (Guimarães; Souza, 2023).

O comportamento desviante da mulher podia também ser sugerido em vez de abertamente criticado. É o que fazem os seguintes versinhos: “Da mulher mansa e calada / Não deixe de ter suspeitas / A água, quando parada, / É que provoca maleitas” (Correio de Aracaju, 27 set. , p. 1). Ou seja, mesmo quando cumprindo com o que querem os homens, as mulheres ainda são vistas como ardilosas antagonistas, agindo pelas costas para prejudicá-los ou traí-los, replicando os atos de Eva. Considerá-las como pouco confiáveis demonstrava a extensão do receio quanto à integridade das mulheres, a qual era importantíssima para, principalmente, certificar a paternidade dos filhos e garantir que o patrimônio fosse de fato transferido para um filho legítimo (Habner, 2020).

Algo semelhante pode ser identificado quando se lê que “num menino raramente ha a promessa de um homem; numa menina ha quasi sempre a ameaça de uma mulher” (Correio de

Aracaju, 3 out. 1913, p. 1). A dicotomia homem-bom vs. mulher-má é clara neste recorte. O homem é uma promessa, um desejo realizado, a expectativa de um líder ou de um indivíduo significativo para a sociedade. A mulher é um infortúnio concretizado. E a ideia de que meninos e meninas não são homens ou mulheres, respectivamente, não é aquela que casa com o pensamento de Beauvoir (2019b), de que há um processo para se tornar mulher. O que há é o destaque, em primeiro lugar, ao destino odioso da personagem feminina. Em segundo lugar, há a noção de que a maior parte das mulheres será ainda menor do que um menino que não se tornou um homem — ou que se tornou um homem medíocre. E isso acontecerá, de acordo com o texto, simplesmente por serem mulheres. Nesse caso, vemos o pensamento de Beauvoir (2019a): perante uma mulher, o mais medíocre dos homens se enxerga como um semideus. E podemos dizer, pela análise feita, que a sociedade daquele período também enxergava do mesmo modo.

É possível, entretanto, que não seja somente o receio dos homens quanto ao comportamento desviante/traidor que motive escritos dessa forma. E são os versinhos a seguir que motivam essa possibilidade: “Um gallo sosinho rege / Dez galinhas como quer; / E tanto custa a um homem / Governar uma mulher” (Correio de Aracaju, 19 mar. 1908, p. 1). Nota-se que o esperado era que o homem se mostrasse como senhor de seu lar e que a mulher demonstrasse subordinação ao marido e sempre lhe fosse agradável (Pinsky, 2020). No entanto, o texto também dá a entender que os desvios femininos não eram vistos somente a partir de seus arquétipos mais radicais — como é o caso da prostituta ou da sogra. A ideia é que a mulher seria naturalmente — ou biologicamente — difícil de controlar, em uma construção que se associava perfeitamente com a ideia de que ela seria escrava de seu corpo e obedeceria a seus influxos inconstantes. Novamente o homem aparece no papel de vítima, mas nesse caso há também sua construção como uma espécie de guerreiro, que não desiste de tentar cumprir seu dever de chefe. Algo semelhante ocorre ao se dizer “é menos difícil governar um estado do que uma mulher” (Correio de Aracaju, 17 jan. 1909, p. 1).

Isso nos guia para uma parte mais específica da análise: a violência simbólica que tem como tema as esposas. Tudo começa com a concepção de que o casamento é a pior coisa que poderia acontecer ao homem, segundo se vê no seguinte recorte: “Si tu não te casares, viverás sempre feliz, porque o casamento é uma prisão, cuja unica beleza é a porta pela qual se entra para ella, e cuja unica consolação é ver as portas da morte, pela qual os outros saem d'elle” (Correio de Aracaju, 20 dez. 1908, p. 1). A frase, atribuída ao poeta grego Philemon, esclarece que o casamento, para o homem, era mais do que um problema. Casar-se significava abrir mão de uma vida sem preocupações e sem fidelidade, e cumprir com a norma social da formação

das famílias. Para o homem burguês, o casamento assegurava sua respeitabilidade (Rabelo, 2015), além de conceder-lhe o poder de chefe de família e ser o primeiro passo na geração das crianças que viriam a ser os responsáveis pela nação do futuro. Não era necessariamente uma manobra por amor, mas sim estratégica para a continuidade familiar e, por extensão, para o regime republicano.

O casamento seria tão grande desgosto, que nas anedotas é comum ver maridos comemorando a ausência da esposa ou desejando não tê-la como cônjuge. Recebendo os pêsames do amigo pela fuga de sua esposa, um homem relata sua preocupação de que venha a acontecer o pior. Ao ser perguntado o que de pior a mulher poderia fazer, ele responde: “voltar, meu amigo, voltar” (Correio de Aracaju, 3 set. 1908, p. 1). Em outra piada, um senhor convida um amigo para jantar, dizendo que celebrará as bodas de prata — 25 anos — de sua viuvez (Correio de Aracaju, 27 jun. 1909, p. 1). Em mais uma, um rapaz aponta um homem que diz ser “um sujeito felizardo... de uma sorte...”, e explica: “pediu a mão de minha mulher um mez ante [sic] de mim e negaram lh’a” (Correio de Aracaju, 20 dez. 1914, p. 1). Note-se, mais uma vez, que não há o trabalho de explicar o que as esposas fizeram: a anedota não exige a explicação, uma vez que o que justifica sua existência é a ideia consolidada socialmente de que as mulheres, num geral, são de fato difíceis de se lidar ou mesmo insuportáveis.

Há, porém, fontes que descrevem as esposas como verdadeiras megeras. Perguntado sobre a saúde de sua mulher, o homem diz que ela está completamente restabelecida e que em nada mudou: “ainda hoje me atirou uma chavena²³ á cara” (Correio de Aracaju, 4 out. 1908, p. 2). E há casos mais absurdos. Em *O Gomes* (Correio de Aracaju, 10 set. 1911, p. 1), conhecemos o homem de mesmo nome, vítima constante de sua esposa, dona Eulalia, a qual “tinha muito mau genio, e transformava-lhe a vida em verdadeiro inferno”. O narrador detalha as atitudes da mulher: não deixava o marido ter voz ativa dentro de casa, repreendia-o quando ele chegava tarde e controlava com mão de ferro as finanças. Diz também que bateu em Gomes, na ocasião em que este lhe levantou a voz para reagir a seu mau comportamento. E completa: “o homem que apanha da mulher está perdido; o que apanha e chora, está irremissivelmente perdido. O Gomes apanhou e chorou.”

Contudo, a crítica maior ao comportamento de dona Eulália vem ao falar de filhos. O casal não os tinha, e é dito que era melhor assim, porque era muito provável que ela também voltasse sua ira contra eles. E além disso, diz o narrador: “pudesse ella contrariar a natureza, e fecundal-o-ia, para humilhal-o ainda mais!” No fim, no enterro dela, aflito com o atraso do

²³ Sinônimo de xícara.

padre, Gomes desabafa: “estava escripto que este dia não passava para mim sem alguma contrariedade...” (Correio de Aracaju, 10 set. 1911, p. 2).

Tudo que foi dito contribui para classificar dona Eulalia como uma personagem cruel, mas o ponto central do argumento está na parte em que se fala em “contrariar a natureza”. O ser do sexo feminino deveria ser, como vimos no capítulo anterior, frágil e submisso; dona Eulalia se opõe radicalmente a essa máxima. É ela quem cuida das finanças e manda, em termos gerais, na casa e também no marido. Ter uma esposa assim, como o próprio texto dá a entender, era não apenas uma vergonha, como também uma condição de emasculação do homem. Assim, Gomes era colocado em uma posição inferior, análoga à posição que deveria ser da mulher.

Em outra fonte²⁴, por sua recusa em dizer com o que sonhou, Lúcia ouve do marido: “tu, que és a mulherzinha mais ciumenta, tu que de um pretexto qualquer, uma futilidade, um cravo esquecido no meu bolso e que tu mesma me havias dado dias antes, fazes uma scenazinha de ciumes tragicos” (Correio de Aracaju, 26 fev. 1911, p. 1). Momentos depois, com ela ainda relutante em contar sobre o que havia sonhado, ele ordena e ameaça: “conta-me. Queres que me zangue?” (Correio de Aracaju, 26 fev. 1911, p. 2). No fim das contas, Lúcia havia sonhado com o futuro primeiro filho do casal, e queria manter o sonho em segredo por ser uma lembrança doce.

A narrativa tenta seguir um tom romântico, mas não pudemos deixar de identificar a violência simbólica²⁵ nela existente. É Fábio, o marido, quem ameaça se zangar por não saber do sonho da esposa. Mesmo assim, só aponta nela o ciúme, dá a entender que ela é a desequilibrada. Não se trata de dizer que as faltas de um anulam a do outro, mas sim que o homem tem a liberdade de condenar na mulher aquilo que ele mesmo faz sem jamais ser repreendido. Já que ela é o Outro, não pode fazer o mesmo que faz o Sujeito. O próprio Correio reconhece esse sistema de “dois pesos, duas medidas” em uma passagem, mas não falando sobre ciúme: “O homem condemna na mulher, como vaidade, aquillo que louva em si mesmo como ambição” (Correio de Aracaju, 3 jun. 1913, p. 1). Entendemos que essa máxima pode valer para outras características.

Passamos agora para o tópico das mães. Elas eram tópico frequente entre as poesias, nas quais eram constantemente exaltadas e santificadas, descritas como seres humanos perfeitos e abnegados que não mediriam esforços para garantir a felicidade dos filhos. Entretanto, a imagem construída era outra a partir do momento que a candidata ao posto de “Santa Mãezinha”

²⁴ A edição digitalizada infelizmente não estava íntegra, prejudicando a leitura de algumas partes, entre elas o início da história.

²⁵ A violência psicológica também fica bastante evidente.

abdicava de seu dever sacro. Elas eram as mães “desnaturadas” que enfeitavam as manchetes do Correio, e o adjetivo em questão já diz muito sobre o que se pensava delas: eram mulheres que, por não seguirem o destino biológico da maternidade, iam contra a natureza, eram anormais, talvez até doentes. Casos de abandono de crianças eram veementemente repudiados, e sobre as mães dizia-se que eram desalmadas (Correio de Aracaju, 26 set. 1907, p. 1) e que tinham “coração impedernido” (Correio de Aracaju, 15 ago. 1907, p. 1), sendo a falta de sensibilidade uma outra característica oposta ao que se pensava da natureza feminina. Em outro caso, foi dito que o abandono ocorreu “para encobrir sobre o producto de algum crime” (Correio de Aracaju, 4 set. 1912, p. 2).

Em momento algum se questiona a procedência dessas mulheres, de que classe são, se a gravidez foi produto de uma relação sexual não consentida ou se elas teriam condições de criar a criança. Outro ponto importante está na raça das crianças: no primeiro trecho que citamos, nada é dito; no segundo e no terceiro, as crianças são parda e branca, respectivamente. A criança parda é a única sobre a qual o Correio não soube dizer quem a resgatou. Nos outros casos, uma senhora viúva é elogiada pelo seu “humanitario proceder” em acolher a criança (Correio de Aracaju, 26 set. 1907, p. 1) e a família do dr. Agricola recebe carinhosamente o bebê (Correio de Aracaju, 4 set. 1912, p. 2). Poderia a ausência de informações do Correio indicar, na realidade, desinteresse em relação ao futuro de uma criança não-branca? É muito provável. E nesse caso é preciso pensar também nas feições da mãe que abandonou a criança. Qual era sua cor? Qual era sua classe social? Abandonou a criança por necessidade ou porque foi forçada a isso? Para o Correio, nada disso importa. A mãe que rejeitava o filho era um erro da natureza, e suas ações não tinham justificativa.

Não era só o abandono que provocava publicações críticas do Correio. O descumprimento de algum dever materno também causava repúdio. O aleitamento de recém-nascidos era um desses deveres, considerado importantíssimo pela comunidade médica para a promoção da saúde das crianças (Batista, 2022). Oferecer a melhor alimentação possível para seus filhos era garantir seu crescimento saudável e possibilitar sua caminhada firme em direção ao futuro da nação. Entretanto, o Correio indica que havia mães que optavam por não amamentar suas crianças. E o periódico as condenava energicamente: “a maior parte das mulheres que se dizem muito fracas para aleitar seus filhos, sabem perfeitamente que estão mentindo, que procuram apenas uma desculpa. Ellas usurpam este pretexto para ocultar o valor do seu coração” (Correio de Aracaju, 29 mar. 1913, p. 1). Sem perder tempo, a publicação ainda associava essa faceta da mãe desnaturada a uma mulher cuja prioridade não está nos filhos, mas

sim nas festas, onde poderia “exibir-se nos salões sem ar puro”, festejar até tarde e consumir “alimentos estonteantes e anti-higienicos” — provavelmente, aqui, falava-se do álcool.

O Correio de Aracaju condenava, também, a delegação da amamentação a outra mulher. As chamadas amas de leite ou nutrizas eram herança do século anterior, mas o periódico demonstrava pressa para acabar com esse costume. Para isso, atacava as mães:

Quando uma mulher entrega seu filho ás mãos de uma nutriz, Deus, para punil-a, lhe tira metade da sua alma. Ella deixa de ser mãe, ou antes ella nunca o foi; não teria carregado o fructo deseu ventre se tivesse podido furtar-se a este trabalho, desde quando se desembaraça d'elle, logo depois de seu nascimento, como se fosse um fardo aborrecido. (Correio de Aracaju, 29 mar. 1913, p. 1)

Aqui, a mãe desnaturada teria a resposta de Deus — ou mesmo da natureza — a sua recusa em cumprir seu dever sagrado. Mas o importante está em negar a essa mulher o título de mãe: se o sujeito do sexo feminino era criado para a maternidade, aquela que se negava a abraçar o destino biológico era menos mulher. Não se leva em consideração fatores que poderiam dificultar o aleitamento — dores, problemas de saúde, desnutrição, insuficiência do leite etc. — e que pudessem demandar outras alternativas para a alimentação dos bebês. O próprio Correio de Aracaju (4 jan. 1911, p. 2) corroborava com a opinião médica, que dizia que o alimento do recém-nascido deveria ser o leite materno, “o unico alimento que póde receber impunemente o delicado aparelho digestivo do recém-nascido.” E deveria se manter assim até o aparecimento dos dentes de leite. Mas como deveria proceder a mãe que enfrentasse problemas para o aleitamento? O serviço das amas era condenado. O que restava era o julgamento implacável do jornal e o título insensível de “menos mãe”.

Outras que perdiam o título de “Santa Mãezinha” eram aquelas que se transformavam nas temíveis “sogras”. As mães das esposas raramente escapavam do triste destino de serem tema para a crueldade dos homens. Comumente eram comparadas a animais considerados asquerosos, feios ou mesmo perigosos, e em um dos trechos encontrados declarava-se que a única coisa capaz de matar uma sogra seria o 606. Este número representaria nada menos que um medicamento utilizado para combater a sífilis²⁶. A representação construída aqui é, primeiro, a de que a sogra era um ente com as mesmas características dos animais citados: asquerosa, feia ou perigosa. Em segundo lugar, sua existência seria tão ruim quanto a de uma

²⁶ Também conhecido pelo nome de Salvarsan 606, é um medicamento em cuja composição química havia arsênico. Foi a 606ª experiência do alemão Paul Ehrlich, e o primeiro medicamento que de fato tratava a sífilis de forma eficaz. Antes, usava-se mercúrio, que era bastante tóxico. Disponível em: <https://www.museudafarmacia.pt/collection/ficha.aspx?lang=PO&a=0&pa=&id=12718&pos=1> Acesso em 31 jul. 2024.

doença como a sífilis. E por fim, no caso dessa personagem, a ideia de que “vaso ruim não quebra” seria confirmada, visto que seria necessário um medicamento à base de arsênico para, enfim, dar cabo de sua vida.

Aliás, o tópico “morte às sogras” era frequente, principalmente em anedotas. Em uma delas, um homem pergunta a um médico sobre os perigos da diabetes. Após o médico demonstrar-se constrangido em responder sobre tal tópico sensível, o suposto paciente esclarece: “não se trata de mim, mas sim de minha sogra!” (Correio de Aracaju, 13 nov. 1914, p. 1). Em outra, a longevidade da mãe da esposa, que já chegava à surpreendente idade de 94 anos, deixa indignado o marido, que diz: “eu já sabia que havia um Padre Eterno²⁷; o que não sabia é que houvesse uma Madre eterna.” (Correio de Aracaju, 28 set. 1913, p. 2). E em mais uma anedota, ao saber que a sogra de seu amigo se enforcou na figueira da chácara, um homem pede “um galhosinho dessa arvore bemdita” (Correio de Aracaju, 21 jul. 1907, p. 1).

Como já apontamos, era necessário que as famílias se adequassem à modernidade, inclusive em termos de sua estrutura: o foco estava na família nuclear, e agregados, como a sogra do homem-marido, eram vistos como inconvenientes. A significação social que se queria apresentar era a de que a sogra era um ente rechaçado, que não se queria por perto. Note-se que, como já apontamos ao abordarmos outros tópicos, a sogra não recebe adjetivos ou descrições: é simplesmente o fato de ser uma sogra que a coloca na posição de indesejável.

O risco maior era que ela jogasse a filha contra o genro. Em uma piada do *Gabinete de riso* (Correio de Aracaju, 5 out. 1913, p. 1), a mulher explica à mãe por que não quer se casar com o pretendente, de nome Theotonio. A razão é por ele ser “incrédulo” e inclusive duvidar da existência do inferno. A mãe, demonstrando sua “aptidão” para o posto de sogra, diz: “Deixa-o afirmar! Casa com ele e verás como o faremos mudar de opinião”. Em outra anedota semelhante, a resposta é modificada: “Deixa-te d’isso; casa com elle e verás como eu o faço dentro de pouco tempo mudar de opinião” (Correio de Aracaju, 31 out. 1914, p. 1). O cerne das piadas está em colocar o ato da sogra como premeditado, e o desgosto ou ódio em relação ao genro como algo inerente às sogras, talvez também como um destino biológico

Outro trecho do Correio, por outro lado, tenta apresentar a perspectiva da mãe que deve abrir mão da tutela da filha a partir do momento em que ela se casa. Não surpreende o fato de ser um texto de autoria de uma mulher: Júlia Lopes de Almeida. Em *O dia do casamento* (Correio de Aracaju, 21 jul. 1912, p. 2), a noiva escuta de sua mãe, que tenta tranquilizá-la: “esta casa não deixa de ser tua; nella ficam o teu logar e o meu coração... [...] D’aqui a algumas

²⁷ O Padre Eterno é um galeão — ou seja, um navio —, que chegou a ser considerado o maior do mundo. Foi construído na Baía da Guanabara, no século XVII.

horas serás de teu marido; o meu egoísmo não bastará para reter-te em meus braços... vae, segue-o, segue-o até onde elle quizer levar-te, é o teu dever... e a minha magua!...” Embora a personagem diga que está consolada porque a filha casará com um bom homem, sua sinceridade também aponta sua relutância em deixá-la seguir o novo caminho. Fala, inclusive, em mágoa, um sentimento que poderia ser associado às sogras, como já expusemos anteriormente, se considerarmos o fator de que ela não se encontra mais no papel de mãe e, portanto, não é mais vista como “útil” pela sociedade.

As recomendações feitas seguem a cartilha das boas esposas: respeito, afeto, amor, dignidade. Mas há uma que se destaca: “ama-o sobre todos os amores, porque elle será toda a tua familia!” Entendemos essa passagem como um reforço à normativa social que queria colocar a família nuclear como a única possível. O casamento era o primeiro passo para a composição dessa célula social, que viria a ser maior a partir do nascimento dos filhos. E, além disso, concentrar o significado de família no marido significa estabelecer o contrato vitalício que ligaria homem e mulher. Estar sem ele era estar sem família. E tal determinação é também uma forma de dominação. O fato de ser um texto de autoria feminina e que contém esse discurso demonstra o caráter sutil ou mesmo invisível da violência simbólica.

A mãe também alude brevemente a como foi sua vida durante o casamento, o que pode significar uma preocupação de que sua filha tenha destino semelhante. Diz ela: “teu pae, trabalhador, sincero, envolvendo qualquer censura em um afago, delicado e amante da familia. Eu, [...] contente com a minha sorte. Nunca feri ouvidos alheios com uma queixa e muitas vezes tenho me feito feliz... á força” (Correio de Aracaju, 21 jul. 1912, p. 2). Poderia ser esse um indício de que o casamento não a contentava ou não era a fonte primária de sua felicidade? O texto não dá mais informações para corroborar essa ideia, mas as recomendações para que a filha siga com a vida mesmo durante as desventuras talvez indique que muitos desses eventos desagradáveis possam ser ligados ao matrimônio.

Por mais que vá de encontro à ideia geral de que a sogra é um veneno para o lar e um problema para o genro, o texto de Júlia Lopes de Almeida²⁸ também não deixa de expressar os pontos sensíveis que envolvem o casamento de uma filha. A orientação da mãe, por mais que muitas vezes se manifeste a favor do marido, poderia ser encarada com desconfiança, em especial em momentos em que diz “ama sempre teu marido sem humilhação” e “não te resignes

²⁸ Escritora brasileira, nascida no Rio de Janeiro em 24 de setembro de 1862. Estava entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras e foi defensora da educação feminina, do divórcio e da abolição da escravidão. Faleceu em 30 de maio de 1934, também no Rio de Janeiro. Informações disponíveis em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/julia-lobes-de-almeida/> Acesso em 2 ago. 2024.

a ser em tua casa um objecto de luxo. A mulher não nasceu só para adorno, nasceu para a luta, para o amor e para o triumpho do mundo inteiro!” (Correio de Aracaju, 21 jun. 1912, p. 2). A sabedoria da sogra, se entendida erroneamente, poderia ser vista como afronta à autoridade do homem da casa (Guimarães, 2022), mesmo se fosse emitida a partir de conselhos dados com o intuito de colaborar com a paz do casal.

Também devemos atentar para a ideia de que a sogra era uma mulher velha. Elas, mesmo que não fossem sogras de ninguém, também eram alvos da violência simbólica. Normalmente, essa violência consistia na negação de sua condição de mulher, fazendo com que fossem escanteadas. Isso se torna claro quando o Correio publica o seguinte aforismo: "As mulheres dividem-se em duas categorias: as que têm um amante e as que estão para ter. As que já tiveram não são mulheres: são velhas" (Correio de Aracaju, 31 mar. 1912, p. 1). É possível relacionar a ideia apresentada aqui com a questão da sexualidade da mulher. As mulheres são aquelas que exercem ou exercerão a sua sexualidade. Aquelas que já a exerceram estão fora dos limites postos para as mulheres, e demonstram ser pessoas que viveram (Beauvoir, 2019b). Além de tudo, o arquétipo da mulher infiel também aparece nesse recorte, mas de modo inclusive naturalizado, o que não quer dizer que não haja uma condenação por trás. Veremos mais desse aspecto em seguida.

A idade era elemento a ser escondido ou, se possível, omitido num período em que os vinte anos eram vistos ao mesmo tempo como o auge do viço, mas também o início da decadência feminina. São vários os excertos que apresentam esse entendimento. “Ha dois segredos que a mulher querida / Ou a melhor metade / Occulta ao homem: um é a metade / De sua vida / Outro a metade / De sua idade” (Correio de Aracaju, 3 mai. 1914, p. 1). A razão para essa omissão não é difícil de deduzir: à medida que a idade avançava, diminuíam as perspectivas de casamento. É o que vemos no texto a seguir, que inicia a partir dos 15 anos, e até os 18 descreve a mulher em sua ingenuidade. A coisa muda de figura à medida em que os 20 anos vão se aproximando:

Phases da vida da mulher

Segundo o curioso calculo de um philosopho italiano:

[...]

19 annos — Faz se mais escrupulosa e amavel porque tem diversos adoradores.

20 annos — Começa a ser o que se chama — a mulher da moda e julga-se obrigada a mostrar se orgulhosa de seus atractivos.

[...]

22 annos — Rejeita um partido vantajoso porque o pretendente não é o que se pode chamar um homem da moda.

23 annos — Namora todos os rapazes que conhece.

24 annos — Admira-se de não ter ainda casado.

25 anos — Sonha que um rapaz pediu-a em casamento, porém accorda e vê que foi illusão.

26 anos — Ocupa-se em mirar-se ao espelho, alisar a trança e em perguntar a si mesma: — pois é possível que eu fique engeitada?

[...]

29 anos — Pinta-se de pós de arroz e torna-se enredadeira²⁹.

30 anos — Diz dos homens o que Mafoma não disse do toucinho³⁰.

(Correio de Aracaju, 24 set. 1911, p. 1)

Nesse caso, o que vemos não é necessariamente o destino biológico da mulher, embora este componente também exista. O foco está na perspectiva social, em que o estigma da “solteirona” era um problema a ser evitado de qualquer jeito, inclusive porque mesmo os homens mais velhos preferiam contrair novos casamentos com mulheres mais novas (Motta, 2020). O excerto traz essa lenta percepção, tida pela mulher, de que seus melhores anos já tinham passado, unida a um sentimento de negação que se manifesta a partir da maquiagem, das fofocas e, em seguida, da rejeição aos homens — aqueles que a rejeitaram depois de serem rejeitados por ela.

A amargura vista nesse trecho era comumente associada às mulheres velhas, fossem solteiras ou não. Geralmente manifestava-se a partir do desgosto de não ser mais o centro das atenções ou de não ter mais a beleza de outrora. A perda do prestígio de antes se vê em uma anedota, na qual o filho pergunta ao pai porque sempre se fala na Lua Nova e nunca em Lua Velha. A justificativa do pai é simples: “é porque com as luas sucede o mesmo que com as mulheres: das velhas ninguém faz caso” (Correio de Aracaju, 22 nov. 1908, p. 1). A senescência, no período, vinha junto com a solidão — e esta, por sua vez, ocorria por não ter contraído casamento, pela viuvez ou mesmo pela saída dos filhos da casa materna.

Em algumas piadas, a mulher mais velha sequer tinha o direito de possuir uma autoestima boa, e menos ainda de se esquecer que havia envelhecido e que não mais possuía a atenção que lhe era dada quando moça. Ao falar de sua juventude, uma senhora diz que os homens andavam aos bandos atrás dela, “como as moscas em volta de um favo de mel!...” Seu interlocutor, entretanto, diminui a grandeza da lembrança, quando diz: “foram todos mais espertos do que as moscas, porque nenhum se deixou pegar!” (Correio de Aracaju, 3 ago. 1913, p. 2). Algo semelhante ocorre quando uma mãe *coquette* pergunta à sua filha o que ela daria para ter a sua formosura. A garota responde: “o que a mamãe daria para ter a minha idade” (Correio de Aracaju, 10 set. 1911, p. 2).

²⁹ Sinônimo para fofoqueira.

³⁰ Mafoma é um sinônimo para Maomé ou Mohamed, o profeta islâmico. A alusão ao toucinho se dá porque os muçulmanos não comem porco, ou seja, o rejeitam.

Apontar a idade mais avançada é como tirar de seu portador a ilusão de uma eterna juventude. Isso acontece porque o velho é o outro e, já que a transformação do corpo é gradual, demora-se a percebê-la (Beauvoir, 1970). Assim, a revelação da idade vem dos outros. Mas no caso das mulheres, para as quais a feminilidade é essencial e está constantemente associada à juventude, a idade é uma desqualificação. Por isso, diz Beauvoir (1970, p. 20), “procuram iludir os outros com seus trajes, sua maquiagem, sua mímica, mas buscam, sobretudo, convencer-se a si mesmas, historicamente, de que escapam à lei geral.” As anedotas negam às mulheres mais velhas esse sonho, ridicularizando-as por não abrirem mão de um tempo que já passou.

Em relação às sogras, além dos elementos apresentados, identifica-se a questão da perda de função, uma vez que, com o casamento dos filhos, seu trabalho já estava feito. É Simone de Beauvoir (1970) que diz que os objetos de posse do indivíduo são hábitos imobilizados, ou seja, indicam a possibilidade de realizar determinadas condutas. Aplicando isso à maternidade da mulher velha, entende-se que um filho ou filha significa ainda possuir jovialidade e utilidade. Significa ser mãe. E Beauvoir (1970, p. 219) também assevera: “é difícil estabelecer uma separação entre o hábito e o apego sentimental”. E no caso dos hábitos da maternidade, a qual era o destino da vida da mulher, talvez seja mais difícil ainda.

Além disso, a menopausa, chamada à época de “idade crítica”, também tinha influência nesses humores, segundo o discurso médico vigente. Era o momento do decréscimo da fertilidade e dos atributos que caracterizavam a mulher (Rohden, 2001), sendo acompanhado por uma série de incômodos que certamente poderiam contribuir para exaltar os ânimos daquelas que chegavam a essa fase. A mulher velha, agora reduzida ao posto de “sogra”, tinha que lidar com tais incômodos e com o vazio deixado pelo fim de sua missão como mãe.

No caso das solteiras, entretanto, a amargura geralmente vinha associada ao desejo de ter se casado, como vemos em *Escolhas de noivos* (Correio de Aracaju, 12 mai. 1911, p. 3): “dos vinte e sete em diante, desesperam e como já perderam as esperanças, procuram desmanchar os casamentos das outras”. É um ponto que se associa com a classificação de “enredadeira” ou “fofoqueira”³¹, visto em *Phases da vida da mulher*, e também com toda a ideia de rivalidade feminina, também muito presente ao longo do Correio. Ambos os estereótipos se associavam à imagem da infeliz “solteirona”, uma mulher fracassada em um tempo em que a ordem social demandava o casamento (Pinsky, 2020). É relevante notar que as

³¹ Silvia Federici (2019) discute a modificação do termo *gossip*, existente no inglês: inicialmente uma expressão que aludia a uma amiga próxima, atualmente assume o sentido da temida fofoca. Ao fim do capítulo, a autora reflete sobre como essa “conversa fútil entre mulheres” surge de modos diferentes em outras partes do mundo, e entende que isso “é uma continuação da construção, por demonólogos, da mulher estereotipada com tendência à maldade, invejosa da riqueza e do poder de outras pessoas e pronta para escutar o diabo” (Federici, 2019, p. 84).

representações mais frequentes da solteirona eram como ressentida ou destruidora de casamentos, embora em uma ocasião ou outra nos deparemos com aquela que seguiu o caminho do magistério, como ocorre em *A cicatriz* (Correio de Aracaju, 5 set. 1913, p. 2). Contudo, mesmo nesse folheto de Manoel de Souza Pinto³², a professora Miss Elisabeth relata que as senhoras que contratam tutoras para seus filhos não raro têm ciúmes, por causa dos maridos. E diz que foi preciso se fazer feia, a partir de uma cicatriz, para conseguir um bom emprego.

A feiura era outro tema para escritos de cunho violento. E pelos padrões do período, essa característica poderia se referir várias partes do corpo. Sabendo que as representações sociais são delimitadas por um grupo social visando seus interesses (Chartier, 1990), não é estranho que as fontes falem sempre na pele branca de modo lisonjeiro, exaltando a beleza da alvura, enquanto as peles negras normalmente não aparecem. Quando aparecem, é de modo depreciativo, como vemos em *Ciúmes* (Correio de Aracaju, 10 nov. 1912, p. 1): para convencer sua amada de que não lhe estava sendo infiel, o personagem revela que a moça de quem recebeu um presente era, na realidade, sua engomadeira. E diz: "Tinha graça eu andar namorando uma negra já velha e além de velha feia." Por mais que o adjetivo "feia" venha depois, o fato de que a classificação "negra" tenha aparecido primeiro expressa como a cor da pele era um fator relevante e que justificaria a recusa do rapaz em namorar a mulher. Era ainda uma herança fortíssima da escravidão, que mesmo o discurso da "democracia racial" demoraria a dissolver nos anos que se seguiriam.

Além da pele, os olhos, as mãos e os pés eram temas comuns de poemas ou textos elogiosos sobre as mulheres. Os olhos eram admirados por seu brilho, e não era difícil vê-los comparados a estrelas ou joias nos poemas encontrados ao longo do Correio (Guimarães, 2022). Já pés e mãos eram admirados por sua alvura e delicadeza, características que não são exaltadas por acaso. Além da pele clara ser o padrão de beleza, a ausência de manchas ou de calos indicava que a moça não precisava trabalhar de sol a sol para viver (Priore, 2006). Eram, assim, indícios de que a mulher procedia de uma boa família, com recursos, e desse modo garantiam aos pretendentes de que o envolvimento amoroso se daria no mesmo círculo social, como era esperado (Maluf; Mott, 2021).

Além do mais, uma vez que a beleza era moeda circulante no mercado casamenteiro, aquelas que não a tinham estavam em clara desvantagem. Mas o próprio Correio sugere alternativas possíveis, ainda que em tom jocoso, para as mulheres feias. Em *Mulheres, ao Acre!*... (Correio de Aracaju, 22 nov. 1913, p. 1), uma suposta notícia de um jornal do Pará é

³² Infelizmente não nos foi possível encontrar mais informações sobre o autor.

replicada, afirmando que “no território do Acre, é tal a falta de mulheres que os homens as disputam galhardamente, como se disputassem um cargo numa eleição”. A atitude do Correio de Aracaju consiste em conclamar: “mulheres, feias e desesperançosas, de todo o orbe, aproveitar a crise: rumo ao Acre!...” A violência simbólica nesse caso consiste no fato de que, em termos do mercado matrimonial, a mulher feia é um “produto” que ninguém quer, sendo necessária uma crise local para que elas sejam, finalmente, vistas como possíveis companheiras. Além disso, o fato de que os homens do Acre se casariam com qualquer mulher que aceitasse não diz respeito a um suposto desapego da aparência física ideal. O que está em foco é o casamento e a possibilidade de reprodução, e não a perspectiva de um relacionamento amoroso. As mulheres são, assim, o objeto do contrato sexual, nos termos de Carole Pateman (1993).

O tamanho do pé, em especial, era um recurso que poderia indicar, segundo a matéria *O juízo e os pés* (Correio de Aracaju, 7 jul. 1911, p. 2), a sanidade mental — ou ausência dela — em mulheres e homens. O artigo citava a Academia de Ciências de Paris e os pesquisadores “A. Marie” e “Mac Afillie” ao dizer que “a maioria dos homens são tem o pé grande, e a maioria das mulheres normais tem o pé pequeno”. Segue, então, asseverando “o que a mulher é em tudo contrário do homem.” É uma outra faceta do discurso médico que se associa aos determinismo do sexo biológico e às representações de gênero, e que atuava “tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas” (Foucault, 1988). Não era mera questão de estética, tampouco de saúde, mas sim de consolidação de uma ideologia: a mulher não poderia assumir características masculinas, não poderia ser maior que o homem, nem mesmo no que se tratava de seus pés.

Mas a feiura nem sempre era detalhada nos escritos do jornal. Em outras palavras, nem sempre se dizia qual(is) característica(s) tornavam uma mulher feia, exatamente. Às vezes, a mulher era somente descrita como feia em sua totalidade, como acontece na historieta anunciada como *Para as creanças* (Correio de Aracaju, 3 abr. 1912, p. 3), em que três irmãos resolvem sair para ganhar a vida. Abençoado pelo pai, o caçula logo encontra uma lagoa e lá ouve uma voz muito bonita. Encantado, diz que se casaria com a dona da voz independentemente de quem fosse, e então se vê em um palácio, prestes a casar com uma sapa. Ele cumpre com sua promessa, mas com terrível desgosto, e ao longo do texto demonstra-se cruel para com a esposa: atira na água, com uma gargalhada, as linhas que ela usaria para fazer uma renda com que presentearia a sogra; sente vergonha pela aparência da companheira; e também deixa que a família se divirta às custas da sapa. A redenção vem para a mulher apenas

quando ela se transforma em uma “princesa muito formosa, que serviu de admiração a todos, menos á [sic] cunhadas que morreram de paixão e inveja”.

Não podemos deixar de lembrar que esse foi um texto colocado no jornal para entreter as crianças. E embora a mensagem passada teoricamente possa ser sumarizada pela máxima de que “não se deve julgar um livro pela capa”, é importante notar que a princesa sapa somente é vista como digna de respeito quando deixa de ser feia. Sua transformação radical em uma bela mulher de certa maneira associa-se com a bênção concedida pelo pai do rapaz no início da história, e corrobora também com o pensamento vigente de que a beleza era um dom divino (Sant’Anna, 2020). Nesse caso, a transformação reforça esse entendimento e também apresenta outro: um homem com uma mulher bela é, de fato, um abençoado.

O conto descreve com extrema naturalidade o mau comportamento do marido e das demais pessoas da família, dando a entender que maltratar o feio é pouco ou nada condenável. E pelo Correio, isso se justifica porque a mulher feia era fonte quase certa de desgosto. Em dois recortes encontrados, o discurso é o mesmo: no primeiro (Correio de Aracaju, 30 mai. 1909, p. 1), ao ser perguntado por que motivo não se casa, um homem diz que cada “tipo” de mulher vem com um problema diferente. Por exemplo, enquanto a bonita deve ser guardada para evitar a cobiça de outros homens, a feia é fonte de aborrecimento. O mesmo se repete em versinhos publicados, denominados *Cantares andaluzes* (Correio de Aracaju, 8 fev. 1914, p. 1): “casa-te e terás mulher: / Se é bonita, que guardar; / Se é feia, que aborrecer; / Se é rica, que contentar... / (E se é pobre, que manter).” Nesse sentido, o mau procedimento do homem do conto anterior para com sua esposa sapa era, no fim das contas, justificado, devido à provável personalidade desagradável da mulher.

Outro exemplo, com uma pequena descrição dos péssimos atributos da mulher, também se utiliza dos binômios beleza-qualidades e feiura-defeitos, além de incorporar o elemento da passagem do tempo e, conseqüentemente, do envelhecimento. Conta o narrador que por três vezes encontrou uma mesma mulher: quando crianças, quando jovens adultos e quando velhos. A menina, oferecendo uma rosa ao menino, é descrita em sua graciosidade, quando criança. Como adulta, não oferece mais a rosa e apenas pergunta o que o narrador lhe daria. Ele, nesse encontro, a define como bela e diz que estava mais formosa. No último encontro, em seguida, o homem lamenta seu estado: “ah! como envelhecera, como estava feia e gorda!” (Correio de Aracaju, 20 jun. 1914, p. 1). Ela, por sua vez, nada lhe pede e inclusive o ofende, mas mesmo assim ele lhe dá tudo que tem, inclusive o coração, em nome da lembrança da mulher que ela um dia fora.

Aqui, a velhice, a feiura e o mau caráter aparecem como se fossem destinos biológicos atrelados um ao outro como num efeito dominó. A fealdade está também associada ao ganho de peso, que mais do que uma preocupação médica, era também um ponto sensível em termos de estética. Embora o controle sobre as silhuetas não fosse ainda tão cerrado, a gordura em excesso poderia ser mal vista (Sant’Anna, 2020) e inclusive chegava a ser identificada à velhice (Priore, 2017), como inclusive é visto a partir da associação feita no texto. O ideal era um corpo saudável, não para o usufruto da mulher, mas sim para garantir um bom casamento e descendentes igualmente sadios. O periódico inclusive salienta, em outra publicação, que a mulher com mãos largas e gordas nunca conseguiria sentir verdadeiramente o amor. A de mãos largas e curtas teria tanto o defeito da inveja quanto o do ciúme (Correio de Aracaju, 20 abr. 1913, p. 1).

Por fim, levantamos aqui uma última consideração sobre esse recorte do Correio: é possível que o narrador esteja falando de uma mulher que, sem ter outras oportunidades ou proteção, estava mais sujeita à exploração sexual (Priore, 2006) e acabou por se tornar uma prostituta. Pensamos dessa forma pela forma com que o segundo encontro é narrado: o narrador diz que a encontrou em uma esquina, bem vestida, com a boca rubra — talvez sinalizando o uso de maquiagem, que era “coisa de mulher dama” (Priore, 2017). Outros indícios são o fato de ele tê-la acompanhado “muito além da porta”, dado-lhe cinco ou seis moedas de ouro e de, ao descer as escadas do local onde entrara — talvez um bordel —, lembrar-se “do seu collo, rosadamente branco e do aroma dos seus cabellos” (Correio de Aracaju, 20 jun. 1914, p. 1), detalhes que parecem excessivamente íntimos para significarem apenas uma caminhada casual ao lado da moça. A decadência dos traços da mulher podem representar, nesse caso, uma punição pelo caminho desviante que foi tomado. A desfiguração é o preço a pagar pela corrupção da inocência infantil da menina descrita no primeiro encontro. E a atitude do narrador, que presenteia a mulher com tudo que tem, talvez seja oriunda da culpa por não tê-la tirado da miséria enquanto era tempo.

Em seguida, há também a violência simbólica que atribui à mulher um caráter instável, que poderia se manifestar nas interações com homens ou mesmo com outras mulheres. O Correio, inclusive, asseverava: “as mulheres são em tudo extremas: a sua doçura é angelica, a sua maldade diabolica” (Correio de Aracaju, 15 nov. 1913, p. 1). De certo modo, era a reprodução do pensamento de que as mulheres seriam fortes no uso de armas fracas, entre elas a astúcia utilizada para fins diabólicos (Bourdieu, 2021), como é o caso da ilusão e da mentira. A diferença entre as interações mulher x mulher e mulher x homem se dá porque, com o sexo oposto, essa inconstância se veria a partir das paixões e do arquétipo da mulher traidora. Com

outras mulheres, esse arquétipo também aparece, mas não em um sentido sexual: o foco está nas amizades femininas, descritas como sendo mais encenação do que realidade. A famosa rivalidade feminina, só que por trás dos panos. Vamos começar por ela.

Em termos gerais, as publicações do Correio sempre ilustravam a amizade entre mulheres como falsa por natureza. Na seção *Pensamentos*, deixava-se muito claro que a maior alegria de uma mulher era falar mal de outras mulheres (Correio de Aracaju, 15 nov. 1913, p. 1). Nos melhores casos, dizia-se que a amizade entre duas mulheres só ocorria com fins de formar oposição consistente contra uma terceira (Correio de Aracaju, 12 mai. 1907, p. 1). No mais, a inimizade feminina não era descrita com mais detalhes, a não ser para apontar a prática da fofoca como seu subproduto, normalmente aliado à inveja. É nesse sentido que o Correio diz que a mulher com “mãos dentes não perdoa às outras um sorriso” (Correio de Aracaju, 19 out. 1913, p. 1), focalizando a mulher feia e retomando o tema da fealdade de seu caráter. Também aponta a inveja da mulher velha e solteirona em relação às mais jovens e suas perspectivas de casamento, quando em *A mulher conforme a idade*, diz: “aos 37 é um evangelho a pregar contra as moças” (Correio de Aracaju, 23 fev. 1910, p. 2).

Pensamos que tais publicações infelizmente se originam porque o destino biológico da mulher era o casamento e o cuidado dos filhos que viesse a ter, havendo também o componente da administração do lar. De acordo com o pensamento patriarcal, nada mais acontece com ela, visto que sua vida, toda ela, revolve em torno do homem. Amizades não estavam na equação.

Além de tudo, no contexto da *belle époque*, na qual costumes eram rearranjados, as relações sociais estavam modificadas e múltiplas inovações permeavam a vida das mulheres, os homens estavam desconfiados da “nova mulher” (Maluf; Mott, 2021). Embora ainda associadas ao privado, já estavam fora das alcovas e saíam às ruas, apesar de que o ideal era que fossem sempre acompanhadas e tivessem em mente que havia horários e locais apropriados para os passeios, visando sempre resguardar sua honra e garantir sua honestidade (Esteves, 1989). Entendemos, a partir daí, que as publicações que remetem à rivalidade feminina existem porque os homens encaravam com suspeita a amizade entre mulheres — especialmente se fossem suas esposas. Isso principalmente porque viam o risco de que essa “nova mulher”, que saía e fazia visitas, se descuidasse dos afazeres da casa e do cuidado familiar (Maluf; Mott, 2021).

Embora trate do termo *gossip*, da língua inglesa, Silvia Federici (2019) reflete que para várias culturas as mulheres são aquelas que passam adiante saberes e conhecimentos adquiridos, inclusive sobre os homens. Assim, pode-se entender que a união feminina aparecia como algo perigoso por conta da possibilidade de troca de informações através da famosa fofoca,

prejudicando assim a reputação de homens que muitas vezes estavam na cena pública como indivíduos de prestígio. Ou, em alguns casos, poderia evoluir para uma rede de apoio em oposição a um lar abusivo, afrouxando o nó do laço conjugal e da convivência com o marido apesar de todos os problemas, a qual era algo esperado da mulher.

O caráter feminino também seria volúvel no amor, e a partir daí seria veementemente condenado. O Correio, aliás, utiliza-se de uma frase de uma mulher — Madame de Lambert³³ — para apontar e consolidar este pensamento: “a maior parte das mulheres ama por capricho, e muda por temperamento” (Correio de Aracaju, 19 fev. 1911, p. 1). E as publicações que reforçam o arquétipo da mulher traidora, normalmente colocando o homem como um coitado sofredor, aparecem em vários formatos, mas são os contos os que mais exageradamente apresentam suas dissimuladas personagens. Em um deles, nem a Fada da Mentira é capaz de dizer que Joselina, repetidas vezes flagrada com outros rapazes, ama o narrador (Correio de Aracaju, 17 mar. 1912, p. 1-2). Em *A reclame*, por sua vez, o narrador diz que Laura “nunca perdoou ao marido o má passo que havia dado. Seria ainda hoje o modelo das esposas, se o comendador Vianna não se lembasse [sic] de fazer reclame ao poeta” (Correio de Aracaju, 25 ago. 1912, p. 1-2). Em ambos, a mulher traidora incorre na má conduta não uma, mas várias vezes.

Enfim, é o texto denominado *Um filho* (Correio de Aracaju, 23 jun. 1912, p. 1) que descreve de maneira mais efusiva a recorrência do pecado da mulher que trai, bem como a rapidez com que essa atitude leva a outras piores. Inquirindo sobre sua mãe, Rodrigo descobre que ela fora encontrada por seu pai em um alcouce³⁴, mas apesar de tudo o traíra com um copeiro. Depois de ser expulsa de casa, levou uma vida extremamente desregrada: dois homens se suicidaram por sua causa, separou casais e arruinou pais de família, além de ter atuado como alcoviteira de encontros entre mulheres casadas e seus amantes. Chegou ainda a alugar quartos por hora, mas não teve sucesso e, numa tentativa de roubo, esfaqueou um homem.

Pela maneira como os textos citados são construídos, a noção que se tem é de que a traição, para a mulher, é inevitável e, pior ainda, não lhes provoca remorso. Joselina tem seus *affairs* às claras; Laura se interessa pelo poeta conquistador assim que ouve falar de suas aventuras e culpa o marido, e não a si mesma, pelo que veio acontecer; e a mãe de Rodrigo não só continua a seduzir múltiplos homens, mas também trabalha ativamente para que outras

³³ Anne-Thérèse Marguenat de Courcelles, marquesa de Lambert, escreveu numerosos ensaios que tratavam de temas filosóficos, em especial sobre os papéis de gênero na aristocracia. Disponível em: <https://iep.utm.edu/lamberta/> Acesso em 8 ago. 2024.

³⁴ Prostíbulo.

mulheres tenham condições de trair seus maridos. Tudo isso derivaria de seu caráter ambivalente, volátil, que tanto era estudado pela medicina do século XX. Essa mesma medicina era responsável por discursos que visavam normatizar a sexualidade feminina com o intuito de coibir comportamentos que pudessem ser considerados desviantes. A infidelidade feminina era com certeza um deles, visto que envolver-se sexualmente com outro homem que não seu marido significava que a mulher tinha e demonstrava desejo sexual — o que, à época, não era normal (Pereira, 2016). Envolver-se com *vários* homens, como ocorre nos contos apresentados, poderia ser ainda pior: sinal de histeria, doença psiquiátrica caracterizada por um grande apetite sexual.

O conto de Rodrigo apresenta, além de tudo, um outro ponto importante: a maternidade. Para a medicina da *belle époque*, o instinto sexual era substituído pelo instinto maternal (Pereira, 2016). O fato de isso não acontecer com a mãe de Rodrigo é indício de uma sexualidade fundamentalmente comprometida, sem perspectiva de melhora. Outro indício está em sua resistência à mudança depois de ter sido acolhida pelo pai do menino, que a retirara do bordel. Mesmo os médicos do período pensavam que o casamento poderia recuperar mulheres que haviam sido prostitutas, fazendo com que cumprissem seu papel social (Pereira, 2016), mas a mãe de Rodrigo também desvia dessa chance de redenção. Seu papel como corruptora de outras mulheres também atesta sua natureza irrecuperável e reforça o pensamento de que a infidelidade feminina era mais do que um acidente do destino: era a consequência de uma sexualidade pouco ou nada vigiada ou regulada.

Para além disso, dois dos três contos falam no sofrimento provocado pela mulher ao homem que a amava. O narrador do primeiro conto só busca a Fada da Mentira para ter algum alívio de sua dor, mesmo que fosse a partir de um falso testemunho. E Rodrigo, ao saber de todas as faltas de sua mãe, chora copiosamente, chocado e decepcionado. Em nenhum dos dois casos os homens demonstram desistir de suas amadas, seja por amor filial e pelo senso de dever que derivaria desse sentimento, seja por apego emocional. O entendimento que se tem é o de que o homem era a maior vítima da mulher, especialmente daquelas que não tinham uma sexualidade regulada e/ou que não respeitavam o código moral estabelecido.

Entretanto, nem sempre era a sexualidade da mulher o pano de fundo que servia para indignar os homens. Vários são os exemplos contidos no periódico em que a revolta ocorre pela rejeição emocional, o clássico amor não correspondido. O eu-lírico de *Crueldade* (Correio de Aracaju, 11 mar. 1914, p. 2), por exemplo, atribui à amada o título de assassina: “Sem teu divino olhar não posso mais viver / Negando-m’o, mulher, sem dó tu me mataste / Pois que sem teu amor, de magua eu vou morrer”. Em outro caso, um “inspector de quarteirão” tem seu pedido

de casamento rejeitado, e sua atitude consiste em prender a mulher pelo crime de “resistência à autoridade” (Correio de Aracaju, 20 out. 1912, p. 1).

Em ambas as publicações, a violência está na ideia de que a recusa da mulher não foi respeitada, naturalizando o comportamento obsessivo dos homens. Consideramos ainda que o problema com a recusa de um envolvimento amoroso ou conjugal está na subversão da “ordem natural” na lógica dos relacionamentos: o normal estaria na ideia de que a mulher aguarda o Homem (Beauvoir, 2019b). Aguardar é ação passiva, que não implica escolha e não alude a um poder de decisão. Quem decide quem vai cortejar é, segundo o pensamento corrente no contexto estudado, o homem. Colocar o poder de decisão nas mãos da mulher é subverter a hierarquia existente: elevando a mulher na escala hierárquica, diminui-se o homem (Bourdieu, 2021).

Chegamos à violência verbal, a qual alguns autores, tais quais Bandeira (2019), chamam de moral. Ela é aquela que mais dialoga com a simbólica, e também por isso foi colocada para análise logo depois dela. No estudo, privilegiamos os momentos em que a linguagem oral não foi mero veículo para a violência: as palavras são articuladas para ofender, ameaçar, humilhar ou, em outros termos, agredir. Por vezes nos perguntamos se um ou outro excerto não se encaixaria na classificação da violência simbólica, mas chegamos à conclusão de que a resposta é *também*. Mas optamos classificar como violência verbal porque, ao contrário da simbólica, que Bourdieu descreve como quase imperceptível, ela é mais direta. Aparece menos como conselho, reprimenda ou constatação, e mais como violência. Esperamos deixar isso mais compreensível nos próximos parágrafos³⁵.

Vamos começar por arquétipos que não foram mencionados anteriormente. O primeiro deles é a mulher vaidosa, que o Correio condena com duras palavras: “a vaidade na mulher tem suas phases: em criança, torna-a ridícula; em moça, namoradeira, embrutece-a; em casada, inicia-a no trilhar do adultério e encaminha-a rapidamente para a prostituição” (Correio de Aracaju, 19 out. 1910, p. 1). Escreve também que “a mais modesta das mulheres não encontra no mundo voz mais melodiosa do que a que lhe canta elogios” (Correio de Aracaju, 26 jan. 1913, p. 1). Enquanto a primeira trabalha com a ofensa pura e simples, a segunda o faz por meio da inversão de sentidos: depreende-se, no fim das contas, que mulher nenhuma é verdadeiramente modesta; esperam todas o elogio que vá inflar-lhes o ego.

Já mencionamos anteriormente que a beleza deveria ser natural. A maquiagem era deixada para as estrangeiras ou, como duramente apontou o periódico, para as prostitutas. E de fato, em *Rua do Siriri*, Amando Fontes não se furta de abordar esse aspecto. “Vestidas

³⁵ Consideramos a possibilidade de fazer uma exposição conjunta da violência simbólica e da violência verbal, mas não seguimos por esse caminho por receio de confundir o leitor.

simplesmente, mas de um modo todo particular, característico: os rostos excessivamente empoados; os lábios rubos de carmim — quem quer que as visse, logo as identificava entre dezenas” (Fontes, 1989, p. 75). Almerinda, outra prostituta, “pintava-se em excesso. Não conseguia, porém, reconquistar a perdida expressão de mocidade. Ao contrário: aquele rosto pregueado, recoberto de ruge, de pó-de-arroz e de pomadas, dava uma ideia caricatural e grotesca” (Fontes, 1989, p. 90). O autor também descreve que, uma vez que começaram a ganhar mais dinheiro, as “mulheres da vida” frequentemente o utilizavam para comprar roupas e joias. Faziam isso para se fazerem mais bonitas, mais arrumadas, em alguns casos até mais jovens e, com sorte, atrair mais clientes.

Mas a vaidade não estava vinculada somente à vergonha de uma possível associação com as prostitutas. A própria sexualidade da mulher era o alvo, uma vez que, em uma sociedade altamente influenciada pela religião cristã, a busca pelo prazer e o sexo eram a causa para todos os outros pecados (Carvalho, 2023). A partir disso, interpretamos que a vaidade era associada, no período, à sexualidade — e por isso também à prostituição — na medida em que se entendia que a mulher vaidosa o fazia para seduzir e, a partir daí, dar vazão a seus desejos. Bourdieu (2012; 2019) argumenta que, uma vez que a mulher é *esse percipi*, ou ser-percebido, está submetida a manifestar uma espécie de disponibilidade, a qual é potencialmente sexualizada. É nesse sentido que entendemos a ideia de rejeição à mulher vaidosa. Sua característica primária seria a disponibilidade que, ao ser sexualizada pelo olhar masculino, tornava-se sinal de indecência, de oferecimento do corpo, e daí viria a ligação à prostituição. Em outra perspectiva, porém, é a “moça dos tempos modernos”, cheia de liberdades (Maluf; Mott, 2021), que provoca o torcer dos narizes: os escritos do jornal se opunham a uma modernidade que atingia, também, ainda que aos poucos, a estética feminina.

Ademais, por trás da vaidade estava também a imagem da mulher gastadeira. Em mais uma anedota do *Gabinete de riso*, um marido diz que a mulher fez mal em acordar, porque enquanto dormia, sonhava com os brincos de pérolas que tanto desejava (Correio de Aracaju, 3 jun. 1913, p. 1). Vemos aí a vaidade unida ao gosto pelo consumo, que se chocava com a ideia que se tinha sobre a “boa dona de casa”. Ela era inteligente na hora de empregar o orçamento doméstico, inclusive nas recepções e festas que viesse a realizar (Pinsky, 2020). A gastadeira, segundo a interpretação da época, era aquela que gastava o dinheiro do marido com coisas para si. E esse gasto irresponsável era considerado fútil³⁶, ligado à vaidade. Evidentemente, as percepções mudavam de acordo com a classe social: mulheres ricas, cujo dinheiro podia pagar

³⁶ Em *Mulheres do Sul*, Joana Maria Pedro (2004) apresenta um excerto do *Jornal do Comércio*, que lista os dez mandamentos da mulher. Um deles é justamente não subtrair dinheiro do marido e não gastar com futilidades.

o luxo dos chapéus, luvas e jóias da última moda, usufruíam do privilégio e vestiam-se com elegância (Sant’Anna, 2020). Para aquelas cujo dinheiro era mais apertado — o que muitas vezes também inclui a burguesia em vias de se consolidar economicamente —, os estereótipos da vaidosa e da gastadeira eram um perigo a ser evitado.

Nem a Lua, astro que adquire características femininas em *Idyllio Celeste* (Correio de Aracaju, 9 out. 1912, p. 2), deixa de ser criticada por sua vaidade e, por conseguinte, sua depravação: “é tão douda, tão devassa, que chega a ter ‘quartos’ e a aparecer, às vezes, escandalosamente cheia”. Mas há também outro arquétipo que aparece no excerto: o da moça namoradeira. O Sol, ao ouvir de Deus que se casaria com a Lua, recusa-se dizendo: “é uma vagabunda a quem os poetas vivem a cantar e os cães a ladrar”. Ideia semelhante apresenta-se em alguns aforismos: “mulhersinha de janella, diz de todos e todos della” (Correio de Aracaju, 4 ago. 1907, p. 1); “não queiras mulher muito sahida, pois bem parece perdida” (Correio de Aracaju, 13 set. 1912, p. 2). E também há versinhos que insinuem o problema: “toda moça que namora / Com João Antonio e com Mario / Pode ser bem seriazinha... / Mas pode ser o contrário” (Correio de Aracaju, 17 jan. 1913, p. 2).

A namoradeira era a antítese da moça casta que, de acordo com o pensamento da classe dominante, queria-se cultivar até o casamento³⁷. A inferência de que ela não seria tão séria assim não é à toa: questionava-se a honra, ou em outras palavras a virgindade, daquela que se prestava a namoros sem garantia de compromisso. O mesmo acontece ao se referir à moça muito saída como “perdida”. E nesse sentido, também dizia o Correio (31 dez. 1911, p. 2) que “moça que muito namora, em casa sempre demora”, sinalizando que o casamento não vinha para aquelas cujo comportamento não fosse de “moça séria”. O namoro por si só não queria dizer muita coisa. Tinha que adquirir caráter de compromisso, o que envolvia a aprovação dos pais da enamorada, a fim de assegurar sua honra e reputação (Priore, 2017).

A feia era outra representação feminina que virava alvo da violência verbal. Boa parte dessas agressões simplesmente envolvia apontar ou chamar de forma transparente a mulher de feia e em seguida fazer algum comentário jocoso e/ou depreciativo. Uma piada conta que um rapaz chamado Gustavo vai casar com uma moça que dizem ser “medonha”, mas que tem um pé lindo. Um de seus amigos, então, pergunta porque Gustavo não “lhe pede o pé em vez de lhe pedir a mão?” (Correio de Aracaju, 26 set. 1907, p. 1). Outra anedota é sobre uma senhora muito feia que descreve sua viagem. Ao ser perguntada se enjoou com o mar, é seu marido que

³⁷ Asseveramos que é da classe dominante, porque entre as classes mais baixas o casamento não era visto da mesma forma. O viver amasiado — ou seja, ter uma vida de casal, mas sem casar — era uma realidade na classe trabalhadora, como apontam Sidney Chalhoub (2012) e Martha de Abreu Esteves (1989).

responde, dizendo que foi o mar que ia enjoando com ela (Correio de Aracaju, 16 jul. 1911, p. 1). E ao falar de *Cousas que nunca se viram* (Correio de Aracaju, 15 nov. 1907, p. 1), um dos elementos citados é “moça feia achar outra bonita.”

A primeira anedota dá a entender que a mulher feia não merecia casamento. No máximo, a admiração de seus atributos que de fato estão de acordo com o padrão de beleza, que é o caso do pé da noiva de Gustavo. A segunda foca no impacto da feiura, capaz de desestabilizar até mesmo um componente da natureza. E a última retoma a concepção de que a mulher feia teria também uma péssima personalidade e constantemente cairia no pecado da inveja. Todas elas conservam a percepção de que a fealdade não era apenas má sorte. Assim, o caráter humilhante da violência verbal era duplo: pela feiura em si e pelo problema que ela poderia representar³⁸. Até mesmo por isso o periódico asseverava, no que parece ser uma tentativa de precaver os homens: “Em geral, as mulheres invejosas e falladeiras, são feias de corpos, têm as pernas tortas e finas e são, quasi sempre, enjoadas” (Correio de Aracaju, 30 abr. 1908, p. 1).

Mesmo que os códigos sociais da época dissessem ser uma indelicadeza falar que a mulher era feia, ou apontar seu peso elevado, os discursos do Correio são construídos para que o leitor concorde que a ofensa não surgiu de modo aleatório. A violência não tinha origem no homem: ela começava por conta do comportamento da mulher. Ela era a verdadeira culpada por ter sido ofendida nas piadas. A ofensa, do modo como era representada no jornal, era somente uma resposta do homem a alguém que lhe desagradava e/ou trazia problemas. Invertem-se os valores: o homem não é o agressor, é a vítima da mulher feia e insuportável. Entretanto, sabemos que essa violência verbal vem de uma base construída socialmente, que se manifestava tanto através das representações construídas sobre a mulher, quanto a partir do tratamento reservado a elas — em especial àquelas que não se encaixassem no modelo de mulher ideal, mas não só a essas.

A sogra era a personagem que certamente era mais enxovalhada verbalmente. Um genro, ao chegar à casa da sogra, diz que ia ver uma exposição de feras e por isso foi parar lá (Correio de Aracaju, 12 nov. 1908, p. 1). Outro diz que vai assistir a um combate de animais ferozes e revela que aplicarão “bichas” — ou seja, sanguessugas — em sua sogra (Correio de Aracaju, 27 out. 1912, p. 1). E em mais um recorte, uma esposa, ao discutir com o marido, diz que ele

³⁸ A violência verbal evidentemente não poupava as mulheres negras. Ao ouvir que o preço por um par de luvas era um beijo, uma mocinha pede que sua acompanhante, “uma negra velha e beiçuda”, faça o pagamento (Correio de Aracaju, 12 mai. 1912, p. 1). A cor de pele por si só não era o padrão de beleza, e já mencionamos as ideias por trás das representações da mulher velha. A referência aos lábios da mulher se dá tanto por causa do beijo que o rapaz da loja de luvas receberia, quanto por conta dos lábios mais grossos, comuns entre pessoas negras. A piada utiliza-se da quebra da expectativa: o beijo esperado era de uma mulher que estivesse de acordo com os padrões. A mulher negra e idosa passava longe desse sonho ideal.

esperava sua morte para que pudesse se casar com uma “filha do diabo”. O homem, então, responde: “não, isso... tel-o por sogra uma vez, já não é pouco” (Correio de Aracaju, 18 dez. 1914, p. 1). Chamar a sogra de fera, animal ou de filha do diabo retira dela um atributo que deveria ser geral: a humanidade. Nesse sentido, se uma mulher já era o Outro, o não-indivíduo, segundo essa percepção, a sogra era ainda menos que isso.

Há as situações em que as representações da sogra e da mulher feia se mesclam. O Correio publicou um chiste que apresenta a praga de uma sogra “feia e volumosa”: “Minha vingança, senhor meu genro, é que a sua mulher daqui a vinte annos será o meu retrato!” (Correio de Aracaju, 19 abr. 1914, p. 1). Além da ofensa existente na descrição da sogra, percebemos a violência internalizada por ela, ao admitir para o genro e para si mesma que não era o ideal de beleza. Mais do que isso, a mulher também sabia que a semelhança existente entre ela e sua filha seria fonte de descontentamento para o genro, e que a transformação que ocorreria ao longo dos anos era inevitável. E uma vez que a fealdade das feições se associava à fealdade do caráter, pode-se depreender daí que a maldição da sogra tinha como alvo a própria felicidade conjugal do genro, a qual provavelmente seria abalada pela mudança marcada para acontecer com sua esposa.

A propósito, essa transformação era quase como um destino biológico (Guimarães, 2022). É o que se identifica na historieta *Tudo morreu menos a sogra* (Correio de Aracaju, 3 nov. 1907, p. 1), na qual se diz que “a mulher que tem a doçura do mel, logo que se faz sogra adquire a natureza da strychnina, da mosca, da barata, do sapo, da cobra, do porco, do frade e do diabo.” O texto não só descreve a sogra como figura hedionda, como também a humilha. E ainda condena todas as mulheres que ainda estão por passar pelo processo de envelhecimento.

Beauvoir (2019b) diz que é em seu outono e inverno que a mulher se liberta, mas também que se vê sem ter como usufruir de fato dessa liberdade. E também, pensamos, sem saber exatamente o que fazer com ela. Daí derivaria sua intenção de se manter como membro ativo do corpo familiar (Guimarães, 2022), a fim de sentir que não perdera completamente seu propósito. Ajudar no cuidado dos netos poderia ser um bom caminho nesse sentido, mas a manutenção do papel de mãe também tinha grande apelo. É o que se vê no *Gabinete de riso* (Correio de Aracaju, 4 jun. 1914, p. 1): a sogra, “volumosa e damnada da vida”, diz que o genro teria que passar por cima de seu corpo para tocar em sua filha. Ele, então, responde “a senhora bem sabe que detesto subir nas montanhas!” A piada não deixa claro se ela quer proteger a filha de uma agressão física ou se simplesmente não deseja que o casamento seja consumado. Mas novamente a violência se dá pela ofensa deliberada, oriunda do fato de que a mulher não está

dentro dos padrões de beleza, e exagerando as características indesejadas com o fim de humilhar a personagem.

Por fim, a violência verbal também transformava em alvo a mulher traidora. E surpreendeu-nos ligeiramente encontrar várias ocasiões em que versinhos eram utilizados para ofender: “entre pedras e pedrinhas / Plantei um ramo de salsa; / Mais vale uma feia e firme / Do que uma bonita e falsa” (Correio de Aracaju, 18 dez. 1914, p. 1). Vê-se que a mulher perde dos dois lados: para elevar uma, é preciso criticar a outra. Mas a crítica não deixa de existir em nenhum caso, na verdade: o defeito da firme é ser feia; e o defeito da bonita é ser falsa, traiçoeira.

Em outro poema que aborda a mulher traidora, intitulado *Chrysanthemos* (Correio de Aracaju, 28 out. 1913, p. 1), os atributos que normalmente seriam admirados em uma mulher tornam-se justamente aquilo que o eu-lírico ataca. As mãos são associadas às garras de hienas; as unhas bonitas são como as das panteras; e os lábios e dentes, antes associados a corais e a pérolas, respectivamente, são colocados em pé de igualdade com as presas das serpentes e das víboras. Mas o impacto do poema vem mesmo nas estrofes finais, em que se diz: “ah!... continúa rindo / n’um rir fêro e espontaneo, / que um chrysanthema abrindo / verei morta, em teu craneo.” O eu-lírico deixa clara a felicidade enlouquecedora que sentirá com a morte da antiga amada: “gritarei, uivarei, chorarei, gargalhando: — Meu bem, passou o estio!”

Crisântemos são flores comumente associadas à morte, por isso a sua escolha para o título e para ser colocada junto da falecida. Além disso, o eu-lírico indica que outro azul, dessa vez suave, tapará a boca da mulher, em alusão ao tom azulado que algumas partes do cadáver assumem à medida em que o sangue vai deixando de circular. E falar em passar o estio quer dizer que o verão que caracteriza a vida já passou e se foi, sendo substituído pelo frio da morte. O subtítulo do poema — *Madrigal Bizarro* — também diz muito. Um madrigal é uma composição poética que celebra uma dama. Sua característica bizarra advém do tom condenatório e odioso que norteia a poesia.

Outro recorte define o coração da mulher traidora. Ele seria como “a dormideira de ingrato perfume, transplantada no meio da sarça” (Correio de Aracaju, 21 jan. 1912, p. 1). Isso porque, como também define o Correio, “a mulher infiel, é o ente mais abjecto do mundo” (Correio de Aracaju, 25 ago. 1907, p. 2). A abjeção é um estado de baixa moral em termos excessivos. Porque, assim como a dormideira atrai pelo perfume, mas leva o atraído para os espinhos da sarça, a mulher infiel finge ser amável e boa, mas ilude os sentimentos do homem.

Nos excertos, não só o insulto e a humilhação acontecem, mas também expressa-se o ímpeto agressivo que era direcionado à mulher traidora e que, como veremos posteriormente,

muitas vezes se transformavam em *atos* de violência. Não se fala, entretanto, no *homem* infiel e em como, fazendo uma mulher sofrer, ele também seria abjeto, falso ou ilusório como a dormideira perfumada. Mas a mulher *traída* aparece e sua resiliência é aplaudida: seu coração é “como o tenue perfume do candido jasmim, depois da injúria da tempestade” (Correio de Aracaju, 21 jan. 1912, p. 1). Ela, portanto, é repudiada ou ameaçada se trai, mas elevada se traída, porque o objetivo é nunca colocar o foco no homem. Não porque a mulher é a protagonista, mas sim porque é ela que transita na corda-bamba da decência, da honra, das vontades masculinas e das representações construídas sobre elas pelos homens.

A violência psicológica, por sua vez, exige mais cuidado na classificação, uma vez que não queríamos ampliar excessivamente o termo a ponto de incluir questões diárias que ocorrem dentro do seio familiar (Perela Larrosa, 2010). Porém, em muitos momentos, os achados feitos sob essa classificação foram muito claros, além de impactantes demais, provocando um atordoamento temporário. O choque muitas vezes vinha do fato de que por vezes a violência psicológica foi de fato exercida, uma vez que encontramos notícias nas quais a identificamos. Em outras palavras, queremos dizer que estávamos em contato com fontes que, em vez de retratar de forma ficcional a violência psicológica, *relatavam*, partindo de fatos, momentos em que ela foi empregada. Optamos, portanto, passar dos casos mais “leves” aos mais desconcertantes, para que seja possível compreender os vários graus encontrados ao longo do jornal.

No primeiro excerto, denominado *Ao esvoaçar da idéia* (Correio de Aracaju, 8 set. 1911, p. 1), o tema é o casamento. O jornal noticia que, em Paris, havia nova tendência para a reforma do Código de Casamento, tendo uma comissão de revisão formada por homens e mulheres importantes na sociedade francesa. Daí, parte-se para uma reflexão a respeito dos casamentos do período e a infelicidade conjugal, envolvendo também, ainda que brevemente, a discussão sobre o divórcio. O Correio reconhece que a tendência é culpar as mulheres pelas desavenças no interior do matrimônio, mas que haveria diversos exemplos dos homens como principais causadores de tais problemas.

Entretanto — e é aí que apontamos a violência psicológica —, o Correio também diz que é a mulher a responsável por evitar os problemas conjugais e, em resumo, diz que a culpa por um casamento ruim é das esposas, que escolhem determinados companheiros para “offuscar suas amigas com um título que eleva”. Se escolhesse melhor, não teria “cruéis decepções”. Ora, trata-se de uma violência porque apoia somente nos ombros femininos o sucesso ou o fracasso de uma instituição que deveria ser construída a dois, a partir dos esforços das duas partes de um casal. A educação voltada para as mulheres visava que fossem melhores mães, mas também

melhores esposas (Habner, 2020), enquanto que os homens eram instruídos para exercerem seus trabalhos fora de casa e não necessariamente para seu engrandecimento moral. O Correio alude, de certa maneira, a isso, ao dizer que os homens provocariam perturbações na vida conjugal “pelos defeitos de educação”. Se é assim, por que também não educar os homens para serem melhores esposos?

O texto, em seguida, define o casamento como o início da liberdade, para a mulher, e como uma prisão, para o homem. Ele, “no dia em que se casa, encadêa-se. Adeus á vida livre de rapaz, a possibilidade de circular como bem lhe parecer e de se divertir com quem lhe agradar”. Embora diga em seguida que essa “prisão” se dê porque o homem está completamente aos pés daquela “cujo olhar o soube prender”, os escritos do Correio não conseguem afastar a primeira impressão negativa de que o homem perde, ao casar-se, uma parte de si próprio — “deve renunciar a umas tantas coisas que constituíam a sua existencia”, diz. Entendemos que isso é uma maneira de justificar o mau procedimento masculino, cujo maior problema seria prejudicar os casamentos.

No entanto, novamente é a mulher a responsabilizada. É ela “quem tem entre os dedos flexíveis e delicados os fios da felicidade conjugal”, portanto é a ela que cabem os esforços para, apesar da parca contribuição do marido, manter o relacionamento firme e, conseqüentemente, as famílias unidas. E ao final do texto, vem o arremate: “a verdadeira felicidade, disse uma das mulheres mais inteligentes do nosso tempo, consiste numa longa paciência e que somente será usufruída por aqueles que souberem lentamente adquiril-a e conservá-la” (Correio de Aracaju, 8 set. 1911, p. 1). E por quem a paciência deveria ser cultivada? Pela mulher. Seu destino era a passividade, submissão e o amor incondicional (Pinsky, 2020), mesmo em face de um marido que não tivesse respeito a ela ou aos votos do matrimônio. Sua santíssima paciência deveria suportar tudo em nome da união conjugal, e seu papel deveria ser o de “martyr domestica”. É preciso lembrar, entretanto, que um dos sinônimos existentes para “mártir” é “vítima”. Nesse caso, vítima de uma violência psicológica que a obriga a ser perfeita, mas não exige o mesmo de seu parceiro. E isso porque, segundo Pateman (1993), as mulheres não são consideradas indivíduos livres e iguais, mas súditos naturais.

Contraditoriamente, o Correio também criticava isso ao dizer, em uma outra publicação, que “a mulher perdôa os esquecimentos, as ingratidões, o desamor e os ciúmes, mas não perdôa a infidelidade. Quer ser pisada, com tanto que seja preferida” (Correio de Aracaju, 12 nov. 1914, p. 1). O periódico cita nominalmente as faltas cometidas por namorados ou esposos, mas também com o fim de criticar a mulher e atribuir-lhe a característica do ciúme descontrolado. Mas o que seria certo? A paciência para suportar as agruras de um mau casamento? Ou a

inclemência perante os abusos? Ou o que o Correio quer dizer é que era necessário perdoar, também, as infidelidades do esposo? Tratando das representações da “boa esposa”, Carla Bassanezi Pinsky (2020, p. 487) aponta que essa mulher não deveria se importar caso o marido resolvesse “satisfazer seus incontroláveis desejos de macho nos braços de outras”. Se a ideia for de fato essa — de que a mulher deveria perdoar também a infidelidade —, os dois textos se complementam, colocando de fato a paciência e a abnegação como ferramentas fundamentais para que *as esposas* pudessem garantir um casamento duradouro.

Em outro excerto, desta vez o que parece ser uma pequena peça teatral denominada *O divórcio* (Correio de Aracaju, 27 jul. 1913, p. 2), conhecemos o casal Adolpho e Christina, que discutem. Logo no início, o marido demonstra seu descontentamento ao dizer: “sempre o teu geniozinho a me contrariar a cada instante, travando-me a existencia, perturbando-me os raros momentos de repouso que tenho em casa”. É a reapresentação da ideia da esposa como problema, mas em um roteiro teatral em vez de uma anedota. Entretanto, logo conhecemos as razões para a infelicidade de Christina: ela revela que encontrou um retrato no bolso do marido, com uma mensagem escrita em “letra de mulher”. Diz, ainda, que ele anda estranho: “sahes cedo, jantas fóra, recolhes-te pela madrugada”. Ele, entretanto, nega a possibilidade de que haja uma amante em questão, dizendo que foi um amor de adolescência que tentou reatar o relacionamento, mas foi repellido.

Adolpho em nenhum momento demonstra consideração pelos sentimentos de Christina e chega, aliás, a sugerir o divórcio, dizendo que ela será mais feliz morando com os pais e ele retomará “a liberdade de não escutar lamurias, choramingas infinitas, amargurando-me os dias e fazendo-me dores de cabeça”. A concordância de Christina, entretanto, não ocorre sem ressalvas:

CHRISTINA

(resignada e dolorosa)

Divorciemo-nos, sim, já que assim o queres. Obedeço-te; não t’o proponho. [...]

Separemo-nos; porém, escuta bem, o nosso Zezinho irá comigo, para que a tua amante não o maltrate. Tem paciência.

ADOLPHO

(ferinamente)

É a unica clausula com que discordo, minha querida. O nosso pequeno pertence-me, como pae, e, por muito que isso te afflija, elle acompanha-me ha amparado pela lei, e, pela... minha vontade...

CHRISTINA

(resoluta em pranto)

Pois se é assim, ficarei ao teu lado, embora me enxotes, embora me batas. Que importa as tuas infelicidades si poderei penar olhando os sorrisos e as travessuras de meu filho!!...

Importa chamar atenção para o fato de que Christina concorda com a separação por obediência, não por vontade, o que se associa com o que fala Carole Pateman (1993) sobre o casamento: ele difere de outras relações contratuais porque participam do contrato um “indivíduo” — o homem — e um subordinado natural — a mulher. É por obediência a esse indivíduo e por resignação que Christina opta por ficar com o marido, a fim de não perder a convivência com o filho. Em nenhum momento, entretanto, Adolpho demonstra remorso pelo que está fazendo. A violência psicológica já se apresenta nesse ponto, colocando a força do marido como manifesta no ato de poder humilhar sua esposa quando desejar (Rodriguez-Berrocal, 2022). Enquanto ela apresenta tom conciliatório, falando “com doçura”, ou então apresenta-se triste, lacrimosa ao mesmo tempo que resoluta e resignada, ele fala de modo ferino, mal-humorado, trocista e irônico. Além disso, transfere a culpa do divórcio iminente para Christina, por suas lamúrias e reclamações constantes. Ela, por sua vez, assume essa culpa e está preparada para condenar a própria vida a um casamento sem amor, se preciso for, para que possa manter a convivência diária com o filho.

Depois de muito perturbar os ânimos da esposa, Adolpho conta-lhe que a tal “amante” era de fato um amor passado — “amante de quando eu era *livre*” (grifo nosso) —, mas que quis vê-lo porque já estava no leito de morte. Diz inclusive que beijou-a, mas não para carícias, e sim para preces. Chega a dar o retrato da moça a Christina, para que guarde e ore por sua alma. O fim do roteiro teatral leva a entender que tudo terminou bem, com a relação íntima inclusive ocorrendo entre os cônjuges. Adolpho alega que o divórcio é irrealizável, uma vez que ambos querem o filho, e que o melhor curso de ação é terem um outro filho ou filha, para que cada um fique com o seu. Zezinho, o primogênito, cantarola então: “o papae vae comprar um maninho; o papae vae comprar um maninho”.

Não podemos deixar de notar que Christina deixa claro que a menção ao divórcio foi um golpe baixo. Com o olhar “turbado de pranto e de magua”, ela diz que o que ele fez foi uma tortura, asseverando que jamais esqueceria a conversa sobre separação. É um indício claro da violência psicológica, cujo ponto mais grave, no texto, é a ameaça (pouco) velada de privar Christina da vida de seu único filho. Como já foi repetido à exaustão, considerava-se que o destino natural da mulher era ser mãe. Aquelas que não exerciam esse dever, quando não eram vistas com pena, eram condenadas, inclusive porque colocavam em risco o futuro da nação (Priore, 2017). Além disso, as representações de fato tinham efeito em como as mulheres enxergavam a si próprias e seus propósitos no mundo: Christina provavelmente pensava que, sem o filho, deixava de ser mãe. E deixando de ser mãe, deixava de ser mulher.

No fim das contas, a violência psicológica que vemos no texto apresenta não uma, mas sim três camadas: a culpabilização da mulher ou a esposa como um problema ou inconveniente; a frieza emocional e a desconsideração pelos sentimentos da mulher; e a ameaça de retirar-lhe o filho. Partindo do que argumenta Bourdieu (2021), podemos dizer que Christina reconhece tais violências e a fronteira que a coloca como dominada frente ao dominante — o marido —, quando chora e se submete, mesmo que contra a própria vontade, ao que lhe é determinado.

A moda também poderia ser tema sensível. Por vezes o Correio publicou artigos criticando itens de vestimenta, como as calças ou determinados modelos de saias, ou clamando a volta de outros, como os chapéus. Mas nos chamou atenção a publicação em que assédios são justificados por conta das roupas que as mulheres vestem. A crônica é desenvolvida a partir de um diálogo, e em certo momento diz-se:

— Com semelhante toilette, entre pessoas que a não conhecem, mas que desde que a viram, ardem em desejos de a conhecer, é evidente que... a culpa é toda sua. [...] Não tenha dúvidas a tal respeito. Ha milhares de mulheres honestas em circunstancias idênticas. Somente, umas queixam-se de ser seguidas e outras... gabam se disso (Correio de Aracaju, 22 set. 1911, p. 2).

A interlocutora do pretense crítico de moda deixa claro o seu descontentamento — e talvez até seu medo — por ser “seguida, abordada, perseguida” sempre que sai de casa. A insensibilidade do homem se dá pelo fato de que a honra da mulher era artigo frágil, que só poderia ser defendido ou perdido (Bourdieu, 2021), e portanto deveria ser cuidada e guardada a partir das normas que pregavam o pudor e a decência. Uma vez que a estética era vista como desviante, era associada à imoralidade ou desonestidade, elementos importantes na política sexual do período, que tinha a mulher como seu principal alvo (Esteves, 1989). Nesse sentido, usar roupas “inapropriadas” ou mesmo maquiar-se era, de acordo com o pensamento da época, merecer o assédio ou comportar-se de modo a facilitar e justificar a ocorrência de um crime. De acordo com Esteves (1989, p. 41), “não estava em pauta apenas o que havia sido feito, mas aquilo que o acusado e a ofendida eram, poderiam ser ou seriam.”

A violência, nesse sentido, está tanto em duvidar da idoneidade da mulher, quanto em declarar que ela é merecedora do assédio que a vitima. Além disso, falando-se em arder em desejos, percebe-se a concepção corrente de que o homem era um ser muito sexual e que tinha necessidades a sanar, o que lhe conferia uma liberdade sexual aceita pela sociedade (Engel, 1989). A mulher que se vestia sem modéstia era, então, encarada como ciente da atenção que atraía e como provocadora consciente de quaisquer investidas que viessem a ocorrer. E tal violência psicológica era tão comum que podemos vê-la em outras fontes: um exemplo é o caso

de Branca, que se culpa pelo abuso que sofreu, na obra *Rua do Siriri* (Fontes, 1989), citada no primeiro capítulo.

Por fim, os exemplos mais perturbadores que encontramos ao longo das edições do Correio de Aracaju foram aqueles em que a mulher perdia a virgindade e esse segredo tornava-se de conhecimento da família. Em um dos casos encontrados, o Correio reproduziu um relato proveniente da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Um rapaz e uma moça, visivelmente perturbados, embarcaram na barca Quinta, que saía de Niterói. Em um determinado momento, incitada pelo homem, ela se joga da barca, enquanto ele, para impedir que os outros passageiros a salvassem, contou-lhes a razão do acontecido: “siga a barca! Nada façam para a salvar, que ella devia morrer! Aquella moça é minha irmã e manchou a honra da nossa familia! Fui eu mesmo quem a incitou ao suicidio! Morreu porque devia morrer!” (Correio de Aracaju, 21 jul. 1907, p. 2).

O jornal, em seguida, revela a identidade da pobre mulher. Era Odette Lago, irmã de um agente de segurança pública chamado Ascoli, que a instigara ao suicídio por suas “desventuras de amor”. A menção ao trabalho do irmão dá a entender que ele tinha uma reputação a zelar, tanto por si, quanto pelo restante da família. Odette, segundo o relato, suplicou-lhe para que desistisse da decisão, mas ele permaneceu impassível. Aparentava estar visivelmente irritado, mais do que pesaroso, pelo que forçaria a irmã a fazer.

Em outro caso, na Alemanha, toda uma família — mãe, filha e filho — se suicida porque a filha teve “relações amorosas com um oficial de artilharia do exercito argentino” (Correio de Aracaju, 23 ago. 1911, p. 2). A menina chegou a ir para a Argentina a fim de casar-se com o oficial, mas ele não cumpriu a promessa. “Esse fato causou tão profunda impressão na familia da desventurada moça, especialmente na velha senhora Lueck, que padecia de ataques nervosos, que todos resolveram suicidar-se”, diz o Correio.

Em ambos os casos, como vimos, a violência é exercida pela própria família, mas o mais desconcertante nas notícias, além de terem ocorrido, é que o sofrimento mental provocado foi capaz de levar as vítimas ao suicídio. Já falamos aqui que a virgindade era sinônimo de honra e que a mulher experiente no sexo era, se viúva, mercadoria usada, e se solteira, desavergonhada ou, como identificado também em *Rua do Siriri* (Fontes, 1989), perdida. Entretanto, diferentemente do constrangimento e humilhação que eram direcionados à mulher que iniciava a vida sexual antes do casamento, é a intimidação o motor da violência psicológica nos casos apresentados.

Na primeira notícia, verifica-se uma relação assimétrica de poder (Bandeira, 2019) entre irmão, definido como mantenedor da honra da família, e irmã, como membro familiar que, por

um lado, deveria ter a honra protegida e, por outro, foi a responsável por sua própria degradação. Na segunda, a intimidação — talvez social — atinge toda a família, embora mais explicações sobre o caso não sejam fornecidas. Podemos nos questionar — uma vez que o texto não informa se o pai, chamado inspetor Lueck, também findou a própria vida — se a mãe teria agido por medo do que o marido faria, com ela ou com a filha, quando descobrisse. Ou se o irmão, de forma semelhante à notícia de Odette e Ascoli, sentiria culpa e vergonha por não ter protegido a honra da irmã e por isso teria consentido em suicidar-se. De todo modo, a violência psicológica existe no sentido de que todo o peso pelas vidas de uma família inteira foi colocado na honra de uma de suas integrantes.

Como vimos, as violências sem marcas não deixam de ser violências. Agredindo as mulheres, elas reforçam representações e expectativas sociais, associando-se com a ideologia, moral, preconceitos e ordem do período em que estão inseridas. Vimos também que praticamente nenhuma mulher deixa de ser apontada como problema, independentemente da representação na qual se encaixe. Isso, interpretamos, ocorre porque a mulher ideal, esse ser sem rosto e feito unicamente de qualidades almeçadas e artificialmente construídas, que orbita em torno do próprio corpo e das funções que ele lhe dá, era uma linha de chegada difícil de atingir. A realidade demandava muito mais das mulheres: emocionalmente, corporalmente, psicologicamente. Mas a recusa em seguir esse modelo de perfeição era sinal de que havia elementos que a dominação masculina, por mais cerrada que fosse, não poderia ou não conseguiria ter totalmente sob controle. A condenação dos desvios, menores e maiores, era incorrer em violências que iam do simbólico ao verbal e psicológico, um trabalho para tentar manter as representações, as quais estavam fadadas às mudanças que viriam e que afetariam as mulheres *reais*.

Agora, vamos ver os aspectos físico e sexual da violência. Junto a isso, veremos como eles também dialogam primeiramente com as representações, e depois com as próprias violências simbólica, psicológica e verbal.

2.3. Entre mortas, feridas e abusadas: violências física e sexual

Trataremos, agora, da violência física. É a classificação que contém o maior número de notícias compondo seu corpo documental. No entanto, encontramos também anedotas, aforismos e historietas que a retratam e sobre as quais podemos dizer que demonstram como as violências “transcendem a realidade vivida ao impregnar o imaginário social e projetar um mundo violento, que passa a ser referência e cria a realidade” (Bandeira, 2019, p. 310). Isso

ocorre porque as fontes encontradas não existem, em sua maioria, para meramente retratar a violência. Sendo o jornal um veículo de informações, mas também de reprodução e produção de discursos (Barros, 2023), ele expõe as visões da sociedade e também a sua própria³⁹. Assim, os excertos encontrados apresentam informações, ainda que nas entrelinhas, sobre como a violência física era exercida, com que intenções e também como os agressores eram vistos. Isso ao mesmo tempo em que podem indicar como a sociedade a enxergava e lhe atribuía significados.

A violência física não tem tanta variação quanto a simbólica. Nela, as vítimas mais comuns são as esposas, com um espaço importante a ser reservado para mulheres que não corresponderam ao “amor” do homem — seja terminando o relacionamento, seja recusando-se a iniciá-lo. Eventualmente, a sogra também aparece como vítima. Evidentemente, o algoz normalmente é o marido, genro, ex-namorado ou pretendente. Na análise, também levamos em consideração se a agressão física tinha ou não o intuito de matar; nos casos em que havia, outro fator de diferenciação é se o homem conseguiu ou não dar cabo da vida da mulher. Assim, tendo tais variáveis para considerar, optamos por manter em alguma medida a ordem criada no tópico anterior: começaremos pela violência praticada por maridos contra suas esposas.

O primeiro excerto, uma anedota, não apresenta uma violência física, mas alude a ela. Na conversa entre dois homens casados, chama a atenção que um deles diga ter certeza de “que todos os maridos batem mais ou menos nas mulheres” (Correio de Aracaju, 19 jan. 1908, p. 1). O outro discorda, mas somente porque sua esposa é mais forte e ele tem medo dela. Para além de um exemplo de ridicularização de um homem que se rebaixa a ponto de ser desafiado pela mulher, interpretamos que por trás dele está a significação de que o homem é naturalmente mais forte do que as mulheres, gerando uma desigualdade que possibilita a supremacia conjugal (Pateman, 1993). Além disso, a referência à violência física como algo *normal* também dá a entender que o marido ridicularizado apenas não bate em sua esposa por ser mais fraco que ela. Ou seja, se fosse mais forte, certamente bateria.

Em outras anedotas, são os protestos das mulheres que abrem caminho para a alusão à violência física, mas de modo a provocar riso. Em um deles, a moça critica: “infame! Bater

³⁹ Precisamos deixar algo claro: o Correio de Aracaju, embora fosse um jornal sergipano, constantemente trazia notícias de outros países ou de outras regiões do Brasil. Normalmente, essas publicações ocorriam por seu cunho político, mas notícias que se sabia que teriam grande impacto na opinião pública também apareciam. Isso também se explica por conta da existência da seção de Telegramas, na qual breves missivas tentavam dar conta de apresentar um panorama da situação interna e externa do Brasil. Embora nos preocupemos em sinalizar a procedência original das notícias, caso seja preciso, não faremos distinção de valor entre as que tratam sobre Sergipe ou sobre outros locais, porque entendemos que é mais importante prestar atenção na mensagem passada a partir das notícias, e não sua origem.

numa mulher!” Ao que o homem responde, fazendo “graça”: “olha lá, tolinha: dizem [que] as mulheres são como as claras d’ovos; quanto mais batidas, melhores...” (Correio de Aracaju, 11 jul. 1909, p. 1). Em duas outras piadas, a forma é a mesma, só mudando o contexto em que ocorrem: na primeira, a mulher queixa-se no tribunal, enquanto na segunda a queixa é feita à mãe. De resto, as duas anedotas seguem quase que do mesmo modo. As mulheres dizem que, antes, o coração do marido batia por elas. Entretanto, ao serem perguntadas sobre o tempo presente, uma responde “agora, mamãe, é a mão delle que me bate” (Correio de Aracaju, 10 abr. 1910, p. 1), enquanto a outra diz que o marido usa a bengala para agredi-la (Correio de Aracaju, 22 ago. 1907, p. 3).

Em outro caso, cabe a uma criança protestar pela manutenção da integridade física de sua mãe, ainda que de modo reprovável. Em *Oh João!* (Correio de Aracaju, 29 mar. 1908, p. 2), o menino que dá nome à historieta havia acabado de realizar um ataque físico à sua avó, que segundo o texto estava à beira do desmaio e “lavada de sangue”, estirada no leito. Protegido por Tatinha, a “prêta velha”, e por sua mãe, João se dependura no teto para que o pai não o encontre. Mas seus esforços são em vão, e João é logo encontrado e repreendido:

— Desce, peralta; berra elle. Que desgraça fizeste! É tua avó, malvado. Como é que tú bates em minha mãe?
 Então o João todo pallido, arregala muito os olhos e diz lá do alto:
 — Tua mãe?! E tu não bates tambem na minha? Hontem!...

No contexto que nos propomos a analisar, existia a noção de que o homem poderia exercer o uso da força em relação à sua mulher, como forma de “corretivo” quando não correspondia às expectativas esperadas de uma boa esposa (Pinsky, 2020). O homem, que era estimulado a lançar mão de condutas agressivas a fim de demonstrar seu poder (Saffioti, 2015), exercia-o com o amparo da sociedade, uma vez que era o chefe da família. O Correio, aliás, chegou a publicar um breve artigo que comprova esse fato, no qual se lê que “si [o esposo] lhe bate, beija-lhe as mãos porque é a unica culpada da zanga do marido” (Correio de Aracaju, 14 dez. 1913, p. 1). Embora o artigo, na realidade, fale dos deveres da esposa na Índia, entendemos que a publicação não é inocente e nem é feita por “curiosidade”, como alega o jornal, já que a sociedade da *belle époque* concordaria com o pensamento divulgado.

Precisamos notar, entretanto, que as piadas elencadas não apresentam um plano de fundo para a violência. Não estamos procurando justificativas para as agressões físicas. Pretendemos apenas destacar o fato de que a mulher, nas piadas em questão, é agredida apenas por ser mulher e para que o homem exerça seu poder. E uma vez que aparecem no formato de piadas, essas

alusões à violência física acabam por minimizar o seu impacto nos corpos e mentes das mulheres, juntamente com o impacto no seio familiar, como vemos na historieta do menino João.

Também é importante notar como a violência está circunscrita ao domínio do privado. Nos excertos, ela aparece na reclamação da mulher ao próprio agressor, no relato da mulher a sua mãe e dentro da residência do menino João. Quando acontece de atropelar a soleira da porta, é para ser avaliada perante um tribunal, e isso só acontece pela atitude da vítima. É o retrato de uma sociedade que *sabe* que a violência ocorre entre as paredes de uma casa de família, mas não considera que seja caso para intervenção. E a piada não é o único gênero textual em que identificamos essa questão. Em um soneto, o eu-lírico fala de um casal que, na rua, comportam-se como dois “pombinhos”, mas dentro de casa o teatro não ocorre: “no lar, alguém ha notado; / Nada disto ha, siquer. / Pois o marido zangado, / Que com tudo se desdoura, / Tenta enfiar a mulher / Na ponta de uma tesoura!” (Correio de Aracaju, 31 out. 1914, p. 1). O conhecimento sobre os problemas conjugais do casal não se dá porque era algo abertamente discutido, mas sim porque alguém, talvez sorrateiramente, descobriu. Como apontam Maluf e Mott (2021, p. 295), “a violência só era vista como selvageria e brutalidade quando exercida diante dos considerados pelas classes médias e altas como seus iguais, ou daqueles que privavam com o casal”. Na frente de *filhos* ou *empregados*, como vimos no texto de João, não havia problema.

O periódico apresenta a violência com mais detalhes em um conto denominado *O Dipsomano* (Correio de Aracaju, 12 jan. 1913, p. 2). O título, que nada mais é do que um sinônimo para “alcoólatra”, resume boa parte do enredo. D. Isaura, de dezenove anos, é obrigada pela mãe — uma mulher que geria marido e filha com mão de ferro — a se casar com Abranches, logo de início descrito como um grosseirão que causaria repugnância até a mulheres ninfomaníacas. A razão para o casamento era porque, diferentemente dos outros pretendentes à mão de D. Isaura, Abranches era branco e rico, e geraria filhos igualmente brancos. Com o casamento, Isaura rejeita os avanços e tentativas de intimidade sexual do marido, sempre bêbado. Ele, depois de chorar, tentar embebedá-la, tentar provocar ciúmes, utilizava-se da violência física:

E como ella sempre resistisse, dava lhe bofetões, que lhe entumescião e arroxavão as faces-petalas de brancos nenuphars⁴⁰. [...]

Dos apalpões, passava aos tabefes e aos prontapés [sic], porque a cabrinha, não se resignando a ser sua amante, explodia numa engasgado de soluções dignos.

⁴⁰ Nenúfar é um gênero de plantas ornamentais aquáticas.

O fim da história também faz perceber como a violência estava no campo do privado. Isaura é salva pelo pai⁴¹, que presencia uma cena de agressão e logo parte para cima do genro, às bengaladas, quase matando-o. Caso não fosse visitar a filha, talvez não descobrisse as agressões, inclusive porque Isaura “affligia se de desgosto, e chorava de envergonhada, sem ter a quem pedir misericórdia”. Retirando a filha da casa do marido, o pai de Isaura diz que obrigará sua esposa a abdicar da ideia de ter netos brancos e de manter a filha com o alcoólatra, e ela de fato cede. Mas é emblemático o que diz o narrador, depois disso: “a mulher brasileira não está ainda educada e habilitada nem para tutelar um marido pesadão de intelligencia, que a sorrabe⁴², como um fraldeiro felpudo; nem, e muito menos, para dizer ao impertinente e viciado, que a opprime: passe de largo, filhinho!”

A primeira parte é uma crítica à mão de ferro da mãe de Isaura e, indiretamente, à morosidade do pai, que se deixava dominar. E em seguida, a mensagem é de que, mesmo que o tal Abranches seja o vilão da história, parte da culpa pelas repetidas agressões é de Isaura, por não ser “educada e habilitada” para livrar a si própria da violência. Acontece que a atitude passiva de Isaura se dá por conta da representação que coloca a mulher ideal como submissa e que a socializa para conviver com a impotência (Pinsky, 2020; Saffioti, 2015). Ademais, Abranches exerce a violência quando ela recusa o contato sexual — de certa forma, ele reivindicava para si um direito. Isso porque, uma vez que o corpo da mulher era um objeto a ser comprado, era um capital que o homem se sentia no direito de explorar, ao mesmo tempo em que a relação sexual era entendida como um serviço a ser prestado ao marido (Beauvoir, 2019b). Esquivar-se desse dever conjugal, segundo o pensamento corrente, era não corresponder às expectativas tidas sobre a esposa, o que justificava a agressão.

Outra motivação dada para os ataques físicos era a infidelidade. *O peor castigo* (Correio de Aracaju, 16 jul. 1908, p. 2), por exemplo, é um texto ficcional que fala do apaixonado e “submisso” Arnaldo, casado com a formosa Laura, proveniente de uma “família de estouvados”: a mãe provocara o pai ao suicídio, enquanto as irmãs eram “modelos de infidelidade conjugal”. O protagonista, embora avisado da procedência duvidosa da mulher, casou-se mesmo assim e com ela teve uma filha. Entretanto, uma carta anônima revelou-lhe as aventuras sexuais da esposa e, ao vê-la impassível à verdade revelada, Arnaldo a ataca:

⁴¹ Há uma publicação homônima, mas mais detalhada, que também aparece no periódico. Nela, o que acaba com a violência é a morte do marido — um português chamado Alpoim —, que derruba um garrafão de bebida alcoólica em um candeeiro de querosene. Os pais, embora tenham as mesmas características do texto de igual nome, não intervêm e são colocados na posição de algozes. Além disso, a protagonista, Salomé, tem um filho, Jacques. Tem também um antigo amor, que é o médico que fica com ela nos seus últimos momentos de vida (Correio de Aracaju, 18 dez. 1912, p. 2).

⁴² Sorrabar é bajular, adular.

“compeliu-a a vir com elle ao chão, rompeu-lhe as rendas do casaco, enterrou-lhe as unhas na carne, esbofeteou-a...” Ele queria matá-la, mas foi impedido pelos vizinhos e criados e acabou mudando a estratégia. Buscou a filha e levou-a embora, apesar dos protestos chorosos de Laura.

As notícias também traziam a infidelidade como motivação para a agressão — tivesse ela acontecido ou não. O Correio apresentou a notícia de um assassinato com uso de arma de fogo, na vila de Passa Quatro, Minas Gerais. O crime foi executado por Gentil Braga contra sua mulher, Candida Braga. A razão seria uma “desconfiança” alimentada pela meretriz Candida Guedes, amante de Gentil Braga, a respeito da honra de sua esposa. No momento do assassinato, a vítima amamentava sua filha pequena (Correio de Aracaju, 15 out. 1909, p. 1). Em outra notícia, do Rio de Janeiro, um promotor requereu prisão preventiva do coronel Eusebio Rocha, por tentativa de homicídio contra sua esposa, também motivada por ciúmes e pela suspeita de traição (Correio de Aracaju, 3 dez. 1913, p. 1). Em Aracaju, Francisco Monteiro, um marchante⁴³ de 28 anos, também conhecido como Nôca, atirou em sua esposa, Emilia Vieira. O homem era conhecido na vizinhança por seus conflitos com a mulher, e a razão para o crime foi por ela ter lhe contado que recebera a quantia de cem mil réis do sr. Virgilio Ribeiro, chefe de Nôca e homem com quem Emília se relacionava. Ela pretendia utilizar o dinheiro para visitar sua irmã no Rio de Janeiro e já havia declarado ter vontade de se separar do marido (Correio de Aracaju, 4 dez. 1913, p. 2). De acordo com as informações transmitidas pelo Correio, Emília apenas se feriu.

Em outro excerto, o ciúme do agressor se origina de alucinações. Mas o que o diferencia dos outros casos é a utilização de nomes conhecidos na suposta notícia: trata-se de Abraham Lincoln, o 16º presidente dos Estados Unidos, e sua esposa, Mary Todd. O Correio fala de seu amor e de como ele foi prejudicado por uma doença mental de Lincoln, que o fazia pensar que Mary o enganava, vivendo “amores criminosos” (Correio de Aracaju, 13 mai. 1913, p. 2). Ele, então, teria atirado nela enquanto dormia, provocando sua morte instantânea. O Correio declarou, ainda, que “Mr. Lincoln foi preso e aguarda o julgamento de um crime que cometeu em um momento de inconsciência”.

Um dos grandes problemas dessa “notícia”, para além de seu título — *Amor que mata* —, é que ela nunca aconteceu. Abraham Lincoln e Mary Todd de fato foram casados, mas Lincoln morreu antes dela, assassinado em 1865 pelo ator John Wilkes Booth⁴⁴. Mary, por sua

⁴³ O Correio depois define que marchante era o empregado de um açougue.

⁴⁴ Informações confiáveis sobre Abraham Lincoln podem ser encontradas no *site* oficial da Casa Branca: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/abraham-lincoln/> Acesso em 11 ago. 2024.

vez, morreu 17 anos depois, em 1882⁴⁵. A notícia falsa foi divulgada pelo Correio em 1913 e a suposta informação sobre o julgamento de Lincoln demonstra que ao menos os editores do periódico consideravam que era um fato comprovado, além de recente.

Por mais que, nas publicações, o periódico aparentemente condene os crimes realizados — demonstrando isso a partir dos títulos, como *Crime horroroso!*, *Um bandido*, *Crime que commove* e outros —, há outras em que a faceta apoiadora aparece. As piadas que citamos anteriormente são um bom exemplo. Mas novamente citamos o excerto que trata das indianas, o qual deixa bem claro que a mulher “não pode ser infiel ao marido: si o for, este tem o direito de mata-la da maneira que quizer” (Correio de Aracaju, 14 dez. 1913, p. 1). Não somente machucá-la; o direito do homem é o de dispor da vida da mulher como bem entender. Isso se dava porque, segundo Sidney Chalhoub (2012), a honra do sujeito masculino era diretamente proporcional à conduta da mulher, e era isso que legitimava seu poder — de vida e de morte — sobre ela.

Ainda assim, nem sempre o homem agredia a esposa partindo de uma razão que poderia servir para justificá-lo naquele tempo. Vários são os excertos que apontam crimes a sangue frio. O Correio traz uma notícia do Rio de Janeiro, relatando que Abilio Mathias feriu a esposa com dois tiros depois de uma discussão, mas deixa claro que “o movel do crime é ignorado” (Correio de Aracaju, 25 set. 1913, p. 1), ou seja, não se sabe o motivo. A esposa não morreu, mas na época em que a notícia foi publicada, se encontrava em “estado gravissimo”. E em *Drama conjugal* (Correio de Aracaju, 28 abr. 1912, p. 2), é também uma discussão que origina o assassinato da esposa e também do filho do casal, de sete anos de idade, que correu para junto da mãe ao vê-la morta. O assassino, o negociante sírio João Abdemur Assi, chegou a fugir, mas foi preso logo depois. Esse é mais um exemplo que aponta que violência doméstica vitima, também, os filhos.

Outro caso é o de Manuel Loureiro de Castro, que assassinou, com um tiro no ouvido, a mulher com quem se casara há pouco mais de um ano. Depois, suicidou-se, deixando viva somente a filha pequena, que estava nos braços da mãe quando o crime aconteceu. O periódico deixa claro que as agressões à esposa já ocorriam antes, e ela “se sujeitava, sem queixa” (Correio de Aracaju, 7 nov. 1914, p. 1). Embora não dê mais informações, o Correio aponta que a mulher havia dito ao esposo que planejava ir à casa da mãe, fato que poderia ser a origem da agressão e, por conseguinte, do assassinato. Consideramos possível que o criminoso imaginasse que a mulher contaria sobre as violências para a mãe, e temia ser denunciado.

⁴⁵ O mesmo *site* oferece informações sobre Mary Todd, esposa de Abraham Lincoln, no seguinte endereço: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/first-families/mary-todd-lincoln/> Acesso em 11 ago. 2024.

Há também os casos em que as mulheres não são meramente mortas: são torturadas. Novamente o Correio demonstra dialogar com os jornais do Rio de Janeiro, ao noticiar que José Lopes Areas Junior forçou sua esposa, Sara Vieira Areas, a beber uma dose de sublimado a fim de fazer parecer que ela estava doente devido a uma tentativa de suicídio. Aqui vemos também a violência psicológica, visto que José Lopes também impedia que a esposa visse os próprios parentes, a partir da desculpa da enfermidade. A situação de Sara foi descoberta por seu irmão, mas ela não resistiu (Correio de Aracaju, 18 abr. 1913, p. 2). Em outra situação, são os telegramas de Pinhal⁴⁶ que dão notícias sobre a morte de Amelia Cipoli Costa, cujos detalhes só foram descobertos por conta da autópsia realizada. O caso é extremamente revoltante e por isso optamos por não relatá-lo por completo. Mas Amelia, segundo o jornal, já era agredida pelo esposo há muito tempo, e seus ferimentos, causados por arma cortante, provocaram “absoluta falta de sangue no organismo”. Na parte externa do corpo, ela também se encontrava bastante ferida (Correio de Aracaju, 9 nov. 1913, p. 2). Por fim, o último caso é o dos parisienses Luiza e Jorge Grasser. Ela, tuberculosa, estava em casa esperando para ser internada em um novo hospital, mas era maltratada pelo marido, que a matou jogando-a da janela. Quando interrogado, disse que não aguentava vê-la sofrer e por isso adiantou sua morte (Correio de Aracaju, 23 out. 1912, p. 3).

A partir desses recortes, percebemos como é comum que a violência física termine em morte. Ou, dito de outro modo, como uma agressão originava outras, e como essas, caso não houvesse intervenção de família ou conhecidos, facilmente tornavam-se assassinatos. Novamente asseveramos que a violência doméstica não era algo estranho para a sociedade da época. Mas também apontamos que os limites da violência “eram debilmente contornados por aquilo que se considerava excessivo” (Maluf; Mott, 2021, p. 294). Os jornais relatavam os casos de maior impacto, mas por trás deles havia um cotidiano de agressões que eram ignoradas, ou por não transporem o domínio do privado, ou por não serem efetivamente consideradas violências. E mesmos quando vizinhos ou família tentavam intervir, era porque o comportamento do homem já havia sido revelado publicamente e ele já não se sentia mais coagido a esconder sua agressividade. Frequentemente, era tarde demais: a esposa de Manuel não teve tempo de contar à mãe sobre as agressões do marido; Luiza Grasser tinha um conjunto de vizinhos protestando, quando foi atirada ao chão; Sara Vieira Areas tinha o irmão, mas ele não descobriu a situação a tempo de salvá-la; e apesar da morte horrenda de Amelia ter causado

⁴⁶ O Correio fala em Pinhal, no Espírito Santo. Acreditamos, entretanto, que na realidade queriam se referir à cidade de Espírito Santo do Pinhal, em São Paulo.

revolta entre a população de Pinhal, ela não mais poderia ser salva. O preço do desconhecimento sobre a situação de violência em que estavam essas mulheres foi o encurtamento de suas vidas.

O algoz nem sempre era o marido. Mulheres estavam em risco também entre seus “admiradores”, e não era estranho que um “amor” não correspondido terminasse em tragédia. Há excertos em que, na realidade, a tragédia é esperada, desejada. É o que ocorre em *Sonhando...* (Correio de Aracaju, 14 fev. 1907, p. 1), um texto em prosa que começa do seguinte modo: “vi-te morta. E não imaginas o prazer que então senti.” O narrador, sonhando com o velório de seu interesse romântico, gosta de vê-la morta porque assim sabe que ela jamais se envolveria com outra pessoa novamente. Enquanto todos no sonho choravam e sofriam a morte da moça, ele sorria sem constrangimento, demonstrando que, por mais que não tivesse sido o causador da morte da mulher, era algo que havia desejado intensamente e se regozijava por ter de fato acontecido. O texto não deixa claro se o narrador e a falecida eram casados, tampouco se tinham um namoro ou noivado. Sequer é possível saber se de fato tinham se envolvido romanticamente. Entendemos, então, que o excerto provavelmente aborde um sentimento não correspondido, e viria daí a alegria pela morte da mulher.

Mas havia aqueles, fossem admiradores ou namorados, que iam muito além de somente desejar a morte da “amada”. Vários recortes apontam homens que chegaram às vias de fato. Em São Paulo, Aurelio Motta, de 33 anos, matou Lima Moreira com um tiro de garrucha. O motivo foi a recusa dela em se casar com ele (Correio de Aracaju, 24 fev. 1911, p. 1). Outro episódio é o do jovem napolitano Nicola, que atentou contra a vida de Maria Soccia “devido a amores não correspondidos”. A moça, felizmente, sobreviveu (Correio de Aracaju, 22 fev. 1911, p. 1). E em Buenos Aires, relatava o Correio, o acadêmico de medicina Ricardo Sotelo assassinou, com um tiro de pistola, Olga Paglie, por não ter sua paixão correspondida. O agressor se matou em seguida (Correio de Aracaju, 30 abr. 1913, p. 1).

É preciso que atentemos também para a idade das vítimas, que em alguns casos eram menores de idade. Na cidade sergipana de Laranjeiras, uma mulher foi assassinada por Durval Brandão, “por questões de amôr” (Correio de Aracaju, 24 mai. 1911, p. 2). Pelas informações que foram passadas pelo Correio, tanto o agressor quanto a vítima faleceram. Chama a atenção o fato de o jornal se referir à mulher como uma “mocinha”, dando a entender que a agredida era muito jovem. Em outra notícia, um soldado de polícia do Rio de Janeiro, denominado Luiz Baldoino, levou a menor de idade Maria Monteiro a uma “casa suspeita”. Ela, entretanto, percebeu a intenção do homem e fugiu, mas foi apunhalada na face. O homem foi preso, mas o periódico não dá mais detalhes sobre a situação de Maria (Correio de Aracaju, 24 fev. 1911, p. 1).

Também vemos a rejeição como força motriz da agressão em *Rua do Siriri*, quando a prostituta Nenen se recusa a atender um homem. Há um marcador de raça que não se pode ignorar, visto que um dos motivos pelos quais ela não queria ficar com ele era o fato de se tratar de um homem negro. Entretanto, o rapaz, de nome Gregório, passa a ofendê-la a partir do momento que se dá conta da recusa, e ameaça veladamente não apenas Nenen, mas também todas as prostitutas da casa: “não quebro os dentes de vocês todas, porque não me sujo de dar em bicho que veste saia...” (Fontes, 1989, p. 62).

A recusa no envolvimento, seja sexual, seja amoroso, era o que motivava as agressões e os homicídios, e entendemos que a razão por trás disso era o sentimento de posse criado e alimentado pelos agressores. Gregório deixa claro ser enamorado por Nenen desde antes dela “se perder”, demonstrando um comportamento que, se não é igual, é ao menos semelhante ao demonstrado pelos “apaixonados” homicidas das notícias. Esse interesse de longa data, para ele, seria motivo para que ela não o recusasse em sua cama. Podemos entender isso a partir do que diz Saffioti (2015), que considera que os homens são socializados para conviverem com o poder e por isso não reagiriam bem à impotência. A negativa das mulheres, fossem ou não prostitutas, seria para os agressores a subversão de um direito que eles tomariam como seu.

É válido levar em consideração, ainda, a idade de Nenen, que era uma das mais jovens da Rua do Siriri e que podemos associar com os casos em que as vítimas eram menores de idade. A partir disso, é possível identificar não só o envolvimento de homens adultos com meninas muito novas, mas também a existência de um interesse sexual que partia dos homens e que nem sempre era visto como problema. Mesmo que o Correio liste como uma das várias *Coisas hidiculas e insuportáveis* (Correio de Aracaju, 1 jul. 1909, p. 1) “um homem de setenta anos casado com uma rapariga de dezoito”, o faz provavelmente porque a diferença de idade era excessiva. E como já apontamos anteriormente, não era estranho que viúvos casassem novamente com mulheres mais jovens em vez daquelas que tivessem uma idade próxima da sua.

Mas é a historietta *Visão atroz* que melhor delineia os caminhos da violência que se exercia para punir a rejeição ao homem. Nela, um homem destrói uma escultura com formas femininas, porque não poderia “tê-la” sexualmente. Para ele, a nudez da pequena escultura de *biscuit* guardava “a affronta de uma ironia que o insultava e lhe fazia mal” e apresentava “uma estranha attitude agressiva e hostil, assumindo como que uma expressão de escarneo” (Correio de Aracaju, 27 jun. 1913, p. 2). Esse desprezo de que fala o texto ocorreria porque, para ele, a escultura *agiria*, provocando-o: “aquella forma de *biscuit*, que aos poucos se foi animando de

movimentos humanos, mais ondulosa e languida agora, retorcendo-se, recurvando-se, espiralando-se provocante e nua.”

Assim, interpreta-se que a violência seria uma resposta à rejeição ativa, manifesta na forma de desprezo, ridicularização ou escárnio. O homem, nesse sentido, não agiria sem motivo, mas sim para recuperar a dignidade que perdera ao ser alvo de ridículo. Mas o texto também fornece uma outra interpretação possível: quebrar a escultura ou matar a mulher seria uma forma de findar o desejo que afligia o homem e que ele, rejeitado, não teria meios de aplacar. Entretanto, nem sempre o homicídio tinha o efeito esperado: em muitas situações, o agressor se suicidava em seguida. No exemplo de *Sonhando...*, o narrador acorda em prantos.

Em seguida, temos a figura da sogra, que era, em alguns casos, mencionada em piadas nas quais sua morte é desejada pelo genro. Em um passeio de campo, admirando a natureza, a sogra comenta que gostaria de ser um passarinho, ao que o genro responde: “eu [gostaria de ser] uma espingarda” (Correio de Aracaju, 20 mar. 1910, p. 1). Em outro, o genro dá a entender que daria um “empurrãozinho” — talvez até literalmente — para adiantar a morte da sogra: negociando uma chácara, pergunta se há um poço na propriedade. Questionado a respeito da finalidade do poço, ele insinua: “é que... um... por acaso... minha sogra poderia ir passear lá por perto... distrahir-se... e...” (Correio de Aracaju, 17 nov. 1914, p. 1).

Mas nem sempre era o genro quem tinha anseios de provocar a morte da pobre mulher. Também nem sempre era ele quem a comemorava. Em outra anedota, uma sogra morre depois de ser atacada por um lobo, morto por seu genro em seguida. O presidente da sociedade protetora dos animais, entretanto, recusa-se a recompensar o homem, dizendo que “a recompensa teve você em se ver livre de semelhante carcaça” (Correio de Aracaju, 6 fev. 1908, p. 2).

Já discutimos anteriormente o que estava por trás da figura da sogra. Mas nesse caso o que está em foco, além do aspecto físico da violência aludida nas piadas, é que normalmente o genro não chega a consumir um assassinato ou agressão. O que se verbaliza é o desejo de fazê-lo ou, no caso da morte, um contentamento pelo fim da influência da mulher em sua vida. A ausência de notícias falando sobre agressões a sogras também é importante: demonstra que, apesar delas serem consideradas entes indesejados, os genros não concretizavam os desejos homicidas que apresentavam nas piadas. Além disso, a sogra, por pior que fosse, não estava na “jurisdição” do homem casado: a ele era autorizado agredir, privadamente, a esposa. Embora imaginemos que é possível haver casos de agressão contra as sogras, entendemos que essa determinação dos costumes ajudava a impedi-la — ou, talvez, escondê-la do olhar astuto dos jornais.

Enfim, chegamos à violência sexual, que tem tão poucos excertos encontrados quanto a psicológica. Mas também como essa outra violência, apresenta vários trechos desconcertantes. Adiantamos ainda que também identificamos que as vítimas frequentemente tinham menos de vinte anos, e em vários dos excertos encontrados, são menores de idade. Além disso, a maior parte dos achados se divide em notícias e textos literários — pequenos poemas e contos. Encontramos apenas uma anedota. A violência sexual manifesta a partir de estupros era algo com que não se brincava — ou ao menos não tão frequentemente quanto a física.

Mas vez ou outra um assédio aparecia, tratado em tom jocoso. É o que acontece nas *Trovas* (Correio de Aracaju, 14 mar. 1909, p. 1): “vendo que o vento trahidor / Levantava a Leonor / O vestido, um bocadinho, / Dizia o Braz: ‘por favor! / Sopra, vento, com vigor! / Levanta mais um pouquinho!” Se anteriormente vimos o periódico defendendo que a honra é o que uma mulher tem de mais valioso, e que roupas inadequadas justificam assédio nas ruas, agora vemos o Correio abrindo mão das justificativas. O problema de Leonor não estava em sua honra ou decência, e tampouco no vento que lhe levantava o vestido: estava no homem que a via passar. Não se trataria de um olhar acidental, já que o personagem Braz não demonstra constrangimento, mas sim de um desejo verbalizado e que se queria realizado. O jornal, publicando tais versos, o faz sabendo que seu público — predominantemente masculino — aprovaria a indecência, e talvez até a praticasse.

Outro recorte, de nome *A borboleta e a rosa* (Correio de Aracaju, 2 abr. 1911, p. 1), é um dueto entre um estudante e uma camponesa que caçava borboletas em um jardim. Ele, dizendo-se apaixonado, pede-lhe uma rosa, aludindo a seus lábios e a um beijo. Ela inicialmente concorda, mas quando ele “investe contra a camponesa”, ela “se arreceia e foge da scena perseguida, ao som da orquestra”. Ele retorna depois, dizendo que lhe deu muitos beijos, “arrebatao, em loucura”, até deixar seus lábios descorados. A camponesa, por sua vez, “balbuciu piedoza... / podias beijar a rosa / sem desfolhar a roseira”.

Esse excerto requer cuidado ao ser analisado, a fim de não “pesar a mão” na crítica. Entendemos que o receio apresentado pela jovem talvez ocorresse por inexperiência no campo do namoro. Mas a fuga dela e a perseguição do estudante deixam alguma desconfiança a respeito dessa narrativa mais branda. Além disso, os versos finais dão a entender que ele passou do limite no que se trata das carícias, e a piedade da garota seria, na realidade, indulgência para com o erro cometido pelo rapaz. Não podemos dizer que o dueto seria considerado por todos como uma violência, mas ele naturaliza um comportamento passivo e compreensivo da parte das mulheres, que poderia fazer com que violências sexuais baseadas na *insistência* do homem

ocorressem sem que fossem consideradas violências. E, por outro lado, colocaria a negativa das mulheres apenas como um obstáculo a ser transposto, e não um direito a ser respeitado.

Novamente, é a literatura publicada pelo periódico que se apresenta como fonte importante. Na historieta *Recusa!* (Correio de Aracaju, 24 jun. 1909, p. 2), uma menina de apenas quinze anos vai à aldeia para empenhar um par de brincos, a fim de comprar pão para cuidar de sua mãe e de seus irmãos pequenos. No meio do caminho, encontra um homem, o “senhor feitor”, que lhe oferece dinheiro em troca de uma “conversa”, insinuando o sexo. Diz a ela que, se aceitasse, ela poderia alimentar a família e manter os brincos, que poderia usar em uma festa na aldeia. Ela, entretanto, revolta-se: “ah! senhor feitor, que mal lhe fiz para me dizer isso?! Lembre-se que tem filha...” O trauma psicológico é visível: a menina segue caminho enquanto chora, com o coração “a estalar-lhe no peito”.

Acontecia, também, da violência sexual não ser um assédio, mas sim um estupro. O Correio publicou uma historieta do Marquês de Carvalho, que contava sobre a invasão dos cabanos a uma aldeia. O conto é longo e detalhado, mas o que importa neste momento é a violência sexual que o finda. Borba, um cabano, odiava o padre da aldeia atacada devido a uma repreensão que recebera por bater em sua mulher. Assim, resolve vingar-se do eclesiástico casando-se com uma de suas pupilas: Mariazinha, uma menina de apenas treze anos. O padre se recusou a realizar o casamento e foi assassinado, mas Mariazinha tornou-se “d’então em diante, a concubina do caudilho, que a violou ali mesmo na sacristia” (Correio de Aracaju, 6 fev. 1911, p. 2).

As duas histórias apresentadas anteriormente têm o fator idade como importante. A inocência das meninas não é levada em consideração pelos agressores, o que apenas acentua a problemática por trás da violência sexual. Mas entendemos que a virgindade de ambas era um elemento importante, uma vez que representaria que nunca teriam sido “usadas” por outro homem antes, além da confirmação de sua juventude. Como já discutimos antes, não era incomum que homens mais velhos se envolvessem com mulheres mais jovens. Mas o diferencial nesse caso é que o Correio aparentemente condena as atitudes bárbaras dos agressores, considera-as violentas. E a publicação das historietas dá a entender que situações como as retratadas não eram estranhas à sociedade do período, que também as condenava.

As notícias, por fim, também traziam casos de violência sexual. Em uma delas, dona Leonor Nunes denunciou o major Elisiario Cardoso por ter abusado sexualmente de sua filha, Iracema Nunes, de apenas onze anos de idade (Correio de Aracaju, 29 mai. 1912, p. 2). O acusado negou o crime, mas o inquérito prosseguiu — sem mais detalhes posteriores. O Correio

utiliza o verbo “prejudicar”, e a partir dele interpretamos o abuso sexual por não apresentar outras informações, como arma do crime ou estado da vítima.

É preciso questionar em que medida o uso de tais termos influenciava a opinião pública a respeito dos homens suspeitos de violência sexual. Palavras como “seduzir” ou “prejudicar” talvez fossem atenuantes a respeito da verdadeira natureza do crime, em oposição a “desonrar”, “deflorar” ou mesmo dizeres como “desejos inconfessáveis” — que veremos em seguida —, os quais seriam uma alusão mais direta. “Violar” aparecia raramente, como na história de Mariazinha, que trata de um caso considerado hediondo pelo Correio. E em nenhuma vez encontramos “desvirginar”, que entendemos ser o termo mais abrupto, cru, grosseiro. Apesar de sabermos que o sentido das palavras e sua compreensão pela sociedade muda através do tempo, acreditamos que o caráter suavizador de alguns desses dizeres pudesse modificar em parte o sentido de uma notícia sobre um crime, tornando-o mais palatável e a partir daí menos condenável para a sociedade.

Entendemos que a suavização ocorreria a depender da posição do acusado no meio social e do quão detalhado fosse o relato do crime. Na história ficcional de Mariazinha, por exemplo, os cabanos são um grupo criminoso, com um homem reconhecido por sua agressividade. Não existe a intenção de proteger o “bom nome” do agressor ou de sua família, assim como não se quer defender o movimento dos cabanos. Porém, no caso de Leonor Nunes e sua filha, o acusado é um major.

Mas precisamos seguir com a exposição. O exemplo anterior não é o único que trata de um caso real de violência contra *meninas*. O que citamos agora não é uma notícia, mas sim uma resposta à acusação feita contra o juiz de Direito de Propriá, Dionísio Telles de Meneses, pelo jornal *Norte de Sergipe*. O periódico em questão divulgava que a senhora Maria Joaquina havia feito queixa de que o magistrado havia “deflorado sua filha Maria Jesuina, menor de 11 anos de idade” (Correio de Aracaju, 18 mar. 1909, p. 3). A criança sobrevivia a partir de esmolas, e teria sido aliciada e violentada por Dionísio Telles em seu gabinete, aonde tinha ido para pedir dinheiro. O termo “deflorar” aparece, na realidade, na publicação original, que realizava a acusação. O ato também é chamado de “hediondo crime”.

O Correio, aqui, é o veículo da resposta de Dionísio Telles, publicando-a na íntegra. Também é guardião de documentos que, a fim de defender o juiz, acusam Maria Jesuina, e estariam disponíveis para quem quisesse consultá-los. Os documentos, por sua vez, são todos assinados por homens e agem no sentido de pôr em dúvida, primeiramente, o caráter da vítima, retirando-lhe o atributo da inocência. Depois, questiona-se também o momento e as condições reais de seu “defloramento” — elementos que analisaremos com mais cuidado no próximo

capítulo. O acusado fez questão de declarar na publicação que as assinaturas nos documentos tinham sido reconhecidas por um tabelião, e a todo momento reforça que é um pai de família.

À primeira vista, o que parece é que o Correio somente está concedendo ao acusado o direito de resposta. Mas um olhar minucioso nos faz acreditar que, na realidade, era um jornal escrito por e para homens, agindo para contribuir para a defesa de um homem. Não há resposta de nenhum representante de Maria Jesuina a fim de negar as acusações à sua honra. Tampouco há manifestação posterior do Correio a respeito de acompanhar o caso ou tentar conseguir informações que não partissem do acusado. Também não se questiona se haveria verdade na acusação de que uma criança elaboraria um plano para incriminar um homem reconhecido e respeitado na política da cidade. Mas o que também chama a atenção é que a mãe da vítima, Maria Joaquina, só é mencionada para que se diga que foi dela que partiu a denúncia. Toda a argumentação que depois se desenrola envolve Maria Jesuina, que é tratada então como uma mulher, com sexualidade já desenvolvida e conhecida, e não como criança.

Outra notícia, diretamente da Bahia, relata sem citar nomes que um rapaz elaborou e executou um plano para estuprar sua vizinha. Quando teve a oportunidade, invadiu o banheiro e, utilizando clorofórmio, fez com que a moça caísse “desfalecida” e ele pudesse saciar “os seus desejos inconfessáveis”. A notícia declara, ainda, que um parente da moça estava à procura do homem a fim de apunhalá-lo, mas a polícia buscava impedir esse encontro (Correio de Aracaju, 9 abr. 1913, p. 1). Esse excerto demonstra o que alguns homens estavam dispostos a fazer. É outra resposta à rejeição, mas agora com violência sexual em vez de física. A “caçada” do agressor realizada pelo parente da mulher demonstra a tentativa de vingar a honra perdida, mas não deve ser entendida como repúdio total à violência sexual que com frequência ocorria com outras mulheres. Como dissemos, o objetivo era vingar a *honra*, atributo que só “mulheres honestas” possuíam (Lima; Nader, 2020). Aquelas cuja sexualidade tinha alguma mácula, além de não serem bem-vistas, não eram dignas de ter um defensor.

A última notícia que apresentamos a seguir é um pouco nebulosa, mas permite questionamentos importantes. O caso se passou na cidade paranaense de Serro Azul, onde uma mulher, casada há apenas cinco dias, desapareceu e foi achada morta dias depois, atrás de sua casa, já em estado de putrefação. O esposo era o principal suspeito e se encontrava preso pela polícia na data da publicação da notícia (Correio de Aracaju, 17 mar. 1912, p. 2). Não há mais detalhes sobre o ocorrido, mas supomos que houve violência sexual devido ao fato de que o cadáver estava completamente nu. À época, como já dissemos, a relação sexual era um dever a ser cumprido pela esposa. Teria essa mulher morrido por recusar sexo a seu marido?

Vemos, portanto, que a violência sexual poderia também se associar à violência física. Mas além disso, era passível de ser condenada se fosse praticada por homens considerados brutos, animalescos, violentos por outros homens. Simultaneamente, a agressão sexual infligida à mulher honesta ou a meninas era de fato entendida como hedionda. Para estas, significava o roubo de sua pureza e do capital que as tornava elegíveis para bons casamentos: a virgindade. Para aquelas, por sua vez, era um ataque à sua honra e, por conseguinte, à de seus maridos.

Contudo, como foi exposto, havia casos em que a agressão sexual era realizada pelo cônjuge. Segundo Adler (1983), já entre os médicos do século XIX era considerada como problema a conduta violenta que muitos homens adotavam no leito conjugal, em especial na noite de núpcias. Para muitos profissionais, de acordo com a autora, a sexualidade masculina em geral era egoísta e pouco respeitosa. Isso se refere à conduta de buscar o próprio prazer e não auxiliar a mulher a atingir o seu, mas também se associa com as inúmeras violações que ocorriam. A finalidade do casamento era a reprodução (Adler, 1983), e é esse pensamento que sustenta a ideia de que a mulher deveria cumprir com seu papel perante seu esposo, unido à ideia de que o homem era comumente mais necessitado do sexo.

Chegamos, portanto, ao fim desse capítulo, no qual desvendamos a multiplicidade das violências cometidas contra as mulheres. No jornal, o que se dizia não visava apenas informar sobre a realidade, tampouco provocar o riso ou a revolta. As publicações comumente se associavam com o imaginário do período, e frequentemente também colocavam no foco da lente objetiva as diversas representações tidas a respeito da mulher. Assim, fosse física, sexual, verbal, psicológica ou simbólica, a violência tinha uma ideia prévia que lhe sustentava, a qual inegavelmente partia do contexto, baseando-se nos valores, pensamentos, preconceitos e problemas do período.

No próximo capítulo, entretanto, queremos analisar mais a fundo o que tais discursos visariam. Isso porque, para além de partirem do pensamento de um período histórico, eles teriam intencionalidades. Para entender esse aspecto, retomaremos alguns dos exemplos citados e apresentaremos alguns novos, a fim de elucidar os “comos” e “para quês” desses discursos. Aqui estamos correndo o risco de falar e adiantar demais o assunto. Por isso, vamos prosseguir.

CAPÍTULO III

PARA ENSINAR, HUMILHAR, PUNIR OU RECHAÇAR: OS DISCURSOS JORNALÍSTICOS E SEUS USOS PERANTE A VIOLÊNCIA

Agora neste último capítulo, vamos ajustar um pouco o olhar. O objetivo neste momento é entender com que finalidades os discursos jornalísticos veiculados no Correio de Aracaju apareciam. Não deixamos de lado o tópico da violência, visto que os textos que enfocamos são aqueles que têm este componente, considerando o exposto no capítulo anterior. Mas agora a análise foca nos usos dos discursos, considerando que eles não existem meramente para agredir ou ofender a mulher. A finalidade do que se escreve e divulga permeia as entrelinhas dos textos, associando-se com as representações e com o contexto que se desenvolvem naquele momento, e nesse sentido temos também que ter em mente o que argumenta José D'Assunção Barros (2023, p. 43):

Todo jornal, a não ser que seja um jornal de humor, ampara-se na possibilidade de inspirar e manter em seus leitores a viva convicção de que ali, naquelas páginas ásperas e por vezes levemente amareladas, fala-se efetivamente da realidade, da vida efetivamente vivida, da história que se refaz a cada novo dia, de algo que realmente ocorreu e do qual se dá um retrato fiel e não comprometido por parcialidades — embora a impossibilidade efetiva destas posturas parciais seja sempre bastante evidente para os analistas de periódicos e também para os leitores mais argutos.

Não se trata de dizer que o jornal trabalha redigindo e divulgando mentiras, mas sim que, como tentamos apresentar no primeiro capítulo a partir de excertos do Correio, sua legitimidade é construída e seus discursos, para os que se prestam a analisá-los, desvelam o grupo a que se associam, o período no qual se encontram e, em alguns casos, o regime e a política a que se aliam. A convicção que é inspirada nos leitores busca mais do que a crença na veracidade dos eventos que figuram nas páginas em preto e branco: muitas vezes — aqui especificamente falando no caso dos discursos sobre as mulheres — o que se quer é que também as mensagens, os ideais, o entendimento sobre o certo e errado, tenham impacto como orientação válida, repreensão sensata, humilhação justificada ou, no fim das contas, como verdade não sobre um acontecimento, mas sobre a vida. Também por isso optamos, neste trabalho, não priorizar as notícias e, em vez disso, analisar também as piadas, os aforismos, os versos e demais textos que tivessem potencial de elucidar os questionamentos propostos.

Além disso, precisamos acrescentar algo à fala citada acima, que separa os jornais de humor. Esse tipo de jornal pode, de fato, não se dedicar a incutir no leitor a ideia de que fala a verdade. Entretanto, devemos considerar que mesmo o humor é um poderoso expoente das representações e por isso mesmo transmite mensagens engraçadas, escandalosas, impactantes,

revoltantes. Talvez não se meta a falar sobre a verdade, mas — também talvez — trabalhe com a verossimilhança para que os leitores possam, em alguma medida, se identificar com o que é dito e, por conseguinte, rir daquilo. Não fala, como a notícia, de algo que aconteceu, mas brinca com as possibilidades e com o absurdo, misturando-se com as visões da época em que se insere.

No fim das contas, reiterando o que já buscamos esclarecer ao longo da introdução, o que se faz aqui é uma análise a fim de compreender “como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (Orlandi, 2015, p. 24), mas também que sentidos são esses e para que eles são utilizados. Assim, analisando os objetos simbólicos do Correio de Aracaju, sejam eles poemas, notícias ou piadas, queremos olhá-los para além de suas formas e das funções elencadas para cada gênero textual: uma notícia faz mais do que informar, uma piada não se restringe ao riso e assim por diante. Mas ainda mais importante, para este trabalho, é compreender como a violência serve de base para os discursos que selecionamos e como ela articula esses escritos para atingir um determinado fim.

Assim como no capítulo anterior, estabelecemos divisões, tanto porque são vários os usos atribuídos aos discursos, quanto pelo motivo de que é preciso sistematizar os achados para compreendê-los melhor. Desse modo, chegamos a quatro classificações predominantes, as quais apontam os usos dos discursos para diminuir as mulheres; para disciplinar essas mesmas personagens ou normatizar seus comportamentos; para punir as mulheres por seus modos ou justificar as agressões cometidas pelos homens; ou mesmo com a finalidade de rechaçar a violência perpetrada.

Assim como com as classificações de violência estabelecidas no capítulo anterior, entendemos que não há — ao menos na maioria dos casos — delimitações fechadas. Em várias situações, os discursos têm múltiplas finalidades e inclusive extrapolam essas que apresentamos neste trabalho. Retomamos a ideia do vestido do poema de Carlos Drummond de Andrade, que tem mais de uma função além de simplesmente vestir uma personagem, podendo servir como símbolo da humilhação da mulher, da traição do marido, do perdão a ele concedido — ou não —, mas também como lembrança da violência sofrida. Assim como interpretar o poema e suas camadas contribui para a leitura em si e para o entendimento de sua complexidade, perceber as nuances das intencionalidades dos discursos é também exercitar a criticidade necessária para se compreender a História. Mas uma vez que, neste trabalho, dividimos as classificações em quatro, o objetivo é trabalharmos o melhor possível com essas delimitações, apontando sempre que necessário as interações entre elas.

É preciso esclarecer o que observaremos com essas classificações. A primeira, cujo fim é diminuir, é de fato a mais ampla. Nela encaixamos trechos que, de algum modo, argumentem

ou estabeleçam, implícita ou explicitamente, que as mulheres são seres inferiores aos homens. Engloba-se aqui a ridicularização, o menosprezo — a habilidades ou características de mulheres — ou mesmo a vilanização. Essa última pode parecer contraditória: talvez o leitor espere que uma mulher no posto de vilã esteja ao menos em pé de igualdade com aquele que ela desafia ou agride. Ao longo do capítulo, procuraremos mostrar que, em um jornal produzido por e para homens, a vilanização da mulher raramente era um reconhecimento de uma “rival” à altura ou algo que o valha. Era, antes, um atestado da inferioridade da mulher, a qual poderia se manifestar em suas atitudes, moral ou mesmo aparência.

A segunda classificação, a qual remete à disciplina, se associa com a anterior, uma vez que, devido à sua suposta inferioridade, a mulher deveria ser tutelada pelos homens presentes em sua vida — pais, irmãos, maridos. Mas é também necessário ter em mente que o ato de disciplinar a mulher poderia passar por toda a sociedade e inclusive era uma prática passível de ser exercida por outras mulheres — embora os exemplos encontrados desse caso sejam mais raros. Além disso, disciplinar os comportamentos era algo que poderia ser feito com base em orientações puras e simples — muitas vezes a partir do uso de exemplos do que não fazer ou de que tipo de mulher não ser —, mas também a partir da repreensão daquelas mulheres que saíssem do reto caminho originalmente estabelecido.

O discurso que pune a mulher, por sua vez, é em muitos casos o mesmo que justifica a violência. A punição se dá ao apontar a mulher, seu passo em falso e condená-la, enquanto a justificativa enfoca o homem que, munido de uma suposta autoridade ou direito, pratica a violência a fim de exercê-los e de colocar novamente “na linha” a mulher desviada. Mas além disso, mesmo que em algumas situações não haja um homem que precise ter suas ações justificadas ou defendidas pelo jornal, há casos em que o próprio periódico assume o posto de agressor, ainda que não se considere assim. Repreendendo, atacando ou ofendendo as mulheres, pune-as e ao mesmo tempo justifica os próprios escritos, os quais são divulgados em prol de um bem maior: a honra, a moral, os bons costumes.

Por fim, há ainda as publicações que rechaçam abertamente as violências a que as mulheres são submetidas. São, em muitos casos, aquelas que condenam quando o homem vai às vias de fato e tira a vida de uma namorada ou esposa, ou quando o que se relata é um crime sexual. Não são, porém, necessariamente trechos que defendem ou dão razão às mulheres: com certa frequência — mas não exclusividade —, a crítica é feita a um tipo de agressão que foi capaz de atingir a toda aquela sociedade. A verdadeira vítima, portanto, é a honra, uma linhagem familiar ou mesmo a função de esposa e mãe que era ou poderia ser atribuída à mulher. O

rechaço não se devia ao malfeito de um criminoso, mas sim ao prejuízo causado à virtude ou ao futuro entrelaçado àquela mulher.

Em certos casos, vale dizer, um mesmo excerto condena o agressor sem deixar de condenar a vítima, seja por sua conduta, seja por sua aparência em geral ou no momento da agressão. Em tais exemplos, não se tira exatamente a culpa do homem: trata-se mais de dizer que ele, sim, cometeu uma falta, mas não o fez puramente por sua índole questionável. Ou, em outra perspectiva, pode ser também um modo de reprimir comportamentos que não eram exatamente bem-vistos, mas não completamente condenados pela sociedade da época. Como o leitor pode ver, esta última classificação é uma das mais complexas, e outras interpretações para esses casos de “condenação branda” são completamente possíveis e encorajáveis.

É preciso ter em mente, ao pensar os usos dos discursos aqui elencados, que “a ideologia patriarcal banaliza e justifica diversas formas de violência cometidas contra as mulheres, criando na sociedade um sentimento de tolerância” (Lima; Nader, 2020, p. 288). Isso ocorre na última classificação aqui proposta, de fato, mas também se expressa nas demais. A diminuição sistemática, a punição ou a atitude disciplinadora, todas carregam em seu cerne o entendimento de que, de acordo com a visão daquela sociedade, eram práticas necessárias para garantir a manutenção de uma certa ordem. Em *Rua do Siriri*, por exemplo, isso se dá quando da transferência forçada das prostitutas para os locais mais afastados de Aracaju; com os olhares enviesados das famílias; com a repressão da polícia. A um só tempo, vilaniza-se e pune-se as prostitutas, além de que se justifica sua exclusão social e a violência dos policiais e disciplina-se a população — em especial as moças — a partir do exemplo do que não fazer, do que não ser, e da visão do que lhe aconteceria no caso de um mau passo.

Se concordarmos que a banalização e a justificação podem ser também formas de violência, podemos entender que os periódicos as praticam a partir de diversos gêneros textuais. Tais práticas ajudam a compor e sustentar o sentimento de tolerância já mencionado, e este por sua vez impede ou dificulta a punição dos atos de violência (Lima; Nader, 2020). Mas, além disso, também contribui para a manutenção de representações e de todo um imaginário que segue mantendo vivas, legitimando ou fazendo vista grossa às variadas violências. Daí que mesmo um discurso que se dedica a rechaçar as ações dos agressores por vezes acaba também por condenar a vítima.

Não à toa, o título deste trabalho pode ser usado para ao menos três das classificações aqui propostas. “À mulher brava, corda larga”, diz o Correio de Aracaju (23 jan. 1908, p. 1)⁴⁷. Simultaneamente, expressa a pequenez das mulheres, passíveis de serem agredidas se assim o homem escolher, mas especialmente, e aí temos o componente disciplinador, porque sua índole não condiz com aquela esperada do sexo feminino e deve ser modificada, nem que seja por meio de violência. A punição é a agressão e a justificativa é a brutalidade manifesta da mulher. Em outras palavras, o que se diz é: (a) a mulher é uma tutelada e não tem direito a protestos, (b) seu tutor pode fazer o que bem quiser para ensinar-lhe bons modos, (c) foi agredida porque mereceu.

Este capítulo, como tentamos demonstrar, se associa profundamente com os anteriores. Para lê-lo e compreendê-lo, é preciso ter em mente não apenas o que já foi considerado sobre violência, mas também sobre as representações femininas e sobre o papel do Correio de Aracaju naquele contexto histórico. A mulher brava é uma representação que indica um modelo a não ser seguido, sendo no melhor dos casos uma personagem que se desviava por pura índole do modelo dócil pré-estabelecido; no pior, era uma mulher desequilibrada em termos de psicológico ou de saúde do corpo físico. A corda larga era a violência considerada legítima em face da mulher insubmissa. E toda essa rede de significados se via exposta pelo Correio, atuante em sua iniciativa moral de, nesse caso, orientar o desenrolar da vida privada e, em outras situações, o desenrolar da aparição feminina cada vez mais frequente nos espaços públicos.

3.1. O uso para a diminuição

Segundo Henri Bergson, o riso é naturalmente acompanhado por insensibilidade. Essa característica é produzida a partir da supressão de sentimentos como afeição ou compaixão, visando uma determinada significação social elaborada por um grupo (Bergson, 1983). Na classificação adotada neste momento, no qual o discurso tem a finalidade de diminuir a mulher, é muito comum que o faça por meio do Gabinete de Riso ou outras seções que se dediquem a divulgar anedotas. Tornar motivo de piada a mulher, seus hábitos, suas roupas, seu modo de falar, aquilo que se passa em sua mente, era em certa medida suprimir os sentimentos dedicados às mães, às irmãs e mesmo às esposas e filhas. E embora Bergson argumente que tal supressão pode ser apenas temporária, entendemos que para que ela exista e para que o humor seja

⁴⁷ No *site* em que são disponibilizados os jornais digitalizados, a edição em questão foi erroneamente listado como sendo de 28 de janeiro de 1908, Número 125. Identificamos o erro ao percebermos que a edição de 26 de janeiro do mesmo ano tinha o número 126. É possível que o equívoco na classificação tenha ocorrido em vista da legibilidade comprometida de trechos do documento.

compreendido e apreciado, é necessário que haja uma significação social que se mantenha em uma boa base. Tal significação é, como argumentamos, a ideia de que a mulher seria inferior ao homem.

Além da questão da insensibilidade trazida por Bergson, há também a perspectiva de Sírio Possenti (1998), o qual argumenta que as piadas permitem que um discurso proibido seja veiculado. Mesmo naquela sociedade, havia certos limites para o que poderia ser dito sob o caráter de verdade ou sobre como as críticas deveriam ser feitas. Evidentemente, não seria de bom tom um homem dizer, por exemplo, que desejava que sua sogra se afogasse, tampouco que se rejubilava com a morte da esposa. Menos ruim, mais ainda bastante ofensivo, seria dizer às claras às senhoras da sociedade que seus gastos em roupas, sapatos e chapéus eram supérfluos, ou que se considerava que sua vaidade seria sinônimo de uma mente pouco desenvolvida e incapaz de pensamentos “mais elevados”. O humor era a desculpa para dizer o que se queria, mas não devia. E era a possibilidade perfeita para disseminar ainda mais um discurso que já circulava na sociedade de alguma forma (Possenti, 1998).

Além disso, Possenti (1998) também aponta que anedotas trabalham normalmente com estereótipos, e concorda com Bergson ao dizer que o humor veicula uma ideologia — nesse caso, a dominante. A diminuição da mulher a partir das piadas ocorre, assim, quando indivíduos com características plurais são reduzidos a estereótipos: a feia, a sogra megera, a madrasta má, a esposa desafiadora, a burra, a beldade vaidosa, entre outros. O estereótipo, constituído a partir de uma ideologia, não abre espaço para argumentação. Nessa perspectiva, as mulheres são sempre inferiores: em índole, em caráter, em inteligência, em honradez.

A diminuição não é, porém, um fim em si mesma. Primeiramente, visa reforçar a diferença que foi socialmente construída entre os gêneros, os quais, de acordo com Bourdieu (2021), têm existência relacional. Portanto, diminuir a mulher é elevar o homem, ou ao menos colocá-lo em um posto neutro e intocável, no qual não possa ser humilhado. Sua suposta superioridade, mesmo sendo construída e reforçada por recursos como o humor, é justamente o que lhe permite continuar dizendo o que quer sobre as mulheres, insistindo nos estereótipos e realizando a manutenção da estrutura de poder que o sustenta. Mas, além da diminuição ser um dos recursos que permitem que a máquina do poder masculino continue funcionando a todo vapor, há intuitos mais específicos por trás de seu uso e que estão bastante associados com as expectativas e interesses do contexto.

O caso retratado no texto *Dona Cocóta*⁴⁸ (Correio de Aracaju, 9 dez. 1906, p. 2) é emblemático. Embora seja chamada de “heroína”, a mulher vira motivo de ridículo em uma festa de amigos. É descrita como uma “quarentona” que, por motivos não ditos no texto, nunca chegou a se casar:

Dona Cocóta, como toda mulher que dobra os quarentas [sic] anos sem ter encontrado casamento, devia criar galinhas e gatos e ensinar a criançada pobre da vizinhança a ler e escrever. Mas a nossa heroína apesar de ter atingido aquela idade, era uma velha gamenha e namoradeira: nunca se lhe fugiu a esperança de encontrar um noivo e não perdia também ocasião aprazada para um galanteio com os moços, uma exibiçãozinha...

Embora confiante no destino do casamento, a mulher tinha ainda algo que a incomodava: acabou, por conta do uso de um produto contra queda do cabelo, contrariando todos os prognósticos e ficando careca em definitivo. Por isso, quando precisava sair de casa, utilizava um chinó⁴⁹ que ela mesma encomendara, o qual tinha inclusive duas longas tranças.

Na festa para a qual foi convidada, as coisas desandam. O narrador não perde a oportunidade de descrever com ainda mais detalhes a figura de Dona Cocóta, que começa a tocar um piano, “a pedido de todos”. Tocando, “fazia correr pelas teclas os seus magricelos dedos” enquanto cantava com voz esganiçada, “estropiando uma música de Verdi” (Correio de Aracaju, 9 dez. 1906, p. 2). Inocentemente, Dona Cocóta pensava que os aplausos trocistas dos espectadores tinham tom elogioso e entusiasmava-se mais ainda, balançando as longas tranças, que chegavam a tocar o chão. A tragédia ocorre quando o cachorro da família vê os cabelos da mulher e os puxa com os dentes, deixando Dona Cocóta “com a calva á mostra” e sob os risos da plateia.

Em outro texto de humor, denominado *Desillusão* (Correio de Aracaju, 29 jan. 1914, p. 1), a história se desenvolve em verso, mas novamente adereços falsos são utilizados para disfarçar a falta de alguma coisa na mulher. Particularmente nesse caso, o ridículo se dá pelo detalhamento tendente ao exagero. Os versos contam a história de um marido que fugiu de sua noiva. A razão? Ele descobrira que toda sua beleza era fruto de artifícios estéticos dos mais variados:

[...] todo o cabelo era postiço
era de pão a mão direita.
Principalmente ella tirou uma formosa dentadura;
tirou depois uma “cintura”
que arredondava o corpo lindo;

⁴⁸ O nome da personagem não foi escolhido por acaso. “Cocota” designa uma mulher bonita de um jeito infantil, com aparência de menina. Isso é reforçado pela peruca escolhida pela personagem, com duas longas tranças.

⁴⁹ Sinônimo para peruca.

logo a seguir desconjuntou
 a perna esquerda de borracha.
 Isso findo
 ella a sorrir destarracha
 de uma só vez os dois quadris;
 tira com graça o seu nariz;
 e com mais geito,
 pouco mais tirou um olho,
 é que o esguerdo [sic] era caôlho
 porque de vidro era o direito.
 Em conclusão,
 sem cerimonia e sem receios,
 num gesto só tirara os seios,
 que eram dois maços de algodão.

O texto finda com o marido de Antonica desmaiando antes de vê-la retirar um último adereço, que não se sabe o que é. Mas é exatamente o mistério em torno desse último elemento que permite que a imaginação questione: seria possível que Antonica estivesse prestes a retirar a vulva? Sendo impróprio que um jornal da estirpe do Correio colocasse algo assim, sabendo da possibilidade de ser lido por senhoras de respeito ou por patriarcas de famílias importantes, o periódico certamente não arriscaria a chance das represálias e das críticas. Mas o humor, inclusive se for unido ao mistério, permite que se pense no absurdo de que Antonica pudesse retirar as partes íntimas de seu corpo como se fosse uma boneca.⁵⁰

Em outro texto, porém, o exagero é menor. Uma senhora, conhecida por recorrer muitíssimo ao uso da maquiagem, passava um longo tempo se arrumando pela manhã. Um senhor que havia ido à sua casa para vê-la perguntou-lhe, em um dado momento, se ela já havia terminado o processo de embelezamento. A resposta dada pela criada que o atendeu foi positiva, apesar de conter um adendo: o homem deveria esperar quinze minutos, “porque a senhora está a secar” (Correio de Aracaju, 11 ago. 1912, p. 1).

Já discutimos anteriormente que a maquiagem não era algo bem-quisto na sociedade, considerado por muitos como recurso de estrangeiras — cuja característica seria a excentricidade desmedida que talvez sinalizasse uma fraqueza moral — ou prostitutas. Seu uso, para muitos, era destinado a esconder falhas de caráter (Sant’anna, 2014). Mas nos demais casos apontados nos parágrafos anteriores, põe-se em questão o uso de outros artificios. Além dos

⁵⁰ Com o fato de ter retirado também os seios, consideramos também a possibilidade de que Antonica fosse, na realidade, uma pessoa que hoje em dia denominamos transexual. Não era algo estranho à sociedade do período, embora fosse mais raro que indivíduos expressassem publicamente sua inconformidade com o sexo com que nasceram. O Correio, inclusive, trouxe em uma edição a descrição do conteúdo de um telegrama vindo do Rio de Janeiro. Contava o caso de um tenente que, depois de empregar a cozinheira belga Hilderhula Polster, desconfiou que ela fosse um homem e comprovou o fato. A mulher foi interrogada e confessou que, embora tivesse nascido do sexo masculino, “mais tarde se convenceo de que era mulher e não mais tirou as saias” (Correio de Aracaju, 10 set. 1914, p. 2). Conta-se que a bagagem da mulher foi apreendida e que o delegado procederia a uma sindicância para tratar do caso.

cosméticos, as perucas, enchimentos, próteses e toda sorte de elementos são aqui utilizados para expor ao ridículo as mulheres retratadas nos textos. Não se pode dizer que necessariamente as mulheres que os utilizam sejam velhas — à exceção do caso da infeliz Dona Cocóta, que aos quarenta anos já era uma “solteirona” —, mas em todos os exemplos o componente da busca pela beleza está implícito.

Percebe-se que nos três excertos a busca por agradar os homens é o que move as mulheres em suas empreitadas embelezadoras. Dona Cocóta esconde a cabeça sem cabelos para que, mesmo sendo uma quarentona, tenha oportunidade de atrair pretendentes — e o texto inclusive aponta que ela, por vezes, tem sucesso. Se não fossem os múltiplos recursos empregados por Antonica, ela possivelmente não teria encontrado candidatos dispostos ao casamento, e só depois da cerimônia revelou-se ao agora marido. O último caso, mais sutil, também envolve a aparição perante um homem, embora seja dito logo no início do texto que o longo ritual de embelezamento já era um costume da senhora em questão — o que não exclui a ideia de que ela o fazia para aparecer perante homens, talvez até pretendentes. Não podemos, porém, apartar isso do contexto, afinal uma das “tarefas” delegadas à mulher durante algum tempo, inclusive na Belle Époque, era ser bela ou ao menos aproximar-se disso. Michelet, em *A mulher* (1995, p. 87), é taxativo: “cumpre absolutamente que a mulher seja graciosa. Não é obrigada a ser bela. Mas a graça lhe é própria. Deve-a à natureza, que a fez para mirar-se nela. Deve-a à humanidade. A graça encanta as artes viris e confere um sorriso divino à sociedade inteira.”

Acontece, porém, que o que é retratado nos excertos não é beleza ou graça, mas sim a ausência delas e a tentativa das mulheres em compensar o que não têm, geralmente de forma atrapalhada ou exagerada. O conto de Antonica, por exemplo, contém um aceno à prática corriqueira do uso de enchimentos nos vestidos, comum na época, a fim de dar forma ao corpo (Sant’Anna, 2020). Recorrendo ao absurdo, porém, o discurso diminuidor indica que uma coisa leva à outra, e uma mentira baseada em vaidade possivelmente não se manteria somente com os inocentes enchimentos, daí o olho de vidro, as próteses na mão e na perna, a dentadura. Então, pinta-se o homem como vítima de uma mulher que, de má-fé, atraiu-o para a cilada do compromisso. Era uma ferida na confiança que levava ao casamento (Sant’Anna, 2014). Mas mesmo sendo vítima, ele é colocado em uma posição de maior prestígio. Afinal, é a mulher que o ilude e que transforma um momento de alegria em presságios do terror que duraria por todo o casamento; sua fealdade exterior serve de prova do caráter duvidoso que ela também carrega.

O discurso, além de exercer a violência simbólica contra as mulheres que não se encaixavam no padrão, o faz com o intuito de humilhar aquelas que ao menos tentavam. Mas

além disso, podemos dizer que há um direcionamento geral, baseado na ideia de os gêneros serem elementos relacionais. O que queremos dizer é que aos homens não era requisitado o embelezamento, apenas a manutenção de alguns elementos básicos, como cabelo, barba e vestimentas. Diz Simone de Beauvoir (2019b) que, para ele, beleza e elegância não traduzem seu ser. As mulheres, por outro lado, têm “estatuto social de objetos de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens” (Bourdieu, 2021), e portanto a elas se faz necessário que contribuam para que esse capital se eleve. Entre tantas maneiras para isso, há a beleza. Aquelas que não tinham esse atributo essencial tinham pouco valor no mercado casamenteiro e, por conseguinte, no meio social em geral. Seu valor diminuto era a justificativa para o ridículo ao mesmo tempo em que a vaidade e o exagero eram criticados (Sant’anna, 2014), e o escárnio por sua vez humilhava-as ainda mais. Acabava-se aumentando, por conseguinte, o prestígio dos homens em geral, que não precisavam recorrer a tais artifícios para serem aceitos ou ao menos não serem alvo de ridículo.

Dona Cocóta é também condenada por ser uma mulher já mais velha. Mas sobre Antonica e a adepta da maquiagem não há indicação de idade. No caso da primeira, na verdade, passa-se a impressão de que ela seria uma mulher doente, o que é indicado pela ausência de dentes e de cabelo. Mas, para além disso, outro problema para a época está na ausência de membros, como o pé e a mão, considerada como deformidade aos olhos da época (Sant’anna, 2014). Se Antonica nasceu sem eles ou se os perdeu em acidentes, o texto não nos diz. Mas fica clara a rejeição à moça também por essas características. Lembremos, aliás, que a saúde da mulher era tema importantíssimo para a medicina da época, visto que em seu ventre seriam carregados os futuros mantenedores da pátria, que deveriam ser fortes e saudáveis (Batista, 2023). Um corpo feminino “não saudável” era um problema na concretização desse projeto de nação. Antonica era uma mulher passível de ser humilhada, assim como qualquer outra que tivesse características semelhantes, não se encaixasse no ideal de beleza e, ao mesmo tempo, tentasse de tudo para fazê-lo.

Outra figura passível de ser diminuída a partir dos discursos era a sogra. Mas a ideia aqui era vilanizá-la, como vemos claramente em vários trechos, normalmente também de tom humorístico. Há dois trechos selecionados que seguem a mesma ideia: a sogra como uma ameaça e como uma arma usada pela esposa contra o marido.

Em uma piada, por exemplo, dois personagens conversam sobre a briga que um terceiro, chamado Firmino, teve com a mulher e pela qual ficou muito arrependido. Contudo, a razão para o arrependimento não é pela briga em si, mas pelo que ocorreu depois. A mulher, em vez

de ir para a casa de sua mãe, chamou-a para morar na mesma residência que compartilhava com o marido (Correio de Aracaju, 29 nov. 1913, p. 1). Se a esposa de Firmino optou por chamar a mãe apenas por querer sua companhia em um momento difícil, não saberemos. A piada nos faz acreditar que foi uma atitude que, mesmo não sendo premeditada, foi causadora de grande sofrimento ao homem. Apoia-se claramente no entendimento da sogra como estorvo para o genro, já universalizado no pensamento corrente durante a Primeira República.

Outra anedota tem teor parecido, mas deixa ver mais claramente as intenções da esposa. Uma conversa entre amigas se desenrola da seguinte maneira: uma diz que quando o marido a irrita, ela declara que irá para a casa da mãe. A outra, então, responde: “pois eu não. Digo que a mando chamar” (Correio de Aracaju, 6 mai. 1913, p. 2). Aqui, a atitude da mulher é deliberada e sua intenção é provocar o marido, sabendo que sua mãe seria a pessoa perfeita para a tarefa, já que é a sogra.

Na primeira piada, a ênfase está no desespero do marido, agora arrependido de ter brigado com a esposa. Não necessariamente ela é culpada por seu desgosto, mas a sogra com certeza o é, e o fato de ter sido chamada para morar na casa da família é ainda mais espantoso. Firmino converte-se, aos olhos dos amigos que comentam sobre sua vida, em vítima e, em alguma medida, em exemplo do que não fazer, ou seja, brigar com a esposa. As consequências poderiam ser, segundo o que se expressa, terríveis.

Na segunda anedota, porém, o foco está na maquinação entre as mulheres, que compartilham umas com as outras as estratégias que utilizam contra seus maridos — e ambas envolvendo suas mães. Tanto a esposa quanto a sogra assumem o posto de vilãs nessa segunda anedota, enquanto o homem torna-se o pobre coitado vitimado pela astúcia da mulher e pelo mau gênio de sua sogra. Mas o interessante nesse trecho em particular é que as próprias mulheres reconhecem que suas mães são indesejadas e servem ou como repelentes dos maridos, ou como tortura para eles. Falando em outros termos, elas mesmas têm consciência de que as sogras são consideradas vilãs e provavelmente acreditam também nessa narrativa.

Está presente, além disso, a ideia já abordada de que a sogra era uma personagem indesejada no núcleo familiar. As piadas trazem consigo a impressão de que é melhor, aos olhos do marido, que sua esposa se recolha à casa materna, em vez de convocar a mãe para o ambiente da família. Desviava-se, assim, do risco de uma casa familiar com integrantes que, na lógica moderna da Primeira República e da Belle Époque, não deveriam ser mantidos ali. A sogra é um inconveniente, um estorvo a ser evitado a qualquer custo, e as anedotas vilanizam-na e reforçam o pensamento de que seu lugar não é em um núcleo familiar. Ela já teve sua chance, já cumpriu seu papel e agora ninguém mais necessita de seus cuidados ou reclama sua atenção

(Beauvoir, 2019b). Justamente pela vilanização é que Calino se exaspera, ao ser informado que uma forte chuva causará erosão do solo e desenterrará “tudo que estiver dentro da terra”: “Santa Virgem da Penha! bradou o Calino. Pobre de mim que tenho duas sogras no cemitério” (Correio de Aracaju, 20 dez. 1908, p. 1).

Assim, essa ideologia tem como base o pensamento de que a sogra é uma ex-mulher, uma mulher que já passou do ponto, uma vez que já cumpriu com seu dever de formadora das gerações futuras e, pelo que apresentam as anedotas, também não tem mais o marido para cuidar. Sua presença persistente era vista como um inconveniente, não necessariamente por ser mais uma boca para alimentar ou por ser detentora de uma personalidade intragável: a sogra era indesejada porque, para o pensamento do período, não era mais útil, não tinha função. As piadas fazem questão de deixar claro a sua insignificância. Vilanizá-las, assim, não significava somente atribuir-lhe características de megera. Era simultaneamente questionar ou deslegitimar sua experiência de vida, sua posição como indivíduo — ou, para retomar os termos de Beauvoir (2019a), sua posição como Sujeito.

No fim das contas, para ser diminuída pelas piadas bastava ser mulher. Em mais um recorte do *Gabinete de Riso* (Correio de Aracaju, 8 abr. 1910, p. 1), a esposa de X pede-lhe que compre gralhas, ao que ele responde que não é necessário, já que tem duas em casa: “tu e tua mãe”. O homem queria dizer que as mulheres que viviam em sua casa seriam tagarelas e, por conseguinte, irritantes.

Temos mais uma vez a presença da sogra como uma indesejada, juntamente com a ideia de que o casamento é algo especialmente penoso para o homem. Só seria algo verdadeiramente bom quando tivesse algum retorno financeiro capaz de fazer esquecer os “problemas” da união marital. Isso é o que diz um homem quando perguntado se o casamento seria uma necessidade ou uma loucura: “quando um homem casa com uma mulher que tem os olhos tortos, o nariz arrebitado e um pae com uns centos de contos de réis reconheço que é uma necessidade” (Correio de Aracaju, 21 jun. 1908, p. 1). Também por isso é que, em um texto que compara as mulheres ao dinheiro, diz-se que a mulher rica e casada é cédula estrugada (Correio de Aracaju, 10 nov. 1907, p. 1). Ou seja, se tem dinheiro, mas este é inacessível ao homem porque a mulher já tem marido, ela não vale de muita coisa.

As piadas que tinham como pano de fundo o casamento acabavam por representar as relações de poder entre homens e mulheres (Folkis, 2005), ao mesmo tempo em que as reforçavam. Para a mulher, o matrimônio era destino; para o homem, era questão de escolha. Mas as piadas também colocam em evidência o fato de que, por mais que o mundo moderno pregasse que o amor deveria ser o móvel do casamento, nem sempre ele estava presente no dia

a dia dos casais ou na lista de prioridades dos noivos. Era ainda ponto remanescente dos costumes dos séculos anteriores, nos quais o matrimônio era nada mais que um contrato e, muitas vezes, uma operação envolvendo o capital simbólico — no qual a mulher é objeto de troca (Bourdieu, 2021) — e o capital financeiro. O casamento era arranjo terreno, como assevera Priore (2006), e o amor, esse sentimento nobre e elevado, ainda era novidade. A figura da esposa, porém, não tinha nada de novo, e seria tratada sem as cerimônias que se poderia esperar, como pudemos identificar nas piadas.

Concordamos com o pensamento de Saliba (2021), quando argumenta que as representações da sociedade através do cômico mostravam que público e privado se confundiam. Era também uma tentativa dos indivíduos de navegar nos mares ainda desconhecidos do novo século, recorrendo a entendimentos que eram remanescentes de outros tempos. O humor, assim, dava ao indivíduo “a sensação de pertencimento que o nível público lhe subtraía e que, lentamente, ele tentava conquistar” (Saliba, 2021, p. 287). Proporcionava, portanto, a adequação do cidadão ao tempo, ao meio social, aos costumes.

Mas importa que prossigamos na análise. Sabemos que não só as piadas tinham o efeito de rebaixar a mulher. Por isso, utilizamos agora um conto denominado *A morte do príncipe*⁵¹ (Correio de Aracaju, 19 out. 1913, p. 1), que demonstra que a mulher também era diminuída quando se recusava a corresponder às expectativas. Conta-se que um príncipe, ao distrair-se enquanto admirava os belos cabelos de sua esposa, é ferido por um javali e fica em perigo de morte. É então velado pela princesa, por sua mãe e por sua irmã, as quais resolvem buscar um feiticeiro para confeccionar um bálsamo curativo. Ele lhes diz que, para preparar o remédio milagroso, precisaria receber o braço direito da mãe do príncipe, uma das mãos da irmã, ainda com os anéis, e a trança dourada da esposa. A única que se recusa é a princesa, e por isso o príncipe morre. No fim, todas choram a morte do jovem: as lágrimas da mãe originaram um rio caudaloso; as da irmã, uma fonte perene; e as da princesa, um poço d’água que logo secou.

A expectativa não cumprida é a de que a mulher deveria ser sempre abnegada, passando por cima de si mesma em nome da dedicação aos outros. A princesa era a mulher-sem-qualidades, vista quase como um “agente de Satã” (Priore, 1990), oposta à mãe piedosa e à irmã dedicada, que deram partes de seus corpos em sacrifício para garantir a sobrevivência do querido príncipe. Ela, no fim das contas, representa aquilo que uma princesa de fato não deveria

⁵¹ A autoria é de Marie Anastasia Krysinska, uma escritora e poetisa franco-polonesa importantíssima entre as décadas de 1880 e 1890. Fonte: <https://www.mod-langs.ox.ac.uk/oxford-polyglot/2022-23/2/recovering-marie-krysinska> Acesso em: 30 dez. 2024.

ser: não tinha nobreza ou graça, embora tivesse a beleza que tentava conservar, valendo-se da vaidade e do egoísmo.

Diz Michelet (1995, p. 87) que “o mundo vive da mulher. Ela lhe introduz dois elementos que formam toda civilização: sua graça e sua delicadeza — mas esta é sobretudo um reflexo de sua pureza”. A princesa dos cabelos reluzentes não é exemplo de pureza, e isso anula sua graça e sua delicadeza. Ela representa uma mulher a quem não se podia confiar o cuidado, trabalho tradicionalmente delegado às personagens femininos. A morte do príncipe concretiza a ideia de que ela jamais cumpriria o papel último delegado a uma mulher, o da maternidade. Mas seu egoísmo era a motivação real para que esse destino jamais pudesse chegar para ela. O poço seco demonstra sua infertilidade do corpo e do espírito.

Veremos que a humilhação também poderia ocorrer pelo simples fato de a mulher ousar estar em um espaço dominado por homens. É o que se identifica em *Negócios de S. Paulo* (Correio de Aracaju, 17 jun. 1909, p. 3), texto veiculado na *Secção Paga* do periódico, na qual eram colocados anúncios, comunicados e outros textos mediante pagamento do indivíduo interessado em publicá-los. Em resumo, a querela envolveu a representante do cartório de órfãos da vila de São Paulo, chamada Donathila da Silva Carregosa, que acusou José Telles de Menezes e Pedro Rabelo de Moraes de terem extraviado um processo daquele mesmo cartório. O texto é uma espécie de esclarecimento de José Telles a respeito das acusações, mas o que nos chama atenção é o tom agressivo e com certo deboche do homem, especialmente no último parágrafo:

Si, por esta forma procura nos responsabilizar por subtração de processo, que dêem andamento a denuncia e esta venha de pessoa competente e não de uma mulher que é até vergonhoso, pois nunca se viu gente deste sexo representar contra semelhante causa (Correio de Aracaju, 17 jun. 1909, p. 3).

O texto deixa claro que Donathila, até aquele momento, era a primeira e única funcionária alocada como representante. Mas em seu curso, zomba da mulher de diversos modos: quando se alude ao cargo ocupado por ela, faz-se sempre com o uso de itálico, como se o intuito fosse o de meramente utilizar o termo, mas sem conceder-lhe legitimidade ou autoridade. Em outro momento, fala-se que a mulher entregou um documento de próprio punho e logo em seguida põe-se em dúvida sua veracidade: José Telles alega que, na verdade, Donathila seria analfabeta.

O intento, nesse texto, é questionar o local de relativo poder ocupado pela mulher. O autor do texto de fato realiza uma exposição dos acontecimentos, mas a forma desdenhosa com

que trata Donathila, em especial reforçando no discurso sua incompatibilidade com o posto que ocupa, tem caráter claro de humilhação. Em um primeiro momento, trata-se de rebater as acusações que, segundo ele, são infundadas. Mas em seguida a ofensa é direcionada a todo o sexo feminino. “Pessoa competente”, termo utilizado por José Telles, refere-se explicitamente a “homens”.

À mulher, que deveria ter como base de seu comportamento a graça e o dom de agradar, não era permitido o enfrentamento. Virgínia Woolf (2021, p.13), escrevendo sobre o Anjo do Lar, aponta as orientações dessa entidade: “as mulheres não podem tratar de nenhuma dessas questões com liberdade e franqueza; se querem se dar bem, elas precisam agradar, precisam conciliar, precisam — falando sem rodeios — mentir.” Woolf falava da possibilidade de apresentar opinião própria, mas seu texto também se aplica para entender que às mulheres, durante muito tempo e inclusive no contexto da Belle Époque, poucas coisas eram lícitas. Donathila estava realizando seu trabalho; mesmo assim, tinha sua posição questionada por ser ela uma mulher e por se atrever a questionar um homem.

Ao mesmo tempo, questiona-se a competência, as habilidades — especificamente a escrita — e, claro, a inteligência da mulher. Como o próprio Correio de Aracaju concorda, a partir de uma frase atribuída a Schopenhauer, “a mulher é um ser de cabelo comprido e de entendimento curto” (9 out. 1913, p. 1). Põe-se em dúvida, portanto, a capacidade da representante para permanecer no cargo que ocupa, o que sem dúvidas se associa com a ideia de que as mulheres deveriam buscar profissões que fossem uma extensão da esfera doméstica. Mas além disso, a humilhação visa colocá-la em seu lugar, ou seja, abaixo do homem que desafia. Partindo de Bourdieu (2021), poderíamos considerar isso como uma tentativa dos homens de proteger sua ideia de si mesmo como homens: atribuir forçosamente a Donathila sua condição de subalterna é assinalar que, na disputa de poderes, há somente um vencedor.

É nesse mesmo sentido que Pio X afirmava: “as mulheres [...] não poderão nunca ser eguaes aos homens: não podem, pois reivindicar os mesmos direitos. São raras, além disso aquellas que têm a pretensão de legislar e podem se classificar entre as excêntricas” (Correio de Aracaju, 17 jun. 1909, p. 1). O contexto da fala era aquele do movimento sufragista e da atuação do movimento feminista na busca pelos direitos das mulheres, entre os quais se encontram a educação e o de participação política, inclusive de elegibilidade (Soihet, 2020). A questão do voto está implícita no discurso de Pio X, assim como a intenção de fazer retornar as mulheres à casa, ao leito conjugal e ao pé do berço.

Novamente, é um discurso de poder e que tem mais impacto ainda por ter vindo da mais alta autoridade da religião católica, o papa. Mas é também uma fala que se associa ao discurso

de uma suposta natureza feminina. Se a mulher não pode ser igual ao homem e a ele estão reservadas as posições de poder, chega a ser *contranatura* — e por isso raro, como diz o sacerdote — que um indivíduo do sexo feminino queira participar da vida pública. São elas “excêntricas”, diferentes, menores ainda que as mulheres que se mantêm nos postos designados pela natureza. Apontar isso é humilhar essas mulheres e, ao mesmo tempo, fazer com que elas percebam seu erro.

Em outro trecho, uma breve crônica, temos uma reflexão provocada pelo diálogo de uma mãe com sua filha. A menina pergunta inicialmente quem seriam os grandes homens e obtém a resposta de que são aqueles que se sobressaem entre os demais, os heróis. Uma dúvida se segue à outra e a criança agora questiona se poderia haver uma grande mulher, mas a reação da mãe é inesperada: a mulher começa a chorar e, afastando a filha, põe-se a refletir:

— Pobresinha! O grem de aspiração começa a desenvolver-se-lhe n’alma. Que castigo horrível! Quanta dor e quanta disillusão a espera! Uma grande mulher! É lá possível!?...

Uma santa mulher, talvez, uma boa mulher é certo.

Para as que ambicionam mais, há a tortura igual á do condenado ao perpetuo cárcere que entre ferros sonha o goso da liberdade (Correio de Aracaju, 17 mar. 1912, p. 1).

Convencida de que o sofrimento seria o destino de sua filha caso ela optasse por tentar ser uma grande mulher, a mãe preocupa-se em educar a menina a fim de torná-la “submissa, docil e humilde para ser feliz”. Sua justificativa era o entendimento de que impediria possíveis aflições à menina.

Nesse trecho, a diminuição da mulher já ocorreu há tanto tempo e está tão introjetada nas representações e na mentalidade feminina, que a própria personagem trata de “colocar-se em seu devido lugar”. E faz o mesmo com sua filha, uma criança ativa, curiosa, interessada. Simone de Beauvoir (2019a) já havia compreendido que os hábitos impedem que as mulheres encontrem a expressão concreta do que lhes é possível realizar ou alcançar — nesse caso, a grandiosidade. O poder da diminuição está em colocar os sonhos e aspirações acima da própria mulher, a fim de fazê-las acreditar que perseguir aquilo é uma má ideia. E isso não apenas por ser fadada ao fracasso, mas sim porque o próprio caminho para conseguir concretizar esses desejos seria tortuoso, difícil e sofrido.

É interessante que, de certa forma, no próprio excerto se reconhece a diminuição imposta às mulheres. Primeiro porque se utiliza o termo “grande mulher” para definir aquela que porventura se destaque, além de deixar implícita a ideia de que há mulheres que ambicionam mais do que ser simplesmente santas ou boas. Mas vemos isso principalmente

quando se alude aos esforços da mãe para adequar sua filha ao que a sociedade espera dela. A humildade, a docilidade e a submissão são características designadas para conter mulheres e suas ambições. Eram recursos utilizados por uma burguesia conservadora que temia a emancipação da mulher e a concorrência feminina (Beauvoir, 2019a). Novamente, aludimos ao movimento feminista e a sua luta por direitos básicos para as mulheres.

Reconhece-se, também, que aspirar a algo mais do que a santidade ou a bondade era sonhar com o “goso da liberdade” (Correio de Aracaju, 17 mar. 1912, p. 1). Era, de fato, uma liberdade que só os homens possuíam. Seria possível que o autor — ou autora —, que assina somente como A. Britto, estaria criticando veladamente a falta de possibilidades e o rebaixamento reservado às mulheres? Outra possibilidade é que estaria em concordância com Michelet (1995), o qual alega que a mulher ultrapassa o homem sabendo se fazer menor que ele — e portanto encarcerando-se na dinâmica familiar que a coloca no posto de submissa.

Comprendemos que o rebaixamento feminino se dava por uma série de motivos e de várias formas. E que mesmo que a atitude inicial fosse a de rebaixar, os textos comumente transmitiam outras mensagens, associadas tanto ao contexto quanto às representações sociais vigentes. Dificilmente alguma mulher escapava, mas é importante perceber que na maioria dos casos aquelas que são diminuídas são as apontadas como as desviantes: a sogra, a egoísta ou mesmo a mulher que queria sair do círculo que a limitava eram aquelas que viravam tópicos. Diminuí-las, seja pelo repúdio, pela vilanização ou pela ridicularização era colocá-las em seus lugares ou, no mínimo, retomar as posições hierárquicas “naturais” entre homem e mulher.

Veremos que muito do que foi discutido nessa parte do trabalho acontece também com as outras classificações, as quais guardavam outras intenções e dão mais detalhes e perspectivas sobre o momento histórico no qual esse estudo se insere. Sem mais delongas, vamos a elas.

3.2. O uso para disciplinar/normatizar

“O feminino, para os médicos, tem a ver com a infância, com o inacabado; o masculino, com a potência, com a conquista. Da sua fraqueza física deriva a moleza da sua organização moral. A mulher será portanto volúvel, caprichosa, inconstante, instável”, aponta Adler (1983). Esse pensamento, corroborado pelo Estado e pela Igreja, era a razão que servia de base para a tutela masculina sobre as mulheres. Educá-las, supervisioná-las e, claro, discipliná-las era garantir que sua natureza apoucada e inacabada não seria um obstáculo para o pleno desenvolvimento da sociedade e da família, e não se converteria em um problema para o futuro marido.

Não estamos falando aqui da disciplina realizada no contexto da educação formal. Trata-se muito mais de dizeres, recomendações, costumes fundamentados principalmente no *habitus*, o qual formaria identidades distintivas entre homens e mulheres (Bourdieu, 2021). É algo em circulação na sociedade que o jornal, estando inserido dentro dela e também tendo o poder de influenciá-la, divulga, comenta, argumenta, defende. As frases, as recomendações, os textos não estão nas páginas para preencher espaço ou entreter; eles carregam consigo uma função social, a qual deveria atingir aqueles ou aquelas para quem era direcionado.

Disciplinar as mulheres era formá-las utilizando o molde que a sociedade lhes queria impor. Era também estabelecer normas validadas pela mesma sociedade e que deveriam, na medida do possível, ser seguidas. E as finalidades eram variadas, como veremos ao longo desta parte.

Muitas vezes, a disciplina direcionada às mulheres se utilizava de um tom elogioso, mas seu intuito era simplesmente o de garantir que elas cumpriram com seus deveres matrimoniais e para com a pátria. Em uma seção denominada *Pensamentos de Napoleão* (Correio de Aracaju, 1 mai. 1912, p. 3), uma das frases atesta que “a melhor mulher do mundo, morta ou viva, é aquela que mais filhos tem.”

Esse trecho e muitos outros se caracterizam por serem enunciações aforizantes, conceito trabalhado por Manguineau e discutido em uma das obras de Sírío Possenti (2018). Em textos assim, o locutor assume o posto de autoridade, um Sujeito de pleno direito, o qual atua divulgando uma “verdade” ou doutrina a respeito da vida. Outra característica importante é o fato de que, na aforização, não há espaço para resposta ou argumentação; é uma afirmação soberana.

Quando se trata de disciplinar e normatizar os costumes e condutas, em especial para as personagens femininas, as enunciações aforizantes são recursos quase que obrigatórios, justamente por não admitirem contestações. No Correio de Aracaju, encontramos majoritariamente aforismos ditos por homens — em geral famosos, pertencentes a várias épocas e atuantes em variados campos —, mas não era estranho que também mulheres fossem citadas. Entretanto, também foram vistos vários de autoria desconhecida: se por um lado falta a esses aforismos o caráter de “argumento de autoridade”, por outro ganha-se o *status* de saber universal, aceito por todos, e que por isso não necessita ser confirmado ou reforçado por qualquer pessoa que seja.

Sendo o jornal um instrumento capaz de auxiliar na divulgação e manutenção de representações e de um imaginário, entendemos que não há, em suas páginas, escolhas aleatórias de enunciados aforizantes. Como temos discutido ao longo desse trabalho, as

representações, as violências e os discursos apresentam, em sua base, uma ideologia. Nesse caso, trata-se da ideologia da classe dominante, a burguesia, inserida no contexto da Primeira República. O periódico, por mais que reforce sua função como informador da nação, também não renega seu papel de formador de opiniões, e sem dúvida divulga ideias e interfere na sociedade a partir dos pensamentos que defende (Barros, 2023). Assim, os aforismos não são aleatórios, mas sim formam um grupo coeso que defende ideias que se associam. Não é à toa, aliás, que o Correio de Aracaju frequentemente elegia um “tema” para reger a seção *Pensamentos*. De modo menos frequente, mas ainda assim notável, às vezes publicava alguns conjuntos de aforismos sob um título que traduzisse sua “essência — *Pensamentos de Napoleão* é um exemplo, mas seções como *A mulher* (Correio de Aracaju, 3 set. 1909, p. 1), com frases elogiosas e críticas, também já apareceram.

No caso do aforismo citado acima e atribuído ao general francês, valoriza-se a mulher por sua característica de gerar e dar à luz. Trata-se aqui da interdependência entre as estruturas sociais, sexuais e emocionais de que fala Priore (1990). O trabalho dessa autora, embora aborde a questão do corpo feminino no contexto da colônia, permite a compreensão de que a única justificativa possível para a sexualidade feminina era a procriação. E assim como vemos no excerto do Correio, há também a ideia de que era justamente a maternidade que elevava a mulher, uma vez que “no sofrimento e angústia do parto encontrava-se a redenção dos pecados e a via ressurrecional” (Priore, 1990, p. 27). A fecundidade era lei e a mulher, naturalmente problemática e inferior, só poderia ser salva se tornando mãe (Adler, 1983)

Desse modo, o que se depreende do trecho do jornal é que a mulher com muitos filhos se tornava melhor por expiar seus pecados a partir dos sofrimentos do ato de dar à luz. Mas além disso, lembremos do contexto do Brasil na Primeira República: era uma nação que valorizava e vislumbrava as crianças como seus futuros gestores. Ter muitos filhos era, de certo modo, prestar um serviço à pátria, garantindo seu futuro. E o Correio de Aracaju, combatedor das justas jornalísticas e defensor fiel dos princípios pregados pela República, muito provavelmente tinha o intuito de se utilizar de um discurso do grande general Napoleão Bonaparte a fim de disciplinar as mulheres. Elevava-se as personagens femininas, mas com a finalidade de induzi-las a cumprir seu papel social (Guimarães, 2022).

Há também aqueles aforismos que orientavam sobre o que não fazer ou de que formas não se comportar. “Nada há tão nocivo como uma mulher ociosa” (Correio de Aracaju, 31 mai. 1914), diz o autor, denominado Bastos e sobre o qual não conseguimos mais informações. A crítica é também um direcionamento: a mulher ociosa é prejudicial; por isso, há que evitar o ócio. Melhor será que se ocupe cuidando da casa, dos filhos, do marido, organizando eventos

beneficentes, estudando como normalista... Tudo, no fim das contas, em prol do homem ou do país. E nesse último caso, o ócio feminino é ainda mais ameaçador: se a mulher deixa de ser diligente em relação à educação de seus filhos e de “plasmar o caráter dos cidadãos de amanhã” (Maluf; Mott, 2021, p. 292), todo o futuro da nação descansa na corda-bamba. Era necessário discipliná-las; e nesse caso, isso significava dizer que o ócio era algo que não lhes cabia.

Vale notar que os trechos normalmente não se dirigem diretamente às mulheres. Fala-se para todos e o tema é sempre o sujeito feminino. Interpretamos isso como uma característica não só dos aforismos, mas que carrega consigo o impacto desses enunciados. A ideia é justamente atribuir o sentido de verdade absoluta, mas também de não permitir argumentação simplesmente porque não se dirige a fala a um interlocutor. Não chega a ser raro, mas certamente não é comum que se pergunte a opinião dos leitores, e também é incomum que haja chances para protestos das mulheres, porque elas não são incluídas na conversa. São apenas, como já dito, o tema.

Em um outro excerto, novamente não se fala diretamente às mulheres, mas sim aos homens. Pede-se a opinião dos senhores a respeito das “pérolas de sabedoria” trazidas do Oriente. O tema é justamente quais características das mulheres os homens amam:

1^a. Aquellas que, quando os homens lhes dirigem a palavra, baixam os olhos e cujas faces enrubescem como o bôrdô do outono.

2^a. As mulheres que não contrariam nunca e de modo algum seu pae, sua mãe e seus irmãos, seus parentes e amigos.

3^a. Aquellas que, sem ser bellas, possuem um não sei que, que as tornam encantadoras e que faz suspirar.

4^a. Aquellas que não exhibem sua sciencia na ponta do nariz.

5^a. Aquellas que não manifestam cólera e que, quando riem, não o fazem ás gargalhadas.

6^a. As mulheres que não vertem a qualquer momento lagrimas inumeráveis.

7^a. Aquellas que são pouco ciumentas e pouco desconfiadas.

8^a. Aquellas, emfim, que têm o rosto redondo ou comprido, perfil correcto, contornos cheios e cujos olhos deixam escoar amorosa ternura (Correio de Aracaju, 4 jun. 1911, p. 1).

Não nos ateremos aqui aos padrões de beleza, mas sim aos elementos comportamentais elencados. Como já dissemos, o autor do texto se dirige aos homens, mas podemos dizer que o discurso também tem como alvo as mulheres. O intuito normatizador é claro, e seus objetivos são variados. Por um lado, há a manutenção da submissão feminina aos sujeitos masculinos, como vemos na orientação de não exhibir a ciência — ou seja, os conhecimentos ou a sabedoria — ou no princípio de não contrariar seus superiores na hierarquia familiar. Por outro, está o interesse em moldar os comportamentos da mulher em vistas de agradar os homens, quando se

elogia as mulheres que não choram demais, aquelas que não são ciumentas ou desconfiadas, ou ainda as que são exemplo de modéstia e graça.

Não se pode negar que esse também é um discurso que visa relegar a mulher a seu posto de submissa, diminuindo-a. Mas ele o faz de modo sutil, elogiando e exaltando aquelas que se encaixam no estereótipo e praticam as orientações elencadas. Não critica as que andam fora dessa linha porque, no fim das contas, não é necessário: uma vez que a mulher é sempre educada para agradar, seguir os ditames estabelecidos não é tarefa estranha para ela.

Em outro excerto, intitulado *Observações sobre o casamento* (Correio de Aracaju, 10 out. 1914, p. 2), orientações também aparecem, ainda que em grande medida também identifiquemos o caráter diminuidor do texto. O que se diz é retirado da obra de Sidi Ahmed bem Ardoun, que se caracteriza por ser um tratado sobre o casamento⁵². Os conselhos do autor são detalhados, orientando sobre o que optar na hora de escolher a esposa:

Não caseis diz Ahmed com as seguintes mulheres: 1ª a que leva a se queixar e a se lamentar; 2ª a obsequiosa em excesso; 3ª a cubiçosa; 4ª. A brilhante.

É necessário que a mulher seja inferior ao homem sob o ponto de vista da idade, da estatura, da fortuna e do nascimento; de modo contrario a mulher desdenhará do marido.

Ahmed, antes de tudo, exige da mulher a beleza; ‘A beleza é uma promessa de felicidade’ [...].

O Correio de Aracaju ainda destaca que o autor se preocupou em, primeiramente, enumerar as vantagens do casamento para o homem. A satisfação da alma e a tranquilidade de uma vida partilhada com uma esposa amável são exemplos das alegrias do matrimônio. O jornal não alude, porém, às vantagens do casamento para a mulher, e não sabemos se seria porque o autor não as menciona, ou porque foi apenas uma escolha do periódico. A segunda opção é, aliás, bastante plausível: reforçar que o casamento é benéfico para o homem talvez seria uma maneira de rebater o número de celibatários, casta repudiada por muitos, inclusive pelos médicos higienistas e os legisladores (Adler, 1983). Embora os discursos pudessem ser endereçados tanto a homens quanto a mulheres (Maluf; Mott, 2021), a mentalidade da época direcionava as moças para o casamento, colocando-o como fim último. Para eles, porém, o ato de tomar estado não era propagandeado da mesma maneira e nem com a mesma intensidade. Era preciso insistir, então, nas benesses do matrimônio, para evitar que mais enveredassem pelo caminho do celibato, que desestabilizava os mecanismos da moral burguesa (Adler, 1983).

⁵² *Le trait e du mariage et de l' education*, de autoria de Abou'l Abbas Sidi Ahmed Ben Ardoun Az Zadjli, tradução (árabe-francês) por Paul Paquignon. Está presente no livro *Revue du Monde Musulman*, que pode ser achado no seguinte link: <https://archive.org/details/revuedumondemusul5miss/page/n9/mode/2up> Acesso em 14 dez. 2024.

Se para o homem se reforçava as benesses do casamento e se apontava uma lista do que procurar e do que rejeitar nas candidatas a futura esposa, para as mulheres as orientações seguiam um outro caminho. Para elas, definia-se que a submissão era a melhor estratégia a adotar quando saía da casa dos pais para viver com o marido. “Sê para ele uma criada; elle será um escravo teu. Não procures te elevar á sua altura, porque elle te diminuirá. Não te afastes delle porque te repellirá mais longe ainda. [...] não firas o seu ouvido nem a sua vista. Que de ti só respire agradável aroma e nada mais veja senão belleza” (Correio de Aracaju, 10 out. 1914, p. 2).

Dizer que o marido será um escravo da esposa e, logo em seguida, dizê-la para que não se eleve à altura dele é, de fato, uma contradição. Mas há nessa ideia, nas entrelinhas, um componente de retribuição: ele será um escravo somente porque ela será uma criada. E ainda assim, notamos que a ela estão delimitadas as condições do posto que ela terá de ocupar. Para ele, o mesmo não ocorre. Sua condição de “escravo” é deixada em aberto. E mesmo quando fala em deveres do esposo em relação à esposa, Ahmed diz que ele não só deve suportá-la, mas também galhofar, gracejar, entregar-se aos folguedos, porque “são coisas que adoçam o coração das mulheres”.

Comparando abertamente com as citações dedicadas a orientar a mulher, as observações feitas aos homens definitivamente não têm o mesmo teor. Uma tem caráter direcionador; a outra, serve como sugestão amigável, mas não tem a mesma força daquilo que é forçosamente ensinado às mulheres. A submissão é orientada a elas. A eles, o bom-humor é mera sugestão.

Além de tudo, o bem-estar do marido era o que media a felicidade conjugal (Priore, 2017), e a isso estavam associadas múltiplas características que se esperava que a mulher tivesse. Discipliná-la era também um modo para garantir a durabilidade de seu casamento. E era também estabelecer no senso comum que a mulher sempre deveria doar-se mais, mas sem que isso pudesse se traduzir como um empecilho para sua felicidade. O bem-estar conjugal deveria ser sua missão, e a resignação, a adequação e a submissão eram palavras de ordem para os sujeitos femininos. A outra opção era a separação, que lhes presenteava com problemas econômicos e com o desprestígio social (Priore, 2017).

O texto, então, se dirige aos homens porque eram eles que ditavam os limites, que enumeravam as qualidades necessárias e que, no fim das contas, escolhiam com quem elas iam casar. Observar atentamente as orientações e a “cartilha” de recomendações era, para as mulheres, o estudo de disciplinas obrigatórias para terem sucesso no mercado casamenteiro. Mas, além disso, era conhecimento necessário para que fossem aceitas socialmente.

O jornal também disciplinava a partir textos que exaltavam os comportamentos que se encaixavam no padrão. É o que se vê no poema *O premio da virtude* (Correio de Aracaju, 12 set. 1913, p. 1): “Não teve da virtude o desejado, / O justo premio que a esperar vivia / — E era como que um anjo idolatrado! / A pallida Maria. / Mas alcançou certa mulher casada, / Que com animo forte, / Apezar de viver amargurada / Foi fiel ao marido até a morte.” O prêmio seria justamente a felicidade, jamais alcançada, por mais que Maria se esforçasse por ser um modelo de mulher e esposa. Para o Correio de Aracaju, a ausência do contentamento não é, porém, algo ruim. Demonstra apenas a resiliência da mulher e é o reflexo de sua pureza, fortaleza e dom para o sacrifício. Melhor viver infeliz do que expor seu marido, seus filhos e toda unidade familiar ao escrutínio e ao ridículo. De certo modo, vemos aí uma manutenção do pensamento do século XIX, que considerava que a verdadeira força motriz do casamento eram os interesses familiares (Scott, 2020) e o capital simbólico que derivava dele, não o amor ou a busca pela felicidade.

O discurso que visava combater o adultério feminino também poderia disciplinar as mulheres a partir de exemplos extremos, como acontece no conto *Capricho de amor* (Correio de Aracaju, 28 mai. 1908, p. 1). É a história de Iná, filha do poderosíssimo comerciante Bel-Cherif, e que era conhecida por ser não só gentil, com também belíssima. O conto ocupa-se em esclarecer as razões que rodeavam a morte de Iná, que aos dezoito anos se casara com Assaf-Hamid, “bello mancebo, cheio de prendas de espirito, coração e fortuna.” Entretanto, com a chegada de estrangeiros, Iná se apaixonou por um deles, descrito como um homem branco, loiro e de olhos azuis, com “a figura mystica do Christo Redemptor”. Ciente da traição, o pai de Iná a questionou os motivos, ao que ela respondeu que havia sido “um capricho de amor”. Repetindo essas mesmas palavras, Bel-Chrif buscou um estilete em brasa e arrancou os olhos da filha, que faleceu em seguida.

É mais uma faceta do complexo esquema de controle da sexualidade feminina, o qual poderia ter efeitos nas leitoras do Correio de Aracaju. Para aquelas que lessem ou ouvissem um conto como o de Iná, a mensagem passada era que manter-se “na linha” era norma não somente para assegurar sua honestidade, as possibilidades de casamento ou manter distante a perspectiva de uma gravidez antes da hora. Conservar a própria honra era assegurar o futuro da família e, também, a manutenção de sua própria vida.

Por mais que o texto aponte a comoção das pessoas que conheciam Iná e jamais coloque em dúvida sua bondade, não há crítica ao senso de “justiça” do pai, Bel-Cherif. Isso porque o conto, embora tenha como inspiração o Oriente Médio, apresenta valores e modos de pensar ocidentais, entre os quais aquele que considerava o adultério feminino falta pior do que o

masculino, e por isso não tinha direito a perdão ou amparo (Priore, 2017). Enquanto a mulher adúltera arriscava tudo que tinha, inclusive a própria honra, o marido nada tinha a perder.

Entretanto, a condenação ao adultério não era meramente pelos efeitos que teria para a própria mulher. Como expõe Adler (1983, p. 158), “o adultério é, efectivamente, um crime que perverte e degrada a família e tende, por isso mesmo, a perverter e degradar a natureza, o Estado, o corpo social. A criminosa é a mulher.” Em nome da instituição que precisava de sua pureza — a família —, e em nome da linhagem que teria de garantir ao marido, a mulher não poderia investir em uma traição. Da mesma maneira, sendo a mulher uma propriedade do homem (Beauvoir, 2019), ela própria não poderia “dar-se” a outro, visto que não teria liberdade para tal. A traição era uma subversão da autoridade do marido e, conseqüentemente, sua humilhação.

Além disso, o adultério era sinal de uma sexualidade desviante. O casamento higiênico e valoroso era aquele em que não havia excessos sexuais, no qual a relação deveria visar unicamente a procriação (Scott, 2020). A mulher adúltera era, portanto, aquela que não sabia canalizar suas vontades e elevar-se de modo a se tornar digna do casamento (Adler, 1983), e por isso mesmo procurava fora de casa o prazer que não poderia adquirir no ambiente controlado do leito conjugal. Era preciso, portanto, adestrá-la (Priore, 1990).

Contos como o de Iná serviam não para conscientizar, mas sim para intimidar as mulheres e garantir sua fidelidade a partir da expressão das violentas conseqüências possíveis. Junto dele, as notícias de crimes passionais ou de mortes provocadas pela perda da “honra” da mulher, embora muitas vezes condenassem os homens que as cometeram, atuavam no sentido de sinalizar os prováveis destinos da mulher de sexualidade desviante ou infiel. O jornal, colocando-se como expoente da moral, dos bons costumes e das normas que deveriam ser seguidas pela sociedade, atuava também alertando, disciplinando, dizendo o que não fazer e o que aconteceria com aquelas que não seguissem tais orientações. É, nas palavras de Saffioti (2015), uma pedagogia da violência.

Agora, precisamos compreender o que diziam os discursos quando as mulheres não seguiam as normas impostas. É o tema da parte seguinte, na qual também compreenderemos quais as razões que poderiam fazer com que uma violência cometida pelo homem fosse aceita ou minimamente compreendida.

3.3. O uso para punir ou justificar

A terceira classificação que propusemos neste capítulo se refere às punições implementadas por homens às mulheres e, ao mesmo tempo, a suas respectivas justificativas.

Normalmente, os textos que permitem identificar esses usos dos discursos são aqueles que apresentam uma mulher desviante, tal qual a infiel e a vaidosa. Nem sempre, porém, a motivação para o crime pode ser encontrada no comportamento feminino: são os casos em que a mulher não foi punida por algo que fez, mas sim violentamente atacada. Mas ainda assim, mesmo nesses textos há justificativa para tentar isentar o homem do dolo. A violência torna-se, assim, uma tragédia do destino ou, em outros casos, um evento passível de ridicularização, de menosprezo de seu impacto ou importância.

Como dissemos antes, os discursos podem assumir múltiplas funções. Isso é perceptível a partir do texto apresentado anteriormente, que aborda a história de Iná. No caso dele, além da ideia da disciplina imposta às mulheres, temos também a perspectiva de que a crueldade imposta pelo pai da protagonista teve um motivo minimamente válido: se ela não traísse o marido, não sofreria da maneira que sofreu. Essa perspectiva tem base na tolerância e mesmo no incentivo concedido pela sociedade para que o homem exerça a “força-potência-dominação” contra as mulheres (Saffioti, 2015, p. 78).

Além disso, comumente reforça-se essa perspectiva a partir da exaltação das qualidades do homem. Isso se percebe quando, no texto, Bem-Cherif é descrito como um “homem severo, em cujo olhar se transluzia a honra, a firmeza de um caracter illibado” e “impassível como um verdadeiro sacerdote de Allah” (Correio de Aracaju, 28 mai. 1908, p. 1). Sua autoridade jamais é contestada e suas ações não são condenadas, mesmo que a filha seja uma personagem aparentemente querida na história.

No exemplo de Iná, existe também um outro detalhe importante. A moça agredida está em uma dupla situação de impotência: além de ser mulher e ser punida por suas ações, é também a filha de Bel-Cherif. É ele que detém a tutela sobre ela e que tem a autoridade e a legitimidade para perpetrar a violência descrita. Estando acima de Iná por ser homem e por ter a autoridade de pai, Bel-Cherif tem suas atitudes justificadas por uma sociedade que concorda que o homem convive com a potência (Saffioti, 2015). Conviver com o poder é conviver com a ideia de que tudo lhe é lícito. E no caso dos homens, o poder está relacionado à noção de virilidade, a qual é uma justificativa que os coloca como sempre aptos ao exercício da violência (Bourdieu, 2021).

Em *Historieta eterna*, o tema é a rejeição: “Um rapaz a adorava. / E ella se ria emquanto elle chorava. / Depois de certo dia, / Emquanto ella chorava, elle se ria.” O contentamento com a infelicidade da mulher é nítido, mas acima de tudo é justificado: ele retribui o desprezo com que foi recebido. Nesse excerto, novamente figura a rejeição como tema central, mas com o pequeno detalhe, bastante explícito, da falta de sensibilidade da mulher. A contrapartida, que é o homem finalmente poder rejeitá-la da mesma forma com que ela o rejeitou, expressa um

desejo de vingança pautado pela ideia de recuperação de um poder que havia sido tirado dele. Nesse trecho, as forças voltam ao equilíbrio: ele tem o poder e por isso afirma sua virilidade, utilizando-se da violência para fazê-lo (Bourdieu, 2021), a partir do escárnio e da rejeição vingativa. Ela, em contrapartida, novamente se encontra no posto de submissa, circunscrita ao ideal de feminilidade que lhe aprisiona.

Mas, como sabemos, frequentemente o retrato da mulher insensível também a representava como traidora. Esse não é o caso de Iná: ela não é apontada como insensível, mas sim como uma oriental de “sangue quente” que foi incapaz de resistir aos encantos do homem branco (Correio de Aracaju, 28 mai. 1908, p. 1), o que diz muito sobre o imaginário racista a respeito dos povos árabes. Entretanto, quando de fato a frieza das mulheres era citada nos trechos, frequentemente se associava com um caráter deficiente: vimos no segundo capítulo o conto *O peor castigo* (Correio de Aracaju, 16 jul. 1908, p. 2), no qual Arnaldo descobre a traição de Laura, que não demonstra sinal de arrependimento. Mas o Correio também se ocupava em trazer notícias, e em uma delas gasta vários parágrafos para explicar as circunstâncias de um assassinato — e oferecer justificativas àquele que o cometeu. O título é emblemático: *Os amores que matam* (Correio de Aracaju, 26 mai. 1907, p. 2), e conta o trágico fim de Jorge Deleschenaux e Jeannette Bonnet.

Figura 3 – Ilustrações de Jeannette Bonnet e Jorge Deleschenaux



Fonte: Correio de Aracaju, 26 mai. 1907, p. 2.

O Correio atua como advogado do homem desde as primeiras frases, ao mesmo tempo em que compõe detalhadamente a acusação da moça. Tudo começa com as descrições. Jorge era um moleiro trabalhador e inteligente, de “pshysionomia franca”. Jeannette, por sua vez, tinha somente 19 anos, uma beleza “que o vulgo chama ‘feitiço do diabo’”, e não era uma mulher séria, fiel: já abandonara Jorge por várias vezes. No fim das contas, é mais uma vez a mulher sedutora, portadora e utilizadora das armas da fraqueza, tal qual a astúcia diabólica (Bourdieu, 2021) ou, nesse caso, a beleza enfeitiçadora. E que, sabendo-se possuidora desses atributos, coloca-os em prática a fim de manter consigo homem traído, sua vítima, e dele usufruir quando lhe der vontade. Jorge desejava, aliás, casar-se com ela.

A evolução do caso é rápida. Com um relacionamento pautado por discussões cada vez mais frequentes, o estopim foi um desentendimento no horário do almoço, durante o qual Jeannette desdenhava das censuras de Jorge. Encolerizado, ele avança com uma faca para tentar matá-la, mas erra o golpe, atingindo o braço da mulher, e ela foge. Contudo, volta em seguida e é surpreendida por um tiro. Jorge, achando que havia finalmente tirado a vida de Jeannette, dá um tiro na própria cabeça, na frente de sua mãe, que assistiu a tudo.

Ao ser entrevistada, Madame Deleschenaux não deixou de reforçar o que se dizia sobre o caráter defeituoso de Jeannette e sobre a boa conduta de seu filho, agora falecido:

Ha já dois anos que eu sustentava esta infeliz porque meu filho se apaixonára. Ella já me causara bastantes magoas.

Uma porção de vezes o meu pobre Jorge a apanhára em culpa. Um dia, ella partiu levando d'elle tudo quanto podia carregar consigo: deixou-o apenas com os seus moveis.

Mas tudo isso não lhe serviu de nada, ele a amava, queria se casar com ella, perdoava-lhe sempre (Correio de Aracaju, 26 mai. 1907, p. 2).

A mulher, ao final da notícia, quis ainda saber qual era o estado de saúde de Jeannette, que estava no Hospital Tenon. Apesar do que havia contado sobre a moça e sobre a influência dela na morte de Jorge, Madame Deleschenaux desejava que ela fosse salva. Serve, portanto, como contraponto à mulher de seu filho: seu caráter dócil, definido pelo Correio como “magnânimo”, é o oposto da natureza egoísta e intempestiva atribuída a Jeannette. E isso em alguma medida serve para reafirmar o argumento de que o crime cometido contra a mulher foi merecido, embora tivesse resultado em uma tragédia.

Nesse recorte do jornal, embora haja o detalhamento da humilhação do homem pela mulher, ele aparece em uma posição de superioridade. Tratava-se, afinal, de um homem apaixonado, sim, mas principalmente de um homem de bom coração e trabalhador. A narrativa é construída não na fraqueza da virilidade de Jorge — que no fim das contas foi “recuperada”

quando ele agride Jeannette —, mas sim em sua superioridade perante a mulher que o enganava. Seu crime é justificado a partir do paralelo que se faz entre sua personalidade e a da mulher, e o desfecho da história ter sido um suicídio acaba por transformá-lo em mártir. A culpa, afinal, não é sua: matou porque estava “enfeitiçado”, matou porque amava.

Outra notícia, proveniente de um telegrama de Buenos Aires, traz um caso semelhante ao anterior. O alemão Otto Wortmann havia se envolvido com a atriz e cantora Irene Demondis, de nacionalidade belga. Apaixonado, Otto gastou grandes quantias em prol da amada, chegando a um total de 250 contos de réis em apenas dois anos. Entretanto, Irene acabou por abandoná-lo quando ele foi despedido do banco onde trabalhava e ficou sem recursos com que a sustentar. Otto tentou a reconciliação, mas sem sucesso, e por isso atirou três vezes em Irene, suicidando-se em seguida. Ela, contudo, sobreviveu.

O Correio não perde tempo em definir o caráter de Irene, ainda que de forma sutil. Deixa claro que ela deu as costas a Otto após perceber que não teria mais rendimentos provenientes dele. E ao fim, quando comenta sobre seu estado, diz que a mulher estava calma, mas um pouco preocupada com “a desagradável impressão que o facto deve ter causado ao seu novo amante” (Correio de Aracaju, 24 mar. 1914, p. 1). Em outras palavras, sua personagem é construída a partir dos arquétipos da mulher interesseira e da mulher egoísta, que inclusive não demonstra remorso ou culpa por ter sido a “causadora” de uma tragédia que culminou em suicídio. Sua única preocupação era com a opinião de seu mais novo amante, de cujo dinheiro ela certamente usufruía.

Em outros excertos, por mais culpado que o homem seja, ainda há modos de justificar suas atitudes, mesmo que não a partir da condenação da mulher. Destacamos um presente na seção *Gabinete de Riso*, no qual um homem responde, em um tribunal, sobre o motivo pelo qual desferiu dezessete facadas em sua mulher. Ele então diz que foi para o bem dela, visto que era anêmica e os médicos diziam que só o ferro a curava (Correio de Aracaju, 30 jan. 1910, p. 1). E no trecho *Amor que mata*, já abordado no capítulo anterior, alega-se que Abraham Lincoln havia matado sua esposa Mary Todd por conta de alucinações (Correio de Aracaju, 13 mai. 1913, p. 2). O método em cada um desses recortes é diferente, mas ambos permitem que os homens se defendam, a partir daí possibilitando uma justificativa para seus atos. O mesmo não acontecia com as mulheres, que eram julgadas pelo jornal e pela sociedade, de forma implícita e explícita, com já vimos em tantos dos trechos apresentados ao longo deste trabalho.

É provável que o intuito do primeiro recorte seja o de ridicularizar a gente “apoucada” que tinha agora de conviver com o discurso científico dos médicos. No entanto, não se pode ignorar o pano de fundo da violência, que é ainda mais exacerbado quando damos a devida

atenção ao fato de que a piada não a está criticando. Trata-se do discurso proibido, como vimos em Possenti (1998), veiculado sob a máscara do humor inocente, cujo único intuito é fazer rir. A justificativa por demais esdrúxula faz com que a violência perca o impacto que deveria ter e possui também o efeito naturalizador. Mesmo que não seja aceita, há ainda que se considerar que a violência contra a mulher, no texto, poderia ser recebida com risadas.

Por outro lado, não é a naturalização a culpada pelo caráter justificador da suposta notícia veiculada em *Amor que mata*. Isso advém, na verdade, do reforço à ideia de que o agressor Lincoln amava sua esposa. O jornal inclusive traz trechos em que se expressa exatamente isso. O homem é encontrado sobre a esposa morta, chorando e ainda com o revólver nas mãos. Consta, também, o depoimento do perpetrador: “senhores”, diz Lincoln, “eu adorava a minha esposa. A adorava tanto que o medo de perder os seus carinhos levou-me a matá-la. Já estou sossegado. Agora só desejo que chegue o mais depressa possível o momento em que a ella deva me reunir eternamente” (Correio de Aracaju, 13 mai. 1913, p. 2).

Como explicamos anteriormente, a notícia é de fato falsa. Mas chama a atenção que um homem supostamente “desequilibrado” ou afligido por doença mental severa tenha a capacidade de, ao depor, falar de forma aparentemente tranquila e desenvolta. Lincoln diz, aliás, que já estava sossegado, reforçando o que já dissera o Correio: “a morte foi instantanea e mr. Lincon [sic] viu cessar a causa das suas preocupações.” Embora se insista na narrativa da doença mental, a impressão que fica é a de que, na verdade, Lincoln era um homem ciumento e que matou a mulher por isso — e seu “sossego” se daria porque, com a esposa morta, não teria mais motivos para sentir ciúmes. E mesmo que fosse essa a história contada pelo periódico, a vileza dos atos de Lincoln possivelmente seria diminuída, especialmente se o Correio insistisse em títulos como “Amor que mata”, que é o original, ou “Crime passional”, como também ocorria.

Outro exemplo que pode ser resgatado do capítulo anterior é o de Maria Jesuina, a menina cuja mãe alegou ter sido violentada por Dionísio Telles. Trazemos esse trecho novamente porque em todo ele a inocência do agressor é asseverada pelo Correio e pelo texto. A confiança do magistrado na “honrada redação” do periódico, juntamente com a publicação da resposta, nos dizem que o Correio de Aracaju presumia a inocência de Dionísio Telles e pretendia ajudá-lo a combater e afastar as acusações. Além disso, a questão também apresenta contornos políticos, porque o acusado argumenta que o jornal *Norte de Sergipe* “é propriedade de poderosos chefes situacionistas, é redigido por seus familiares e assalariados” (Correio de Aracaju, 18 mar. 1909, p. 3). Assim, temos motivo para crer que a escolha do Correio para a

publicação da resposta não ocorreu apenas por sua honradez, mas também por seu alinhamento político, que talvez fosse semelhante ao do magistrado.

No fim das contas, a atitude de publicar a manifestação de Dionísio Telles se pauta em defender um indivíduo que, além de ser atuante na política, era evidentemente um homem. Pode parecer redundante asseverar isso, mas é necessário que tomemos consciência da existência de um “pacto da masculinidade”, facilmente percebido nesse e em outros excertos — e muitos deles não se restringem à classificação que abordamos agora. Esse pacto teria, além de outras características, uma fraternidade que “em um jogo complexo, protege e garante a posição do indivíduo no domínio da masculinidade” (Oliveira; Camargo, 2021, p. 117184). Cooperar-se, então, com a violência cometida pelos homens, uma vez que eles pertencem a uma mesma “casta” e que se considera que atitudes assim sejam naturais a eles.

Há também casos em que o discurso tem caráter acusatório e punitivo ainda que o homem não esteja presente. Vemos isso em *O munus*⁵³ *feminino* (Correio de Aracaju, 17 jul. 1914, p. 1), que fala sobre a missão da mulher — e se ocupa de criticá-la quando acha que deve.

É um texto complexo, que toca em vários temas, mas podemos ver que seu cerne está na religiosidade, que deveria ser forte nas mulheres. Aquelas que a renegam são culpadas, e para elas o céu jamais se abrirá. O pensamento segue, agora evocando a imagem de Eva, culpada por ter condenado a humanidade ao pecado e à expulsão do paraíso, e por isso descrita como Circe, uma bruxa. O Correio, então, dá a sentença: “o sexo que herdou a tremenda responsabilidade da original insânia só á religião póde pedir forças para repulsal-a de si para immacular-se”. Caberia às mulheres o combate ao pecado e a instrução dos homens, fossem maridos ou filhos, nos caminhos da religião, sempre com o intuito de se redimir pelo malfeito da ancestral Eva. O múnus, ou seja, o propósito feminino seria a cultura da religião.

Para além de condenar Eva e estabelecer para ela uma punição, o texto de Bricio Cardoso⁵⁴ também cumpre o papel de rejeitador da mulher desviante. “Só é verdadeira mulher a que é santa; porque só as santas é que sabem amar”, diz. E argumenta-se, ainda, que aquelas sem piedade ou devoção estão condenadas a serem vaidosas e, por conseguinte, “um bello defeito da natureza”. É um contraponto claro à ideia que se tinha do que a mulher deveria ser, de acordo com seu destino biológico: piedosa, gentil, bela, submissa. A religiosidade cristã era

⁵³ Dever obrigatório de um indivíduo.

⁵⁴ Bricio Maurício de Azevedo Cardoso foi um professor, escritor e dramaturgo sergipano, nascido em 1844 em Estância e falecido em 1924 em Aracaju. Entre suas obras, constam *Tratado da Língua Vernácula* (1875) e a peça *O Escravo Educado* (1870). Bricio Cardoso chegou a lecionar no Atheneu Sergipense e ns Escolas Normais e, além disso, foi o criador do brasão do Porvir, em 1892, utilizado desde 2018 como símbolo oficial do estado de Sergipe. Fonte: https://sergipe.se.gov.br/casacivil/noticia/simbolo_maximo_de_sergipe_completa_131_anos Acesso em: 30 dez. 2024. Ver Guaraná, 1925

um detalhe importante num país como o Brasil, à época violentamente católico e ligado à Igreja. A mulher, como formadora da sociedade, deveria cuidar para que os filhos fossem bem instruídos nos termos da fé. Era, portanto, um dever religioso, mas também político, cívico. O caráter punitivo do texto é justamente uma forma de reforçar para elas sua suposta missão, utilizando como recurso o medo da rejeição e do julgamento da sociedade.

Por fim, também era ela culpabilizada na questão do divórcio, considerado por muitos um absurdo, “contrário à espécie humana” (Adler, 1983, p. 211) ao dissolver o sacramento que era o matrimônio. Retomamos aqui o texto *Ao esvoaçar da idéia* (Correio de Aracaju, 8 set. 1911, p. 1), que coloca nos ombros femininos toda a culpa no caso de um casamento infeliz e questiona as chamadas “teorias do divórcio”. Porém, isso é feito de modo sutil, elogioso, colocando a mulher em um pedestal que lhe confere o título de catalizadora da felicidade conjugal e no lar.

Por trás dos predicados lisonjeiros, é um texto que se coloca como contrário ao divórcio. Era um tema espinhoso, que evocava outros tão delicados quanto. Adler (1983) aponta que, na França, mesmo lugar onde estavam acontecendo as discussões apontadas pelo Correio, a maioria dos pedidos de divórcio partia de mulheres e, por isso, acusava-se o feminismo, o socialismo e, claro, a liberação dos costumes. Para fazê-las desistirem da ideia de acabar com o casamento, argumentava-se de forma contundente. No caso do Correio, evocando as capacidades e a missão da mulher e ao mesmo tempo criticando aquelas que “escolhiam mal” os companheiros. Adler, entretanto, apresenta outros argumentos igualmente contundentes utilizados na época, os quais se diferenciam do Correio por serem visivelmente incriminadores:

Recorda-se à mulher que o seu dever é ser esposa, uma esposa que fica no lar tratando de seus filhos. Onde é que ela arranja o tempo e energia para pensar no divórcio? Ao romper o laço matrimonial, não está só a ridicularizar o marido; está sobretudo a matar os seus filhos. [...] A mulher que se divorcia pratica todos os dias um infanticídio moral. A divorciada é uma mulher desclassificada, amesquinhada, definitivamente marcada pelo ferrete do primeiro marido. [...] O passado há de persegui-la (Adler, 1983, p. 227).

Novamente, o peso está nos ombros das mulheres. E apesar de serem outros os adjetivos, eles continuam passando a mensagem de que o divórcio deveria ser evitado, sendo essa uma tarefa feminina. Nesse sentido, podemos ver aqui um efeito do que Carole Pateman (1993) diz ser a negação e afirmação simultâneas da feminilidade das mulheres: elas são pessoas e propriedades. Afirma-se sua feminilidade quando se quer que ela se mantenha com o *status* de posse incontestável e intransferível; e nega-se quando, para isso, o argumento está centrado na ideia de que ela mesma deve rejeitar a ideia do divórcio e buscar o sucesso do casamento.

Em outro trecho do texto, evoca-se até mesmo a ideia de que a mulher divorciada é uma mulher já utilizada, que não mais serve. Aproxima-se também do pensamento sobre a amante, que o Correio tão severamente condena, dizendo: “o homem que desposa a sua amante escarra no copo antes de beber” (Correio de Aracaju, 10 mai. 1911, p. 1).

Tanto a divorciada quanto a amante são mulheres usadas, mercadorias avariadas que não encontram vez no sistema de posses que se entrelaça com o casamento. E elas são as autoras — ou ao menos as facilitadoras — de sua própria degradação social. Mas ambas são também mulheres que, em alguma medida, ignoram as convenções sociais. Adquirir um amante era desonrar o marido, mas também era igualar seu *status* ao do homem, a quem a traição era perdoável, quando não recomendada. E o divórcio permite que se erga uma nova moral social, baseada no igual poder da mulher e do marido, visto que qualquer um deles agora poderia optar pela dissolução do casamento (Adler, 1983). No fim das contas, dava-se mais poder à mulher, inclusive de colocar contra a parede o marido adúltero, mesmo que com frequência suas quebras de confiança e desrespeito ao sagrado matrimônio fossem desconsiderados na avaliação dos pedidos de divórcio.

Entendemos que o direcionamento do discurso condenatório à mulher visava frear o avanço de uma política como o divórcio, talvez com o intuito de tornar-lhe inútil. Reforçando-se a missão e o ideal de mulher, visava-se refrear os ímpetos delas quanto à aderência a essa chaga moderna. Mas, ao mesmo tempo, o Correio não contia ao punir com palavras aquelas que, segundo sua ótica, não empreendiam o devido esforço para a felicidade do casamento. Se era infeliz, a culpada era ela mesma, porque não soube escolher um bom marido. Ou, em outra perspectiva, porque não se esforçava o suficiente para cumprir sua missão. Afinal de contas, o casamento para ela era sinônimo de liberdade (Correio de Aracaju, 8 set. 1911, p. 1). Teria tudo aquilo que poderia desejar. O que deveria conceder em troca era o seu comprometimento com o papel que lhe fora delegado.

Como pudemos identificar, o intuito ao justificar as atitudes problemáticas dos homens era protegê-los, mesmo que se soubesse que tinham, de fato, cometido crime. Isso poderia ocorrer a partir de uma explicação minimamente plausível para suas ações, mas comumente a base do argumento estava no caráter das mulheres. Duvidoso ou comprovadamente defeituoso, com frequência era ele que os discursos estabeleciam como catalizador das violências. O homem era simplesmente um ator que, em contato com os defeitos da(s) mulher(es) com quem se relacionara, escolhera uma maneira infeliz, mas não completamente repudiada, de lidar com as situações.

O discurso que condenava as personagens femininas, por sua vez, visava afastar dos homens o fodor da culpa, mas atuava também de forma pedagógica, ensinando-as que a responsabilidade era sempre sua. É uma ideia que contrasta com o pensamento de que a mulher era um ser pouco racional: o lógico, nessa perspectiva, seria não deixar que elas tomassem decisões, já que seriam mais dominadas pelos sentimentos e não pela razão. Mas ao mesmo tempo corrobora-se com essa ideia. Era justamente a ignorância, a falta de raciocínio e a natureza emocional das mulheres que poderiam ser as culpadas pelos erros atribuídos a elas. Entretanto, diferentemente dos homens, que tinham seus erros mascarados sob as cores do amor, do ciúme, da traição, da loucura ou mesmo do humor, as mulheres não tinham os mesmos privilégios. Seus erros eram isso e nada mais. E suas atitudes não tinham justificativa e nem perdão.

No caso mais específico apresentado em *O múnus feminino*, o que se passa é também a culpabilização da mulher desde o princípio da vida, de acordo com a teoria criacionista. A atitude de Eva, além de fornecer informações sobre sua própria ignorância, selou o destino de todas as demais mulheres que se seguiriam a ela. A punição, assim, converte-se em herança de todas as mulheres, uma característica de seu sexo, assim como a falta que a tornou necessária. Apesar de ser um discurso que evoca a ideia de um bem maior a ser salvaguardado, tem em seu cerne o caráter punitivo.

Havia casos, porém, em que a violência não era defendida ou reconhecida como legítima. Nós os demonstraremos e analisaremos na próxima parte, demonstrando suas razões e implicações.

3.4. O uso para rechaçar

Enfim, chegamos à última parte da análise, na qual daremos atenção aos discursos que rejeitam a violência masculina, repreendem-na. Isso ocorre com casos de violência física, mas também sexual ou psicológica. Além do mais, os trechos coletados que expressam esse uso são, normalmente, notícias ou textos literários. As primeiras carregam consigo palavras mais duras aos homens que cometem os crimes, enquanto os últimos muitas vezes servem de alerta, lamentação ou visam defender algum argumento.

Não devemos nos enganar com a ideia de que o discurso que rechaça a violência automaticamente é o mesmo que se coloca do lado das mulheres. Muitos não deixavam de lado a crítica às vítimas, quando se interpretava que eram necessárias. Ou, quando não havia críticas diretas, alusões a roupas ou comportamentos considerados inadequados não deixavam de

aparecer, ainda que de forma muito sutil. Interpretamos que era uma forma de repudiar aquilo que passava dos limites do aceitável entre os homens, mas também, por vezes, servia para alertar e repreender as mulheres em relação a elementos e comportamentos que as poderiam colocar em risco. Entendemos que não necessariamente isso se dava por preocupação com a integridade das moças, mas sim para reforçar normas sociais para as quais elas — ou algumas delas — faziam vista grossa.

Além disso, o repúdio também poderia estar relacionado a interesses maiores, de interesse de toda a sociedade. A virgindade feminina, a maternidade, a manutenção dos papéis de gênero eram tópicos importantes, porque visavam a manutenção legítima da linhagem dos homens, a garantia de quem exercesse o trabalho de cuidado necessário ao funcionamento impecável das engrenagens sociais, e no fim das contas a confirmação de que o país estaria, no futuro, nas boas e competentes mãos de seus herdeiros. Algumas atitudes dos homens punham em risco o equilíbrio na balança social e o papel do Correio era o de alertar a população para elas e, na medida do possível, tentar impedir que acontecessem, se repetissem ou concretizassem. Ou ainda, em certos casos, visava também defender as visões mais modernas sobre o papel social da mulher.

O primeiro excerto que queremos destacar nessa classificação é o que noticia sobre a catedrática Clotilde Luisi, professora de Direito Romano na Universidade de Montevidéo (Correio de Aracaju, 29 set. 1912, p. 2). Ela foi a primeira mulher no Uruguai a se formar em Direito, em 1911⁵⁵, mas ainda assim o Correio relata que os estudantes se recusaram a comparecer a suas aulas, muito embora a professora já fosse notória em sua área. A atitude dos alunos é repudiada pelo periódico, que alega que “á [sic] mulher, ser eminentemente espiritual, não se pôde impedir concorra [sic] nesse terreno, colaborando connosco na obra da cultura e da civilização que é um patrimonio comum”. Diz, ainda, que a professora seria útil aos estudantes de Montevidéo.

A fala do jornal não deriva de simples ímpeto progressista. Para defender Clotilde, defendia também o papel tradicional atribuído a mulher, aludindo à Roma Antiga, cenário de origem da disciplina ensinada por ela na Universidade. Para o Correio, a orientação liberal dos textos do direito romano adviria da influência da mulher no seio da família. Sua austeridade “foi a força de coesão que solidificou e deu fôrma ao espirito dos códigos”, que teriam nascido

⁵⁵ Chegou a ser professora no *Instituto Normal de Señoritas* e se especializou em ensino de surdos, inclusive sendo escolhida para representar o Uruguai em um congresso de Professores de Surdos, realizado em Roma. Foi professora universitária e diretora da *Sección de Enseñanza Secundaria y Preparatoria para Mujeres*, criada em 1913. Além disso, foi decana da *Universidad de Mujeres*, além de escritora e ativista. Fonte: <https://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/64097> Acesso em: 27 dez. 2024.

nos lares, nos quais a autoridade do *pater* era suavizada pela esposa. A mulher, tendo participado da formação desse mesmo direito, poderia e deveria, segundo o jornal, ter a oportunidade de ver a grandeza das leis que teriam sido erguidas com seu esforço.

Especificamente sobre Clotilde, fala-se que tinha “notável capacidade” e que fora mandada pelo governo “addir a uma das Legações no estrangeiro”. Mas é só isso. O restante do texto é voltado para a argumentação que já apresentamos. O Correio aprova sua contribuição na universidade, mas aparenta se basear muito mais no suposto legado “das matrones [sic] virtuosas da cidade latina” do que nas reais habilidades que conferiram a Clotilde o título de professora. Assim, embora rechace a atitude dos alunos, o faz de modo a argumentar que a mulher em questão não estaria se afastando dos papéis de gênero tradicionalmente exercidos no interior da família (Arend, 2020), assim como acontecia no caso das enfermeiras e das normalistas. No fim das contas, era uma tentativa de adaptação do periódico: o intuito era se encaixar nos novos tempos e costumes, mas sem abandonar os ideais antigos.

O Correio também repudiava as atitudes de pais severos que ignoravam os desejos e os amores das filhas. Demonstra isso em algumas passagens, das quais destacamos duas. Uma delas é o anúncio de um filme que seria exibido no Cinema Rio Branco, denominado *Os Mortos Não Falam*. É a história de uma mulher forçada pelo pai a se casar com um Barão, embora amasse um outro homem, que era aleijado por ter sofrido um acidente ao salvar uma criança. Segundo o jornal, era um filme que merecia a atenção do público por ser digno de admiração.

Contrariando ligeiramente o costume desses anúncios, o Correio opta por fazer um comentário que vai além dos simples elogios à qualidade dos filmes: é um comentário moral e uma crítica à prática, ainda presente naquela sociedade, de realizar casamentos de conveniência, forçando especialmente as mulheres a isso. Os pais que fazem isso, segundo o jornal, são “os unicos causadores de um viver infeliz, de um adultério ou de um suicídio” (Correio de Aracaju, 30 abr. 1913, p. 2).

A segunda passagem se trata de um texto literário: *A Alheada* (Correio de Aracaju, 17 jun. 1909, p. 2), também de autoria de Bricio Cardoso. A protagonista, de nome Maria, um exemplo da mulher ideal, se apaixona por um médico. Seu pai, “um velho impregnado de orgulhos e de preconceitos”, não aprova a união pelo motivo de que o rapaz amado por Maria dizia-se também homem de letras e poeta laureado, coisa que o homem considerava indício de um indivíduo sonhador e pouco afeito ao trabalho. Sem concordar com o casamento, o pai de Maria a manda para um convento e ela teve que obedecer: “era mulher, era escrava. Se não o fizesse, uma grosseira violencia a obrigaria.”

Ir para o mosteiro e ficar sem o amado foi, para ela, uma morte em vida. E mesmo depois que o pai desistiu de torná-la freira, fazendo-a casar com um escrivão de órfãos, nunca recuperou a vivacidade e nem foi capaz de amar o marido. Ele, conhecedor da história da esposa e do fato de que o antigo amor dela já havia morrido, ainda acreditou durante algum tempo que viria a ser amado por ela. Mas no leito de morte se convenceu de que seria impossível, porque “o amor verdadeiro é eterno; não passa, como os homens; não tem sucessor [sic], como a humanidade”.

Esses excertos são mais exemplos em que podemos ver o esforço do jornal em se adequar à nova realidade trazida pelo século XX. Agora, durante a Belle Époque, a vontade dos indivíduos tinha valor quando o assunto era a escolha do futuro cônjuge (Scott, 2020). O amor então passa a ser condição indispensável para a felicidade a dois (Adler, 1983) e privar os indivíduos de sua presença era atitude quase trágica, passível de prejudicar não somente os esposos, mas a família e a sociedade como um todo. O Correio, portanto, demonstra sua aliança com a visão moderna sobre casamento, amor e família.

O periódico se mostrava tão verdadeiramente contrário aos casamentos forçados que, em uma notícia que relata os esforços de Maria Fausta da Costa Mattos para anular sua união com João Ferreira de Moraes Junior, apresenta parte do processo movido para comprovar o caráter inválido daquele empreendimento. O destaque está no uso da legislação: “proposta de accordo com o art. 63 da lei do casamento civil, que declara annullavel o casamento contrahido com infracção dos paragraphos 5 a 8 do art. 7, o primeiro dos quais estabelece como impedimento matrimonial a coacção” (Correio de Aracaju, 4 jun. 1913, p. 2). Mais um sinal da mentalidade sobre o casamento que, agora, estava modificada.

O intuito era o de remodelar o casamento para reforçá-lo como instituição social, mas de também reforçar o lar como “ancoradouro da moral sagrada” (Maluf; Mott, 2018, p. 304). Para isso, tinha-se a concepção do amor ideal, um amor sereno e voltado para a composição de uma família higiênica, saudável e, mais importante ainda, legítima. Não à toa o Correio menciona o adultério como consequência terrível de um casamento forçado e sem amor. Uma vez que a sexualidade feminina era regulada e que só se considerava higiênico o sexo praticado no casamento, a ausência de amor que estimulasse os encontros íntimos dos cônjuges poderia ser um dos motivos pelos quais a mulher, insatisfeita, fosse procurar fora o que não tinha em casa.

Agora no século XX, com a modificação dos costumes, a mulher casada poderia transpor a soleira da porta da vida privada. Esse corpo social, agora influenciado pelo relaxamento moral e pelos ditos progressos (Adler, 1983), estava em risco. A adúltera e a

prostituta eram personagens próximas, ambas supostamente incapazes de ser fiéis a um único homem. Era necessário combater, portanto, quaisquer motivações ou problemas que pudessem significar, no futuro, a “queda” da mulher honrada e a perda de sua adequação aos papéis que se esperava que ela desempenhasse. O jornal, ao condenar os casamentos arranjados e forçados, não rechaçava somente a violência simbólica exercida pelos pais, mas também advogava pela manutenção daquilo que se considerava a honra da mulher, do marido e da instituição familiar como um todo.

Há também um exemplo em que o Correio sai em defesa das mulheres tendo como pano de fundo os interesses da sociedade. Em uma notícia, consta que “no Rio, os jornaes acusam o medico Octavio de Andrade, pelo modo por que faz provocar abortos, usando de ferros, e alem de matar as creanças, deixa as parturientes em perigo de vida” (Correio de Aracaju, 12 abr. 1913, p. 1). Relata-se ainda que uma das operadas ficou com uma agulha no útero, o que lhe deixou gravemente doente.

O aborto era uma abominação. Certificado praticamente inconteste de que a mente da mulher estava doente, visto que, como aponta Pereira (2016, p. 93), “não mostrar amor aos filhos era identificado como desvio de afetividade, logo, desvio de normalidade, verdadeira negação do seu papel social”. Além disso, a negação à maternidade poderia ter como consequência várias enfermidades, uma vez que se considerava que a maternidade era o único recurso capaz de impedir a loucura à qual tendiam as mulheres.

Outro ponto central, que já discutimos à exaustão, é o pensamento de que as crianças seriam o futuro da nação. Negar-se a tê-las e, portanto, a criá-las, formá-las e educá-las era uma afronta à pátria, representava falta de senso de coletividade e ausência de pensamento no futuro do país. Era, portanto, atitude de uma mulher egoísta. Mas no caso que comentamos, não se diz exatamente se as mulheres queriam fazer o procedimento abortivo, tampouco se os bebês eram oriundos de seus casamentos ou de uma traição. O criminoso é, na verdade, o médico, tanto por se utilizar de suas habilidades para retirar os fetos, quanto por fazer com que as mulheres adoecessem por conta do feito. Era ele quem afrontava a pátria, privando-a de seus futuros mantenedores e, é bem possível, prejudicando as possibilidades daquelas mulheres poderem ter mais filhos em tempos vindouros.

O Correio também rechaça os ataques perpetrados por homens a mulheres, embora algumas vezes tente encaixar um tom de dúvida ou hesitação sobre o que aconteceu ou sobre a versão contada. Por exemplo, no capítulo anterior, apresentamos a historieta da jovem que vai à aldeia para empenhar brincos e é assediada por um homem mais velho (Correio de Aracaju, 24 jun. 1909, p. 2). Retomamos ela aqui porque há duas coisas que não podemos deixar de lado

ao ler esse conto. A primeira são os quinze anos da vítima, que poderia ser a filha do homem que a assedia, como ela mesma aponta ao final. Sua idade ressalta sua inexperiência, sua inocência, mas também nos faz lembrar que, à época, não era visto com estranheza que muitos homens se relacionassem e casassem com mulheres muito jovens.

O segundo detalhe é que o próprio conto, embora aparentemente repudie a atitude do homem, fazendo questão de relatar a reação de choque da menina à proposta indecente, sexualiza a jovem. Descreve a saia “um pouco curta”, os pés descalços e aponta o lenço vermelho sobre o peito túrgido, ou seja, firme, rijo. Novamente há aqui a questão, já mencionada, dos horários delimitados para que as moças “de respeito” poderiam sair e circular, mas de maneira mais direta: “era muito formosa aquella moçoila de 15 annos, para ir sosinha subindo a encosta, num deserto, ao cair da noite”. É uma forma de demonstrar que, embora errado, o homem teve motivos para fazer o que fez. Mais um exemplo de quando as classificações dos discursos se entrelaçam: além do que repudia, temos o que justifica a conduta dos sujeitos masculinos, ainda que de maneira sutil.

O que acreditamos é que o repúdio não se dá pela idade da menina, tampouco pela simples proposta de envolvimento sexual mediante pagamento. Muito provavelmente é por ser uma conduta já era compreendida, em alguma medida, como violência ou, no mínimo, como ofensa à honra da moça. Além disso, se a proposta fosse aceita, por vontade ou desconhecimento do que realmente significava, tirava das jovens a inocência que se esperava que elas tivessem em termos de sexualidade e deixava-as inelegíveis para o casamento. Não necessariamente se enxergava a proposta do feitor como uma violência nos termos do assédio. Era, porém, um ataque à honra — se não da moça, de seus pais. Caso houvesse uma violação, porém, é provável que a narrativa apresentasse um tom condenatório ainda mais palpável, como foi visto em *Da cabanada* (Correio de Aracaju, 2 jun. 1911, p. 2).

Ainda assim, contudo, o texto ainda dá a entender que o homem teve razões para proceder daquela forma, devido à maneira como a menina estava vestida e ao horário em que se dirigia para a aldeia. Podemos considerar que é também um sinal de que eventos como esse aconteciam com certa frequência e eram de conhecimento da sociedade, então talvez fossem entendidos como “normais”, ainda que irregulares. A personagem, além do mais, é uma moça pobre, o que provavelmente indica que elas eram mais suscetíveis a sofrerem com assédio e abuso, visto que não tinham os privilégios de acompanhantes ou transportes. Ou ainda, devido à necessidade, precisariam ter meios para se sustentar e recorriam à venda do próprio corpo para adquirir o dinheiro necessário. É o que ocorre com Mariana, em *Rua do Siriri* (Fontes,

1989), que não tinha pai, irmão ou marido para guardar sua honra e, depois de algum tempo, desiste dos baixos salários da Têxtil e vai dormir com o ex-patrão para ter com o que viver.

O ponto sensível da história está, justamente, na grandeza da personagem, que se recusa a tomar o caminho mais curto para conseguir o dinheiro. Consciente de sua condição e de sua pobreza, ela opta por aquilo que se via como uma grande riqueza: a honra intacta. E mais do que isso, ela se ofende pela proposta insolente do homem, demonstrando verdadeira pureza, atributo que era bastante valorizado nas mulheres. Se tivesse aceitado, certamente o tom do Correio, que já não deixava passar sua vestimenta e sua “formosura”, seria voltado para culpá-la completamente por sua própria ruína. E o homem que fez a proposta seria apenas mais um entre vários que faziam o mesmo, com o bônus de ter conseguido o que queria.

Os demais casos que apresentaremos nesse fim de capítulo abordam violência física, e todos se tratam de notícias. Algumas delas já foram apresentados, mas enfocamos o caráter mesmo da violência, e não seus usos. Uma é aquela que relata a história de Maria Monteiro, uma menor de idade que foi apunhalada na face ao fugir de Luiz Baldoino, que intencionava ter relações sexuais com ela (Correio de Aracaju, 24 fev. 1911, p. 1). Outra também já mencionada é a de Jorge Grasser, que atirou da janela sua esposa, Maria Luiza Grasser (Correio de Aracaju, 23 out. 1912, p. 3).

Além desses excertos, fazemos questão de mencionar também outras duas notícias. Uma delas, proveniente de Bagé no Rio Grande do Sul, trata de Raphaela Alves, infeliz que foi mantida em cárcere privado pelo marido, um marchante de nome José Alves da Silva (Correio de Aracaju, 23 out. 1913, p. 2). A segunda, denominada *Uxoricidio*⁵⁶ (Correio de Aracaju, 1 mai. 1912, p. 2), fala de Leonel Rosa, que assassinou sua esposa e mãe de suas filhas, Emilia Parreira, “com pancadas de achas de lenha, machadada e facadas”, em São Paulo. O homem fez isso após desistir de se mudar para Ponta Grossa sem a esposa — e um ponto importante é que ela se recusou a acompanhá-lo precisamente por conta da violência constante a que era submetida.

Quando o jornal quer realmente repudiar a atitude, isso fica bastante claro, em especial pela descrição feita dos homens. Na notícia de Maria Monteiro, o Correio relata que Luiz Baldoino era um soldado de polícia que fugiu da prisão no quartel. Além disso, ele é tratado por “seductor” e “criminoso”, deixando claras suas intenções desonrosas e a torpeza de seu caráter. Em *Um Bandido*, Jorge Grasser recebe os adjetivos de madraço⁵⁷, bêbado incorrigível,

⁵⁶ Termo utilizado para designar o assassinato da esposa pelo marido. Difere de “feminicídio”, termo comum na atualidade, o qual tem sentido mais amplo, não se restringindo à relação marital.

⁵⁷ Sinônimo de ocioso, preguiçoso, vadio.

furioso, miserável, e revela-se que ele a maltratava diariamente. Raphaela Alves tinha um “marido fera”, apontado também como bárbaro e desclassificado criminoso. E Leonel Rosa já era conhecido por seu comportamento violento, que há 14 anos vitimizava sua mulher, e o Correio também destaca seu cinismo ao alegar legítima defesa.

As mulheres não demonstram ser desviadas da moral e dos bons costumes: Maria era menor de idade; Luiza Grasser estava no leito de morte devido à tuberculose; Emilia mantinha a família, depois do abandono do marido, com uma pensão que recebia de sua filha mais velha; e Raphaela, ao presenciar a chegada da polícia, exclama agradecimentos a Deus. Parte do repúdio à conduta dos homens se dá porque não havia nada que repreender nas mulheres. Eram exemplos de pureza. Para aquelas casadas, também eram importantes os fatores da resiliência e da fidelidade a maridos que as maltratavam. Eram mártires.

Os maridos, por outro lado, têm suas ações verdadeiramente condenadas por alguns motivos que se somam. O primeiro, já comentado, é o fato de que tiveram como vítimas mulheres honradas. O segundo é sua conduta antes dos eventos, em alguns casos comprovada por vizinhos ou conhecidos: eles são exemplos de indivíduos problemáticos e violentos. E por fim, a torpeza própria de seus atos. São crimes que, mesmo não sendo calculados e planejados, foram executados de modo a causar sofrimento e dor, deliberadamente. No caso das que não morreram, como Maria, há também as sequelas. Enfim, o Correio não se preocupa em defender as condutas dos homens porque para elas não há defesa ou justificativa possível. Não houve traição ou nenhum tipo de passo em falso por parte das mulheres. Mas havia o mau caráter dos homens, reconhecido e aludido nas notícias, comprovado por suas ações.

Em nosso entendimento, o periódico condena os homens dessas notícias por suas ações de fato repudiáveis. Não o faz para transmitir uma lição ou por qualquer motivo em particular. Isso demonstra, para nós, que mesmo em um contexto em que várias violências eram legitimadas, ainda havia limites para a tolerância a elas. Evidentemente, esse limite era maior ou menor a depender da conduta da mulher que era vítima, mas ainda assim existia. E o Correio, que tinha em seu cerne o interesse em ser um porta-voz da sociedade, atuava reverberando discursos que lhe atravessavam, relatando acontecimentos, emitindo e formando opiniões.

Tentamos demonstrar, ao longo desse capítulo, que os discursos veiculados pelo Correio tinham intenções, explícitas ou implícitas, que se associavam com a realidade vivenciada pelas mulheres e as expectativas tidas pela sociedade a respeito delas. São mais um aspecto da sutil rede que as englobava e que se associa com as violências demonstradas e discutidas no primeiro capítulo. Diminuir, disciplinar e punir são ações que reverberam as agressões, em especial porque têm caráter muitas vezes mais sutil, mas que ajuda a sustentar as noções, as

representações, os ideais e as expectativas em torno dos sujeitos femininos. Justificar as violências dos homens, por sua vez, era não só sustentar tudo isso, mas também solidificar no imaginário e nos viventes do período a ideia de que os homens frequentemente tinham razão, além de auxiliar na manutenção da lógica que rebaixava, disciplinava e punia as mulheres. Esses discursos, independentemente de suas intencionalidades, podem ser utilizados para compreender a definição de diferença como desigualdade e o posterior estabelecimento de uma relação hierárquica, como já apontou Chauí (1985).

O rechaço às violências, porém, talvez possa ser entendido como um reflexo dos novos tempos e das modificações a respeito do que se concebia como violência, assim como discutimos com base em Misse (2016). O desejo pelo progresso e pelo moderno demandava novas formas de sociabilidade e a vida privada foi exatamente um dos pontos que mais sofreu mudanças devido a isso. É evidente que tais modificações e novas formas de sociabilidade atingiriam as relações entre homens e mulheres, modificando as dinâmicas e os discursos. E embora a violência seguisse existindo, seus sentidos já começavam a se modificar, abrindo espaços para questionamentos e reivindicações.

Nos dias de hoje, também no discurso jornalístico, nos deparamos com táticas semelhantes. E embora estejamos mais alertas a essas práticas, elas ainda têm impacto na sociedade atual, visto que ela, embora tenha na palma da mão muito mais informação do que precisa, nem sempre se utiliza disso em seu favor. Estudar temas como esse, tão antigos e ao mesmo tempo tão atuais, é essencial para treinar o olhar e a mente para a crítica, o questionamento, a busca por conhecimento. Nós, mulheres, que tantos direitos conquistamos ao longo do século XX em diante, merecemos e devemos estar atentas para isso, em nome daquelas que vieram antes e das que virão depois.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar de um tema como a violência, e em especial de violências não visíveis, é uma grande responsabilidade. Os jornais são fontes que se encontram no limiar entre o escancarado e o sutil, e mesmo que por vezes seja fácil encontrar trechos que falem de forma clara da violência, também há neles uma longa pilha de exemplos em que era preciso olhar além do que estava escrito. Ao longo do trabalho, prestar atenção nesses dois lados foi essencial para que fosse possível identificar que a violência de gênero não aparecia somente no discurso jornalístico do Correio de Aracaju quando líamos as notícias: ela era, frequentemente, exercida e reforçada por ele, em diversos tipos de texto. E isso, com tantas representações existentes sobre as personagens femininas, não é de se estranhar. As piadas, aforismos, artigos, poemas também existiam porque era necessário diversificar os tons do discurso e falar de forma abrangente e coerente, de acordo com os valores da época, de todos esses tipos de mulher.

No primeiro capítulo, ao entender o contexto da Aracaju da Belle Époque, pudemos ter um vislumbre das ruas da cidade que se pretendia moderna e que, inserida no contexto da Primeira República, buscava acompanhar as mudanças do país e a caminhada do progresso. O Correio de Aracaju, desse modo, também buscava acertar o passo em relação ao regime republicano, deixando claros nas páginas os seus valores cuidadosamente alinhados, sempre visando estabelecer com os leitores uma relação de legitimidade e confiança. O mesmo foi feito em relação às representações sobre as mulheres: a ideal era aquela que cumpria todas as promessas a respeito de seu destino biológico, sendo delicada, frágil e submissa, preparada para o casamento, o lar e os filhos. As desviantes, em contrapartida, seriam aquelas que saíam desse reto caminho por vontade, descuido, desamparo da natureza ou mesmo velhice. As feias, as sogras, as destemperadas, as insubmissas, as idosas, todas eram desviantes quando olhadas pelo recorte que fazia o jornal. Tanto a ideal quanto a desviante eram faces de uma mesma moeda: eram figuras unidimensionais, cuja única característica repousava em seus títulos e traduzia completamente suas personalidades.

O segundo capítulo, por sua vez, se dedicou a analisar a violência especificamente. Logo compreendemos que não só as notícias carregavam essa temática, mas também outros gêneros textuais, os quais poderiam ser identificados como mais leves ou menos propícios a abordar essa temática. É aqui que podemos perceber com mais detalhe que a figura da mulher era reduzida a estereótipos, recortados para fazer que o que era dito sobre elas fizesse sentido. Isto seria produto de uma relação de alteridade estabelecida entre homens e mulheres, a qual seria elaborada, orientada e mesmo divulgada pelos primeiros e, no fim das contas, também serviria

de base para as agressões. Além disso, abordamos nesse capítulo o fato de que a violência normalmente tem um pano de fundo simbólico, podendo em seguida se manifestar de outras formas — verbal, psicológica, física ou sexual.

De início, consideramos a hipótese de que as violências normalmente seriam direcionadas para aquelas personagens que não se encaixassem na norma. No fim das contas, porém, conseguimos compreender que não só as mulheres desviantes eram o alvo. Também a dona de casa dedicada, a mãe zelosa e a esposa modelo foram vistas na teia de agressões que se apresentavam nas palavras existentes nas páginas do Correio — e além delas. Mas o que descobrimos foi além disso: pudemos ver que, frequentemente, não era necessária motivação para que as violências acontecessem. O alvo era a mulher e a motivação primária era sua existência no mundo, envolta em um contexto social em que a violência, cotidiana ou não, comumente obedecia a uma narrativa criada por homens. Das jovens assediadas ou agredidas sexualmente às imagens da sogra megera, vemos que a violência tinha como catalisador aquilo que elas compartilhavam: a condição de mulher, de Outro.

O último capítulo foi destinado a entender melhor as relações entre as violências que apareciam no discurso jornalístico e o contexto. Para tanto, nos perguntamos qual ou quais seriam as intencionalidades por trás do que era publicado e delimitamos finalidades básicas: diminuir, disciplinar, punir, justificar a violência ou repudiá-la. Entendemos que essas classificações não são puras e que podem se manifestar de forma mista. Mas o ponto central desse capítulo foi compreender que as violências identificadas estavam intimamente associadas aos valores, visões, interesses e representações construídos e sustentados pela Primeira República. Serviam não apenas a um interesse de manter na linha as mulheres, mas também de garantir que o mundo moderno se fizesse presente nos lares brasileiros e que elas se constituíssem em formadoras daqueles que dirigiriam a nação um dia. Mesmo o rechaço à violência era, por vezes, o rechaço à destruição do potencial da mulher que fora vítima. Repudiava-se, por debaixo dos panos, o ataque à honra, à família e ao futuro do país, não necessariamente o ataque à mulher.

Em vários momentos nos deparamos com escritos, tanto de cunho ficcional quanto noticioso, em que os agressores não tinham sucesso em seus planos. Entretanto, também identificamos que, mesmo quando tais ações eram frustradas, as mulheres eram vitimadas pelo próprio jornal. O julgamento, o ato de apontar a roupa, os atributos físicos ou ainda o comportamento das mulheres era uma violência simbólica que, no fim das contas, também tinha seus usos. Era um modo “pedagógico” de orientar sobre o que não fazer e que tipo de mulher não ser, mas também humilhava as personagens femininas. Além disso, escondia o verdadeiro

culpado, o verdadeiro infrator, sob o manto dos discursos que alegavam que as vítimas meramente sofriam as consequências de seus atos. E em outra perspectiva, a justificação das agressões, servia para manter a lógica de dominação que beneficiava os sujeitos masculinos.

Entendemos ser importante que pesquisas futuras se debrucem em aspectos não explorados, mas igualmente relevantes. O ano de 1914 foi selecionado como final na periodização porque é quando a Belle Époque tem seu fim, dando lugar ao caos inesperado da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Uma interessante contribuição seria buscar saber, também a partir do Correio, se a violência contra a mulher vistas nas páginas e nos discursos do periódico se modificou durante o conflito, em forma ou mesmo frequência de menções. Sabemos que mulheres de diversos países assumiram novos postos durante a guerra, tanto em suas casas, quanto ajudando durante o conflito — muitas como enfermeiras, uma profissão normalmente associada ao cuidado dos enfermos e não à violência provocada pelo combate. É válido buscar saber como o Correio abordou essas histórias e as mudanças provocadas naquele contexto, em especial para as mulheres, e se a República teve de atualizar seus discursos para melhor se adequarem ao momento.

Além disso, os discursos direcionados às mulheres negras especificamente também não foram vistos com frequência. Não conseguimos deixar de nos perguntar em que medida as violências direcionadas a elas eram diferentes. Essas mulheres, no período em questão, normalmente não se encontravam entre a burguesia sedenta pelo moderno; com mais frequência compunham a parcela marginalizada da população, a quem os discursos não atingiam ou, se o faziam, não condiziam com sua realidade. Entretanto, a violência era presente também em suas casas, como é possível identificar em trabalhos como o de Sidney Chalhoub (2012). O jornal, em anos posteriores, chegaria a abordá-la? Como a encararia e como a retrataria? Uma abordagem interseccional, com base nas noções de raça e de classe, importa para entender a situação dessas mulheres, que existiam em um Brasil que ainda há pouco era escravocrata e cuja República ainda carregava — e carrega — os efeitos dessa terrível herança. É preciso ler nas entrelinhas. Mas é preciso, também, identificar os silêncios e o que querem dizer.

Inicialmente, o entendimento que tínhamos era o de que esse trabalho ajudaria na identificação de violências nos discursos dos jornais da atualidade, que estão presentes nas redes sociais e provavelmente têm, hoje, um alcance muito maior do que antes. Entretanto, compreendemos que a pesquisa poderia ser útil por outros motivos. Em um mundo que vivencia novamente a ascensão da extrema-direita, é importante que mulheres saibam reconhecer violências e entendam que elas não acontecem sem motivo. Isso porque os direitos conquistados

há menos de dois séculos se veem, com o avanço galopante da mentalidade conservadora, claramente ameaçados.

Além disso, a *internet*, com sua multiplicidade de vozes, opiniões, interesses, é local privilegiado para a elaboração e circulação de discursos nocivos às mulheres. Sabendo disso, é importante que tenhamos em mente que boa parte do que vemos hoje, em especial nas redes sociais, não é novidade, mas sim a apropriação e reformulação de um passado e de discursos já vistos nele. A violência não ficou presa nas páginas dos jornais impressos: está amplificada na *internet*. Para combatê-la, precisamos reconhecê-la. E para reconhecê-la, é preciso estudá-la.

Esperamos, enfim, que este trabalho tenha auxiliado na manufatura delicada que ainda é a História das Mulheres. E, além disso, o desejo é que ele tenha contribuído para — quem sabe? — pensarmos em um novo ideal de mulher. Distante, porém, das amarras rígidas e das expectativas infundadas, sem sentido. Mas muito mais próxima de um desejo emancipatório do coletivo feminino, em oposição às violências que, quando não deixam marcas físicas, nos aprisionam. Essa mulher seria aquela que não abaixe a cabeça perante as violências, sejam elas praticadas contra ela própria ou suas companheiras; aquela que resista em um mundo que, por vezes, é tão brutal para conosco; aquela que compreenda que sua grandeza reflete na grandeza do coletivo e, portanto, nunca se deixe ser apequenada por ideologias que, durante séculos, buscaram nos diminuir; aquela que ajude outras mulheres, em prol de uma união frutífera, duradoura e benéfica para os dias atuais e para as próximas gerações.

É possível questionar sobre o vestido pendurado na parede e o que ele representa, assim como é possível retirá-lo dali, fazer-lhe ajustes, estudá-lo, enxergá-lo de outras formas. No poema, ele não é mero adorno. Assim como ser mulher é muito mais do que ditam as representações. Precisamos nos colocar no mundo através de nossos pensamentos, de nossos escritos e de nossa História, provando sempre que não é uma fórmula pré-fabricada que definirá por certo o que fomos, o que somos ou o que podemos ser. Somos muitas e sempre estivemos aqui. Por isso, é preciso que nos manifestemos, revisitemos as fontes, critiquemos os textos e, a partir disso, possamos abrir espaço para outras vivências do “ser mulher”. Essa é uma História possível. Deixar que a sociedade patriarcal nos desanime e nos negue o direito de fazê-la é como calar a personagem da Mãe no ato em que ela está para contar a história por trás do vestido. E é, também, uma violência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Atlas do Imperio do Brazil**: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomatico, 1968.
- ALVES, Francisco José. BARBOSA, Saulo Vinícius Souza Barbosa. **A lição das fontes**: exercícios de pesquisa historiográfica. 1ª ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. Disponível em: https://www.fjalves.com/files/ugd/79ff1f_9e04ae597954494986da4eac1c671991.pdf
- ADLER, Laure. **Segredos de alcova**: história do casal (1830-1930). Lisboa, Portugal: Terramar, 1983.
- ANDRADE, Carlos Drummond. O caso do vestido. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 96-103
- ANTÃO, Thalya Emanuelle da Rocha. CARVALHO, Juliana Cruz. GUIMARÃES, Alice Batista. LEITE, Lhais Isla Dantas. Mulheres da vida, sujeitas históricas: representações literárias e vivências históricas da prostituição em Aracaju nas primeiras décadas do século XX. In: GUEDES, Raquel da Silva. SILVA, Fábio Ronaldo da. **Contestando as fronteiras de gênero, raça e sexualidade na sociedade brasileira - volume III**. Campina Grande: Amplla, 2023, p. 41-60.
- ARAGÃO, Milena Cristina. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. As aulas de leitura e escrita em Sergipe para meninas, na passagem do século XIX e XX. **Linhas** (Florianópolis. Online), v. 16, p. 85-103, 2015.
- AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2020, p. 65-83.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BARROS, José D'Assunção Barros. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.
- BATISTA, Beatriz dos Santos. Corpos femininos nas páginas do jornal A União: a mulher saudável e a saúde da família. In.: MONTENEGRO, Rosilene Dias; SILVA, Fábio Ronaldo (Orgs.). **Estudos de gênero: sexualidade, corpo e representações**. Campina Grande: Editora Amplla, 2023.
- BATISTA, Elisabeth. **Entre o mito e o preconceito**: a figura da mulher na condição de sogra sob os olhares de Fialho de Almeida em "A velha" e Aluísio Azevedo em "Livro de uma sogra". 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-02052023-160714/>.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**: as relações com o mundo (vol. 2). São Paulo: Difusão Europeia do Livro (DIFEL), 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos (vol. 1). 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. (vol. 2). 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BERGSON, Henri. **O riso**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1983.

BERGER, Miguel André. **Igreja X Educação**: o papel do colégio nossa senhora de lourdes na formação da elite feminina. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 3, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/373>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BIGNOTTO, Newton. **O Brasil à procura da democracia**: da proclamação da República ao século XXI (1889-2018). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BORELLI, Andréa; MATOS, Maria Izilda. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Symbolic violence. **Revista Latina de Sociología**. Nº 2, 2012, pp. 1-4.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

BUHLER, Andréa Morais Costa, MELO, Jorrana Ferreira de. **O “caso do vestido”: um drama de gênero**. Anais XI CONAGES. Campina Grande: Realize Editora, 2015. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/10781>

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Participando no debate sobre mulher e violência. In: Chauí *et al.* **Perspectivas antropológicas da mulher 4**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CRUZ, Jeferson Augusto da. **Uma mão de verniz sobre o Tabuleiro de Pirro: Ecos da Belle Époque em Aracaju (1918-1926)**. 2016. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

CRUZ, Rafael de Oliveira. **O terceiro reinado em questão: Isabel I uma (im)possível imperatriz nas laudas da imprensa provincial (1886-1889)**. 2020. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2020.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História de Sergipe: República 1889-2000**. 2ª ed. Aracaju: Editora SEDUC, 2022.

DE CARVALHO, L. A influência do Cristianismo na repressão sexual e sexualização dos corpos das mulheres . **Coisas do gênero: Revista de estudos feministas em teologia e religião**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 136–149, 2023. Disponível em: http://198.211.97.179/periodicos_novo/index.php/genero/article/view/2152.

DIAS, Brenda da Silva, ROCHA, Kátia Carvalho da Silva. **A linha e o corte: análise do poema “Caso do Vestido”**. Revista Philologus, Ano 26, n. 78 Supl. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2020. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/394/421>

DOIN, José Evaldo Mello; PERINELLI NETO, Humberto; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro; PACANO, Fabio Augusto. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) - a proposta do CEMUMC. **Revista Brasileira de História** , v. 27, p. 91-122, 2007.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores: Saber médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ESTEVEZ, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FEDERICI, Silvia. Sobre o significado de “gossip”. In: **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FOLKIS, Gesiane Monteiro Branco. Análise do discurso humorístico: as relações marido e mulher nas piadas de casamento. **Sínteses (UNICAMP)**, v. 10, p. 187-198, 2005.

FONTES, Amando. **Rua do Siriri**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a sexualidade**: cursos e trabalhos de Michel Foucault antes do Collège de France. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe (1575-1855)**. 3ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

FREITAS, A. G. B. Educando Mulheres em Sergipe, na passagem do século XIX para o século XX: possibilidades e tendências. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2., 2002, Natal. Anais eletrônicos... Natal: UFRN, 2002. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0509.pdf>

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

GUIMARÃES, Alice Batista. **Mulher em papel**: as representações femininas no correio de Aracaju no início do século XX : (1906-1910). São Cristóvão, 2022. Monografia (graduação em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2022.

GUIMARÃES, Alice Batista; SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. Os Discursos de violência contra a mulher no correio de Aracaju (1906–1914): Perspectivas da Pesquisa Qualitativa. **Geoconexões online**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 22–34, 2023. Disponível em: <https://geoconexoesonline.com/revista/article/view/138>.

HABNER, June E. Honra e distinção das famílias. In.: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2011, v. 19, n. 2, pp. 467-474. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200010>.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JACÓ-VILELA, Ana Maria, OLIVEIRA, Leandra Sobral. A mulher nas narrativas do saber médico na transição entre os séculos XIX e XX. **Quaderns de psicologia**, Barcelona, v. 19, n. 3, pp. 241-251. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1390>

JESUS, Erica Andrade de. **Aracaju na primeira metade do século XX**: operariado feminino e história local. 2021. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

LIMA, Lana Lage da Gama; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. In: Carla Bassanezi Pinski e Joana Maria Pedro. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2012, v. 1, p. 286-312.

LIMA, Sidney Matos de. Saneamento e higiene como signo de uma urbs moderna: uma breve leitura da evolução urbana de Aracaju. **Revista TOMO**, [S. l.], 2002. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/tomo/article/view/4999>.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 7a ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUCA, Tânia Regina de. História nos, dos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da vida privada no Brasil: República - Da Belle Époque à Era do Rádio**. 1a ed. - São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

MAYNARD, Andreza S. C. “Presepe de Sombras” em Aracaju (Sergipe – Brasil): Uma reflexão sobre exibições cinematográficas no início do século XX. **REXHIST - Revista de História da UEG**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 131–142, 2014. Disponível em: [//www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/2134](http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/2134).

MENEZES, Edmilson. Memória em espelho: notas biográficas de Laura Amazonas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, [S. l.], v. 2, n. 47, p. 218–227, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/rihgse/article/view/12385>.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MICHELET, Jules. **A mulher**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 9, Nº 1, jan–abr 2016, pp. 45-63. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7672>

MORALES, Raquel Saad de Avila. **Loucura, gênero e raça: o discurso psiquiátrico na Revista Médica de S. Paulo (1898 1914)**. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

NOVAIS, Fernando A. O significado da “Guerra do Paraguai” na história do Brasil. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). **A guerra do Paraguai: 130 anos depois**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial II (1840-1889)**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

OLIVEIRA, Y. M.; CAMARGO, K. A. Pedagogias da masculinidade: Gênero e violência na modernidade-colonial / Pedagogies of masculinity: Gender and violence in colonial modernity. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 117171–117187, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n12-463. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/41325>. Acesso em: 7 feb. 2025.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 12ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.

PEREIRA, Bruna dos Santos Beserra. **Entre a loucura e a norma: mulheres internadas no Sanatório Pinel (São Paulo, 1929-1944)**. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

PERELA LARROSA, M. Violencia de género: violencia psicológica. **FORO. Revista de Ciencias Jurídicas y Sociales, Nueva Época**, n. 11-12, p. 353–376, 26 oct. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. *In* PEDRO, Joana Maria, PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

POSSENTI, Sírio. **Cinco ensaios sobre humor e análise do discurso**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2018.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua: análises linguísticas de piadas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. 1990. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PRIORE, Mary Del. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

PRIORE, Mary Del. **Histórias da gente brasileira** (vol. 3): República. Rio de Janeiro, LeYa, 2017.

RABELO, Aline Augusta Rocha. **Gracejando as filhas de Eva: a mulher burguesa em anedotas oitocentistas**. Tese (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2015.

RODRÍGUEZ-BERROCAL, Pío. (2022). Violencia psicológica contra la mujer en la narrativa regional andina. **Investigación Valdizana**, vol. 16 N° 1, jan.-mar. 2022, pp. 51–57. <https://doi.org/10.33554/riv.16.1.1310>

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ROSENFELD, Luís. **A geração de 1870 e o positivismo no Brasil**. 2021. 210f. Tese (Doutorado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9723>

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular – Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil 3: República: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021, p. 222-287.

SANTANA, Antônio Samarone de. **As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios**. Aracaju, 2005.

SANTANA, Josineide Siqueira de; SANTANA, Rosemeire Siqueira de. Vestígios da educadora Laura Amazonas. In: **Encontro Cearense de História da Educação, 12.; Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação, 2.**, 26 a 28 set. 2013, Fortaleza (CE). Anais... Fortaleza (CE), 2013. p. 1846-1857.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da Beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. “Sempre bela”. In PEDRO, Joana Maria, PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

SANTOS, A. R. F. da C.; CRUZ, J. H. de A.; GUÊNES, G. M. T.; OLIVEIRA FILHO, A. A. de; ALVES, M. A. S. G. Matricaria chamomilla L: propriedades farmacológicas. **Archives of Health Investigation**, [S. l.], v. 8, n. 12, 2020. DOI: 10.21270/archi.v8i12.4654. Disponível em: <https://www.archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/4654>. Acesso em: 25 maio. 2024.

SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. **Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911-1929)**. 2015. 255f. (Dissertação de Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2015. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/484>

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE**. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2020, p. 15-42.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul./dez., 1992.

SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da vida privada no Brasil: República - Da Belle Époque à Era do Rádio**. 1a ed. - São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

SILVA, César Henriques Matos e. **Espaço público político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju**. 2009. 181 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, Luciana Soares . A violência simbólica contra a mulher no discurso jornalístico. In: **I Simpósio Internacional Discurso, Identidade e Sociedade e III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade**, 2012, Campinas. Dilemas e desafios na contemporaneidade, 2012.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PEDRO, Joana Maria, PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2020.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUZA, D. C. de. O positivismo de Auguste Comte e a educação científica no cenário brasileiro. **REAMEC - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, Cuiabá, Brasil**, v. 8, n. 1, p. 29–42, 2020. DOI: 10.26571/reamec.v8i1.9493. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/9493>.

SOUZA, Rafael Benedito de. Formas de pensar a sociedade: o conceito de habitus, campos e violência simbólica em Bourdieu. **Revista Ars Historica**, Rio de Janeiro, Nº 7, jan/jun., 2014, p. 139-151.

VIANA, Alba Jean Batista; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. O poder (in)visível da violência sexual: abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 45, n. 2, jul/dez, 2014, p. 155-183

WOOLF, Virgínia. Profissões para mulheres. In: **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

FONTES CONSULTADAS

Jornal “Correio de Aracaju

a) Poemas

Ano II	Número 141	19 de março de 1908
Ano II	Número 147	9 de abril de 1908
Ano III	Número 242	14 de março de 1909
Ano V	Número 535	2 de abril de 1911
Ano VII	Número 769	17 de janeiro de 1913
Ano VII	Número 980	12 de setembro de 1913
Ano VIII	Número 1017	28 de outubro de 1913
Ano VIII	Número 1086	29 de janeiro de 1914
Ano VIII	Número 1095	8 de fevereiro de 1914
Ano VIII	Número 1119	11 de março de 1914
Ano VIII	Número 1167	13 de maio de 1914
Ano IX	Número 1302	31 de outubro de 1914

Ano IX Número 1340 18 de dezembro de 1914

b) Anedotas e piadas

Ano I	Número 72	14 de julho de 1907
Ano I	Número 74	21 de julho de 1907
Ano I	Número 32	22 de agosto de 1907
Ano I	Número 92	26 de setembro de 1907
Ano II	Número 103	3 de novembro de 1907
Ano II	Número 106	15 de novembro de 1907
Ano II	Número 124	19 de janeiro de 1908
Ano II	Número 129	6 de fevereiro de 1908
Ano II	Número 167	21 de junho de 1908
Ano II	Número 187	3 de setembro de 1908
Ano II	Número 196	4 de outubro de 1908
Ano III	Número 207	12 de novembro de 1908
Ano III	Número 210	22 de novembro de 1908
Ano III	Número 218	20 de dezembro de 1908
Ano III	Número 225	17 de janeiro de 1909
Ano III	Número 262	30 de maio de 1909
Ano III	Número 270	27 de junho de 1909
Ano III	Número 274	11 de julho de 1909
Ano IV	Número 355	30 de janeiro de 1910
Ano IV	Número 375	20 de março de 1910
Ano IV	Número 380	8 de abril de 1910
Ano IV	Número 381	10 de abril de 1910
Ano V	Número 486	27 de novembro de 1910
Ano V	Número 489	4 de dezembro de 1910
Ano V	Número 575	16 de julho de 1911
Ano V	Número 598	10 de setembro de 1911
Ano VI	Número 695	12 de maio de 1912
Ano VI	Número 732	11 de agosto de 1912
Ano VI	Número 762	20 de outubro de 1912
Ano VII	Número 765	27 de outubro de 1912
Ano VII	Número 876	6 de maio de 1913
Ano VII	Número 899	3 de junho de 1913
Ano VII	Número 948	3 de agosto de 1913
Ano VII	Número 994	28 de setembro de 1913
Ano VII	Número 999	5 de outubro de 1913
Ano VIII	Número 1043	29 de novembro de 1913
Ano VIII	Número 1065	30 de dezembro de 1913
Ano VIII	Número 1149	19 de abril de 1914
Ano VIII	Número 1183	4 de junho de 1914
Ano IX	Número 1302	31 de outubro de 1914
Ano IX	Número 1312	13 de novembro de 1914
Ano IX	Número 1315	17 de novembro de 1914
Ano IX	Número 1331	6 de dezembro de 1914
Ano IX	Número 1340	18 de dezembro de 1914
Ano IX	Número 1342	20 de dezembro de 1914

c) Textos Ficcionalis

Ano I	Número 13	9 de dezembro de 1906
Ano I	Número 30	14 de fevereiro de 1907
Ano II	Número 144	29 de março de 1908
Ano II	Número 160	28 de maio de 1908
Ano II	Número 167	21 de junho de 1908
Ano II	Número 173	16 de junho de 1908
Ano III	Número 267	17 de junho de 1909
Ano III	Número 269	24 de junho de 1909
Ano III	Número 297	19 de setembro de 1909
Ano IV	Número 369	6 de março de 1910
Ano V	Número 512	6 de fevereiro de 1911
Ano V	Número 521	26 de fevereiro de 1911
Ano V	Número 558	2 de junho de 1911
Ano V	Número 598	10 de setembro de 1911
Ano V	Número 603	22 de setembro de 1911
Ano V	Número 612	13 de outubro de 1911
Ano VI	Número 674	17 de março de 1912
Ano VI	Número 681	3 de abril de 1912
Ano VI	Número 712	23 de junho de 1912
Ano VI	Número 723	21 de julho de 1912
Ano VI	Número 738	25 de agosto de 1912
Ano VI	Número 757	9 de outubro de 1912
Ano VII	Número 771	10 de novembro de 1912
Ano VII	Número 787	18 de dezembro de 1912
Ano VII	Número 918	27 de junho de 1913
Ano VII	Número 942	27 de julho de 1913
Ano VII	Número 963	22 de agosto de 1913
Ano VII	Número 975	5 de setembro de 1913
Ano VII	Número 1011	19 de outubro de 1913
Ano VIII	Número 1197	20 de junho de 1914

d) Aforismos

Ano I	Número 55	12 de maio de 1907
Ano I	Número 78	4 de agosto de 1907
Ano I	Número 84	25 de agosto de 1907
Ano II	Número 104	7 de novembro de 1907
Ano II	Número 105	10 de novembro de 1907
Ano II	Número 125	23 de janeiro de 1908
Ano II	Número 152	30 de abril de 1908
Ano II	Número 177	30 de julho de 1908
Ano II	Número 213	3 de dezembro de 1908
Ano II	Número 215	10 de dezembro de 1908
Ano II	Número 218	20 de dezembro de 1908
Ano III	Número 290	3 de setembro de 1909
Ano IV	Número 365	23 de fevereiro de 1910
Ano IV	Número 459	23 de setembro de 1910
Ano IV	Número 469	19 de outubro de 1910
Ano VI	Número 518	19 de fevereiro de 1911
Ano V	Número 549	10 de maio de 1911
Ano VI	Número 643	31 de dezembro de 1911

Ano VI	Número 651	21 de janeiro de 1912
Ano VI	Número 680	31 de março de 1912
Ano VI	Número 691	1 de maio de 1912
Ano VI	Número 746	13 de setembro de 1912
Ano VII	Número 794	12 de janeiro de 1913
Ano VII	Número 800	26 de janeiro de 1913
Ano VII	Número 899	3 de junho de 1913
Ano VII	Número 997	3 de outubro de 1913
Ano VII	Número 1002	9 de outubro de 1913
Ano VII	Número 1011	19 de outubro de 1913
Ano VIII	Número 1032	15 de novembro de 1913
Ano VIII	Número 1180	31 de maio de 1914
Ano IX	Número 1311	12 de novembro de 1914

e) Notícias

Ano I	Número 11	2 de dezembro de 1906
Ano I	Número 59	26 de maio de 1907
Ano I	Número 74	21 de julho de 1907
Ano I	Número 81	15 de agosto de 1907
Ano I	Número 92	26 de setembro de 1907
Ano II	Número 111	1 de dezembro de 1907
Ano II	Número 112	5 de dezembro de 1907
Ano III	Número 267	17 de junho de 1909
Ano III	Número 308	15 de outubro de 1909
Ano V	Número 519	22 de fevereiro de 1911
Ano V	Número 520	24 de fevereiro de 1911
Ano V	Número 555	24 de maio de 1911
Ano V	Número 559	4 de junho de 1911
Ano V	Número 571	7 de julho de 1911
Ano V	Número 573	12 de julho de 1911
Ano V	Número 590	23 de agosto de 1911
Ano V	Número 597	8 de setembro de 1911
Ano VI	Número 647	17 de março de 1912
Ano VI	Número 690	28 de abril de 1912
Ano VI	Número 691	1 de maio de 1912
Ano VI	Número 700	26 de maio de 1912
Ano VI	Número 701	29 de maio de 1912
Ano VI	Número 742	4 de setembro de 1912
Ano VI	Número 753	29 de setembro de 1912
Ano VI	Número 763	23 de outubro de 1912
Ano VII	Número 856	9 de abril de 1913
Ano VII	Número 859	12 de abril de 1913
Ano VII	Número 864	18 de abril de 1913
Ano VII	Número 873	30 de abril de 1913
Ano VII	Número 882	13 de maio de 1913
Ano VII	Número 900	4 de junho de 1913
Ano VII	Número 991	25 de setembro de 1913
Ano VII	Número 1014	23 de outubro de 1913
Ano VII	Número 1027	9 de novembro de 1913
Ano VIII	Número 1022	22 de novembro de 1913

Ano VIII	Número 1046	3 de dezembro de 1913
Ano VIII	Número 1047	4 de dezembro de 1913
Ano VIII	Número 1130	24 de março de 1914
Ano VIII	Número 1260	10 de setembro de 1914
Ano IX	Número 1307	7 de novembro de 1914

f) Sobre o Jornal, Editoriais, Artigos

Ano I	Número 1	24 de outubro de 1906
Ano I	Número 6	15 de novembro de 1906
Ano I	Número 7	18 de novembro de 1906
Ano I	Número 47	14 de abril de 1907
Ano II	Número 146	5 de abril de 1908
Ano III	Número 228	28 de janeiro de 1909
Ano III	Número 271	1 de julho de 1909
Ano V	Número 497	1 de janeiro de 1911
Ano V	Número 499	4 de janeiro de 1911
Ano V	Número 520	22 de fevereiro de 1911
Ano V	Número 550	12 de maio de 1911
Ano V	Número 566	21 de junho de 1911
Ano V	Número 567	23 de junho de 1911
Ano V	Número 572	9 de julho de 1911
Ano V	Número 577	21 de julho de 1911
Ano V	Número 604	24 de setembro de 1911
Ano VI	Número 320	6 de novembro de 1911
Ano VI	Número 668	3 de março de 1912
Ano VI	Número 669	6 de março de 1912
Ano VI	Número 716	5 de julho de 1912
Ano VI	Número 717	7 de julho de 1912
Ano VI	Número 718	10 de julho de 1912
Ano VI	Número 732	11 de agosto de 1912
Ano VI	Número 753	29 de setembro de 1912
Ano VII	Número 773	15 de novembro de 1912
Ano VII	Número 774	17 de novembro de 1912
Ano VII	Número 782	6 de dezembro de 1912
Ano VII	Número 788	20 de dezembro de 1912
Ano VII	Número 795	15 de janeiro de 1913
Ano VII	Número 801	29 de janeiro de 1913
Ano VII	Número 847	29 de março de 1913
Ano VII	Número 858	11 de abril de 1913
Ano VII	Número 863	17 de abril de 1913
Ano VII	Número 866	20 de abril de 1913
Ano VII	Número 882	13 de maio de 1913
Ano VIII	Número 1055	14 de dezembro de 1913
Ano VIII	Número 1095	8 de fevereiro de 1914
Ano VIII	Número 1215	17 de julho de 1914
Ano VIII	Número 1265	16 de setembro de 1914
Ano VIII	Número 1286	10 de outubro de 1914

g) Seção Paga e Propagandas

Ano I	Número 44	7 de abril de 1907
-------	-----------	--------------------

Ano I	Número 53	5 de maio de 1907
Ano II	Número 133	20 de fevereiro de 1908
Ano II	Número 161	31 de maio de 1908
Ano III	Número 242	18 de março de 1909
Ano III	Número 251	22 de abril de 1909
Ano III	Número 252	25 de abril de 1909
Ano III	Número 253	29 de abril de 1909
Ano III	Número 261	27 de maio de 1909
Ano III	Número 267	17 de junho de 1909
Ano V	Número 549	10 de maio de 1911
Ano V	Número 552	17 de maio de 1911
Ano VI	Número 658	7 de fevereiro de 1912
Ano VI	Número 710	19 de junho de 1912
Ano VI	Número 740	30 de agosto de 1912
Ano VI	Número 754	2 de outubro de 1912
Ano VII	Número 765	27 de outubro de 1912
Ano VII	Número 808	7 de fevereiro de 1913
Ano VII	Número 818	19 de fevereiro de 1913
Ano VII	Número 853	5 de abril de 1913
Ano VII	Número 869	25 de abril de 1913
Ano VII	Número 873	30 de abril de 1913
Ano VII	Número 973	3 de setembro de 1913